

Universidade Federal de Minas Gerais
Departamento de Geografia

Felipe Nunes Coelho Magalhães

**O NEOLIBERALISMO E A PRODUÇÃO DO
ESPAÇO NA METRÓPOLE:
SUBJETIVIDADES, INSURGÊNCIAS E REDES NA ECONOMIA
POLÍTICA DA URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA**

Belo Horizonte
Julho/2015

Felipe Nunes Coelho Magalhães

**O NEOLIBERALISMO E A PRODUÇÃO DO
ESPAÇO NA METRÓPOLE:
SUBJETIVIDADES, INSURGÊNCIAS E REDES NA ECONOMIA
POLÍTICA DA URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do grau de doutor em Geografia.

Área de concentração: Organização do Espaço

Linha de Pesquisa: Produção, organização e gestão do espaço

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Magela Costa (IGC-UFMG)

Coorientador: Prof. Dr. Roberto Luís Monte-Mór (Cedeplar/EAD-UFMG)

Belo Horizonte
Departamento de Geografia
Instituto de Geociências – UFMG
2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA




FOLHA DE APROVAÇÃO


O neoliberalismo e a produção do espaço na metrópole: subjetividades, insurgências e redes na economia política da urbanização contemporânea

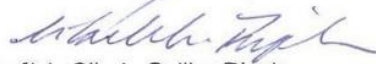
FELIPE NUNES COELHO MAGALHÃES

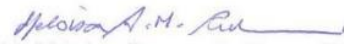
Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA, como requisito para obtenção do grau de Doutor em GEOGRAFIA, área de concentração ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO.


Aprovada em 28 de julho de 2015, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Geraldo Magela Costa - Orientador
UFMG


Prof(a). Carlos Bernardo Vainer
Universidade Federal do Rio de Janeiro


Prof(a). Cibele Saliba Rizek
IAU/USP - São Carlos


Prof(a). Heloisa Soares de Moura Costa
UFMG


Prof(a). Doralice Barros Pereira
UFMG

Belo Horizonte, 28 de julho de 2015.

AGRADECIMENTOS

À Dayse, ao José Reinaldo e à Gabi.

A toda a família, aos amigos, e aos amigos que são família.

Ao Geraldo Costa e ao Roberto Monte-Mór, guias de muitos anos.

Ao João Tonucci e ao Harley Silva, companheiros destas andanças.

Aos colegas novos e antigos; aos que me cederam entrevistas e depoimentos; aos professores.

Aos amigos que se dispuseram a ler e comentar os rascunhos deste volume.

Aos professores Cibele Rizek, Doralice Pereira, Heloísa Costa, Carlos Vainer, Sérgio Martins, Alícia Duarte Penna e Alexandre Mendes Cunha, por toda a leitura atenta e os preciosos comentários na banca final e no exame de qualificação.

À Capes e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMG, por terem possibilitado este trabalho.

To Jamie Peck and all UBC and Vancouver friends, who showed me new paths amidst all this.

A produção do espaço não é um incidente de percurso, mas uma questão de vida ou morte.

Henri Lefebvre (através de Alícia Duarte Penna)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 – O ESPAÇO DO ESTADO NO NEOLIBERALISMO: das ideias às geografias	44
2 – MACROECONOMIA E METRÓPOLE: percursos históricos	76
3 – A ECONOMIA GEOPOLÍTICA DA CIDADE NEOLIBERAL: vantagens comparativas, terciarização e financeirização na metrópole	103
As Operações Urbanas Consorciadas como forma de agenciamento do neoliberalismo urbano	141
4 – A DIMENSÃO SIMBÓLICA NA CIDADE NEOLIBERAL: a construção de subjetividades na produção do espaço do neoliberalismo e as rachaduras do dissenso.....	154
5 – NOVAS ABERTURAS NO ESPAÇO DIGITAL: potências do encontro da Internet com a metrópole.....	178
6 – ERUPÇÕES METROPOLITANAS INSURGENTES: redes e ruas em busca de abertura e horizontalidade	192
As ocupações urbanas recentes em Belo Horizonte na luta pelo direito à cidade	232
CONSIDERAÇÕES FINAIS: o direito à cidade no encontro do comum com a democracia radical	244
REFERÊNCIAS	259

RESUMO

A partir da transformação econômica advinda da reestruturação produtiva iniciada na década de 1980, o trabalho analisa as interseções entre neoliberalismo e produção do espaço na metrópole, defendendo a ideia de que a metrópole brasileira contemporânea tem seu funcionamento e a estruturação de seu espaço diretamente vinculada a um conjunto de forças e dinâmicas advindas do neoliberalismo. Parte-se de uma discussão acerca do espaço do Estado no neoliberalismo, perpassando uma análise histórica da formação da metrópole brasileira em relação a transformações macroeconômicas ao longo do século XX, e chegando numa apreciação da economia política da metrópole contemporânea tendo em vista sua inserção num modo de regulação neoliberal. Posteriormente, analisa-se a dimensão simbólica na produção do espaço na metrópole e sua sintonização à “governamentalidade” neoliberal (na perspectiva de Michel Foucault acerca da relação Estado-sociedade conformada através do neoliberalismo). Toma-se como hipótese central a ideia de que o nó borromeano entre capital, Estado e produção simbólica que perpassa a produção do espaço na metrópole é, hoje, sintonizado ao neoliberalismo e objetiva sua reprodução nessas três esferas. O potencial criador de novos vetores políticos, econômicos, culturais e sociais, inerente à grande cidade, é subsumido a essa sintonia. As heterotopias e espaços de resistência apresentam-se, nesse contexto, como tentativas de escapar e resistir às formas de disciplinamento e controle, adensadas a partir de práticas de cidadania enquanto forma de alteridade. Ao final, estuda-se o encontro entre redes formadas no espaço digital em adensamento e o espaço metropolitano, bem como suas implicações políticas, chegando às mobilizações políticas de 2011 e às jornadas de junho de 2013 no Brasil, analisadas a partir de uma observação participante e vistas como grandes agenciamentos políticos que perpassam este encontro entre internet e metrópole, e em grande medida voltado contra os efeitos e os processos constituintes do neoliberalismo na vida cotidiana e na metrópole (também de forma entrecruzada). Conclui-se com uma apreciação normativa dos potenciais contemporâneos de resposta a este quadro amplo através da ação a partir do encontro do direito à cidade com a construção de aberturas ligadas ao *comum* e à *democracia radical* como plataformas complementares, já buscadas por alguns movimentos sociais em curso.

Palavras-chave: neoliberalismo, cidade neoliberal, financeirização do espaço urbano, ocupações urbanas, direito à cidade, jornadas de junho de 2013.

ABSTRACT

Starting with the economic transformations which resulted from the productive restructuring initiated in the 1980s, this dissertation examines the intersections between neoliberalism and the production of space in the metropolis, defending the idea that the contemporary Brazilian city has its functioning and the structuring of its spaces directly linked to a set of forces and dynamics largely connected to neoliberalism. The argument departs from a discussion of the space of the state in neoliberalism, passing through a historical analysis of the formation of the Brazilian city related to macroeconomic transformations throughout the twentieth century, and reaching an assessment of the political economy of the contemporary metropolitan processes regarding their relation to a neoliberal mode of capitalist regulation. Further on, we analyze the symbolic dimension of the production of urban space and its relations to neoliberal "governmentality" (from Michel Foucault's perspective on the state-society relationships taken shape through these transformations). Heterotopias and spaces of resistance appear in this context as attempts to escape and resist from forms of discipline and control, which gain density through citizenship practices as a form of otherness. The encounter between networks formed in digital space and those in metropolitan space, as well as its political implications, are presented as a basis from which to better approach contemporary political movements in this urban context. The 2011 political mobilizations appear as a second bridge to finally analyse the June 2013 protests in Brazil, from a participant observation standpoint and seen as major political assemblages that result partially from this meeting between the internet and the city, largely constituted against the effects of neoliberalism and its constituent processes in everyday life and in the metropolis (also in their intersections). The conclusions propose a normative appreciation of the contemporary potentials of response to this broad framework, through diverse forms of action situated in the meeting grounds between the right to the city and the construction of openings connected to the common and radical democracy as complementary platforms, as already sought by some current social movements in practice.

Key-words: neoliberalism, neoliberal city, financialization of urban space, urban occupations, right to the city, June 2013 protests in Brazil.

INTRODUÇÃO

Em junho de 2013 a metrópole brasileira passou por momentos históricos. A partir de uma faísca gerada por um pequeno movimento organizado na cidade de São Paulo, multidões de magnitudes inéditas tomaram as ruas das grandes cidades do país, entrando em confronto direto com a polícia, num impulso de rompimento radical com a inércia despolitizada que caracterizava as grandes maiorias, fazendo do torneio internacional de futebol que se iniciaria naqueles dias notícia de importância secundária. A principal característica das manifestações foi seu caráter heterogêneo, comportando movimentos sociais diversos, grupos da esquerda organizada em partidos e sindicatos, anarquistas de várias tendências, movimentos estudantis, e uma enorme massa de indivíduos que não se encaixavam em grupos organizados ou ideários anti-establishment. Neste sentido, é extremamente difícil reduzir as motivações das multidões nas ruas a somente um vínculo causal com um tipo de reivindicação ou estratégia, pois muitas vezes havia inclusive contradições internas à própria massa nas ruas. No entanto, procuro defender que o neoliberalismo em suas traduções em efeitos na vida cotidiana na metrópole, ou o *neoliberalismo urbano*, não somente esteve por trás da faísca inicial do levante¹, mas constitui um amplo processo aglutinador que abarca uma porção significativa das motivações por trás dos eventos iniciados naquele momento, seja em relação aos grupos mais coesos ou aos indivíduos que formavam a multidão² em função de causas próprias. Como colocado por Vainer (2013), fazendo referência a Mao Tsé-Tung e se referindo aos eventos de 2013, “uma fagulha pode incendiar uma pradaria”. Nestes

¹ O regime de tarifação do transporte coletivo é uma expressão da insuficiência das estruturas coletivas na metrópole contemporânea. Ao descartar qualquer possibilidade de subsídio e ao mesmo tempo garantir um monopólio concedido a empresas privadas, o Estado gere diretamente a oferta de um serviço como mercadoria, cuja ineficiência na concorrência com o mercado propriamente dito envolve a substituição do público pelo privado/individual como efeito da escolha racional dos usuários, rebatendo na deterioração do primeiro.

² Abordo a ideia de *multidão* proposta por Hardt e Negri (2005), muitas vezes em concordância com aqueles autores, noutras num distanciamento crítico, embora conciliável. Esta perspectiva trata da multidão como o sujeito múltiplo que conduz à transformação na contemporaneidade diante de um quadro em que o *Império* (Hardt; Negri, 2001) se torna uma forma de poder difusa e multifacetada que opera e reproduz seu domínio de formas diversas, situadas em planos distintos do espaço social. A multidão é uma enorme massa de singularidades individuais com grande capacidade de criar levantes e insurgências, que agrega e produz de inúmeras maneiras a energia criativa aumentada pelas trocas e interações entre singularidades e que é apropriada, também de forma difusa, pelo capital. Por esta capacidade produtiva e criadora intrínseca, é ali que se encontram os potenciais de emancipação e transformação, na perspectiva daqueles autores (Hardt; Negri, 2009) com potencial principalmente através (do elogio deleuzoguattariano) do êxodo e da rota de fuga – não necessariamente geográfico e envolvendo deslocamentos, ressaltam, mas através de rompimentos de vínculos perversos e de relações de dominação através da saída possibilitada pela construção de aberturas e alternativas.

termos, trataremos em primeiro lugar da pradaria, para em seguida caminhar progressivamente na direção dos agenciamentos por trás da deflagração da própria fagulha.

Em primeiro lugar, é necessário esclarecer de antemão que a ideia de metrópole aqui mobilizada corresponde ao ente geográfico resultante da industrialização e da entrada da indústria na cidade (Lefebvre, 1999; 2006), que transforma radicalmente seu nexos espacial e seus sentidos. O exemplo londrino – que em Choay (1992) é tido como o processo por trás da formação do próprio urbanismo – da implosão-explosão de um núcleo urbano ainda no século XIX, transforma a cidade num fenômeno histórico-geográfico de outra natureza. A industrialização foi o elemento aglutinador das dinâmicas que transformaram a cidade em metrópole, sendo que o processo metropolitano contemporâneo se distancia relativamente da indústria (mesmo que ela permaneça em cena de formas diversas e continue sendo um elemento chave nas cadeias da acumulação capitalista contemporânea), mas atua por sobre um legado socioespacial diretamente resultante da industrialização.

As relações complexas e multifacetadas entre neoliberalismo e metrópole apontam como uma pesquisa necessária, conformando um objeto de teorização imprescindível para a compreensão do conjunto de eventos acima, que servem para ilustrar a escala e a profundidade dos processos socioespaciais que envolvem tais relações, por trás de grande parte dos efeitos diretos na estruturação do espaço urbano metropolitano contemporâneo. Estes constituem uma miríade de condições que afetam de forma decisiva a vida cotidiana nestes lugares, que atuam como nós de um conjunto mais ampliado de cordas socioeconômicas e políticas. Este será o ponto de partida deste estudo, cuja segunda parte abordará os eventos multitudinários de(sde) 2013 e o novo contexto de luta pelo direito à cidade que se faz presente na metrópole hoje, chegando ao final na formulação de perguntas diversas a respeito de um leque de possibilidades de atuação diante do quadro delineado na cidade neoliberal, tratando, no âmbito da política, do entrecruzamento entre democracia radical e a construção do *comum* (que ganhou proeminência no cenário político recente) – como perspectiva normativa construída no plano teórico e em pequenas inserções etnográficas localizadas nos movimentos em curso.

O urbano é expressão e processo definidor da sociedade, ao mesmo tempo causa e efeito do social. É a reunião e o afloramento de processos e dinâmicas econômicas, sociais, políticas, culturais, que fazem a cidade e são feitos por ela, potencializando tanto a produção de valor econômico quanto a criação da obra. Esta interação constitutiva das transformações sociais com o espaço urbano ocorre em vários planos interligados. Esta tese trabalha com a hipótese de que a

metrópole contemporânea é sintonizada ao neoliberalismo e sua lógica de garantir a primazia dos mercados na reprodução social através do Estado. O fenômeno neoliberal se torna um elemento chave na dialética sociedade-espço, sendo um processo social aglutinador e determinante de processos diversos, que interliga dinâmicas variadas e dá o tom – a partir de uma *dinâmica transescalar* – da produção do espaço na metrópole de hoje. Parto da abordagem de Henri Lefebvre acerca da produção do espaço (Lefebvre, 1974), buscando interações entre o neoliberalismo, a economia política urbana e a produção do espaço em sentido amplo. Não se trata de propor totalidades – que os processos urbanos hoje são todos vinculados ao neoliberalismo – mas de encontrar ligações: como e onde elas ocorrem, através de quais agentes, com quais consequências. Para abordar este panorama, é necessário ter em vista o quadro amplo e mergulhar em aspectos e processos específicos que o constituem e são importantes para esclarecer o conjunto: alternância de escalas, aproximação e distanciamento como método coerente com um objeto que é de natureza transescalar, que não se esgota numa escala geográfica isolada, e que opera na transição entre escalas. Este trânsito na análise deve ser capaz de alternar entre o local e o mundial, mas reenfatizando a importância da escala do Estado-nação – relativizada por grande parte da literatura acerca dos efeitos da globalização sobre as cidades (sobretudo nos anos 90, como em Sassen (1998) e Brenner (1998)) – cujas instituições são primordiais na implantação, na operacionalização e na reprodução do neoliberalismo.

Soja (2000), num esforço de teorização panorâmica acerca da metrópole contemporânea e seus processos constitutivos, tendo o caso de Los Angeles como um arquétipo que reúne e expressa em seu espaço uma série de transformações sociais, econômicas e políticas da contemporaneidade, propõe que esta dinâmica ampla e multifacetada pode ser abordada a partir de seis *discursos acerca da pós-metrópole*, que dizem respeito à metrópole contemporânea, capazes de agregar as dinâmicas envolvidas na produção de seu espaço. São eles: a *metrópole industrial pós-fordista*, que aborda a reestruturação da economia industrial desde a década de 1970 nos países de centro; a *cosmópolis*, que corresponde à globalização do espaço urbano; a *exopolis*, que a partir da reestruturação da forma urbana, engendra uma explosão do tecido urbano pelo território adjacente às grandes metrópoles; a *cidade fractal*, que diz respeito ao mosaico ultrafragmentado do tecido social e étnico da metrópole em sua expressão no norte global, a partir do grande fluxo de imigrantes estrangeiros nas últimas décadas na direção daqueles centros; o *arquipélago carcerário*, entendido como um fenômeno urbano, e que comporta o forte crescimento da população carcerária nos EUA desde a década de 1980; e as *simcities*, cidades-simulacro, o urbano hiper-real resultante da produção

incessante de simulações espetacularizadas na cidade da primazia da imagem e das aparências. É interessante como Soja circunda o tema da cidade neoliberal de perspectivas diversas mas não faz o segundo movimento de abordá-lo diretamente, deixando a questão do neoliberalismo aparecer somente de forma indireta e adjacente aos demais processos socioespaciais, e com isso perdendo uma capacidade explicativa substancial para a compreensão de fenômenos metropolitanos contemporâneos diversos, inclusive de grande parte dos próprios discursos acerca da pós-metrópole citados acima.

A metrópole brasileira contemporânea é marcada por uma contradição marcante na vida cotidiana: problemas que afetam a todos são tratados individualmente, e há uma incapacidade de se agir coletivamente na direção de questões amplamente entendidas como problemas concretos de caráter coletivo que conformam a vida cotidiana na cidade. Há uma tendência da infraestrutura de uso coletivo só ser ofertada quando existem condições *de mercado* que permitem sua viabilidade. As saídas geralmente adotadas, ao serem direcionadas ao mercado, ou a certa forma de estruturação do público, são de ordem individual, e o resultado geralmente é não somente a reprodução dos problemas mas a criação de novos desafios, a partir do congestionamento das próprias tentativas individuais de se abordar aquilo que é de natureza coletiva e da profunda exclusão de uma ampla parcela da população que não tem acesso a tais opções de privatização/individualização das soluções³. A crise de mobilidade é o exemplo mais visível deste dilema, em que a fragilidade das buscas por respostas coletivas⁴, somada a uma série de incentivos à adoção de soluções individuais, faz com que a situação se deteriore num ciclo vicioso de difícil reversão. Estudos recentes (Cintra, 2014) demonstram que o custo dos engarrafamentos na cidade de São Paulo corresponde a cerca de 7,5% de seu PIB anual, ou seja, 40 bilhões de reais são desperdiçados anualmente naquela cidade em gastos correspondentes ao problema da mobilidade. Tomando-se este valor multiplicado pelo prazo de maturação de um investimento coletivo na estruturação de uma solução pública para o problema – como uma maior quantidade de linhas de metrô, cujas estruturas físicas podem ser usadas com as devidas manutenções por mais de um século após sua construção – fica claro que, mesmo nestes termos estreitos e reduzidos de eficiência econômica, o ciclo vicioso gerado pela primazia da solução individual somada à enésima potência envolve uma irracionalidade coletiva que a torna impossível de ser justificada em termos técnicos quaisquer.

³ Sendo que o crescimento da classe média baixa no contexto recente atua justamente no sentido de criar mercados ampliando este acesso.

⁴ Públicas ou através do *comum*.

Para além da questão da mobilidade (que é mais visível e afeta inclusive os privilegiados), este princípio também se faz presente de forma decisiva nos serviços públicos: saúde, educação, habitação, lazer, segurança etc. Há um ciclo vicioso na deterioração do que é público, seguida da ampliação do mercado privado para a oferta daquele serviço, que por sua vez contribui, de formas diversas, para sucatear ainda mais o provimento público do serviço. Nos serviços de saúde este processo ocorre de forma emblemática, através da sucção de recursos do circuito público para o privado, criando uma situação em que há de um lado um *mercado* de serviços de saúde altamente especializado e sofisticado com altos níveis de remuneração e lucratividade, que contribui para dificultar a melhoria da oferta pública do serviço, pois competem pelos mesmos recursos⁵. No caso da educação, trata-se de uma relação em que a precariedade do público é pré-condição para a expansão do mercado que atende a tal demanda (um eventual salto de qualidade no público esvaziaria o ensino privado abruptamente). Ou seja, há uma relação entre a reprodução do sucateamento da esfera pública e a expansão e a especialização dos mercados privados para os serviços de consumo coletivo⁶. Esta é uma lógica que perpassa o funcionamento geral da metrópole hoje. Trata-se de um princípio que se aplica a diversas situações na cidade, e que se relaciona, fundamentalmente, ao neoliberalismo em seu impacto na vida cotidiana e na reprodução social de forma ampla.

Uma forma de se ilustrar este argumento é no impacto das grandes enchentes sobre as metrópoles, tal qual apresentado por Antônio Risério (2012, p. 310-311) numa comparação entre os alagamentos de 2010 no Rio de Janeiro e os impactos do furacão Katrina em Nova Orleans em 2005. Em ambas, a segregação espacial há muito construída coloca os pobres e negros numa situação de total vulnerabilidade a um evento de tal natureza, com a única diferença de que na cidade norte-americana estas áreas vulneráveis se concentravam nas partes baixas e inundáveis em eventos dessa natureza, enquanto no Rio se encontravam nos morros e encostas sujeitas a deslizamentos. Mas o que importa ressaltar em relação ao princípio exposto acima é que a ação do

⁵ Em conversas com ativistas advindos do setor, que atuam como profissionais de saúde na rede pública e participam de outros fóruns de discussão e movimentos sociais de natureza mais transversal com os quais tive contato ao longo da condução desta pesquisa, este tema da sucção de recursos pela concorrência com a saúde privada é citado frequentemente como um forte bloqueio à melhoria da qualidade dos serviços no setor. Alguns citam inclusive a experiência da província canadense do Québec, onde planos de saúde privados são proibidos, justamente por este motivo.

⁶ Trago este relato da precariedade dos serviços públicos como um insumo advindo da própria experiência cotidiana na metrópole. Não somente vivencio diretamente este fato, mas capturo uma ampla percepção de seu alcance em falas diversas. Assim como o convívio com a violência na metrópole, defendo que este é um aspecto importante na experiência urbana contemporânea, e constitui um dos pressupostos que sustentam (a expansão e a própria existência, em alguns casos) de mercados diversos.

Estado neste tipo de situação requereria um investimento de grande porte na estruturação de uma solução coletiva que não reverteria retornos financeiros – ainda que indiretos, como seria o caso da manutenção de condições de segurança para uma área valorizada, que teria seu valor garantido pelo investimento público na solução coletiva -, portanto, ela tende a não ser adotada. O fato do governo cubano ter se disponibilizado prontamente a prestar auxílio direto às vítimas do Katrina (oferta negada pelo governo estadunidense), numa lógica semelhante ao mutirão, embora realizada diretamente pelo poder público atuando no âmbito da defesa civil, ilustra bem o formato de ação coletiva voltado para a estruturação de uma solução pública que não necessariamente se relaciona a uma lógica de mercado⁷. Como argumentado por Neil Smith (2006), comparando o caso do Katrina com a forma com que a prevenção do impacto de enchentes é realizada pelos cubanos – que muito frequentemente conseguem evitar que eventos dessa natureza envolvam fatalidades, reduzindo o número de mortes a zero, trata-se de uma expressão de um problema maior, de um arranjo governamental incapaz de conduzir uma grande operação pública de ação coletiva voltada para a solução de um problema que vai afetar a todos. Este é o formato de atuação coletiva – não necessariamente pública, reitera-se, podendo ser direcionada ao *comum* – que se faz urgente na metrópole brasileira contemporânea, que opera a partir de um nexos oposto, marcado pelo incentivo à individualização das soluções.

Com alguns paralelos com a análise clássica de Lúcio Kowarick (1979) a respeito da estruturação e da dinâmica urbanas num período de crescimento econômico acelerado – naquele contexto envolvendo uma relação direta e aparentemente paradoxal entre crescimento e pobreza – a metrópole resultante dos processos vivenciados na década de 2000 passa por precarizações das condições de vida urbana não somente concomitantes, mas relacionadas ao crescimento econômico assistido no período (embora este diagnóstico não dê conta da totalidade das transformações, obviamente, sendo que muitas delas escapam a este nexos e constituem dinâmicas virtuosas, de fato). Diversos autores fazem esta leitura da vinculação do aprofundamento da crise urbana a partir do crescimento – como Rolnik e Klink (2011) e Maricato (2013; 2014), dentre outros –, que evidenciam não somente as consequências da conformação de um padrão de crescimento ditado pelo mercado em que os investimentos não necessariamente trazem consequências públicas e

⁷ Não se trata aqui de defender um modelo centralizador e autoritário de planejamento e gestão, mas simplesmente de ressaltar as possibilidades de se atuar na estruturação de soluções coletivas em formas que não se relacionam à lógica de mercado, cuja primazia no caso brasileiro atual advém justamente de um déficit democrático.

coletivas virtuosas, mas que demonstram como a cidade é mobilizada como uma parte importante deste conjunto de processos.

No que diz respeito à produção do espaço, há uma miríade de efeitos que serão abordados ao longo do estudo. Adianta-se, do ponto de vista lefebvriano do direito à cidade (Lefebvre, 2006), que as transformações recentes na economia urbana levam na direção de uma relação entre o processo de acumulação e o espaço que vão para além do padrão criticado por aquele autor, que via na industrialização um impedimento à cidade do valor de uso e aberto à apropriação ampla (que corresponde em certa medida à discussão contemporânea acerca do comum urbano), em que a indústria entra na cidade e a transforma numa máquina produtiva de fluxos acelerados, em detrimento da centralidade do monumento, da obra, dos tempos lentos etc. Esta aceleração dos fluxos e a primazia do valor de troca são mantidas em cena, mas não mais no padrão centrado na indústria, que se espalha pelo território em escalas mais amplas, industrializando o espaço como um todo, e tendo novas concentrações geográficas ditadas por processos globais que tornam sua ausência aparente, para aqueles que sofrem de miopias geográficas, um insumo para análises equivocadas que propõem sua marginalidade na acumulação capitalista contemporânea. O espaço dos fluxos acelerados não mais vai na direção do aplainamento das rugosidades por parte do espaço abstrato tal qual operado no período fordista, e nisso concilia-se com a monumentalidade da centralidade e do valor de uso – apropriado pela renda da terra e pelos novos setores imateriais e cognitivos que se tornam protagonistas das economias urbanas. Nisso, recria-se a possibilidade da cidade da centralidade e do monumento, mas não nos padrões voltados para a apropriação aberta do valor de uso tal qual defendidos na abordagem lefebvriana, e sim em torno do *valor de uso complexo* (Topalov, 1979), apropriado pela economia imaterial urbana, que opera novas formas de exclusão e impedimento do pleno direito à cidade, mas noutros moldes, distintos da metrópole centrada na eficiência de fluxos nos termos qualitativos demandados pela indústria. O próprio Lefebvre já anuncia o adensamento e o ganho de poder por parte daquilo que chama de “centro de decisões”, já enxergando esta tendência em curso (LEFEBVRE, 2006, p. 20), que ganha fôlego a partir das transformações posteriores da metrópole. Através da mobilização da renda da terra neste fluxo vinculado à proeminência da economia imaterial, reforça-se a centralidade, mas amplia-se o problema da exclusão deste espaço a serviço do circuito criador de valor de troca através do terciário avançado e da financeirização do próprio espaço urbano.

Ou seja, o espaço abstrato produzido pela cidade neoliberal envolve não mais necessariamente a primazia do cercamento combinado à substituição da rua por vias expressas e

interligado à aplicação de um nexu industrial à própria cidade, havendo no momento uma conciliação possível entre a produção hegemônica do espaço urbano com movimentos de revalorização do espaço público, das pessoas retornando às ruas, praças e parques etc., e do urbanismo da diversidade de usos na escala micro local, do andar a pé pela vizinhança e do uso da bicicleta. O espaço da gentrificação vinculada à financeirização da cidade e à primazia do capitalismo cognitivo em sua faceta econômica, e à produção de subjetividades caminhando na direção da sociedade do controle em detrimento do disciplinamento propriamente dito (como discutido no capítulo 4), faz da ideia da cidade como espaço do usufruto e do encontro um atributo a mais na valorização imobiliária capturada nestes circuitos interligados de produção de valor e renda da terra.

Larson (2013) propõe esta aproximação do urbanismo antimodernista⁸ com forças hegemônicas e dos capitais atuando na produção da cidade justamente como uma reconciliação, promovida pela política urbana contemporânea, entre as visões antagônicas de Jane Jacobs e de Robert Moses, tendo o formato de desenho e de uso e ocupação do solo pautados pela diversidade defendido pela primeira, e a instrumentalização da produção do espaço urbano por objetivos de crescimento econômico numa versão atualizada daquilo que o segundo praticava noutro contexto. O direito à cidade permanece pertinente neste quadro, não como um “significante vazio” que pode ser apropriado por objetivos contrários a sua concepção original (como proposto por Harvey, 2012) – sendo que nestes casos não se trata mais, obviamente, do direito à cidade - mas como um projeto necessariamente impregnado por um conteúdo de classe e que visa transformações a partir da noção de que o terreno da dominação e da luta ultrapassa os limites da fábrica e se torna o próprio espaço urbano. Que neste momento aprofunda sua transformação em *fábrica social*, podendo ser respondida através do direito à cidade, mas em formatos atualizados, reformulados, retraduzidos em modos concretos de ação – o que os movimentos contemporâneos já procuram fazer, embora parcialmente. Ademais, neste próprio movimento, criam-se possibilidades, pois é nesta espacialidade onde se cria o encontro com o outro, e onde se abrem espaços para aberturas e fissuras que promovem a politização da própria alteridade. Há uma tendência à centralidade se tornar o espaço abstrato do shopping center, o que anularia a política inerente ao espaço público, mas os processos por trás desta tendência não são capazes de se concretizarem de forma total, sempre encontrando resistências no caminho. E esta é a natureza do grito pelo direito à cidade hoje:

⁸ contra o predomínio de vias expressas, shopping centers e de espaços monofuncionais, sintetizado no manifesto de Jane Jacobs (2000).

manifesta-se como uma resistência à completa vinculação do urbano à lógica da financeirização e da apropriação do valor de uso complexo, e dos próprios espaços da cidade.

Saltando para o âmbito da teoria e do método do planejamento urbano – jamais reduzido à ação do Estado sobre a cidade nessa perspectiva ampla com a qual dialogamos, em sintonia com Friedmann (1987) e Souza (2002) – aponta-se para possibilidades diversas de ligar o conhecimento à prática na transformação coletiva do espaço. A partir de um método de definição democrática de prioridades e numa dinâmica de aprendizado social em que o processo de planejamento aprende com a população e vice-versa (Friedmann, 1987), cria-se a capacidade de se atuar objetiva e concretamente na transformação do espaço urbano de acordo com objetivos determinados por princípios de democracia direta. Quando me refiro à “tradição da reforma urbana”, trato do ideário e do projeto político voltado para as cidades brasileiras cujas raízes se encontram nas reformas de base do governo João Goulart, e que depois ressurgem na plataforma dos movimentos pelo direito à cidade que se fortaleceram no Brasil a partir do final da década de 1970, se fortalecendo ao longo da década seguinte, e cuja atuação na formulação de políticas públicas foi decisiva na constituição de 1988 e na aprovação do Estatuto da Cidade em 2001. Estes movimentos serão abordados em relação a um conjunto de transformações no espaço da sociedade civil organizada, onde surge, ao longo dos anos 2000, uma nova rodada de organizações atuando na luta pelo direito à cidade, por vezes entrando em conflito com os movimentos do ciclo anterior, e trazendo inclusive possíveis redefinições para o campo da teoria do planejamento em sua vertente crítica.

De forma geral, este estudo visa também uma compreensão, na faceta ligada à política urbana e principalmente na contextualização em relação aos processos socioespaciais subjacentes, deste novo ciclo histórico de mobilizações políticas, ainda em curso, e colocado em evidência pelas jornadas de junho de 2013. Aqueles eventos constituíram um ápice de afloramentos de dinâmicas e movimentos que já vinham atuando há alguns anos, sendo que parte das organizações e movimentos sociais que compõem esta nova rodada tiveram suas pautas e energias renovadas e potencializadas pelas jornadas. Há aí uma redefinição do campo de forças situadas fora do Estado, pouco ou nada relacionados aos grupos que atuaram por muitos anos em conjunto com o Partido dos Trabalhadores no plano da disputa eleitoral e que, desde 2003 encontram-se, em certa medida, inseridos no aparato institucional, mesmo que indiretamente. Assim como partidos políticos que se constituíram a partir da dissidência com o PT logo nos seus primeiros anos de governo, afirma-se nestes círculos um princípio de não adesão ao (ou de rompimento explícito com o) *pacto lulista*, que envolve sindicatos, movimentos sociais diversos e os grandes grupos oligopolistas, e promove

uma tentativa de inserção social distributiva combinada ao atendimento dos grandes interesses empresariais e do grande capital financeiro (sendo o crescimento econômico indispensável para o funcionamento do modelo, e que sua interrupção no contexto pós-2010 gera tensões crescentes também na ponta direita deste pacto). No âmbito da política urbana, estes grupos não alinhados fazem-se presentes de forma pujante, reforcando as lutas e retomando práticas radicais neste terreno dos movimentos populares – e em grande medida autônomos – através de diversas formas de atuação, sobretudo na ação direta, por meio das ocupações urbanas.

Retornando à discussão situada no âmbito das teorias do planejamento, a prática de se pensar e propor alternativas na produção do espaço por parte tanto dos teóricos citados acima quanto do próprio movimento nesse amplo espectro da experiência brasileira das últimas décadas aponta para um procedimento de democracia direta e horizontalidade cujos obstáculos revelam algumas relações e processos que esclarecem a importância de se abordar em profundidade a relação entre a primazia dos mercados e a produção do espaço metropolitano. Neste procedimento prático de planejamento, parte-se de um amplo diagnóstico participativo da cidade que elenca problemas e pontos críticos que são escalonados de acordo com as prioridades amplamente discutidas com a participação da população. Em seguida, também através da participação, a sequência do processo passa pela formulação de propostas de políticas públicas e/ou outras ações coletivas diversas voltadas para as prioridades anteriormente elencadas. O que se destaca nas experiências práticas que buscaram se aproximar deste modelo de planejamento urbano é que o déficit de estruturas coletivas acumulado desde meados da década de 1960 e agravado pelo crescimento intenso da população metropolitana neste período sempre pode ser identificado como uma característica em comum das prioridades elencadas nos processos participativos.

As tentativas de praticar este modelo de planejamento urbano no Brasil a partir dos anos 90 tiveram como principal empecilho uma ordem institucional advinda da inserção em escalas maiores de política econômica que impossibilitava a ação coletiva de forma substancial como demandado. E, aproveitando-se e unindo-se à grande energia criada no novo ciclo de lutas que entra em erupção e se evidencia em 2013 (mas já se faz presente desde meados da última década), esta prática de planejamento urbano democrático ligado à bandeira da reforma urbana ainda guarda um grande potencial para transformações virtuosas na metrópole brasileira, desde que se aprenda com os erros das tentativas de alcance relativamente limitado das duas últimas décadas e se tenha clareza da natureza dos obstáculos a serem enfrentados. Num primeiro momento, em que o ideário da reforma urbana se faz presente em algumas administrações municipais em grandes capitais e municípios

metropolitanos, o neoliberalismo se apresenta como a negação de possibilidades advinda de outras escalas, seja através da limitação da capacidade de gasto do setor público no nível municipal, ou dos efeitos diretos da política econômica em nível macro nessas metrópoles. Posteriormente, há uma alteração neste quadro, em que o próprio planejamento urbano se torna proativamente neoliberal nestas localidades, sendo o exemplo de Belo Horizonte bastante emblemático desta transição.

De forma preliminar e à guisa de introdução, abordo o neoliberalismo como uma forma de governo historicamente situada no capitalismo contemporâneo, iniciada a partir das reestruturações que ocorrem pelo mundo a partir da crise do modo de regulação⁹ fordista-keynesiano na década de 1970. Um preceito teórico que será fundamentado adiante mas que merece ser apresentado de antemão é a ideia de que o processo de reprodução do capital é fundado no Estado. O capitalismo tem no Estado um embrião (em termos históricos) e um pilar sustentador fundamental (em relação à sua perpetuação), sendo que variações histórico-geográficas do capitalismo se relacionam a formas distintas com que o Estado estrutura, regula, administra e garante as pré-condições para a fluidez da acumulação. Trata-se de um pressuposto importante tanto na negação de interpretações (neo-)estruturalistas que insistem em posicionar a produção em si como um processo social fundamental a partir do qual as instituições, as ideologias e as subjetividades se organizam; quanto para demonstrar o caráter ideológico do argumento primordial dos proponentes do neoliberalismo, qual seja, a ideia do Estado mínimo como um objetivo e um ideário central em suas doutrinas. O padrão neoliberal de regulação do capital centra-se na formulação de políticas e de um modelo de governo que partem do pressuposto de que o livre mercado resulta necessariamente em maiores níveis de bem-estar social, mas atuando de forma ativa (violenta e autoritária), para garantir certas condições básicas para a livre atuação dos agentes econômicos privados, apesar do caráter antidemocrático tanto dos resultados coletivos gerados pelo mercado quanto destas pré-condições para seu funcionamento. Esta atuação mínima tem na polícia um agente central (Wacquant, 2001; 2009), e na garantia de direitos de propriedade que, combinada com a ausência de políticas públicas que atendam demandas sociais reais que o mercado não é capaz de abordar, entra em conflito direto

⁹ Utilizo o termo “modo de regulação” tendo como referência a economia política dos regulacionistas franceses e sua abordagem das crises e reestruturações históricas do capitalismo em diversos níveis e as variações de formatos de ação do Estado correspondentes. A escola da regulação trabalha com um pressuposto adotado neste estudo (também presente na obra de Karl Polanyi, dentre outros que serão abordados adiante), de que a lógica do capitalismo é intrinsecamente cruzada a formas historicamente construídas de agenciamentos econômico-institucionais, tendo o Estado como agente central, e não simplesmente derivado do mecanismo interno da acumulação. Para um panorama geral daquela escola de pensamento, ver Boyer (1996), e Boyer; Saillard (2002).

com a urgência da necessidade coletiva, tendo a metrópole como um palco privilegiado de disputa. Não há contradição entre plano e mercado nessa perspectiva, pois a ação do Estado é em si um preceito fundamental para a própria primazia dos mercados e da conseqüente generalização da busca por soluções individuais para problemas coletivos. Há uma forma neoliberal de planejamento, que envolve variações históricas e geográficas de acordo com o contexto em que os princípios de *laissez-faire* e os modelos neoliberais interagem com heranças de períodos anteriores e com padrões de organização institucionais (ambos geograficamente específicos). Como Brenner et al (2010) argumentam, o neoliberalismo não deve ser visto como um processo homogêneo e homogeneizador, pelo contrário, pois se torna concreto de forma variada, a partir das especificidades da trajetória histórica de cada geografia. Tais trajetórias resultam em hibridismos que variam de acordo com as heranças históricas e as diversas maneiras que as dinâmicas e modelos atuais interagem com essas permanências, podendo tentar rejeitá-las, transformá-las ou incorporá-las em benefício próprio.

Muito se escreveu no âmbito da geografia urbana e econômica nos últimos 30 anos a respeito da reestruturação do capitalismo a partir do início da década de 1970 nos países de centro, pensando na importância do espaço para compreender tal processo¹⁰. Esta reestruturação começa a ocorrer no Brasil com uma década de atraso, após o fracasso do governo militar no 2º Plano Nacional de Desenvolvimento que visava justamente uma política de gasto contra cíclico para a manutenção do crescimento através da ação do Estado. Trata-se de uma história acerca do declínio do Estado de bem estar social, que hoje pode ser visto como um interregno na história do capitalismo, que gera um longo período de exceção – entre as décadas de 1930 e 1970 – onde há um nível de regulação e restrição maior aos mercados, para em seguida dar lugar a um modo de regulação mais parecido com o anterior, com um maior nível de liberalismo (porém com algumas diferenças fundamentais, não se tratando de um simples retorno).

A crise do capitalismo fordista-keynesiano teve um nível de profundidade maior que as crises esporádicas com as quais convivemos, e a reestruturação subsequente altera a relação capital-trabalho em benefício do primeiro. O Estado de bem estar não envolvia simplesmente o provimento universal de serviços públicos, mas também uma relação do capital (sobretudo industrial) com o

¹⁰ Em grande medida na geografia crítica e nos estudos urbanos do mundo anglófono, numa primeira vertente, tratando das transformações a partir da perspectiva da pós-modernidade (Soja, 1993; 2000; Harvey, 1992); em seguida trazendo a globalização como processo proeminente (Sassen, 1998b; 2001; Dicken, 1986; dentre outros); em paralelo com um enfoque na construção de um paradigma pós-fordista (Amin, 1994); para finalmente chegar no tratamento do neoliberalismo como dinâmica socio-histórica essencial na produção contemporânea do espaço (Harvey, 2004; Peck et al, 2002; 2009; Brenner et al, 2010).

trabalho e as organizações sindicais onde havia uma lógica de aumento dos salários proporcional aos ganhos de produtividade que é abandonada com a reestruturação pós-fordista. Para Harvey (2004), o neoliberalismo é um projeto de classe, levado a cabo pela classe capitalista, com o objetivo de reverter essa dinâmica de aumento dos ganhos do trabalho e direcionar o crescimento da produtividade para o lucro privado – o que só é possível com a globalização da produção, que retira qualquer resquício de poder de fogo dos sindicatos nos países centrais ao lançar as etapas intensivas em mão de obra para os países de custo mais baixo do trabalho, com mão de obra abundante e poucos direitos trabalhistas (inúmeras vezes em regimes autoritários). O grande nível de endividamento dos assalariados no contexto atual se explica, na abordagem de Harvey, a partir dessa alteração promovida pelo pós-fordismo aliado ao neoliberalismo nos mecanismos de distribuição dos ganhos, a favor dos lucros e em detrimento do trabalho.

No Brasil, a abertura comercial conduzida pelo governo Collor constitui um passo decisivo no desmantelamento do modelo de Industrialização por Substituição de Importações (ISI), que corresponde razoavelmente à experiência brasileira (e latino-americana) de regulação fordista-keynesiana da acumulação capitalista com aspirações (e produtoras de ideologias) nacionalistas de progresso. Como esclarece Mariana Fix,

no caso do Brasil, a liberalização e a desregulamentação financeira inseriram novamente o país nos fluxos internacionais de capital, interrompidos com a crise da dívida e a derrocada do desenvolvimentismo, no contexto da crise da ordem de Bretton Woods. Contudo, ao contrário do ciclo desenvolvimentista, a liberalização foi responsável por atrair montantes elevados de capital financeiro especulativo, os mesmos que invadiram as periferias asiática e latino-americana, em um quadro de aumento da mobilidade do capital e de busca por rentabilidade também fora dos países centrais. Entre os ditos ‘mercados emergentes’, o Brasil foi o país que adotou mais tardiamente as políticas neoliberais de ajuste, recomendadas pelo FMI e pelo Banco Mundial, que se iniciaram com as medidas do governo Collor, no início da década de 1990. Por isso mesmo, as medidas de liberalização - comerciais, de flexibilização do mercado de trabalho, reformas econômicas e do Estado e privatizações - foram executadas aqui de modo extremamente acelerado, em menos de cinco anos, pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Concluídas as reformas, o país tornou-se apto a participar do circuito da valorização financeira. Em um "mundo tão dominado por esses capitais fictícios e dominado, além disso, pela vertigem de valorizar o valor sem a mediação da produção, nada mais interessante do que transformar economias nacionais com alguma capacidade de produção de renda real, mas sem pretensões de soberania, em prestamistas servilmente dispostos a cumprir esse papel e, dessa forma, lastrear, ainda que parcialmente, a valorização desses capitais. Eliminados os maiores obstáculos a esse desempenho (a inflação, o descontrole dos gastos públicos, a falta de garantias dos contratos, a ilusão do desenvolvimentismo, dentre os principais deles), essas economias estão prontas a funcionar como

plataformas de valorização financeira internacional" (Paulani; Pato, 2005). (FIX, 2009, sem página).

Bem como o modo de regulação neoliberal, a experiência brasileira de ISI teve variações internas importantes, não tendo sido um modo de regulação coerente internamente ao longo de seu predomínio como forma de gestão governamental da acumulação capitalista (entre o início das décadas de 1930 e 1980). Como será detalhado no capítulo 2, esta experiência se inicia em 1930 com um impulso na direção da construção de uma indústria de base nacional, com um primeiro processo de reestruturação no governo de Juscelino Kubitschek permitindo maior entrada de capitais estrangeiros concomitante a um esforço de ampliar a infraestrutura de energia e transportes necessária para a expansão do investimento industrial, tendo uma terceira redefinição no período militar, reprimindo a expansão da participação do trabalho na apropriação dos frutos do crescimento, e com um impulso mais forte na direção da modernização conservadora do território de forma mais expandida na direção das regiões centro-oeste e norte (Becker, 1991).

Além de outros fatores que tornam decisiva a herança deste modelo anterior na configuração e no funcionamento do neoliberalismo, o que é importante ressaltar aqui é que este foi um padrão de crescimento econômico induzido pelo Estado altamente centrado na metrópole, principalmente na região sudeste do país. E além do aspecto do keynesianismo com seu braço distributivo retraído, que gera espacialidades cristalizadas e heranças sociais que perduram na metrópole brasileira com uma expressiva importância política no quadro atual, esta concentração do fordismo brasileiro na metrópole do sudeste fez com que estas regiões sofressem os impactos da crise daquele modo de regulação de forma mais acentuada. Do ponto de vista do processo histórico da formação espacial, o crescimento acelerado da metrópole brasileira do sudeste nas décadas de 1960 e 1970 é ligado a uma relação Estado-espaco que historicamente exclui uma grande parcela da população do acesso à terra, criando um grupo subalterno fluido no território que sofre um duplo efeito de expulsão da terra em função da intensificação do componente técnico no campo na chamada revolução verde e da concentração da propriedade fundiária, e de atração às metrópoles em função do crescimento acentuado do emprego industrial naquele período. No entanto, essa população, mesmo urbanizada, permanece às margens do acesso à terra – na cidade transformado em acesso à moradia, e se estendendo ao acesso à cidade de forma mais ampla. O segundo passo naquilo que Karl Polanyi (1980) descreveria como o duplo movimento inevitável no percurso histórico do capitalismo nos países de centro – qual seja, o crescimento e a distribuição social dos seus frutos, inevitável para aquele autor, em função da tensão social insustentável que o

primeiro movimento produz ao longo do tempo – não seria verificado no percurso da formação da metrópole brasileira, sendo as presenças/persistências desta ausência (violentamente policiada) ingredientes importantes nas espacialidades resultantes da ascensão do neoliberalismo.

Construiu-se a base para um capitalismo industrial urbano, que atrai amplos contingentes populacionais a partir de um duplo processo: o efeito de expulsão do campo em função da substituição da mão de obra no campo pela revolução verde, que por sua vez se relaciona à exclusão socioespacial histórica da população pobre brasileira (que representa uma herança viva do colonialismo e da escravidão) repetida e continuamente excluída do acesso à terra (Holston, 2013); e o efeito de atração exercido pelo dinamismo econômico da metrópole no período baseado no crescimento da indústria. A crise metropolitana (Souza, 1999) é, em grande medida, ligada à crise que atinge no início dos anos de 1980 - com pouco menos de uma década de atraso em relação aos países centrais -, o modo de regulação nacional-desenvolvimentista iniciado na guinada urbano-industrial de 1930 no país. Como a metrópole era o centro dinâmico daquele modelo, a crise deste atinge as áreas metropolitanas com mais força, tendo como efeitos mais visíveis os níveis elevados de desemprego (que persistem até o início da década de 2000), e o sucateamento dos meios de consumo coletivo (antes que atingissem sua universalização que seria garantida em termos de direitos pela Constituição de 1988). Com a abertura econômica do início da década de 1990 a indústria brasileira entra numa posição de maior vulnerabilidade, conduzindo o país a uma situação de “armadilha da renda média” em que os países semiperiféricos se encontram na globalização, por não terem as vantagens comparativas das duas pontas do espectro: nem a tecnologia dos países centrais, nem a mão de obra barata do sudeste asiático. As vantagens comparativas que restam se concentram na exportação de recursos naturais e commodities agrícolas: justamente os carros-chefe da economia brasileira pré-1930, que voltam a exercer este papel nas últimas décadas, ainda que de forma acompanhada da base fordista que permaneceu¹¹.

Há, assim, um duplo processo composto por dois conjuntos de forças diametralmente opostas e que entram em conflito de formas diversas: a (re)democratização e a neoliberalização. A primeira abre uma série de possibilidades para a política urbana progressista, que irá se estruturar em determinadas localidades no Brasil a partir de uma série de princípios advindos da retomada

¹¹ simplesmente em função da proteção direcionada aos setores que a compõem, que no caso da indústria motriz deste parque industrial fordista, são também beneficiados diretamente por políticas públicas de incentivo ao consumo de automóveis (que incluem subsídios através do provimento de infraestrutura urbana dedicada às tentativas de manutenção da malha rodoviária urbana em acordo com o tamanho da frota em circulação), e indiretamente, através da ausência de subsídios e incentivos ao transporte coletivo.

dos movimentos sociais atuando em torno da questão urbana na década de 1980. A segunda força atua de forma contrária, limitando aquelas experiências – dentre outras dinâmicas ligadas às forças que visavam promover o aprofundamento democrático situadas noutras escalas e espacialidades – sobretudo a partir de sua tomada da política macroeconômica através da gestão das finanças públicas e da necessidade de financiamento do Estado, agravada na crise da dívida do início dos anos 80. É importante ressaltar a transecularidade neste conjunto de limitações e restrições que se impõem de cima para baixo, desde o âmbito da gestão macroeconômica do Estado-nação, às experiências das gestões municipais que buscaram, sobretudo na década de 1990, democratizar o planejamento urbano e promover uma guinada democrática na política urbana.

O dismantelamento das estruturas do Estado de bem estar social ainda em fase de construção ocorre justamente num período politicamente promissor, de transição democrática e redefinição das pedras fundamentais do Estado, que resulta numa constituição formalmente democrática mas com difíceis transbordamentos práticos. Um dos fatores que atuam como obstáculo é a persistência de formas renovadas de patrimonialismo, clientelismo e concentração de poder (notável nas relações entre meios de comunicação desregulados, grande capital e partidos políticos), sendo que a reestruturação regulatória na direção de uma governança decisivamente em favor do afloramento de oportunidades de investimento completa o leque de processos que anulam potenciais da redemocratização, sobretudo no que diz respeito à construção de uma esfera pública coerente com a profundidade das movimentações democráticas daquele período. Concomitante a este desencontro que gera uma tensão interna ao próprio Estado entre as determinações advindas do campo da política econômica e as persistências do Estado de bem estar que a Constituição de 1988 cria bases jurídico-institucionais para se construir de forma universal, há uma construção de um novo aparato regulatório com um papel distinto do Estado, muito de acordo com a teoria econômica ortodoxa, marcado pela necessidade que o governo atue somente na correção das “falhas de mercado”. Como bem observam Brenner et al (2010b, p. 329), as transformações no aparato regulatório do capitalismo ocorrida nas últimas décadas priorizam respostas centradas no mercado e orientadas por ele, “buscando intensificar a mercantilização de todos os domínios da vida social, frequentemente mobilizando instrumentos financeiros especulativos para abrir novas arenas para o investimento lucrativo”. Este é o retrato do desencontro, que começa a ocorrer no final da década de 1980 e perdura de formas diversas, entre um processo de democratização e a conformação de um modelo de ação do Estado que abarca uma política econômica e um aparato regulatório que atuam na contramão do primeiro.

Este período entre o fim dos anos 80 e início dos 90 constitui um ponto de inflexão significativo na metrópole brasileira, com raízes na crise do início da década de 80 que dá forma àquele contexto, e que cria uma série de dinâmicas sociais cujos efeitos ainda se fazem presentes. A crise da dívida se propagava, os planos macroeconômicos fracassavam reiteradamente, e o contexto da redemocratização passava por um ponto chave nas eleições de 1989. Neste quadro de incertezas, o neoliberalismo se apresenta como a novidade que abarca a resposta bem sucedida para a crise, sendo que o Plano Real, ao atingir o objetivo central de controle da inflação inercial que marcava a crise e as diversas tentativas fracassadas de controlar o surto inflacionário com o qual ela se identificava diretamente, dá legitimidade ao projeto, embora seus custos sejam bastante expressivos para as parcelas mais vulneráveis da população – no desemprego acentuado e persistente continuado combinado com o sucateamento progressivo da esfera pública.

Noutro plano de análise, Caldeira (2000) aborda aquele período do final da década de 1980 e início dos 1990 a partir da experiência urbana de moradores da cidade de São Paulo registrada etnograficamente na forma de entrevistas em profundidade, cujos relatos recolhidos naqueles anos registram a gravidade da crise da cidade, o pessimismo predominante e a ausência de perspectivas de possibilidades de sua superação, nos quais a violência urbana é um aspecto central, e influencia em grande medida a vida na metrópole. As reações à violência também são retratadas de forma detalhada pela autora, e na maioria das vezes vão na direção alimentadora de preconceitos e de um ciclo vicioso defensivo, antissolidário, antissocial, anticidade, que engendra o protagonismo da busca por soluções privadas para problemas públicos, e caminha no extremo oposto da empatia necessária para a adequada percepção do fenômeno e sua superação. A violência policial aparece como um aspecto visto como “mal necessário” por parte das classes médias, e é evidenciada pela autora como uma porção significativa das raízes do ciclo vicioso retroalimentador da violência. Caldeira traça relações de todo este processo também com a transição pós-regime militar, trazendo impressões (também em relatos pessoais capturados em campo) a respeito da suposta segurança que existia nos tempos da ditadura, associadas à defesa da pena de morte por muitos e à condenação da promoção dos direitos humanos como forma de proteção de criminosos – posturas (políticas, deve-se ressaltar) que voltam à tona com bastante força no contexto atual.

A violência é um traço marcante da metrópole brasileira pós-crise da década de 1980, e o ciclo vicioso que a reproduz se relaciona a diversas dinâmicas entrecruzadas e retro-cumulativas no formato proposto por Gunnar Myrdal (1965) em seus diagnósticos ligados ao tema do desenvolvimento econômico que engendraram propostas de ação sempre baseadas na quebra dos

ciclos viciosos e sua inversão na direção oposta, a do ciclo virtuoso igualmente retroalimentado. Embora esta análise seja contaminada por uma primazia do utilitarismo e por uma grande dose de ingenuidade quanto às relações sociais de produção que se reproduzem de várias maneiras e se mesclam aos ciclos de “causação circular cumulativa” identificados por Myrdal, pode servir como um aparato interessante de análise para a cidade contemporânea e dinâmicas definidamente urbanas, como é o caso da violência cotidiana descrita acima.

Trata-se de uma questão que assola a todos na cidade, atingindo os pobres de forma mais acentuada (mais uma vez, aqueles excluídos das possibilidades de privatização/individualização das soluções através do mercado), e que inclusive reduzem o potencial da ação política democrática de grupos organizados atuantes em comunidades pobres e favelas onde o tráfico de drogas se faz fortemente presente (Souza, 2009). Ataca-lo demanda identificar essa cadeia de processos interligados em relação causal circular, passando pela violência policial (que é central na retroalimentação da violência, como ressalta Teresa Caldeira), mas também pelos aspectos que conformam a situação do total oposto ao direito à cidade de forma plena em seu sentido original lefebvriano em que a grande maioria daquelas pessoas vive. Processos que incluem o fato de que o tráfico organizado é, em grande medida, uma resposta a um chamado do próprio Estado por soluções individuais e pela transformação do cidadão em empreendedor num contexto de fragilidade social e crise crescente, sendo que a própria conjuntura sinaliza através mesmo da ação (e inação) do Estado que os sistemas coletivos de proteção social em frágil construção até o final da década de 1970 – paradoxalmente garantidos em termos formais pela Constituição de 1988 numa conjuntura de nenhuma fertilidade para sua efetivação – não estariam mais presentes. Ou seja, construía-se um regime de meritocracia liberal em tempos de crise, o que tende a não ser um remédio apropriado para esta, com resultados desiguais e reforçadores da desigualdade já herdada de períodos anteriores. E dentre o precariado urbano (cujo embrião havia se constituído na combinação entre crescimento e persistência da pobreza nas décadas de 60 e 70) surgiriam algumas respostas aliando uma lógica de mercado à inserção em circuitos mais amplos de ilegalidade organizada, que envolve sobretudo a logística de circulação das mercadorias e materiais utilizados naquelas atividades, e à territorialização armada da favela como espaço isolado, protegido da ação da polícia (Souza, 1996).

Há uma clara ligação da violência cotidiana na metrópole com o neoliberalismo urbano nascente, e a reprodução em novas rodadas com alterações e ajustes internos desta cidade do mercado engendra novas formas com que a violência também se perpetua na cidade (mesmo em

conjunturas onde a crise econômica não se faz presente, como a maior parte da década de 2000). Em versões mais extremas deste ciclo vicioso que alimenta a violência cotidiana, Calligaris (1999) interpreta uma onda de violência extrema marcada por episódios de demonstração de força e crueldade por parte do crime organizado no Rio de Janeiro no final da década de 1990 como situada no mesmo eixo que a ostentação consumista da elite daquela cidade, numa lógica de massacre simbólico do mais fraco via ostentação de poder econômico respondido através da ostentação de violência. Neste sentido, se a regra do jogo é a competição, e as condições iniciais de entrada não são minimamente corrigidas em relação às heranças históricas profundamente injustas, a violência se torna uma resposta dentro do paradigma competitivo imposto desde cima.

Retornando à perspectiva histórico-geográfica mais ampliada, é preciso enfatizar que neoliberalismo e globalização (em sua rodada contemporânea, desde a década de 1970) são processos que caminham juntos, mutuamente criando condições para o avanço um do outro. Neste sentido, a questão de escala é fundamental para se abordar a relação entre neoliberalismo e espaço, inerentemente transescalar, comportando dinâmicas que ocorrem em escalas geográficas distintas, e que aprofundam as interligações entre elas. Isso traz implicações importantes para a metrópole, por se tratar de um ente geográfico particularmente sensível a processos que ocorrem em escalas mais amplas, devido à sua natureza relacional, da alta densidade de nós e pontos de encontro constitutivos de redes maiores que são concentrados no espaço metropolitano. A metrópole atual constitui um espaço econômico baseado nos serviços avançados cuja geração de excedente cria condições extremamente favoráveis para a valorização imobiliária e a potencialização da renda da terra que canaliza parte destes excedentes em sua direção. Nisso, o neoliberalismo urbano entra em cena como um conjunto de ações, políticas públicas e projetos que potencializam este ciclo de valorização imobiliária, gentrificação e aprofundamento da economia imaterial dos serviços avançados, sendo as operações urbanas mais recentes a expressão máxima dessa orientação de política urbana em que o poder público promove a valorização imobiliária e pega carona na dinâmica, mas sem redistribuir de forma substancial o excedente capturado.

O forte crescimento da economia brasileira no período 2004-2010, intimamente relacionado à inserção internacional do Brasil em relação à ascensão da economia chinesa, atua como um combustível nestas transformações dos núcleos metropolitanos. No período anterior de crescimento econômico continuado, situado na década de 1970, a estrutura produtiva era centrada no modelo de substituição de importações, altamente concentrado nas áreas metropolitanas. A retomada da década passada ocorre num primeiro momento em áreas de maior presença da atividade extrativista

(na mineração, principalmente) e da agroindústria, gerando reflexos diretos nas economias metropolitanas através da demanda por serviços complexos e outras formas de complementaridade entre estes dois espaços econômicos. Após esta reativação do crescimento sustentado, há um reaquecimento do mercado interno que permite uma expansão quantitativa da ação do Estado, retomando o investimento público (paradoxalmente mantendo grande parte dos serviços básicos precarizados), promovendo o reajuste do salário mínimo para o mesmo nível real em que se encontrava no período anterior ao golpe militar e adotando políticas distributivas diretas. Nesta segunda fase, o reaquecimento do mercado interno faz as economias metropolitanas voltarem a crescer de forma mais substancial, não somente através dos impactos indiretos dos setores exportadores de recursos naturais, mas nas suas bases industriais anteriormente consolidadas. Os efeitos deste processo precisam ser avaliados em conjunto com a persistência do neoliberalismo, que nesta fase mais recente ocorre de forma combinada com o crescimento econômico - sendo que nos períodos anteriores, até o ano de 2004, verifica-se um formato de neoliberalismo com desemprego, que muitas vezes eram erroneamente diagnosticados como inseridos numa ligação intrínseca.

Desde o final da década de 1970, observa-se um aumento progressivo, expressivo e continuado no nível de desigualdade na maior parte dos países centrais, que acompanha o processo de neoliberalização como um de seus principais efeitos diretos (Picketty, 2014). Como já indicado na abordagem de Harvey (2005; 2011), trata-se de uma consequência da reversão dos ganhos do trabalho sobre o capital conquistados ao longo do período fordista-keynesiano, na direção de se favorecer, através da globalização e da neoliberalização, o segundo em detrimento do primeiro. Muito frequentemente o Brasil é citado como um caso à parte na última década em função de uma guinada nas políticas públicas visando atacar diretamente o problema da desigualdade. Mas se tomamos um quadro histórico mais ampliado como referência, fica visível se tratar de uma atualização dos níveis de rendimento das camadas mais baixas depois de um longo retrocesso na distribuição de renda que se inicia em 1964 e perdura até o ano de 2003. A tendência à geração de desigualdades através do modelo vigente continua operando como uma subcorrente neste processo, que tende a anular a tendência criada pelas políticas de aumento do salário mínimo real e de transferência direta de renda em períodos de crise, tal qual o atualmente vivenciado (em 2015).

Este período pós-2003 pode ser caracterizado como uma terceira variação no formato do neoliberalismo em sua versão brasileira, a partir do início do processo de reestruturação no governo Collor, com um desmonte dos pilares da política de Industrialização por Substituição de

Importações na abertura para o comércio exterior, e de uma segunda fase do aprofundamento na agenda neoliberal através do Plano Real e da política mais agressiva de privatizações levada a cabo no governo Fernando Henrique Cardoso. Essa discussão também será aprofundada em alguns pontos ao longo do estudo, mas anuncia-se aqui que os fatores que tornam o *lulismo* uma variação no neoliberalismo em seu padrão brasileiro e latino-americano nessa interpretação centrada na governança são: a manutenção da política macroeconômica a serviço da credibilidade dos títulos de dívida pública no mercado financeiro internacional; o aprofundamento do extrativismo e dos setores exportadores de commodities explorados como resultado do receituário ortodoxo de melhorar a relação entre dívida e exportações através das vantagens comparativas, ofertando-as no mercado global; a persistência da precariedade dos serviços públicos apesar do crescimento econômico (que faz com que os ganhos distributivos sejam amplamente apropriados pelos mercados que ofertam os bens e serviços demandados pela classe média baixa em expansão); e um formato de direcionamento da ação do Estado ao investimento privado através das parcerias público-privadas e concessões diversas – cuja lógica se estende também ao Programa Minha Casa Minha Vida, que vem transformando as paisagens das periferias metropolitanas de forma significativa e alimentando o ciclo de endividamento do assalariado consequente da relação capital-trabalho atual.

Ressalta-se também que as políticas de transferência de renda não são uma manifestação antineoliberal do formato de ação do Estado atual. Pelo contrário, são mecanismos coerentes com os preceitos do fundamentalismo de mercado contra o fortalecimento e a primazia da esfera pública. Tanto Milton Friedman quanto Friedrich Hayek defendem as políticas de transferência direta de renda como uma forma de combate à pobreza mais eficiente que o provimento dos serviços por parte do Estado. Friedman (2014) dedica todo um capítulo (XII: O alívio da pobreza) de sua obra mais influente a esta questão, propondo a ideia da *taxação negativa* e do subsídio direto de renda aos pobres como forma de instituição universal de um piso sob o padrão de vida para todos, a partir de uma ideia utilitarista de que a pobreza alheia pode constituir uma desutilidade que se visa atacar por parte dos contribuintes, sendo a transferência direta de renda a melhor forma de se fazê-lo sem que os mecanismos do mercado sejam distorcidos ou tenham seu funcionamento impedido. A justificativa para tal é que esta transferência direta permite que os beneficiários tenham uma liberdade de escolha no uso dos recursos que supostamente favorece a competição entre ofertantes, aumentando o leque de escolhas em potencial para o consumidor, e sustentando um mercado privado maior. E para Hayek,

é o dinheiro que, na sociedade atual, oferece ao homem pobre uma gama de escolhas extraordinariamente vasta, bem maior do que aquela que há poucas gerações se oferecia aos ricos. Compreenderemos melhor a importância desse serviço prestado pelo dinheiro se considerarmos o que de fato aconteceria se, como propõem muitos socialistas, o ‘incentivo pecuniário’ fosse em grande parte substituído por ‘incentivos não-econômicos’. Se, em vez de serem oferecidas em dinheiro, todas as recompensas o fossem sob a forma de distinções públicas ou privilégios, posições de poder, melhores condições de moradia ou alimentação, oportunidade de viajar ou educar-se, isso significaria apenas que o beneficiário já não teria liberdade de escolha e que o dispensador das recompensas determinaria não somente o seu valor mas também a forma específica em que elas seriam desfrutadas (HAYEK, 2010, p. 102).

Neste sentido, a combinação da precariedade persistente dos serviços públicos com a expansão do emprego e da renda disponível que retira uma ampla parcela da população de uma situação de pobreza e dá acesso ao consumo pela primeira vez para muitos, faz nascer um enorme mercado privado de atendimento a esta nova demanda, abrangendo um amplo leque de setores, desde supermercados e o comércio de bens duráveis até os serviços coletivos. Educação, saúde, o acesso à moradia e aos meios de transporte individuais (em detrimento do coletivo) se tornam grandes magnetizadores da renda acessada por este grupo. Ou seja, transfere-se renda para a base da pirâmide, e em função da ausência dos serviços públicos, este mesmo fluxo retorna ao topo, através da criação destes mercados altamente lucrativos (em parte sustentados pela reprodução do sucateamento do público). E politicamente, atinge-se um nível de legitimidade inédito no período pós-redemocratização ao conseguir a adesão de uma grande parcela dos excluídos que supostamente deixam de sê-lo. Obviamente, não se trata de atacar os programas de transferência de renda em si (que para os mais vulneráveis representam um avanço em relação à situação anterior da dupla ausência tanto do acesso aos serviços quanto da renda mínima), mas simplesmente de apontar sua coerência com um quadro neoliberal mais amplo. E esta inserção traz consequências graves para a cidade, a transforma numa máquina de crescimento incapaz de lidar com prioridades coletivas a não ser através do direcionamento das soluções para o mercado – como o Programa Minha Casa Minha Vida retrata bem, assim como a questão do trânsito, tornada tão grave em função justamente desta ausência dos canais coletivos e do agigantamento do somatório das soluções individuais em conflito e congestionamento umas com as outras. Faz-se crescer um modelo que gera desequilíbrios, e acentuam-se contradições e tensões, sobretudo através da inserção da renda da terra, também intensamente incrementada por este padrão de crescimento alimentador da individualização das soluções.

A paisagem urbana resultante deste formato de neoliberalismo aliado com crescimento e saída da pobreza através do consumo, para além do congestionamento de veículos, é aquela das motocicletas por dentre os carros, do transporte público caro, lento e lotado, do “predinho” de 3 andares na periferia, dos onipresentes telefones celulares equipados com câmeras e autofalantes, da proeminência do amplo leque de serviços educacionais particulares, dos planos de saúde, do endividamento e dos financiamentos a perder de vista, e do shopping center finalmente chegando às regiões menos abastadas da metrópole. As facetas virtuosas desta dinâmica estão no alívio da situação de penúria criada nas décadas anteriores, no tão esperado acesso ao consumo que sempre buscou atingir ao desejo de todos através da publicidade mas teve seu acesso restrito somente a alguns. A realização do desejo reprimido desmistifica a essência do que é desejado, e no caso do consumo, esta se revela para muitos como uma essência vazia, pouco fiel ao forte apelo imagético que ela exerce no cotidiano, permitindo um passo adiante, na conformação de novas ansiedades mais produtivas, potencialmente na direção da esfera política. Por outro lado, esta saída da situação de maior vulnerabilidade pode também significar uma marcha na direção de uma nova forma de precariedade, em que há um grande nível de endividamento e uma dependência delicada da manutenção do crescimento econômico para que a nova classe média baixa se mantenha como tal.

Mas para além dessa dimensão das transformações no perfil socioeconômico trazidas pela dinâmica recente, o aspecto de importância central para o argumento aqui proposto se refere às formas com que o espaço é socialmente produzido e se renova conservando estruturas hegemônicas num contínuo processo de modernização conservadora e de abertura de novas possibilidades emancipatórias que têm no espaço um pilar fundamental. Na rodada atual, o neoliberalismo combinado ao crescimento econômico produz (e é produzido por) um espaço social centrado no consumo, na competitividade, na individualização, nos cálculos de risco/retorno e custo/benefício, na meritocracia liberal, na privatização, no cerceamento, e na conformação de uma base simbólica que constitui uma cultura marcada por estes padrões. O que não ocorre sem respostas e resistências, pois a cidade situa-se na permanente tensão entre a reprodução da hegemonia através da produção do espaço e a contínua profusão de novos vetores criadores de aberturas emancipatórias e possibilidades políticas, e da busca pela afirmação do direito à cidade.

O encontro do direito à cidade com o comum e a democracia radical: respostas das ruas à cidade cerceada pelo mercado

Os eventos de junho de 2013 constituem uma resposta ao quadro delineado acima, que será aprofundado adiante. Os megaeventos – Copa do Mundo e Olimpíadas – representaram parte substancial das motivações por trás dos protestos, inclusive por expressarem a lógica maior de produção do espaço urbano a partir de uma relação Estado-sociedade centrada na promoção do mercado, e constituem tanto uma vitrine para se expor embates e injustiças diversas quanto uma oportunidade para determinados setores ganharem poder de fogo em suas táticas, através de greves, por exemplo. No entanto, é necessário abordar a interseção dos megaeventos com os grandes protestos em relação a um conjunto mais amplo de processos, que se situam, em minha perspectiva, no campo do neoliberalismo em seu encontro com a metrópole. Mesmo em sua heterogeneidade marcante, argumento que os eventos iniciados em junho de 2013 constituem um embate pela democracia contra o neoliberalismo. Portanto, pressupõe-se um vínculo entre o projeto neoliberal e a crise de representação que assola os Estados de democracia representativa no mundo ocidental, tanto no norte quanto no sul, nas últimas décadas. É sob esta luz que proponho compreender os eventos de 2013 no Brasil, tendo em vista o quadro maior em que eles se inserem de forma indireta, qual seja, as erupções políticas de 2011, que partiram da faísca inicial da primavera árabe, e geraram eventos de importância histórica ainda difícil de se avaliar, na Europa e nos EUA – como o 15M e o movimento Occupy Wall Street acompanhado de suas versões regionais espalhadas na América do Norte.

Com exceção do período em que houve alguma adesão democrática ao projeto neoliberal, quando ainda se sentiam os efeitos da crise do Estado fordista keynesiano, e o neoliberalismo se afirmava através de um discurso de oferecer saídas para a crise, seus avanços foram sempre vinculados a processos antidemocráticos. De fato, a própria origem da aplicação prática das doutrinas neoliberais, como demonstrado por Laval e Dardot (2013), tem uma ligação direta a uma reação ao suposto “excesso de democracia” que se criou nos países onde a experiência fordista-keynesiana era mais avançada, como demonstra o relatório da Comissão Trilateral¹² de 1975, chamado “A Crise da Democracia”¹³:

Os especialistas convidados para formular seu diagnóstico em 1975 observaram que os governantes haviam se tornado incapazes de exercer seu papel como resultado do excessivo envolvimento dos governados na vida

¹² A Comissão Trilateral é um grupo não-governamental e apartidário sediado em Washington. Fundado por David Rockefeller em 1973, a agência tem como objetivo promover a cooperação internacional entre os países da América do Norte e Europa ocidental e o Japão.

¹³ Ver Crozier et al (1975).

política e social. Exatamente na contramão de Tocqueville ou Mill, que deploravam a apatia dos modernos, Michel Crozier, Samuel Huntington e Joji Watanuki lamentavam o ‘excesso de democracia’ que havia emergido na década de 1960 – isto é, a ascensão de demandas igualitárias e o desejo por participação política dos mais pobres e das classes marginalizadas. Do ponto de vista deles, a democracia política só podia funcionar normalmente com ‘alguma medida de apatia e não-envolvimento por parte de alguns indivíduos e grupos’. Coincidindo com os temas clássicos dos teóricos neoliberais originais, eles concluíram reconhecendo que ‘existem limites potencialmente desejáveis à extensão indefinida da democracia’ (DARDOT; LAVAL, 2013, p. 151).

O corolário prático que este vínculo primordial entre déficit democrático (e falsa democracia¹⁴), crise da representação e neoliberalismo apresenta é que uma resposta política com grande potencial se encontra justamente no aprofundamento e na radicalização da democracia, o que pode tomar um caminho de identificação de obstáculos práticos que precisam ser atacados. Pensar na democracia radical – em termos teóricos e na prática dos movimentos em curso que expressam a busca por este caminho – constitui também uma vacina contra um retorno tecnocrático e pautado por um desenvolvimentismo economicista ao Estado de bem estar social como resposta política à sociedade neoliberal (como foi tão comum na crítica ao neoliberalismo nas duas últimas décadas na América Latina). Sob o enfoque da identificação entre déficit democrático e neoliberalismo, a persistência do legado colonial que se traduz sob uma perspectiva econômica no subdesenvolvimento se supera através de transformações na esfera política, pois se trata de uma condição de heteronomia e de persistência de formas de dominação herdadas de estruturas coloniais que se renovam em roupagens contemporâneas.

Outra forma de pensar a interação entre pseudodemocracia e neoliberalismo no caso brasileiro envolve, mais profundamente e para além da questão do legado vivo do período militar no momento presente, uma necessidade de se avaliar a forma de estruturação do poder governamental na América Latina pós-colonial. Alguns autores contemporâneos¹⁵ trabalham com a ideia de que o caráter colonial das estruturas de poder no continente permanece em voga. O neoliberalismo em sua faceta ligada ao espaço social tal qual ele se expressa na metrópole brasileira contemporânea apresenta ligações diversas com esta herança, que também se relacionam a algumas

¹⁴ Diante da *democracia verdadeira* inicialmente elaborada por Marx ([1844]2005), e mais contemporaneamente retomada na filosofia política de Cornelius Castoriadis, Claude Lefort, Jacques Rancière, Chantal Mouffe e Ernesto Laclau, dentre outros teóricos da *democracia radical*, tema que será abordado de forma exploratória nas considerações finais do estudo.

¹⁵ Anibal Quijano, Walter Dignolo e outros expoentes do grupo modernidade/colonialidade, já mencionado acima.

características do funcionamento prático da democracia representativa aqui construída. O neoliberalismo brasileiro é marcado por uma não-correção das condições iniciais de “jogo” em conjunto com a definição de suas regras antes que ele se inicie. Ou seja, reproduz injustiças históricas e promove a entrada no terreno da competição (com sua generalização), sem lidar com a herança de exclusão prévia, impregnada na história da república desde seus primórdios. A biopolítica pós-colonial neste contexto da herança viva de espaços derivados é marcada pela necessidade do Estado lidar com a presença deste legado sem resolver suas persistências, como é o caso da polícia militarizada com atuação mais intensamente violenta junto aos pobres – tornada evidente em parte pelos movimentos pós-junho de 2013. A metrópole é um terreno fértil para se avaliar e vivenciar tais embates na prática, pois, enquanto espaço da disputa inerente, se torna o espaço produtor (não simplesmente um “palco privilegiado”) de formas renovadas tanto da hegemonia que se reproduz através da produção do espaço e do domínio do território (hoje através da ligação entre neoliberalismo e espaço social) quanto das possibilidades renovadas para a ação emancipatória – que assume um amplo e heterogêneo leque de formatos.

Ferramentas de mapeamento

A metodologia buscada nesta pesquisa é caracterizada por uma abordagem pluralista, customizada de acordo com os preceitos teóricos e a natureza do problema abordado. Não se trata de definir aqui uma receita a ser simplesmente aplicada, mas de apresentar algumas ferramentas metodológicas utilizadas e sua relação com as perspectivas teóricas que informam o trabalho, já expostas de forma introdutória acima. O pluralismo epistemológico pertinente na geografia contemporânea com o qual se dialoga aqui é a perspectiva proposta por Barnes e Sheppard (2010), que partem do pressuposto do pragmatismo de William James de que “nada inclui tudo” – ou seja, escolas de pensamento, arcabouços teóricos e sistemas filosóficos coesos e organizados em torno de uma perspectiva única (“monistas”), são necessariamente parciais, e sempre deixam de abordar fenômenos importantes que afetam aqueles que são diretamente tratados. Nesta perspectiva, que clama por um “pluralismo engajado”, as discordâncias entre escolas de pensamento e abordagens distintas não deixam de existir, mas podem ser produtivamente mobilizadas numa convivência crítica de diálogo aberto e aprendizado mútuo, ao invés de criar barreiras e bloqueios no trânsito entre essas diferentes perspectivas. Portanto, trata-se de praticar o “isso e aquilo”: crítica da

economia política e etnografia; análise informada por classes sociais e por categorias socioeconômicas e através de lentes sensíveis a gênero, lugar, etnia, sexualidade, afeto; leituras geohistóricas de transformações macroescalares na perspectiva do sistema-mundo e narrativas do sujeito situado no lugar sensíveis a sua experiência pessoal; dentre outras combinações. Obviamente, não se trata de propor que *tudo* é conciliável, mas de defender possibilidades de metodologias e teorizações transversais que perpassam escolas de pensamento que, na economia política da produção intelectual, tendem a afirmar seu monoteísmo como imperativo para seus seguidores em potencial, desobedecendo abertamente este preceito autodeclarado.

Defende-se aqui uma postura de crítica ao estruturalismo através de abordagens pós-estruturalistas distintas, sendo as vertentes delineadas por Bruno Latour (2012), por Michael Hardt e Antonio Negri (2001; 2005; 2009) e partes da obra de Michel Foucault – sobretudo o texto referente ao neoliberalismo (Foucault, 2008) e os outros derivados de seus cursos no período do Collège de France – as principais fontes para diversas proposições teórico-metodológicas e epistemológicas situadas nessa linhagem nos capítulos que seguem. Ao mesmo tempo, incorpora-se algumas vertentes do marxismo contemporâneo, principalmente na obra de Henri Lefebvre e nos trabalhos de David Harvey, bem como de outros autores críticos também situados nas fronteiras entre geografia urbana e econômica. Obviamente este procedimento de conciliação e diálogo com escolas de pensamento que tendem a se repelir mutuamente e a afirmar abertamente sua incompatibilidade recíproca só se sustenta respeitando incompatibilidades e mantendo padrões de coerência internos a cada vertente teórica com a qual dialogamos. No entanto, insiste-se na possibilidade de uma desobediência pluralista produtiva, sendo possível o trânsito interno a cada um deles recolhendo elementos importantes e que podem ser colocados em diálogo – mesmo sabendo que se vistos como entes coesos e indivisíveis estes grupos se repelem mutuamente.

Não se trata de identificar fenômenos que encaixem em estruturas pré-determinadas teoricamente, mas assume-se o risco de se buscar alguns padrões como um procedimento importante para o esclarecimento das próprias relações entre agentes em escala micro (e/ou entre escalas distintas – o que constitui uma tarefa central para o argumento proposto). Neste sentido, propõe-se uma crítica à postura de Deleuze e Guattari no que diz respeito ao posicionamento hierárquico da figura epistêmica do *rizoma* à frente e acima de formatos de dinâmicas que se aproximam mais, metaforicamente, da lógica arbórea de raízes e ramificações (Deleuze & Guattari, 1995). Diversas têm sido as aplicações na geografia urbana de aparatos teórico-conceituais advindos da obra de Deleuze e Guattari, sobretudo no que diz respeito aos planos de imanência e

os agenciamentos (*assemblages*). Focamos neste momento sobre o rizoma para se propor sua conciliação e a possibilidade de coexistência – não aceita pelos próprios autores acima – com lógicas socioespaciais que se assemelham à estruturação fractal transescalar e ramificadora das árvores (partindo da escala da árvore como um todo e chegando a um pedaço da folha, a lógica ramificadora da árvore se mantêm a mesma) e das bacias hidrográficas. Rizomas são estruturas sem centro, sem troncos, sem raízes – logo, sem hierarquias. A crítica é muito voltada ao paradigma freudiano (e por extensão à episteme marxiana também, por se basear no mesmo procedimento revelador de essências escondidas por trás de aparências enganosas), e neste sentido, propõe uma lógica e uma prática analítica – através do advento da Esquizoanálise – baseada no paradigma dos rizomas e da multiplicidade possível de (micro)determinações por trás dos fenômenos psicossociais, que não necessariamente se remetem a um tronco único e definidor, como é o caso, na teoria freudiana, do complexo de Édipo e outras relações familiares que estariam *na raiz* de diversos processos.

Inúmeros fenômenos sociais se assemelham a estruturas rizomáticas, como é o caso da multidão (Hardt & Negri, 2005), ou da própria internet. No entanto, outros processos sociais, como é o caso do Estado, não se encaixam no arquétipo do rizoma, mantendo sua semelhança metafórica com estruturas arbóreas. Não podemos prescindir do uso dessa metáfora visual e espacial para tratar de dinâmicas territoriais que se relacionam intimamente ao Estado, a sua história, a sua formação, e a seus inúmeros processos históricos de reestruturação e redefinição de suas estruturas internas e da relação entre representantes e representados. Ainda dentro de um arcabouço crítico do estruturalismo, é possível manter o formato de raiz, tronco e ramificações diversas através de uma sociologia das associações (Latour, 2012) que busque mapear as conexões entre agentes ao invés de simplesmente se assumir uma estrutura pré-definida, pré-concebida que acaba funcionando como um mau atalho que o pesquisador se permite tomar, e acaba deixando de traçar relações importantes por acreditar que conhece previamente a lógica e as estruturas que as determinam. Partindo da ponta de uma folha, argumenta-se que o mapeamento desta grande teia de relações pode levar na direção de se explicitar canalizações de múltiplos agentes e processos ligados a um número progressivamente menor de outros agentes e processos, apontando assim para entroncamentos e raízes. Não se trata assim de um enquadramento apriorístico das microrrelações no formato da árvore, mas simplesmente de apontar que em inúmeras dinâmicas e instâncias este é o formato de fato observado no mapeamento das conexões, não cabendo assim seu descarte premeditado. Ressalta-se que a dimensão histórica ocupa um lugar privilegiado nas redes, marcadas

por uma dinâmica incessante com os agentes influenciando uns aos outros em escalas diversas, com uma importância de eventos passados e suas diversas reverberações e heranças sobre processos contemporâneos.

Deste modo, partimos da premissa de que redes são rizomáticas em partes, arbóreas noutras, e históricas em seu conjunto, que é composto por relações, sendo estas o foco principal de um mapeamento apropriado do percurso por onde passam os processos socioespaciais que se traduzem em transformações e dinâmicas concretas no espaço (metropolitano, no nosso caso). Não se trata de mapear a totalidade, mas de traçar percursos em meio a ela, adotando a tática de alternar entre aproximações e distanciamentos, entre perspectivas próximas, etnográficas, da situação aprofundada, e pontos de vista geográfica e historicamente mais ampliados/panorâmicos, lidando com escalas maiores. A abordagem das redes aqui utilizada se inspira tangencialmente nesta sociologia das associações de Latour (2012), que privilegia conexões em escala micro entre agentes e processos concretos, buscando mapear associações, vínculos e conexões entre eles, o que potencializa o esclarecimento de agenciamentos, desdobramentos e efeitos de dinâmicas específicas. Assim, o tema das redes se faz presente de forma difusa ao longo do texto, como uma metodologia de identificação e proposição de ligações entre fatos e agentes como um procedimento analítico de esclarecimento importante na montagem de um quadro mais ampliado, que pode também ser mobilizado no âmbito da ação, a partir deste mapeamento de relações concretas sobre as quais a ação visando a transformação de determinada dinâmica pode ser pensada. Além desse plano das associações entre entes discretos e bem definidos, as redes do espaço digital da internet também entram como um componente importante neste estudo, em função de sua agência política contemporânea, sobretudo no que diz respeito ao encontro desta nova espacialidade com o espaço metropolitano, levantando hipóteses acerca de suas implicações, que entram em cena, em parte, na deflagração de movimentações e transbordamentos na direção das ruas, o que será objeto de um texto específico, introdutório a estes agenciamentos, como explicitado abaixo.

Usar este paradigma para pensar em dinâmicas socioespaciais amplas, como a relação centro-periferia e a tripla categorização da teoria do sistema-mundo (Wallerstein), que agrega o semiperiférico à análise – procedimento que poderia ter sua validade questionada pelos próprios seguidores mais fiéis da escola da teoria do ator-rede, justamente por aceitar a validade destes agrupamentos amplos – envolve uma necessidade de destrinchamento dos preceitos e dos resultados deste olhar macroespacial em elementos concretos, discretos, sempre divisíveis em processos (com seus agentes identificados) menores que os constituem, e que sejam abordáveis

etnograficamente. Mantendo este exemplo em mente, pensar na periferia demanda um ponto de partida situado na história (como em Celso Furtado ou Caio Prado Jr.), nas origens e na evolução dos vínculos com o resto do mundo, e nos efeitos desta dinâmica sobre a formação econômico-social e espacial local. Esta última pode ser decomposta num primeiro plano ligado à estrutura produtiva e sua herança colonial, e num segundo numa estratificação social também herdada de uma estrutura de poder constituída desde núcleos de comando e controle externos com imprescindíveis parceiros locais que se isolam no topo da pirâmide em relação ao restante da sociedade. Esta relação socioespacial das elites oligárquicas nativas com o “resto”, aqui nesta seção utilizada somente à guisa de exemplo, constitui um objeto abordável empiricamente no nível do contato direto com os “atores-eles-mesmos” (em termos latourianos), abrindo um leque de possibilidades de passos subsequentes a serem pesquisados, que sigam linhas de associação indicadas pelos próprios atores na direção de concretudes relacionais que ajudam a prover a textura ao quadro sócio-histórico maior de onde se partiu, conduzindo o movimento inverso do inicial. E esta operação - aqui realizada em nível superficial e indicativo dessas direções de aprofundamentos possíveis, em função da escolha do privilégio de um quadro ampliado composto por blocos interligados - implica necessariamente o envolvimento com a pesquisa de cunho etnográfico, pois este contato direto com os agentes requer uma entrada em seu plano perspectivista acerca dos processos estudados e cujas conexões são perseguidas, invocando a compreensão de suas visões (e cosmovisões) a partir de seus próprios termos, numa modalidade de análise semelhante àquela empregada pela antropologia fundamentada num relativismo cultural que permite esta guinada perspectivista para a apreensão correta e completa do olhar do outro. É assim que estas duas formas de pesquisa e teorização podem tornar-se complementares (ainda que seus próprios seguidores principais reafirmem tal impossibilidade conciliatória).

Portanto, os capítulos que seguem transitam entre estes dois procedimentos metodológicos: o distanciamento para a visualização de dinâmicas em escala ampliada e a aproximação associando esses processos a concretudes locais – traçando conexões entre estes focos mais específicos em linhas que formam teias mais ampliadas de dinâmicas interligadas. A necessidade da transescalaridade para tratar da relação entre neoliberalismo e cidade convoca essa abordagem não-localizada e não enfocada num processo somente, e muito menos numa geografia histórica localizada e específica. Ou seja, trata-se do extremo oposto do estudo de caso recortado no tempo-espço, sobre o qual o pesquisador se debruça e traça ligações com suas exegeses teóricas. Busco operacionalizar uma forma de pesquisa que seja capaz de transitar entre níveis de análise e mapear

conexões entre dinâmicas transformadoras, o que pode vir a ter rebatimentos interessantes também no plano normativo, mostrando que os caminhos para a mudança passam pela alternância entre escalas, bem como por este trânsito e interconectividade entre processos locais.

Plano do trabalho

Este estudo adota uma configuração horizontal e panorâmica, composta por pacotes de aprofundamento e verticalização em temas específicos, que são distribuídos ao longo deste horizonte e interligados entre si por linhas diversas. Por se tratar de um tema multifacetado, que envolve aspectos que se influenciam mutuamente – dinâmicas históricas, socialmente produzidas na contemporaneidade, ou processos de natureza política, cultural e/ou econômica – este desenho conformando uma rede de nós interligados foi uma escolha relacionada à própria perspectiva teórica que identifica tal caráter multifacetado, e defende a necessidade de abordá-lo a partir de entradas diversas, e que possibilitem o diálogo e a fertilização cruzada entre elas. Há uma alternância entre graus de teorização e análise de processos concretos contemporâneos dentre os textos, sendo que, com exceção do capítulo 2, de caráter mais histórico, as porções predominantemente empíricas correspondem ao apêndice do capítulo 3, e aos capítulos 5 e 6, sendo os demais textos mais impregnados de uma carga teórica de elaborações e diálogo com perspectivas e autores diversos. Ao mesmo tempo em que cada texto procura se sustentar como uma unidade que pode ser lida e apreendida de forma separada dos demais, eles buscam se complementar e constituir o quadro geral do estudo nestas interligações. Há, entretanto, uma sequência lógica preferencial, correspondente à própria ordem dos textos, exposta a seguir.

Adota-se como ponto de partida, no primeiro capítulo, uma elaboração conceitual baseada em autores diversos acerca do Estado, e da ideia de que o neoliberalismo – ou a própria dinâmica histórica do capitalismo – é um processo profundamente vinculado ao aparato estatal, que constitui uma dinâmica de reciprocidade com o âmbito do poder instituído e do jurídico, mas que tem uma dependência causal fundamental com estas esferas, sendo consequências e não causas de suas configurações. Trata-se de uma elaboração situada como ponto de partida por ser um esclarecimento inicial necessário para as elaborações seguintes, e que se interliga com todos os demais capítulos. Ao final daquele texto, proponho um exercício dedutivo e exploratório acerca dos formatos em que o poder se concretiza no espaço social contemporâneo, a partir de uma

aproximação com a perspectiva de Pierre Bourdieu (2007), buscando identificar complementaridades entre modalidades distintas de exercício de poder, que geram sustentações mútuas na maioria das vezes imprescindíveis para a reprodução de cada bloco específico.

O segundo texto aborda a história da relação entre a esfera da chamada macroeconomia e a produção do espaço na metrópole no Brasil, tendo as transformações de 1930 como um ponto crítico fundamental, que culmina numa guinada urbano-industrial na trajetória da história econômica brasileira, e que gera consequências bastante expressivas na conformação dos espaços metropolitanos tais quais os conhecemos hoje. Em seguida, abordam-se os pontos de inflexão importantes ao longo da trajetória do nacional-desenvolvimentismo que caracteriza o formato de planejamento e gestão da dinâmica de expansão capitalista no Brasil, até a crise deste modelo, no final da década de 1970, que está por trás da guinada neoliberal iniciada no final da década seguinte. Este capítulo se encaixa no quadro geral do estudo a partir da necessidade de se abordar o que foi a experiência do Estado keynesiano no Brasil, cujo legado histórico gera configurações geográficas em parte cristalizadas em resultados presentes – no ambiente construído e no próprio espaço social – com os quais o processo de neoliberalização interage, gerando efeitos a partir desta interação. Trata-se também de uma busca de explicações do quadro presente a partir de incursões em sua história, e em genealogias de processos atualmente vigentes.

O capítulo três aborda a economia política da cidade neoliberal e sua crítica através de uma perspectiva espacial – (re)mobilizando o olhar da *economia geopolítica* (Soja, 2000; Magalhães, 2008), como uma forma de se chegar à compreensão mais ampliada da *produção do espaço*, que perpassa todo este estudo. Este aprofundamento trata da metrópole contemporânea do ponto de vista da economia urbana e de seus processos constituintes, como a proeminência da economia imaterial dos serviços e do processo de financeirização do espaço urbano, chegando em algumas implicações importantes destas transformações recentes, que por sua vez se interligam a dinâmicas políticas de grande envergadura. Assim, se a “economia política urbana [da urbanização] = capital + a cidade – a política” (GOONEWARDENA, 2012, p. 96), de acordo com uma leitura crítica sobretudo da obra de David Harvey e alguns de seus principais seguidores, como expoentes de uma análise aprofundada do processo urbano através do marxismo, que é precisa e necessária mas que deixa a política propriamente dita em segundo plano, buscamos atravessar esta forma de interpretação do processo urbano numa tentativa explícita de retomar, através e a partir dela, o plano (intrinsecamente dinâmico) do processo político, do poder e do Estado em si, de forma coerente com os preceitos traçados no capítulo 1, e retomados posteriormente de forma mais

explícita, no capítulo 4. Interpreta-se, a partir dos trabalhos de Michael Hardt e Antonio Negri, a metrópole como *fábrica social*, onde a produção de valor se dá de forma difusa, cuja consequência é que sua extração e canalização também ocorre amplamente, não somente no espaço restrito da acumulação – o que permite compreender o capital imobiliário financeirizado como uma criação de canalizações de mais-valor extraído da metrópole como um todo. Um apêndice deste texto traz uma primeira perspectiva empírica de processos contemporâneos, numa análise das Operações Urbanas Consorciadas como um instrumento de política urbana que se entrecruza com estas transformações recentes, no que diz respeito à financeirização do mercado imobiliário e à mobilização da renda da terra potencializada tanto pela economia urbana do capitalismo cognitivo quanto pelo formato de política urbana que pega carona na valorização imobiliária e busca promove-la.

Assim como nas pequenas verticalizações realizadas nos capítulos posteriores em torno de dinâmicas concretas atuais (sobretudo no apêndice do capítulo 3, e no capítulo 6 como um todo), a pesquisa que alimenta as análises aqui trazidas dos fatos sequenciados e interligados componentes de tais dinâmicas se baseia em fontes secundárias diversas, bem como em minha própria atuação e inserção direta em alguns desses processos, e em entrevistas em profundidade realizadas com ativistas das cidades de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro inseridos em movimentos sociais atuantes no âmbito da reforma urbana, com foco naqueles cuja atuação ganhou proeminência no campo mais recentemente, quais sejam, o Movimento Passe Livre – MPL, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST, as Brigadas Populares e o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas – MLB¹⁶. Ressalto que tais análises de ordem mais empírica, mesmo que identificáveis diretamente em versões mais ou menos semelhantes noutras grandes cidades brasileiras, são naturalmente mais aprofundadas em casos e processos socioespaciais concretos situados na Região Metropolitana de Belo Horizonte, onde minha própria vivência e inserção profissional, acadêmica e política aponta como um insumo inevitavelmente central nestas construções analíticas.

No quarto texto partimos de uma abordagem distinta, promovendo outra entrada no tema, por outros lados, e informada por uma breve passagem pela perspectiva antropológica em diálogo com algumas vertentes do pós-estruturalismo, em busca de um olhar centrado na produção

¹⁶ Este material serviu como insumo em muitos dos relatos e das análises mais diretamente centradas em fatos, eventos e dinâmicas específicas e concretas traçados ao longo do estudo, com graus variados de elaboração e interpretação posterior de minha própria responsabilidade. Opto pela alternativa de preservar tais fontes, inclusive evitando identificar as organizações às quais elas pertencem, e inserindo o conteúdo das falas de forma difusa e pessoal ao longo do texto.

simbólica e na conformação de subjetividades como um agenciamento fundamental na metrópole contemporânea, e profundamente vinculado ao neoliberalismo e sua reprodução. Nesta elaboração, como já apontado, chega-se de volta ao plano da política propriamente dita que caracteriza o capítulo inicial, tratando neste ponto das vinculações entre a prática da cidadania na busca da transformação social e a alteridade inerente à grande cidade, apontando para rachaduras e fissuras que os grupos situados nestes espaços de resistência e busca por construções de outros espaços possíveis exploram e tentam ampliar. Utilizando o paradigma proposto por Engin Isin (2002), segundo o qual a metrópole é um ente produtor de diferenças que se tornam formas de cidadania subalterna, interpretando a história da cidade a partir desta dinâmica de surgimento de alteridades que se politizam nas margens, procuro abordar os movimentos atuais de contestação ao neoliberalismo urbano como *o outro* da metrópole em processo de politização.

O quinto capítulo constitui um breve *intermezzo* preparatório para a discussão seguinte, propondo uma análise a respeito de um elemento novo que se faz presente de forma significativa no espaço social contemporâneo e que se introduz como um catalisador importante de mobilizações políticas situadas no terreno das aberturas/fissuras, que são as redes digitais. Procuo identificar implicações, de forma exploratória e anunciando uma agenda de pesquisa com prováveis potenciais futuros, do encontro entre o espaço digital em adensamento e a metrópole, propondo maneiras distintas de interação e refortalecimento mútuo entre estas duas geografias, e colocando as mobilizações políticas pós-2011 como um efeito desta interseção.

No capítulo seis, verticalizo a análise justamente nestas mobilizações e erupções políticas que ocorrem em diversas localidades no mundo no ano de 2011, com alguns rebatimentos diretos e instantâneos no Brasil, propondo uma leitura daqueles eventos em que eles se vinculam a uma luta pelo aprofundamento democrático, contra a crise de representação, e cujas pautas também são diretamente posicionadas em relação ao neoliberalismo e seus efeitos na vida cotidiana, sentidos sobretudo nos espaços metropolitanos. Na segunda parte do texto, trago um relato dos eventos de junho de 2013 no Brasil a partir de minha experiência de imersão e de *observação participante* nos eventos em Belo Horizonte, com uma perspectiva predominantemente empírica e impregnada pelo envolvimento direto e os olhares ali construídos. Ao final do capítulo, é apresentado um apêndice, também com conteúdo predominantemente empírico, que trata das ocupações urbanas recentes em Belo Horizonte, processos profundamente vinculados à neoliberalização da metrópole e de seu planejamento, e que também perpassam os eventos de junho de 2013 de maneiras interessantes que valem ser exploradas.

Finalmente, o sétimo texto traz uma série de considerações finais na forma de questões deixadas em aberto e lançadas adiante, adotando um olhar predominantemente normativo e voltado para a análise das possibilidades que os próprios movimentos situados no âmbito das aberturas (que vieram à tona de forma explosiva no Brasil em 2013) buscam construir. Propõem-se entrecruzamentos mútuos e necessários entre os projetos e processos vinculados à busca da *democracia radical* e aqueles advindos e interligados ao *comum* – que entram em cena como duas formas de resposta ao neoliberalismo de forma ampla, que trazem implicações importantes para seu encontro com pauta do direito à cidade e a política urbana.

1 – O ESPAÇO DO ESTADO NO NEOLIBERALISMO: das ideias às geografias

Como já adiantado na Introdução, o neoliberalismo é abordado aqui como um processo multifacetado, abrangendo aspectos econômicos, políticos e culturais, e que surge de uma filosofia política ligada a uma escola de pensamento econômico, dando origem a um receituário bem definido para a ação do Estado na regulação da acumulação, que por sua vez difere do liberalismo clássico tanto nos preceitos teóricos quanto na prática governamental de diversas formas. Seu surgimento advém de um posicionamento político contrário ao Estado keynesiano derivado da ciência econômica de inspiração clássica na Europa do pós-guerra, e como uma resposta ao vínculo entre Estado forte e autoritarismo na experiência alemã do terceiro *reich*, ao mesmo tempo se posicionando de maneira crítica em relação ao liberalismo clássico e suas aplicações na formatação da ação do Estado. Este capítulo propõe uma análise do processo neoliberal no que diz respeito a uma primeira ligação com a produção do espaço a partir da ação do Estado. Para tal, parte-se de uma leitura das raízes do pensamento neoliberal, terminando com uma breve apreciação da relação Estado, acumulação e espaço, que servirá de base para elaborações subsequentes¹⁷.

Um momento pioneiro chave para o entendimento das origens do neoliberalismo, segundo Dardot e Laval (2014) e Foucault (2008), não é a criação da Sociedade Mont Pèlerin em conferência organizada por Friedrich Hayek na Suíça em 1947, como é tradicionalmente propagado, mas a realização do Colóquio Walter Lippmann no ano de 1938 em Paris, no Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, instituição que viria a se tornar a UNESCO. Os dois eventos são interligados e dividem as mesmas intenções de renovação do pensamento liberal diante da hegemonia intervencionista naquele contexto, sendo que o segundo foi organizado por uma corrente minoritária no primeiro, e que viria a se tornar predominante nas décadas subsequentes (encabeçada neste período inicial por Ludwig von Mises e Friedrich Hayek, e que se aproximava mais do *laissez-faire* clássico do que a maioria presente no colóquio Walter Lippmann). O termo neoliberalismo foi proposto durante o colóquio pelo sociólogo e economista alemão Alexander Rüstow, justamente com a intenção de se criar um distanciamento em relação ao liberalismo clássico – amplamente condenado na opinião pública ainda naquele período, como a causa da

¹⁷ Neste capítulo, será privilegiada a faceta desta triangulação que diz respeito ao nexos Estado-capital, para aprofundar na direção das relações Estado-sociedade, mobilizando a teorização foucaultiana acerca da *governamentalidade*, no capítulo 4, adiante.

grande depressão de 1929, sustentando o apoio ao intervencionismo em moldes keynesianos (MIROWSKI; PLEHWE, 2009, p. 13).

A crítica ao intervencionismo partia de um comum acordo entre os dois grupos, de que o mecanismo de flutuação e definição de preços de acordo com dinâmicas de mercado, o principal responsável pela eficiência da mão invisível, estaria comprometido pelo imperativo do coletivismo, dirigismo, regulacionismo, taxaço e planejamento. Desta forma, os resultados negativos de dinâmicas de mercado sempre advinham da intervenção estatal. Se há desemprego, por exemplo, é em função de políticas que mantêm os salários artificialmente elevados (a própria instituição do salário mínimo, por exemplo, ou proibições de cortes de remunerações) em relação ao preço que a dinâmica de oferta e demanda de mão de obra definiria *naturalmente*. O distanciamento em relação ao liberalismo clássico se dava através da defesa de uma forma de ação do Estado proativa e incisiva, mas não necessariamente intervencionista nos padrões do Estado de bem estar social. O governo neoliberal, já neste momento anterior à segunda guerra, era proposto como um Estado de direito com regras claras, bem definidas, e que sejam previsíveis pelos agentes econômicos, agindo em função da garantia de condições básicas para o livre mercado, mas sem intervir diretamente na esfera das transações econômicas, para que os agentes tenham espaço para fazerem o que bem entenderem e ao mesmo tempo possam incorporar nos seus cálculos racionais de risco e retorno/custo e benefício as regras do jogo e as formas com que o Estado as garante.

Havia, no colóquio Walter Lippmann, a ideia de que "a independência da economia de instituições políticas e sociais era o erro fundamental da mística liberal, que levava a um desentendimento quanto ao caráter construído do funcionamento do mercado" (DARDOT e LAVAL, 2014, p. 57). Ou seja, pressupunha-se a economia como derivada de leis fortes, garantidas pela força do Estado, e de uma ordem jurídica pré-definida tendo em vista a eficiência da operação do livre mercado, mas como uma entidade derivada dessas leis. Havia também uma crítica de que a teorização liberal do final do século XIX vinha se aproximando da incorporação de preceitos darwinistas (especialmente na obra de Herbert Spencer), tratando a sociedade como uma ordem natural, e nisso criava um distanciamento da prática governamental e da atividade de criação de leis e formulação de instituições, que por sua vez falhavam na regulação do capitalismo, permitindo o crescimento de monopólios e a profusão de crises diversas. Deste modo, o que se buscava naquele momento de crítica tanto ao liberalismo clássico quanto do intervencionismo keynesiano que se julgava como uma forma de autoritarismo, era uma série de princípios a guiar o *intervencionismo liberal*, e o primordial se torna justamente o princípio da competição. Dardot e Laval identificam

uma série de argumentos nos trabalhos do filósofo Louis Rougier, o organizador do colóquio, que traçam essa linha de forma precisa:

O capitalismo competitivo não era um produto da natureza, mas uma máquina que demandava constante supervisão e regulação. (...) Romper com a ‘fobia do Estado’ como manifestada de forma exemplar em [Herbert] Spencer era uma coisa; estabelecer a fronteira que separa a intervenção legítima da ilegítima era outra. Como se poderia evitar as maneiras errantes de ‘políticos demagogos’ e ‘doutrinários visionários’? O critério absoluto era o respeito pelos princípios da competição. De forma contrária a todos aqueles que defendiam que a ‘concorrência mata a concorrência’, Rougier, em acordo com todos os outros liberais, defendia que distorções na competição derivavam principalmente da intervenção do Estado, não de um processo endógeno. (...) No entanto, o que introduz uma discordância entre as posições é que para Rougier, a concorrência somente poderia ser estabelecida através da interferência do Estado (DARDOT e LAVAL, 2014, p. 63).

A respeito do posicionamento do jornalista norte-americano Walter Lippmann – a partir de quem o colóquio foi nomeado em função de sua obra de 1937, *A Reconstrução da sociedade*, que havia sido traduzida para o francês como *La Cité Libre*, e que servira de referência inicial para os diálogos do colóquio – Dardot e Laval acrescentam que

A palavra importante no vocabulário de Lippmann é *adaptação*. A agenda do neoliberalismo era guiada pela necessidade de adaptação constante de seres humanos e instituições a uma ordem econômica inerentemente variável. A política neoliberal deve incentivar essa operação atacando privilégios, monopólios e rendas não merecidas. Ela procura manter as condições operacionais do sistema competitivo (DARDOT e LAVAL, 2014, p. 64-65).

Em Lippmann, esta visão vem acompanhada de uma perspectiva evolucionista em que seres humanos novos devem superar as qualidades de seres humanos antigos, num padrão econômico de eficiência que seria atingido através de uma política de adaptação à competição baseada em dois pilares: a *eugenia* (herança clara, em conjunto com o próprio evolucionismo, do pensamento social conservador do século XIX) e a educação, sendo esta última pautada sobretudo pela necessidade de se criar melhores competidores, o único parâmetro que justificava seu provimento através do Estado (DARDOT e LAVAL, 2014, p. 66).

O elemento transversal capaz de sustentar um projeto de redefinição do projeto liberal seria um foco no Estado de direito como a base que garante que o livre mercado opere de forma eficiente

e que os agentes se insiram nele de acordo com o princípio da competição. Citando Lippman ao final, Dardot e Laval argumentam que

a questão da arte de governar é central. Coletivistas e defensores do laissez-faire estavam errados por razões opostas a respeito da ordem política correspondente a um sistema de divisão do trabalho e trocas. O primeiro grupo desejava administrar a totalidade das relações dos seres humanos uns com os outros; o segundo acreditava que todas estas relações são naturalmente livres. A democracia seria o Estado de direito para todos; seria o governo a partir de uma lei comum feita por seres humanos: ‘numa sociedade livre o Estado não administra os negócios dos homens. Ele administra a justiça dentre homens que conduzem seus próprios negócios’ (DARDOT e LAVAL, 2014, p. 68).

Esta visão da ação do Estado parte de uma ideia, também de teor evolucionista, de que o governo se aprimora ao longo da história, onde as necessidades de regulação se apresentariam no próprio percurso e seriam incorporadas progressivamente nas regras. Há aí um ataque ao princípio do planejamento – que seria apresentado de forma mais radical em Hayek, como será exposto adiante – de que a ação do Estado deve seguir preceitos e objetivos definidos coletivamente de acordo com prioridades democráticas. O governo (neo)liberal estabelece regras claras para os indivíduos fazerem o que bem entenderem, definindo os limites para tal ação, que envolve uma definição também da ação do Estado (necessariamente coercitiva). Trata-se de criar as condições para que a competição entre indivíduos sirva ao interesse coletivo, e estas condições são essencialmente jurídicas (e policiais). Este é um movimento que envolve uma segunda grande transformação em relação àquela analisada por Karl Polanyi no fim da sociedade baseada no mercado livre e no Estado liberal do século XIX, mantendo os preceitos daquele autor de que o econômico sempre deriva do político, mas separando o intervencionismo do coletivismo, e fazendo ressurgir esta forma de intervenção estatal em prol do mercado. Para Louis Rougier (apud DARDOT e LAVAL, 2014, p. 56-57), ser liberal não é deixar que os carros dirijam como quiserem, em todas as direções (como no liberalismo do século XIX), e nem definir para cada carro seu horário de partida e seu itinerário (tal qual fazem os planejadores), mas sim saber impor um código de trânsito, que se adapte às condições de seu tempo. Portanto,

não nos enganemos. Não se tratava de uma questão de redução da quantidade de poder exercida por esta autoridade, mas de mudar o tipo de autoridade, o campo de seu exercício. Dever-se-ia garantir um direito

comum¹⁸ que governaria interesses indiretamente. Somente um Estado forte poderia fazer as pessoas respeitarem tal direito comum. Como Lippmann insistia em todas as suas publicações, era necessário renunciar à ilusão de um poder governamental frágil tal qual o que se generalizou no século XIX. A grande crença liberal num Estado discreto e supérfluo já não era mais pertinente desde 1914 e 1917 (DARDOT e LAVAL, 2014, p. 71).

Outro aspecto fundamental já presente no Colóquio Walter Lippmann era a ideia de que o governo deveria ser um governo das elites competentes, “cujas qualidades seriam o exato oposto à mentalidade mágica e impaciente das massas” (DARDOT e LAVAL, 2014, p. 72). O problema da democracia para este grupo seria justamente este: como manter o governo protegido das intempéries das vontades e interesses pouco razoáveis das maiorias. Este é um ponto fundamental na ponte entre o ideário neoliberal e o início de sua aplicação prática por parte de governos como resposta à crise do keynesianismo da década de 1970 – interpretada naquele momento como uma crise de *excesso de democracia*.

Este quadro amplo que se consolida no Colóquio informa um modo de liberalismo interventor renovado que é aplicado na Alemanha do pós-guerra sob a denominação de *ordoliberalismo* (representado no colóquio principalmente nos trabalhos de Walter Eucken e Wilhelm Röpke), justamente em função da crença na necessidade de ordenar a competição e o livre mercado ao mesmo tempo em que se mantêm distância da experiência coletivista que era marcada naquele país pela experiência do totalitarismo. Progressivamente, este modelo se transforma através da consolidação desta combinação entre preceitos liberais e ajustes estatais na direção da chamada economia social de mercado, que corresponde ao Estado de bem estar europeu do pós-guerra em sua versão alemã. É interessante notar que a versão do neoliberalismo que viria a se tornar hegemônica no mundo também tem um ponto de apoio importante na vinculação do coletivismo com autoritarismo, na obra de Friedrich Hayek, mas aponta o barco na direção oposta da trajetória do ordoliberalismo alemão, para rumos menos intervencionistas e menos críticos à ideologia da ordem natural do mercado do liberalismo clássico (o que não significa prescindir de um Estado forte neoliberal, e em termos teórico-conceituais, na ideia de que a esfera econômica é derivada da política). Na história do pensamento, os antecedentes dessa versão do pensamento neoliberal, que era minoritária no Colóquio Walter Lippmann, situam-se na ciência econômica austríaca, mais especificamente nos trabalhos do economista que é considerado o pai fundador daquela escola,

¹⁸ Do inglês *common law*, indicando uma ligação dos preceitos desta formulação jurídica incremental e acumulativa, em que as leis supostamente se aperfeiçoam ao longo do tempo, com o modelo jurídico utilizado na Inglaterra e suas ex-colônias.

Carl Menger, que também foi um dos protagonistas na revolução marginalista na teoria econômica e o (co-)formulador da ideia de *utilidade marginal* – conceito central na teoria econômica ortodoxa contemporânea¹⁹.

Menger formularia uma crítica tanto da concepção clássica (de Adam Smith e David Ricardo) do valor baseado nos custos de produção quanto da teoria marxista do valor²⁰, propondo que os preços são definidos nas margens, em função da utilidade marginal do uso de determinado bem ou serviço, que entra como insumo na interação de compradores e vendedores no mercado. Trata-se de um aprofundamento (altamente matematizado e formalizado em modelos abstratos) num recorte do argumento de Adam Smith acerca da mão invisível e da eficiência produtiva e distributiva do livre mercado, com esta alteração em relação à teoria do valor, e uma postura muito mais radical em relação à crença na eficiência do livre mercado. Menger busca complementar as formulações dos clássicos acerca da eficiência dos mecanismos de oferta e procura e da definição de preços a partir dessas interações com uma abordagem a respeito do comportamento do consumidor, inserindo um componente subjetivo referente à atribuição de valor às mercadorias por parte de seus consumidores em potencial, de acordo com a utilidade adicional, ou marginal, que aquele bem ou serviço em oferta agregaria a seu comprador – o que viria se tornar um ponto de partida para a teoria microeconômica, muito desenvolvida após a revolução marginalista. Tal subjetividade na determinação do valor em função da utilidade marginal é um atributo próprio do consumidor, e pode variar de acordo com circunstâncias externas, mas trata-se de um aspecto essencialmente individual e determinante nas transações econômicas.

Neste sentido, o mercado se torna o grande ente solucionador de problemas humanos, pois se tudo puder ser comprado e vendido sempre haverá um encontro entre oferta e demanda em que indivíduos agindo estritamente em função de seu interesse individual e de suas necessidades subjetivamente determinadas promoverão trocas mutuamente benéficas que, em seu conjunto, necessariamente promovem o bem estar coletivo (através de um agregado de utilidade (satisfação) mais elevado para todos). Valores altos atribuídos a determinado bem ou serviço em função de uma utilidade marginal individual elevada, proporcionada por ele, necessariamente engendram sua

¹⁹ No mesmo período que Menger, e de forma independente, o matemático e economista francês Leon Walras e o economista inglês William Jevons – os outros grandes expoentes da revolução marginalista na teoria econômica – propõem elaborações semelhantes, centradas no estudo das alterações marginais para o bom entendimento do valor e da dinâmica econômica.

²⁰ Que opera dentro deste mesmo domínio, mas inserindo o mais-valor a partir da teoria ricardiana do valor-trabalho (que centraliza o quantum de trabalho contido em determinado produto como a fonte de seu valor) como um pivô de inversão crítica e de politização da teoria do valor.

oferta no mercado, pois criam oportunidades lucrativas para seus ofertantes em potencial. Ou seja, trata-se de uma elaboração teórica que se somaria ao argumento da teoria econômica clássica na defesa da eficiência do livre mercado a partir de um princípio (considerado *libertário* por alguns dos próprios autores desta vertente) de auto determinação individual: não se pode fazer escolhas por outras pessoas, pois o escalonamento de prioridades que define a escolha a partir da atribuição de valor a cada possibilidade disponível depende de julgamentos subjetivos intrínsecos ao indivíduo, sendo que a crítica aos clássicos se concentraria na determinação do valor sem levar em conta a utilidade marginal em função de valorizações individuais do consumidor. Como detalhado adiante, este princípio seria usado extensivamente por teóricos do neoliberalismo contra políticas públicas do Estado de bem estar social de caráter coletivo.

Na década de 1880, a atuação de Menger na Universidade de Viena e seus debates com a escola historicista alemã de economia (escola de pensamento que teria influência significativa em Werner Sombart e Max Weber) atrairiam uma série de discípulos, dentre eles o economista Eugen Böhm von Bawerk, que publicaria extensas críticas à obra marxista no final do século XIX, talvez as primeiro do gênero, partindo de premissas liberais e da ciência econômica ortodoxa. Dentre os alunos de von Bawerk estava Ludwig von Mises, que se tornaria o principal difusor da escola austríaca em sua geração, considerado por muitos como a figura mais proeminente do grupo. Mises conduzia seminários informais particulares frequentados pela geração seguinte de economistas da escola austríaca, sendo que após o contato com a obra *Socialismo: uma análise econômica e sociológica*, de autoria de von Mises, Friedrich von Hayek entraria para o grupo. Trata-se de uma crítica pioneira do socialismo real, publicada originalmente em 1922, já apresentando as raízes das críticas libertárias (à direita) de Hayek ao Estado keynesiano.

Em 1931, Hayek (que, assim como Mises, perdera o título de nobreza designado em seu nome após a formalização da ilegalidade da distinção na Áustria a partir de 1919) migra para a Inglaterra e se torna professor de economia da London School of Economics, onde representaria uma corrente contrária tanto ao keynesianismo nascente quanto à ortodoxia em sua vertente marshalliana (na qual o próprio Keynes formou-se) predominante naquele período. Assim como a escola austríaca em seu conjunto, a produção acadêmica de Hayek teria um caráter essencialmente marginal no contexto do predomínio keynesiano entre as décadas de 1930 e 1970 – tanto no campo epistemológico quanto na sua aplicação prática na orientação da ação do Estado. Mas é sua obra publicada durante a segunda guerra mundial que constitui um corpo teórico e um ponto de partida importantes para que o neoliberalismo viesse a ganhar visibilidade e influência até se tornar, a

partir da crise do modo de regulação fordista-keynesiano da década de 1970, um modelo de orientação da ação do Estado visando a reestruturação amplamente adotado pelo mundo. Por estabelecer as bases do modelo de neoliberalismo que se tornaria hegemônico posteriormente, *O caminho da servidão* (Hayek, 1944) é uma obra que merece um tratamento mais aprofundado para prosseguir no argumento que buscamos construir, estabelecendo ligações com o espaço através de uma triangulação Estado-capital-geografia. Esta leitura é bastante reveladora da natureza do *neoliberalismo na prática*, e do distanciamento que se produz em relação aos preceitos teóricos que orientam o projeto.

Hayek e o caminho da servidão ao mercado

O primeiro aspecto marcante d'O Caminho da Servidão é o fato de ter sido escrito durante a segunda grande guerra, por um autor cuja experiência na primeira guerra mundial havia influenciado sua trajetória, segundo o próprio, na tentativa de se engajar como pudesse para que aquela experiência não se repetisse (McCloskey, 2000, p.33). O texto é marcado por um tom alarmista, alertando para o risco da Inglaterra estar caminhando na direção da Alemanha nazista em função do Estado cada vez mais *forte*, interventor, autoritário do ponto de vista do autor. Hayek defendia o liberalismo como um ideário intrinsecamente progressista, argumentando que este caráter seria distorcido em sua imagem em função de uma falsa associação entre individualismo e egoísmo, sendo o indivíduo para Hayek a base da construção do ideário civilizatório ocidental, atacando a associação entre pensamento progressista e socialismo que predominava naquele período, segundo o autor, que não enxerga o espectro político organizado em dois eixos (como é mais comum no debate contemporâneo), com esquerda X direita no vetor horizontal e libertário X autoritário na vertical no mesmo plano. Nisso, procura sistematicamente vincular socialismo e autoritarismo, mirando desde o socialismo utópico de Saint-Simon e suas declarações pouco democráticas até a experiência soviética, chegando na associação com o nazi-fascismo do período entre guerras:

A relativa facilidade com que um jovem comunista podia converter-se em nazista ou vice-versa era notória na Alemanha, sobretudo para os propagandistas dos dois partidos. Na década de 1930, muitos professores universitários conheceram estudantes ingleses e norte-americanos que, regressando do continente europeu, não sabiam ao certo se eram comunistas ou nazistas – sabiam apenas que detestavam a civilização liberal do Ocidente. É verdade que na Alemanha, antes de 1933, e na Itália,

antes de 1922, comunistas e nazistas ou fascistas entravam mais frequentemente em conflito entre si do que com os outros partidos. Disputavam o apoio de pessoas da mesma mentalidade e votavam uns aos outros o ódio que se tem aos hereges. No entanto, seu modo de agir demonstrava quão semelhantes são, de fato. Para ambos, o verdadeiro inimigo, o homem com o qual nada tinham em comum e ao qual não poderiam esperar convencer, era o liberal da velha escola (HAYEK, 2010, p. 51).

Hayek argumenta também que o planejamento governamental moderno tem raízes na Alemanha do século XIX, traçando ligações do prussianismo – que dá origem a uma experiência de crescimento econômico orientado pelo planejamento estatal num paradigma fora do *laissez-faire* dominante naquele período – tanto com o socialismo quanto com as origens do totalitarismo hitlerista, sempre operando nestes termos, da vinculação entre o inimigo na guerra e a ameaça interna contida no Estado interventor. No desenvolvimento deste argumento da incoerência absoluta entre planejamento e liberdade, Hayek introduz uma série de princípios baseados nos preceitos do marginalismo mengeriano que se tornariam centrais na cartilha do neoliberalismo, girando em torno da ideia de que a ação do Estado cria distorções no sistema de preços que sinaliza aos indivíduos o que fazer, gerando obstáculos para que o mercado livre resulte em maior bem estar coletivo (entendido como um somatório de utilidades individuais, no sentido da teoria econômica ortodoxa do termo).

Como adiantado brevemente acima, a individualização das soluções para problemas coletivos é sempre defendida no discurso neoliberal em função do princípio da liberdade individual de escolha em função de atribuições subjetivas de utilidade individual a opções distintas disponíveis no mercado. O provimento de habitação social, por exemplo, seria atacado por Milton Friedman (1962, p.178) com o argumento de que trata-se de uma escolha paternalista imposta aos indivíduos, logo, a própria transferência direta de dinheiro aos beneficiários seria mais eficiente e teria melhores resultados em termos de utilidade gerada. Portanto, é neste sentido que a noção de liberdade ganha proeminência no discurso neoliberal: ele parte de um ataque ao Estado paternalista (que trata o cidadão como crianças ou sujeitos interditados e) que interfere na capacidade individual de determinação e escolha, sendo que o acesso ao dinheiro para que as pessoas resolvam seus próprios problemas através do mercado é sempre um caminho mais adequado que o provimento da solução coletiva destes problemas pelo Estado. Como adiantado na Introdução, Friedman (1962, p. 192) também defende a transferência direta de renda (em padrões muito semelhantes ao que seria aplicado no Brasil com o Bolsa Família), como uma forma de política de auxílio aos pobres mais

eficiente do que a formulação de políticas públicas de provimento direto de serviços coletivos que atendessem a estes grupos mais vulneráveis.

Assim como para os participantes do Colóquio Lippman, para Hayek é necessário que existam leis fortes para que o mercado funcione bem, mas sempre com limites. O momento em que aparece a defesa do planejamento econômico é em relação aos monopólios naturalmente resultantes do mercado, mas mesmo aí traz-se a crítica de que monopólios geralmente são criados por regulações, legislações em excesso e intervenção (como no caso dos grandes conglomerados empresariais alemães), e que o planejamento é necessariamente impregnado pelo problema da onisciência impossível, sendo que as informações e fatos a serem levados em consideração são tão numerosos e complexos que não existe a possibilidade de se obter qualquer forma de eficiência no resultado. Deste modo, segue o argumento, o melhor planejador é sempre o mercado, através dos sinais que ele mesmo dá a seus agentes através da dinâmica dos preços, permitindo uma descentralização total das decisões, no extremo oposto do planejador onisciente e bem intencionado – mais uma vez traçando ligações com o plano do autoritarismo. Ademais,

o monopólio privado raramente é total e ainda mais raramente tem longa duração ou está em condições de desprezar a concorrência em potencial. Mas um monopólio de Estado é sempre um monopólio protegido pelo Estado – protegido contra a concorrência em potencial e contra a crítica efetiva. Isso significa que, na maioria dos casos, se concede a um monopólio temporário o poder de assegurar para sempre a sua posição – poder que, com certeza, não deixará de ser usado. Quando o poder que deveria refrear e controlar o monopólio passa a proteger e defender os que dele legalmente desfrutam; quando, para o governo, pôr fim a um abuso é admitir sua própria responsabilidade no caso, e quando a crítica dos atos do monopólio implica uma crítica ao governo, é improvável que o monopólio venha a servir à comunidade (HAYEK, 2010, p. 187).

Para Hayek, os sistemas coletivistas pressupõem a definição de um objetivo único, de um “bem comum” para o qual a ação coletiva organizada no âmbito do Estado deve mirar, o que implica um código de ética não somente comum mas que também inclua tudo. Este seria um pré-requisito para o planejamento, e seria impossível de ser alcançado:

O ‘objetivo social’ ou o ‘propósito comum’ para o qual se pretende organizar a sociedade costuma ser vagamente definido como o ‘bem comum’, o ‘bem-estar geral’ ou o ‘interesse comum’. Não é necessário muito esforço para se perceber que esses termos não estão suficientemente definidos para determinar uma linha específica de ação. O bem-estar e a

felicidade de milhões não podem ser aferidos numa escala única de valores. O bem-estar de um povo, assim como a felicidade de um homem, dependem de inúmeras coisas que lhe podem ser proporcionadas numa infinita variedade de combinações. Não é possível exprimi-las de modo adequado como um objetivo único, mas apenas como uma hierarquia de objetivos, uma ampla escala em que cada necessidade de cada pessoa tem o seu lugar. A direção de todas as nossas atividades de acordo com um plano único pressupõe que para cada uma de nossas necessidades se atribua uma posição numa ordem de valores que deve ser bastante completa para tornar possível a escolha entre as diferentes alternativas que o planejador tem diante de si. Pressupõe, em suma, a existência de um código ético completo, em que todos os diferentes valores humanos estejam colocados em seu devido lugar (HAYEK, 2010, p. 75-76).

O corolário, mais uma vez, é que democracia só é possível no capitalismo: socialismo implica planejamento, que leva ao Estado grande, que conduz ao autoritarismo. Segundo Hayek, o percurso da Alemanha do período entre guerras teria sido justamente este, com um estado de caos resultante da herança da primeira guerra em conjunto com a ação do Estado interventor (da década de 1920), sendo que a gravidade da crise teria justificado a aceitação de um regime “forte”, que por sua vez aproveitaria as estruturas centralizadoras previamente construídas (p.83-84). Mais adiante Hayek traça ligações diretas entre as raízes do totalitarismo com o socialismo em sua versão alemã, propondo também uma conexão entre um sentimento nacionalista alemão com um espírito organizacional racionalista coletivo mais avançado e que rivalizaria com o individualismo comercialista inglês (tendo essa rivalidade inclusive transferida para o plano militar, sendo a guerra contra a Inglaterra uma guerra contra esse espírito comercial individualista menor segundo o ideário alemão apontado por Hayek).

Foi estreita, desde o início, a relação entre o socialismo e o nacionalismo naquele país. É significativo que os mais ilustres precursores do nacional-socialismo – Fichte, Rodbertus e Lassalle – sejam reconhecidos, ao mesmo tempo, como fundadores do socialismo. Enquanto o socialismo teórico, em sua forma marxista, dirigia o movimento trabalhista alemão, o elemento autoritário e nacionalista recuou durante algum tempo para o segundo plano. Isso não durou muito, contudo. De 1914 em diante, das fileiras do socialismo marxista foram surgindo doutrinadores que arrebanharam para o nacional-socialismo, não os conservadores e os reacionários, mas os trabalhadores e a juventude idealista. Foi só a partir daí que a corrente nacional-socialista se projetou, transformando-se em pouco tempo na doutrina hitlerista. A histeria de guerra de 1914 que, por causa da derrota alemã, nunca se extinguiu por completo, é o ponto inicial dos desdobramentos mais recentes que produziram o nacional-socialismo, e foi em grande parte à colaboração dos socialistas da velha escola que se deveu a sua ascensão durante esse período (HAYEK, 2010, p.164).

E o argumento normativo acerca do papel do Estado para Hayek gira em torno de um Estado de direito forte, pautado em primeiro lugar pela garantia do direito de propriedade:

Nossa geração esqueceu que o sistema de propriedade privada é a mais importante garantia da liberdade, não só para os proprietários mas também para os que não o são. Ninguém dispõe de poder absoluto sobre nós, e, como *indivíduos*, podemos escolher o sentido de nossa vida – isso porque o controle dos meios de produção se acha dividido entre muitas pessoas que agem de modo independente. Se todos os meios de produção pertencessem a uma única entidade, fosse ela a “sociedade” como um todo ou um ditador, quem exercesse esse controle teria poder absoluto sobre nós (HAYEK, 2010, p. 115).

Esta abstração distanciada é um dos preceitos básicos do Estado forte neoliberal, que retoma a máxima do *laissez-faire* clássico em sua versão francesa tal qual identificada por Foucault (2008), de que o bom governo é aquele que governa o mínimo possível para que o mercado funcione. Neste sentido, Hayek posiciona a função do Estado na defesa da definição de regras claras e bem definidas para que os indivíduos possam se adaptar da melhor forma possível em suas atividades privadas e se posicionar de forma a maximizar suas utilidades de acordo com seus atributos específicos. Como indicado por Foucault (2008, p. 237), neste ponto de vista o Estado de direito não pode ter objetivos coletivos bem definidos – tal qual atacar o problema da desigualdade – pois estes são arbitrários, e abrem a possibilidade de que sejam usados por governos autoritários, sendo que a ação do Estado precisa ser sempre previsível para os agentes econômicos.

A dicotomia entre a intervenção ou a não intervenção do Estado é inteiramente falsa, e o termo *laissez-faire* é uma definição bastante ambígua e ilusória dos princípios em que se baseia uma política liberal. Está claro que todo o Estado tem de agir, e toda ação do Estado implica intervir nisto ou naquilo. Mas não é isso que vem ao caso. O importante é saber se o indivíduo pode prever a ação do Estado e utilizar esse conhecimento como um dado na elaboração de seus planos particulares – o que significa que o Estado não pode controlar a forma como seu mecanismo é empregado e que o indivíduo sabe exatamente até que ponto será protegido contra a interferência alheia – ou se o Estado está em condições de frustrar os esforços individuais (HAYEK, 2010, p.95-96).

Este é um modelo abstrato de orientação da ação do Estado cujas tentativas de aplicação prática interagiriam com formações econômico-sociais e espaciais concretas e heranças históricas

específicas, dando forma a variadas experiências de “neoliberalismo na prática” a partir dos resultados destas interações. Como ressaltado por Peck (2010), o projeto neoliberal se caracteriza pela impossibilidade de sua realização plena, ele sempre terá uma agenda a cumprir na direção de um conjunto de preceitos, e seus ideólogos sempre acreditarão que terão conseguido pouco diante do que ainda precisará ser conquistado. Portanto, a partir desta série de princípios abstratos, o que existe na prática sempre é uma versão (em variações histórico-geográficas) do neoliberalismo, imperfeita segundo os objetivos do próprio projeto, misturada com resquícios históricos do Estado e da economia de acordo com suas características em cada lugar, e sobretudo, interagindo com a sociedade também de acordo com suas características formadas por trajetórias anteriores específicas.

No contexto do pós-guerra, um personagem fundamental na sequência desta linhagem iniciada na ciência econômica austríaca de Carl Menger é Milton Friedman, que assim como Hayek (bem informado quanto à noção de que ideias e valores dão forma ao real), muito estrategicamente tem seu trabalho pautado pela consciência da importância de agir no campo do debate público, direcionando-se a audiências amplas, e buscando vencer batalhas no campo das ideias para que elas tenham aceitação na sua aplicação prática quando o momento oportuno para tal viesse. A obra síntese de Friedman neste período, publicada em 1962, no contexto da guerra fria, é *Capitalismo e Liberdade*, texto que continua a tarefa de defender as premissas do liberalismo clássico através da estratégia de vincular seu inimigo interno naquela conjuntura histórica, o Estado keynesiano, ao autoritarismo do inimigo externo, os países do bloco do leste. Friedman procura demonstrar como a intervenção proativa sempre engendra resultados inesperados negativos, por mais bem intencionados que sejam os planejadores por trás delas: salário mínimo resulta em maior desemprego, habitação social concentra pobreza e não a alivia, seguridade social cria dependentes que se tornam incapazes etc. O autor defende frequentemente o princípio de que o acesso dos beneficiários de políticas públicas ao dinheiro é sempre mais eficiente que o provimento público do serviço, pois abre um leque de escolhas (*liberdade*) ao beneficiário, que pode usar o dinheiro como bem entender, e ainda se beneficiar de serviços providos pelo mercado, mais eficientes em função da concorrência a que estão sujeitos.

No entanto, neste encadeamento entre história das ideias e sua aplicação prática que aqui delinhe brevemente, o argumento chave daquela obra que torna seu autor uma figura fundamental na ponte com a transformação desta série de princípios em políticas econômicas para os governos centrais de diversos países é o ataque à explicação keynesiana para a grande crise de 1929 e a

introdução do monetarismo como o diagnóstico correto, pré-anunciando um reinado desta doutrina no campo da macroeconomia centrado na Escola de Chicago sob seu comando. O monetarismo parte da teoria quantitativa da moeda, já anunciada em Stuart Mill e desenvolvida por von Mises e Irving Fisher nas décadas de 1920 e 30, que associam nível de preços à quantidade de moeda em circulação. A crise de 1929 teria ocorrido, segundo aqueles autores, em função das falhas na atuação do banco central americano em manter a quantidade de moeda em circulação muito restrita, provocando uma recessão que poderia ter sido evitada com uma política monetária apropriada. A crise do fordismo/keynesianismo da década de 1970 não tinha explicações satisfatórias do ponto de vista keynesiano dominante, pois era marcada por uma combinação entre inflação e desemprego, o que é uma incoerência na perspectiva daquela escola. Friedman e os monetaristas ganham enorme credibilidade e atenção ao oferecer a explicação através da ligação inflação - excesso de moeda em circulação, que teria que ser resolvida através de uma política monetária restritiva, causando algum desemprego como *efeito colateral* mas resolvendo o problema dos preços em espiral ascendente. Este prognóstico seria aplicado pelo banco central norte-americano no final da década de 1970, aumentando repentinamente os juros daquele país para um recorde histórico, o que teria consequências abissais para o Brasil e toda a América Latina na deflagração da crise da dívida do início da década de 1980, resultante da tradução prática da doutrina da Escola de Chicago na inauguração de um novo modelo de política econômica anti-inflacionária, sendo a crise latino-americana daquela década um resultado direto desta mudança de direção nos países de centro, sobretudo os EUA.

A história de submissão às exigências dos grandes credores e das instituições multilaterais como condições para renegociação e rolagem da dívida pública é amplamente conhecida, e envolve consequências significativas. O controle da dívida pública – que crescera exponencialmente no período da crise do keynesianismo, em função de tentativas de se reativar o crescimento através do gasto público – se torna um canal de entrada e imposição antidemocrática de uma agenda mais ampla. Da defesa do neoliberalismo como única forma de democracia verdadeira em Hayek e Friedman até a sua imposição autoritária no caso chileno sob Pinochet e posteriormente nas políticas exigidas por credores e agenciadas por instituições multilaterais sem representação democrática alguma, há uma trajetória que perpassa o Estado e sua ampla transição de um capitalismo monopolista sob seu comando para esta nova forma de gestão autoritária da esfera econômica, e sobretudo da população – tendo a democracia *contra*, como um ente exterior e na

metrópole como uma forma de alteridade. Neste percurso entre história econômica e história das ideias, o caminho da servidão hayekiano culmina na servidão ao mercado.

Mas antes de entrarmos no aprofundamento na relação entre macroeconomia e metrópole no caso brasileiro, chegando às implicações do neoliberalismo em escala macro para tal interação, a próxima seção aprofunda em termos teóricos a ideia de que o econômico deriva da esfera política introduzida acima, chegando a partir daí na perspectiva mais ampla da relação Estado-espaço, através da qual opera a interação entre neoliberalismo e cidade que constitui a preocupação central deste estudo.

Trajetórias encadeadas: Estado, capital e espaço

Partindo do ponto de vista comumente assumido como pressuposto por alguns teóricos de orientação anarquista, e que constitui parte das inúmeras divergências daquela tradição com o cânone marxiano desde os primórdios deste, propõe-se um parêntese para inserir o Estado na discussão numa inversão de premissas estruturalistas clássicas: a relação entre acumulação capitalista e o Estado. Ressalta-se o argumento apresentado na Introdução, de que a crítica ao estruturalismo baseado no determinismo econômico não pode ter na sua sequência uma simples inversão de estruturas, inserindo o plano simbólico ou a política na base: há uma dialética diversificada num pluralismo mais amplo de esferas e momentos, que são mutuamente definidores, e divisíveis em partes menores que também participam dessa criação de vetores lançados na direção de outros domínios, bem como da recepção de influências advindas destes.

Como já adiantado na Introdução, o que Harvey (2011, p. 104) chama de “esferas de atividade” na sua análise dos formatos da trajetória histórica do capitalismo é uma analogia útil para esta perspectiva. Tratam-se de sete esferas que se retroalimentam e se transformam em conjunto, sendo que os momentos de protagonismo são intercambiados entre elas ao longo do tempo. As esferas propostas por Harvey são: “tecnologias e formas de organização, relações sociais, arranjos institucionais e administrativos, processos de produção e de trabalho, relações com a natureza, reprodução da vida cotidiana e da espécie, e concepções mentais do mundo” (HARVEY, 2011, p.104). Trata-se de uma ampliação e diversificação de uma visão dialética da história e da mudança social coerente com o pluralismo epistemológico aqui invocado. Inserir o Estado como esfera de onde saem vetores responsáveis pela gênese do capitalismo e por sua reprodução histórico-geográfica envolve manter este argumento nessa perspectiva mais ampla, em

que: existem outras esferas agindo simultaneamente nesta relação, e o capital, obviamente, reage, redefine o Estado, o transforma de acordo com suas exigências – sendo que estas entram em conflito com outras tentativas de influência advindas de outras zonas. Trata-se de uma teia com nós interligados em mútua determinação que em partes se assemelha ao rizoma (Deleuze & Guattari, 1995) e em outras a estruturas arbóreas, com raízes, ramificações e sub-ramificações ligadas por um tronco único. Como já apontado anteriormente, o Estado é justamente uma destas partes: se caracteriza por raízes bem definidas que criam um tronco forte e ramificações diversas.

O capital não se realiza sem a existência de diversos pré-requisitos providos pela autoridade violenta do aparato estatal: direito de propriedade privada, garantia de contratos, leis, polícia e prisões, moeda única, infraestrutura física e institucional, fronteiras etc. Num segundo nível de análise e inserindo o plano do processo histórico, não existe acumulação de capitais sem a passagem de determinada sociedade pelo processo eminentemente geográfico da *acumulação primitiva*²¹ que garanta as condições básicas para a realização do capital, sobretudo no que diz respeito à disponibilidade de mão de obra sem alternativas viáveis em vista a não ser sua sujeição ao trabalho remunerado (sendo a concentração fundiária no meio rural um elemento fundamental desta primeira premissa). Considerando que este processo de acumulação primitiva é em grande medida realizado e/ou garantido pelo aparato repressor estatal – e ocorrendo em cada lugar a partir de uma trajetória histórica específica, sendo os cercamentos ingleses do século XVI radicalmente diferentes das sesmarias e da distribuição de terras promovida pelo Império brasileiro do século XIX, e da contínua reprodução da restrição do acesso à terra aos pobres no Brasil (Holston, 2013) – a relação Estado-sociedade é a relação fundamental sobre a qual o capital se estabelece.

A revolução industrial foi o processo classicamente considerado embrionário pela teoria marxista, com um enfoque excessivamente voltado para as transformações (socioespaciais inclusive) daquele período histórico, sem dedicar muita atenção ao contexto político-institucional e à trajetória anterior a ele, que está por trás de algumas dinâmicas decisivas para a decolagem da produção industrial inglesa (como o pioneirismo da revolução burguesa na Inglaterra, ocorrida um século antes de sua equivalente continental), analisadas por alguns autores proeminentes do próprio cânone marxiano. Argumentamos que, de forma mais ampliada, o capital se estabelece a partir de

²¹ Trata-se da preparação de terreno para a decolagem da acumulação industrial em Marx (O Capital, Livro I, Capítulo XXIV), principalmente através dos cercamentos das terras comuns, que liberam um contingente de mão de obra liberta disponível ao seu emprego na indústria (e sem demais alternativas de inserção e sobrevivência).

formas específicas de *governamentalidade* (no sentido empregado por Foucault, 2008) e na relação Estado-sociedade que começa a ser construída na revolução burguesa.

Hobsbawm (1968) propõe que o crescimento exponencial do comércio da Inglaterra com o resto do mundo ao longo do século XVIII, em função da marinha mercante inglesa e da política externa ligada a interesses comerciais, fez crescer muito a demanda por produtos ingleses, garantindo mercados para a revolução industrial escoar sua produção. Deste modo, é imprescindível analisar a revolução industrial sem se perder de vista estes processos de transformação do Estado a partir da tomada do poder pela burguesia inglesa no final do século XVII. Há uma transição entre o imperialismo mercantilista e o imperialismo do Estado capitalista que tem a revolução industrial no meio, mas por trás da própria revolução industrial há essa transformação do mercantilismo metalista naquilo que viria a ser o modelo de política externa para a promoção do crescimento capitalista interno (presente até os dias atuais, como nas políticas externas dos Estados nacionais visando a garantia de mercados).

Karatani (2014, p. 64) leva este argumento mais longe, ao afirmar que “a crença que a economia existe de independentemente da política (do Estado)” é

nada mais que uma ideologia de sociedades capitalistas. Na realidade, mesmo em sociedades capitalistas o Estado não é uma mera superestrutura ideológica em último grau determinada por processos econômicos. Sem a iniciativa do Estado mercantil, as manufaturas e a Revolução Industrial jamais teriam aparecido – não somente nas nações de desenvolvimento tardio do capitalismo, mas mesmo na Grã Bretanha. A Revolução Industrial teve como premissa a existência de um mercado mundial; ademais, ela se concretizou como resultado de iniciativas tomadas por Estados que competiam por hegemonia neste mercado mundial (KARATANI, 2014, p.64).

Para Karatani, até mesmo o nascimento da cidade, para o qual ele segue a linha desenvolvida por Jane Jacobs (1969) que o coloca como um evento anterior e causador do desenvolvimento da agricultura, está vinculado à gênese do Estado, tendo a cidade de Çatal Huyuk como uma experiência de “proto-cidade-Estado” na Anatólia anterior à decolagem desta forma de organização social na Mesopotâmia.

Outra referência importante, retornando à era moderna e ao desenvolvimento do capitalismo, está no trabalho de Bill Warren (1980), que propõe a interpretação – criticando a visão leninista, inclusive, do imperialismo como estágio avançado do capitalismo – de que seria o imperialismo o embrião do capital, sem o qual o crescimento interno da indústria inglesa não pode ocorrer, e que depois se tornaria uma válvula de escape fundamental para a gestão dos

estrangulamentos que surgem à expansão capitalista, na forma do imperialismo do século XIX na colonização do subcontinente indiano e da partilha da África. Este colonialismo centrado nas grandes potências industriais como forma de se criar válvulas de escape e maiores possibilidades de expansão para a acumulação cria uma relação dialética de retroalimentação entre Estado e capital que persiste no mundo contemporâneo. Não se trata de abandonar esta perspectiva da relação de mão dupla ali existente, mas de ressaltar, através deste breve recurso à história e às origens da decolagem industrial no mundo, o fato de que a interação capital-Estado é uma relação de forças recíprocas, que se influenciam e se apoiam mutuamente (em muitos casos se tornando um ente simbiótico de partes indistinguíveis), e não uma via de mão única partindo da infraestrutura da produção e definindo instituições super-estruturais de acordo com suas necessidades – nem mesmo através da tentativa de relativização da determinação “somente em última instância”, pois trata-se, antes de tudo, de uma forma de dominação política. Uma ilustração deste argumento é o fato de que os grandes ideólogos do neoliberalismo sempre prognosticam receitas de “desenvolvimento” em economias periféricas a partir de formas específicas de formatação de suas instituições, denominando os países africanos que tentam mas não conseguem garantir condições básicas para a decolagem inicial do processo de acumulação vinculado aos mercados globais (geralmente através do incentivo às exportações de recursos naturais) como *Estados fracassados* (“failed states”).

Outra forma de demonstrar o mesmo corolário é através da desmistificação de algumas premissas liberais – iniciadas em Adam Smith e atualmente propagada em livros-texto introdutórios à ciência econômica – acerca das origens da moeda. Smith parte do pressuposto de que há uma propensão humana às trocas, ao escambo, ao comércio, e à divisão do trabalho (o que se torna um fundamento básico da ciência econômica contemporânea, através do individualismo metodológico, da teorização da escolha racional etc). Um breve percurso pelo olhar antropológico pode ser útil para se revelar alguns pressupostos falsos - e que são centrais para os preceitos básicos da economia clássica. O principal exemplo é o mito da origem do dinheiro como um facilitador das trocas: a economia clássica parte do pressuposto de que antes de existir a moeda, a prática do escambo limitava o mercado, pois um fabricante de ferramentas que precisasse de tecidos precisaria encontrar o seu diametralmente oposto, qual seja, um fabricante de tecidos que precisasse de ferramentas. Teria surgido assim, de forma espontânea e derivada de uma racionalidade coletiva em moldes modernos, uma instituição que cria a moeda com o intuito de potencializar essas trocas no mercado, que por sua vez faz surgir o crédito, a partir do surgimento da moeda.

Provando a falácia deste mito de origem, Graeber (2011) chama atenção que tal economia de escambo nunca existiu. Os arranjos em sociedades sem dinheiro sempre envolveram esquemas complexos de doações e trocas de doações de forma competitiva (em que aqueles que não conseguissem retribuir presentes generosos muitas vezes suicidavam-se), e/ou a organização da acumulação de bens posteriormente redistribuídos no caso das sociedades com autoridades políticas centralizadas. Segundo Graeber, a moeda surge a partir do crédito como uma forma de nota promissória de garantia ao credor emitida pelo próprio devedor, e que passa a circular num mercado secundário, tendo seu valor ligado à credibilidade do devedor (que frequentemente eram pequenos mercadores utilizando o instrumento para pagar fornecedores). O surgimento da moeda emitida por autoridades governamentais é ligado à formação de forças armadas constituída de soldados contratados, gerando o ciclo escravização de capturados em guerra para o trabalho em minas de metais preciosos – utilização dos metais para cunhar moeda e remunerar soldados – cobrança de impostos em moeda emitida dos súditos para garantir que a remuneração aos soldados tenha valor de troca no mercado. Os mercados surgiram muito anteriormente a este processo, mas ganham uma nova escala nessa relação com o poder central através da cobrança de impostos, o que ocorre nas civilizações da era axial (entre 200-800 a.C.), paralelo a um aumento enorme na população escrava nestes primeiros grandes impérios, que eram conquistados através de investidas dos exércitos de mercenários sobre outros grupos e sociedades distantes.

Uma referência adicional para a centralidade do Estado na acumulação capitalista²² é a parte da obra lefebvriana dedicada ao Estado. Um fato bastante curioso no longo percurso de apropriação dos escritos de Henri Lefebvre acerca da cidade, do urbano e da produção do espaço, que aparece na teorização crítica em torno destes temas desde a década de 1970, é a pequena atenção dada a seus trabalhos sobre o Estado²³, imediatamente posteriores à sua obra seminal, *A produção do espaço* (Lefebvre, 1974), onde o tema do Estado já era fundamental, sobretudo nas proposições ligadas ao chamado *espaço abstrato*²⁴. O diálogo com a obra de Henri Lefebvre na geografia e nos estudos urbanos deu pouca atenção às teorizações daquele autor em *De L'état*, conjunto de obras

²² Com isso completando o amplo e heterogêneo grupo de autores que sustentam esta inversão, que vão desde os anarquistas, alguns marxistas de cunho mais clássico (como Eric Hobsbawm), o marxismo heterodoxo de Henri Lefebvre, a escola francesa da regulação chegando ao outro lado do espectro, nos neoliberais citados acima. Alguns outros autores de grande influência teórica que poderiam ampliar a sustentação deste argumento, não apresentados aqui, são: Fernand Braudel, Giovanni Arrighi e István Mészáros.

²³ Ver Lefebvre (1976; 1976b; 1977; 1978), e Lefebvre et al (2009).

²⁴ Que parece ter sido o ponto central a partir do qual aquele autor abre um flanco da sua obra maior acerca da cidade e do espaço social para analisar o Estado, enquanto ente produtor do espaço abstrato na contemporaneidade.

que traz contribuições importantes para se pensar o Estado na contemporaneidade, sua relação com o espaço e a própria globalização (cuja discussão Lefebvre antecipa em alguma medida, já em meados dos anos 70). Como perguntam Neil Brenner e Stuart Elden: “mas por que o Estado? Para Lefebvre, sua resposta é simples e direta – ‘porque o Estado, e tudo que ele envolve e implica, se encontra no seio da modernidade e do chamado mundo moderno’”²⁵.

O Estado realizou o que nenhuma religião ou igreja conseguiu: conquistar o mundo, atingir a universalidade, ou pelo menos a generalidade, entrando com o mercado mundial na definição do que consiste o Planetário. O que é um processo extraordinário. Começando no século XIX, ele se acelera no XX, e se precipita com as guerras mundiais (LEFEBVRE, 1976, p. 11).

Lefebvre propõe a ideia do Modo de Produção Estatal como uma forma de se reunir a crítica ao produtivismo na sociedade contemporânea tanto na sua vertente do socialismo real da experiência soviética quanto na acumulação capitalista sob as democracias liberais, ressaltando a centralidade do Estado por trás da produção em ambos. Assim, pensando nos termos do Modo de Produção Estatal, o neoliberalismo se torna uma nova rodada a partir do desmantelamento do aparato fordista-keynesiano que Lefebvre analisa – em pleno declínio – nesta obra. Uma das críticas comumente direcionadas a esta abordagem lefebvriana a respeito do Estado é justamente que ela se torna datada no momento em que o fordismo keynesiano entra em crise naquele mesmo período, no caso dos países do norte global, em que Lefebvre se debruçava sobre estes textos. Contudo, como demonstrado acima, abordar o neoliberalismo como forma de ação do Estado (e não como sua ausência) reafirma a validade da abordagem lefebvriana e seu enfoque sobre a relação espaço-Estado²⁶. Esta nova forma de governo do capital opera necessariamente a partir do legado deixado pelos formatos em que o espaço fordista-keynesiano toma em cada contexto histórico-geográfico. E no entanto, trata-se todavia do econômico como efeito do político, e do capital como derivação do Estado, mesmo que se assumam uma via de mão dupla nesta relação: a impressão de que o neoliberalismo corresponde a um Estado ausente se deve a uma visão do Estado ainda presa a seu formato fordista-keynesiano – ou de situações específicas, como a que ocorre na metrópole

²⁵ Em Lefebvre et al (2009, p. 2), citando Lefebvre em *Le Retour de la dialectique*.

²⁶ Ademais, aquele autor não deixa de reconhecer os sinais de transformação na direção do neoliberalismo já naquele momento transitório, em que a reestruturação posterior à crise ainda não havia se apresentado claramente, o que ocorre nos países de centro no final da década de 1970. Por exemplo: “Quando um Estado resiste, as multinacionais partem para outros lugares. Desta forma se mundializa, no quadro do mercado mundial, a *produção*, a saber, a produção de mais-valor, sua realização e repartição. Portanto, se mundializa a luta de classes” (LEFEBVRE, 1976, p. 81-82. Grifo do original).

brasileira, em que alguns bolsões de aparente ausência da autoridade estatal resultam da relação dessas áreas com o próprio Estado do capitalismo semiperiférico, que (como em Milton Santos) produz o espaço da modernidade incompleta, seletiva, dependente, e autoritariamente negligencia grandes porções da metrópole, ao mesmo tempo deixando de reconhecê-las em seus direitos e sem permitir que elas criem suas próprias rotas de fuga emancipatórias.

Em “O Estado e a sociedade” (Lefebvre et al, 2009), o problema fundamental para Lefebvre é a ideia de que todo programa político tem duas direções possíveis: ou ele propõe uma ação dentro de um certo enquadramento aceito, um enquadramento determinado pelo Estado; se encaixando dentro do Estado existente: ou alternativamente ele propõe mudanças neste quadro estatal existente e até sua transformação completa. Ao buscar uma visão mais aprofundada da natureza do Estado, Lefebvre se posiciona a favor da segunda alternativa, da transformação do Estado, mirando o *Estado capitalista* e não o *Estado no capitalismo*, como uma perspectiva teórica mais precisa. A partir deste pressuposto, Lefebvre se propõe a tarefa de compreender a gênese do Estado moderno e sua relação com o processo capitalista, e mais precisamente com o crescimento econômico. Como já apontado acima, os séculos XVI e XVII constituem um ponto de inflexão muito significativo, do início do conflito do capitalismo nascente com estruturas políticas herdadas do feudalismo e que vão ser decisivas em momentos posteriores.

Em “O Estado no mundo moderno” (Lefebvre et al, 2009), Lefebvre aponta o alcance planetário do Estado hoje, e a necessidade de se traçar essa história e de se compreender este processo, de como esta invenção incorporada e potencializada pelo ocidente a partir de sua gênese e seu desenvolvimento no meio oriente conquistou o mundo, sendo as relações entre o Estado moderno e o crescimento econômico um elemento central desta história. Com o fortalecimento da indústria, há uma tendência inicial à autonomia do *econômico*, mas as diversas crises e estagnações trazem obstáculos e redefinem o papel do Estado refortalecendo suas ligações (embrionárias, acrescentamos) com o processo capitalista ao longo da história. Deve-se acrescentar também que na maior parte dos países onde houve algum desenvolvimento capitalista mais substancial, observa-se um processo mais semelhante à trajetória dos países retardatários da Europa ocidental (Alemanha e Itália), onde o Estado tem um papel ainda mais central do que a simples garantia de mercados para a decolagem da revolução industrial na Inglaterra (e em certa medida nos EUA, onde também existe, e Lefebvre ressalta, uma autonomia relativa da esfera da produção em relação ao Estado, até que as grandes crises alterassem esta relação), sendo o caso brasileiro um exemplo proeminente na geografia histórica dos países semiperiféricos. “Do Estado que abre caminho para

o crescimento ao Estado que administra o espaço do crescimento. Planejamento (da produção, do espaço) e semi-planejamento” (Lefebvre et al, 2009, p. 110)

E em “O espaço e o Estado” (Lefebvre et al, 2009), Lefebvre desenvolve uma trajetória histórica da relação entre o espaço e o Estado modernos, abordando como o Estado vai se tornando cada vez mais um grande agente por trás da produção do espaço até chegar ao ápice de se tornar o agente principal, após maior aprofundamento da simbiose entre Estado e capital. Nessa perspectiva histórica, no início há um esforço grande de se garantir um domínio sobre o território, mantendo a autoridade do Estado-nação sobre a totalidade do mapa, criando instituições num nível hierárquico que culmina no poder central, através da polícia etc. (no Brasil um processo socioespacial repleto de conflitos e insurgências; sendo que grande parte dos Estados africanos ainda se encontra nesta fase, inseridos num ambiente global absolutamente distinto daquele que interagiu com a formação e o fortalecimento do aparato estatal de controle do território na maior parte do mundo). Posteriormente há o início da produção de um espaço social que é eminentemente nacional, através de instituições diversas, desde as prefeituras, até o próprio comércio na cidade, que cria uma ampla rede de agentes, todos de alguma forma interligados ao Estado. E ao final há uma preparação de terreno para o aprofundamento da acumulação capitalista, através da construção de estradas, e do provimento daquilo que Jean Lojkin (1977), a partir de Marx, chamaria de *condições gerais de produção*.

Não se trata, deste modo, de uma entidade abstrata engendrada pelos economistas, o *crescimento*, mas de um crescimento bem especificado, associando o crescimento do Estado ao crescimento da economia. Ele se interliga também à transformação do espaço que se reorganiza ao longo do século XIX nos grandes países industrializados, em torno dos caminhos de ferro, das estações, dos centros ferroviários. As cidades antigas entram na nova rede ou entram em declínio. Em seguida, as autoestradas e os aeroportos assumem o controle, se introduzem na rede e a remodelam. Um outro rearranjo, corolário do primeiro, resulta do fato de que a indústria dita pesada (que inclui a indústria química) pode se deslocar, se instalar longe das fontes de energia, sendo que esta faz surgir fluxos específicos. O que tende a uma reorganização do espaço, controlado pelo poder central (estatal).

Deste modo se estabelece e se define a cada nova adição o espaço do Estado-nação. É neste espaço que se instala, numa notável sequência econômico-política com todas suas consequências, a indústria química, a indústria petroleira e petroquímica, depois a indústria nuclear e informática. O espaço dos Estados-nação tende a explodir; contudo, permanece a base sobre a qual se estabelecem os elementos do crescimento (LEFEBVRE, 1976, p. 55-56. Grifo do original).

A partir desta leitura, torna-se possível antever como o Estado promove o crescimento econômico, se expandindo concomitantemente, e alterando sua relação com o espaço – aprofundando o controle sobre o território – nesta dinâmica. A preocupação de Lefebvre com o aspecto do crescimento e sua relação com o espaço também aparece em suas obras anteriores acerca da cidade e do urbano, sobretudo em relação ao desmantelamento da cidade por parte de um espaço industrializado e suas consequências políticas. No conjunto de trabalhos acerca do Estado, trata-se de uma perspectiva mais abrangente – tratando da relação Estado-espaço em geral, examinando também a re-organização escalar que começava a se esboçar naquele momento, com a reconfiguração de um espaço mundial a partir do próprio Estado-nação²⁷. As formas que esta relação Estado-espaço assumem variam histórica e geograficamente, sendo que o fordismo/keynesianismo teve uma relação estreita com a experiência das grandes guerras nos países de centro, e a distribuição de benefícios e dos ganhos de produtividade bastante ligada a uma lógica de re-construção do espaço interno da nação como forma ideologizada de garantir a coesão do suposto espaço de todos e ao mesmo tempo lidar com o trauma coletivo e o déficit (material e imaterial) pós-conflito. O fato do histórico do provimento da Habitação de Interesse Social por parte do Estado no âmbito do planejamento urbano ter suas raízes no atendimento à demanda por moradias por parte de veteranos da primeira grande guerra na Inglaterra no *Housing Act* de 1919 (que levaria à construção de um milhão de moradias naquele país) é uma ilustração desta relação, que passaria a incorporar também reflexos da guerra fria no pós-2ª guerra, constituindo uma fonte de pressão por mecanismos distributivos na rivalidade externa e a ameaça à legitimidade do formato de hegemonia praticado internamente nos países de industrialização avançada no ocidente naquele período.

A questão escalar também é central nas reflexões a respeito das alterações recentes na relação Estado-espaço, sendo que diversos autores no campo dos estudos urbanos se ocuparam desta análise relacionada à dinâmica do poder nas transformações das últimas décadas. Brenner (1998) propõe a noção de “arranjo escalar”, partindo do “arranjo espacial” de David Harvey (1982), como uma economia política das escalas espaciais em que as características da esfera da acumulação e suas transformações engendram mudanças na dinâmica entre as escalas que se tornam mais ou menos proeminentes de acordo com as transformações econômico-espaciais. A

²⁷ Mais contemporaneamente, esta perspectiva, preocupada com o crescimento econômico e suas implicações espaciais, ganha uma ligação com a proeminência da questão ambiental, que fundamentalmente envolve uma série de implicações da expansão capitalista no espaço, sua intensificação, e suas relações com a esfera estatal que continua a prover as bases para esta dinâmica.

globalização teria alterado profundamente este arranjo, na direção de um protagonismo da escala local e urbana diretamente interligada ao nível global, que também se fortalece, em detrimento do Estado-nação, que perde força neste período. Há também na literatura deste período do *boom* de estudos acerca da globalização uma preocupação com *novos espaços estatais* (Brenner, 2004), e novas arquiteturas de poder em torno da escala transnacional que se fortalecia, inclusive com argumentos de que criava-se um domínio geográfico para além do Estado-nação onde se intensificavam as trocas, as disputas e as relações e sobre o qual não existia uma estrutura de poder e governança correspondente.

Centrar a abordagem da relação Estado-espço na biopolítica como um aparato essencial do governo neoliberal (no comando e controle *da população*) envolve uma alteração no foco em relação a esta literatura. Reitera-se o papel do Estado-nação como um ente dotado de fortes capacidades e instituições cujo impacto sobre o espaço e o território são muito significativos (através da macroeconomia, por exemplo), e aborda-se a globalização como resultado da interação entre Estados-nação, como fica claro neste início de século a partir do protagonismo chinês na reprodução capitalista em larga escala e seu impacto geo-econômico a partir da criação de fortes entrelaçamentos em cadeias globalmente organizadas, mas altamente influenciadas por um núcleo de comando constituído no Estado-nação chinês. Não se trata de um simples retorno ao nacionalismo metodológico característico de abordagens preocupadas com escalas mais amplas, como é o caso de grande parte da literatura acerca da dinâmica centro-periferia ou da teorização de Wallerstein (1974) sobre o sistema-mundo, mas de reconhecer que o plano global se torna concreto e ganha proeminência através da força da ação efetiva das instituições nacionais e a subsunção da atuação destas aos imperativos daquele. A ligação direta da cidade e da região com o plano global²⁸ passa necessariamente por instituições, leis e políticas todavia comandadas pelo Estado-nação, sendo que as dinâmicas que partem destas instituições nacionais alteram profundamente este trânsito entre cidade/região e a escala global²⁹.

²⁸ Cujas teses se propagaram amplamente no debate acerca do impacto da globalização nas cidades, frequentemente com o argumento (correto, embora incompleto) de que a metrópole constituía um portal de ligação e acesso direto ao espaço da globalização.

²⁹ Pouco adianta uma estratégia local/regional de desenvolvimento regional a partir da atração de investimentos externos buscando inserir a economia de determinada região em cadeias produtivas globalmente organizadas se a legislação trabalhista ou ambiental, por exemplo, determinada em escala nacional, não for atrativa (ou seja, permissiva) o suficiente para os capitais em busca de melhores oportunidades de inversão visando sua reprodução em padrões mais elevados.

Além desta perspectiva escalar, trazer a perspectiva mais recente da biopolítica a partir de Foucault (2008) e de suas leituras em Dardot e Laval (2014), bem como nos trabalhos de Hardt e Negri (2001, 2005, 2009), envolve também substituir o enfoque sobre o território para pensar no controle da população por parte do Estado. Como será aprofundado adiante no capítulo 4, num primeiro momento isto se dá através de mecanismos disciplinares/disciplinadores e coercitivos (Foucault, 1987), e em seguida sofisticam-se para formas de internalização individual do próprio policiamento, e sobretudo, de formas de ação cotidianas moldadas pelo cálculo econômico. Passa-se de uma relação dominada pelo encontro entre a autoridade e o controle do espaço banal para uma segunda camada que acrescenta o policiamento no controle disciplinar da população, e em seguida adicionando os dispositivos de moldagem de formas de comportamento a partir de sinalizações do Estado em estruturas de incentivos e desincentivos que os indivíduos precisam incorporar na sua conduta – o que se torna uma relação entre Estado e espaço socialmente produzido, para além do território. O segundo nível deste percurso – o aparato da força policial – permanece em voga como uma ameaça constante para aqueles que não se encaixem e venham a desrespeitar o esquema de regras colocado no último.

Sob o neoliberalismo, em função da restrição das possibilidades de inserção às vias que o mercado oferece (e da precarização e instabilidade inerente a elas), e do enfraquecimento dos mecanismos de proteção social, este policiamento passa pela necessidade de tratar com a violência das políticas de tolerância zero a parcela da população que tende a escorregar nessa direção, inúmeras vezes em função da própria precariedade das possibilidades de inserção através das regras impostas. Há assim um aumento do encarceramento concomitante ao fortalecimento deste controle biopolítico através da construção de subjetividades, fortalecendo também o aparato disciplinador sobre o qual ele acrescenta uma nova camada. Na metrópole brasileira, este biopoder envolve a necessidade de controle de uma parcela da população historicamente excluída que também atua através da mesma estrutura de incentivos e desincentivos formadora de indivíduos que agem de acordo com cálculos de escolha racional utilitarista, mas com um elemento disciplinar e corporal mais forte, muitas vezes fora das próprias regras que o Estado de direito se impõe nesta atuação, e com um elemento racista bastante marcante. Tal necessidade de controle desta parcela da população ganha evidência no contexto das manifestações pós-junho de 2013, e mais amplamente na conjuntura urbana atual de aceleradas transformações decorrentes da valorização imobiliária que aumentam a pressão por projetos reestruturadores definidos em função de interesses dos setores que se beneficiam da renda da terra aumentada (contexto que será abordado no capítulo 3, adiante).

A transformação do Estado na direção de um aprofundamento democrático, que envolveria também uma mudança na prática do planejamento, em termos pragmáticos, orientaria a ação na direção de um escalonamento de prioridades democraticamente definidas numa escala e numa forma de operacionalização que a estrutura representativa não tem demonstrado capacidade e interesse em conduzir. A priorização das correções e reparações de percursos históricos que engendram resultados presentes necessariamente resulta deste processo de democratização aprofundada (sendo o campo do planejamento urbano repleto por ensaios incompletos de experiências que caminham nesta direção). E a insuficiência da ação na direção destes reparos demarca o neoliberalismo em sua experiência na América Latina, por interagir com um quadro histórico cujos frutos são ignorados, lançando para o jogo do mercado a criação de saídas e soluções. Se as falhas de mercado prevalecem, como ocorre no caso da habitação, a reação do Estado, já numa fase mais avançada da experiência de governança neoliberal, é o desenho de planos que visam corrigir tais falhas, mas mantendo o mercado nas canalizações de soluções, seja no formato das parcerias público-privadas, ou no provimento direto por parte do Estado de condições que permitam que demanda encontre demanda dentro do próprio mercado – sendo o Programa Minha Casa Minha Vida uma boa ilustração desta lógica, com consequências significativas para a produção do espaço na metrópole.

Para além desta perspectiva, é necessário também invocar, num olhar mais aprofundado, a especificidade do Estado – e do poder – no contexto latinoamericano a partir de seu histórico intimamente vinculado a um formato colonial, extrativista, e que funciona a partir de um princípio básico do colonialismo, qual seja, o estabelecimento, por parte da própria autoridade colonial, de elites nativas altamente beneficiadas pelo regime de produção e extração de riquezas daquele território, sem as quais este processo não se sustentaria, e enfrentaria resistências locais intransponíveis. As trajetórias posteriores ao abandono formal deste modo de gestão do território e da economia envolvem superações parciais de aspectos específicos e processos vinculados àquele regime de poder, cujos resquícios muitas vezes resistem a longas dinâmicas históricas ou reaparecem e se reconfiguram, como é o caso da própria concentração fundiária em níveis alarmantes que se assiste no Brasil – resultante de um amplo processo de apropriação de terras por parte de alguns grupos específicos posterior ao período de descolonização formal, muitas vezes expulsando inclusive populações tradicionais, quilombolas, indígenas, camponesas, que habitavam nestes territórios em condições de posse diversas. A relação desta classe de grandes proprietários com o território de forma ampla guarda todavia algumas características advindas do colonialismo,

como sua tentativa de isolamento cercado, sua prática política pautada por um republicanismo dissimulado e enviesado etc. A necessidade de se pensar na história do Estado, entrecruzada em sua relação com o território e a produção do espaço de forma ampla, passa, nas particularidades latino-americanas, pela apreciação de tal genealogia, e das permanências e rupturas em relação a este vínculo primordial do ponto de partida colonial no qual situa-se a gênese do Estado no continente (bem como noutras muitas regiões no mundo, também marcadas por dinâmicas socioespaciais atuais profundamente vinculadas a este histórico e suas permanências presentes).

Re-centralizar o Estado na produção do espaço envolve retornar ao âmbito do território como categoria privilegiada da autoridade, que se torna real e efetiva a partir do exercício de seu domínio territorial, sendo o Estado definido fundamentalmente por esta base física sobre a qual ele exerce controle, comando e poder. A natureza do Estado se faz presente no território, e o caráter das relações que constituem a autoridade sempre gera rebatimentos territoriais, parte deles decisivos na produção do espaço. A história do capitalismo se inicia com uma ação estatal incisiva, e seu desenrolar histórico posterior tem entrada do Estado em momentos decisivos para desatar nós que aparecem ameaçando a reprodução do capital. As expansões em larga escala são realizadas através da conformação de um sistema de Estados, e garantida por ele. O grau de complexidade que este esquema básico ganha ao longo do tempo - nas formas com que o Estado se faz presente na acumulação, como atua em períodos de crise, como garante bases para a reprodução capitalista, e como interage com a necessária reprodução dos limites ao aprofundamento democrático - aumenta substancialmente na história. Entender o fenômeno da modernidade passa necessariamente pela compreensão da evolução das formas com que o Estado foi agindo para garantir a reprodução capitalista e como tal relação entre reprodução do capital e as barreiras ao aprofundamento da democracia ocorre na contemporaneidade.

O próximo capítulo parte deste conjunto de pressupostos para abordar a conformação, por parte do Estado, de um espaço econômico centrado num modelo urbano-industrial que progressivamente constitui a experiência nacional-desenvolvimentista no Brasil, cuja derrocada engendra a reestruturação pela qual entra em cena o aparato neoliberal. Mas antes, apresento uma breve elaboração sobre formatos distintos e entrecruzados de exercício do poder, que soma-se ao quadro geral proposto no capítulo, e complementa um aparato de análise a respeito da dinâmica política entendida desta forma, como uma dinâmica de formas distintas de exercício do poder, em movimento e em interação constante umas com as outras.

Poderes entrelaçados na virada neoliberal – em busca de uma tipologia de formatos de exercício do poder

À guisa de conclusão deste capítulo, propomos uma reflexão acerca de formas distintas que as relações de poder tomam em processos sociais diversos e difusos, que têm um agenciamento fundamental no Estado, inclusive divisível em relações menores, igualmente variadas e difundidas, mas que não se limitam a seu domínio. A relação entre poder e espaço envolve diversos níveis, escalas e facetas compreendendo processos interligados, de magnitudes variadas. Defende-se aqui uma abordagem que reconheça essa transescalaridade, mas também a multiplicidade de situações em que ocorrem relações de dominação e formas de exercício de poder que geram rebatimentos decisivos sobre a produção do espaço ao mesmo tempo em que se baseiam nela para se reproduzir. Partindo de um exercício dedutivo-derivativo, propõe-se aqui uma tipologia de formas com que o poder é exercido, fornecendo elementos (empíricos inclusive) utilizáveis na avaliação de suas variações histórico-geográficas e suas interações com formações econômico-sociais e espaciais determinadas. O ato de governar, mas também de manipular, controlar, dominar outros indivíduos ou grupos com o intuito de atingir objetivos próprios, inclusive a capacidade de extrair valor do trabalho alheio, de fazer com que os outros trabalhem para si, para sua acumulação (de riquezas, de mais poder), ocorre de forma múltipla em agenciamentos diversos e em situações e espaços sociais variados. E há uma economia política do tempo, do espaço e da liberdade de uso e apropriação de ambos onde as relações sociais engendram dinâmicas de apropriação do tempo, do espaço e da liberdade alheia em prol dessa mesma tríade do agente ativo/subordinador. O poder tem um atributo cumulativo fundamental, é ferramenta primordial para seu próprio acúmulo, mas não é autorreprodutor. Sua reprodução envolve necessariamente a mobilização de mecanismos que instrumentalizam elementos exógenos subsumidos e dominados, e é interdependente em suas diversas formas de exercício. Não se reduz à autoridade do Estado, mas tem nesta um agenciador de forças fundamental na definição da trama mais ampliada, e envolve uma dinâmica de reprodução social criadora de divisões, hierarquias, desigualdades, segregações, isolamentos e outras formas negativas de diferença social que são efeito destas relações de poder entre grupos e indivíduos.

A partir destes pressupostos, propõe-se uma tipologia de agentes detentores de poder, com o intuito de fornecer elementos para se pensar nas relações com a produção do espaço, partindo da simples indagação de quem são tais agentes na contemporaneidade. Sem buscar uma ordem de importância entre estes grupos (na maioria das vezes superpostos), no plano da macropolítica e das

relações entre Estado e capital, temos como agentes detentores de poder aqueles indivíduos e/ou grupos: que detêm grandes patrimônios e riquezas, sejam líquidos ou não; que controlam meios de produção e a capacidade de agenciar formas diversas de se reproduzir capitais; que se encontram posições de controle de instituições financeiras; que detêm a capacidade de controlar e influenciar o Estado; que são grandes proprietários de terras e ativos imobiliários; possuidores de armamentos (inclusive no domínio que, supostamente, escapa ao controle do Estado); que são grandes credores do Estado; que mobilizam formas de produzir valores, ideologia e produção simbólica.

Uma série de observações se aplicam à dinâmica que perpassa estes grupos em ação em suas atividades de exercício e reprodução de seu poder. Em primeiro lugar, tratam-se de campos bourdieusianos com barreiras à entrada e formas de reprodução do próprio grupo, com códigos internos e formas de interação que são essenciais na própria reprodução do processo capitalista e nos formatos de seu re-arranjo constante em função da necessidade inerente de expansão. O próprio aparato analítico fornecido pelos trabalhos de Pierre Bourdieu acerca do campo sociológico e da busca por distinção através de capital econômico e/ou cultural poderia ter este atributo acrescentado, da formação de campos coesos daqueles que têm poder destas formas diversas, bem como da distinção através do angariamento de maiores níveis de poder. Sendo assim, além dos grupos que já detêm poder efetivamente, muitos outros procuram entrar para este rol, como é o caso de determinados movimentos sociais e sindicatos (pouco pautados por princípios de horizontalidade e democracia radical), sendo que alguns de fato conseguem fazê-lo através da capacidade de influenciar o Estado. É o que ocorre também em relação ao discurso competente e científico, quando utilizado politicamente na legitimação de processos hegemônicos, sendo que o conhecimento também se torna poder efetivo ao se tornar técnica aplicável diretamente na reprodução de capitais. Há uma dinâmica de disputas e alianças entre os grupos, que por vezes se unem com objetivos em comum, e por outras entram em conflito direto. Em função da natureza cumulativa do poder – conquista-se mais poder através de um nível mínimo de poder previamente obtido – além das sobreposições óbvias entre estes grupos, ocorre uma complementaridade importante entre eles onde alianças e formas diversas de cooperação são fundamentais para se aumentar e manter/reproduzir o poder dos envolvidos. Há também um movimento de entrada e saída (ascensão e declínio) de agentes e grupos específicos das categorias acima, bem como alterações históricas no somatório de poder que eles detêm juntos. Mais democracia significa um menor quantum de poder concentrado nestas categorias de agentes, menor capacidade deles influenciarem o Estado, as leis, as instituições, a dinâmica econômica, e em última instância, a

reprodução social. Este é um elemento normativo importante no plano da política por fora do Estado, no sentido de que se as plataformas não se pautarem por um objetivo formador de horizontalidades, simplesmente substituirão formas de exercício de hegemonia e poder verticalizado por outras (como foi o caso do socialismo real).

No entanto, sustento que o elemento dinâmico primordial que dá sustentação à reprodução do poder e seu acúmulo nestes circuitos acima é o capital e seu processo valorativo, que constituem o motor interno que movimenta todo o mecanismo. Como argumentado anteriormente, o capital só existe em função do Estado; é produto do Estado, mas é ao mesmo tempo elemento primordial em sua sustentação, o que faz o Estado crescer, que abastece suas forças e suas tropas. O poder dos detentores de dinheiro, do sistema financeiro e dos grandes proprietários de terras e imóveis só existe em função de suas ligações com o capital mobilizado produtivamente. Adiciona-se que esta mobilização produtiva dos mecanismos reprodutores de valor só ocorre através do trabalho, ou seja, é primordial que ocorra a mobilização produtiva também de pessoas sujeitas ao trabalho, sendo o Estado um agente central na garantia dessa sujeição e de sua reprodução, através da acumulação primitiva em suas reiteradas rodadas. O outro elemento primordial no exercício do poder é o espaço. Todos os grupos listados no primeiro bloco acima necessariamente produzem espaço, engendram transformações socioespaciais através de suas ações e das maneiras com que perpetuam seu poder e o fazem crescer, sendo essa ligação com a dimensão geográfica essencial para a própria efetivação do poder.

Num segundo plano há outro bloco, intimamente entrecruzado com o primeiro exposto acima, com infinitas categorias situadas no nível da micropolítica socialmente difusa e que exerce igual influência sobre a reprodução social e a produção do espaço em função de sua profusão infinitesimal e tendendo à onipresença de pequenos agentes pelo espaço social. Não há hierarquia entre estes dois grandes grupos, eles operam em dimensões interdependentes e entrecruzadas, ditam regras, definem normatividades, valores e ideários, e oprimem os desviantes, sempre com violência psicológica, frequentemente com violência física. Estes são: os homens; brancos; de origem judaico-cristã; heterossexuais; de alto poder aquisitivo; ocupados; diplomados; com alto grau de capital cultural acumulado (como em Bourdieu, 2007), dentre inúmeros outros. Alterações na dinâmica de poder neste segundo bloco podem engendrar mudanças significativas nos embates que definem o primeiro grupo acima, e como grande parte da produção simbólica tende a ocorrer neste plano da micropolítica, a geração tanto de formas de enfrentamento quanto de rotas de fuga possíveis passa necessariamente por ele. Mas não necessariamente são capazes de engendrar

mudanças no primeiro bloco: muitas transformações no plano da micropolítica são/foram efetivamente incorporadas pelo capital em processos conhecidos de conciliação com plataformas inicial e potencialmente transformadoras em dinâmicas que engendram efeitos importantes e inquestionavelmente progressistas para os grupos em questão, mas que são despidas de seus elementos de maior alcance e profundidade no sentido da transformação social capaz de afetar as relações do primeiro bloco acima. O que não quer dizer que a reprodução do machismo, do racismo, da homofobia, da intolerância religiosa, da xenofobia, ou do preconceito com o pobre sejam menos significativos e nocivos do que aquelas relações de poder e/ou as relações de produção – mas somente que inúmeras vezes as transformações que ocorrem naquele domínio não são capazes de afetar estes.

Pensar o Estado keynesiano a partir destes moldes envolve conceber o interregno (de maior aversão relativa ao liberalismo na história do capitalismo) entre as décadas de 1930 e 1970 como um re-arranjo da dinâmica entre as categorias do primeiro bloco acima com o intuito de promover reestruturações pós-crise. Havia inclusive o objetivo de conter a ameaça revolucionária – que se mostrava real naquele momento nos países de centro (Klein, 2009) – através de um sistema de proteção social ampliado que também promoveria o espraiamento de relações sociais de produção em moldes capitalistas de forma mais extensa no território através do aparato do espaço abstrato do capitalismo monopolista de Estado, tendo em tal sistema social um importante aparato legitimador do sistema diante do bloco do leste. Neste sentido, o poder dos grupos dos detentores de dinheiro, dos mobilizadores de formas de reprodução do capital, dos bancos, dos grandes proprietários de terras e imóveis e dos credores do Estado é subsumido a grandes projetos modernizadores que têm o Estado e o aparato ideológico nacionalista e progressista como agentes centrais, que se tornam um grande agenciador-gestor da ampliação do alcance das relações de produção capitalistas em bolsões constituídos em grande medida pelas fronteiras nacionais.

O neoliberalismo produz uma nova rodada de re-organização desta ciranda de poder. Restaura-se o poder dos grupos mais diretamente envolvidos na reprodução capitalista em moldes liberados de maiores amarras e regulações, e nisso altera-se *qualitativamente* o formato de poder exercido através do Estado. Esta transformação se dá na direção da constituição do Estado neoliberal, que age em função da promoção da reprodução do capital não mais através do gasto contra-cíclico keynesiano e no intervencionismo direto, mas da criação de condições para que os próprios capitais privados atuem em domínios administrados pelo Estado durante o interregno do Estado keynesiano, e fortalecendo a ação estatal e policial nas áreas que constituem bases jurídicas

e macroeconômicas fundamentais sobre as quais os capitais possam se reproduzir e ampliar seu alcance. Sob o neoliberalismo, aqueles grupos que estão situados fora dos campos detentores de poder são obrigados a entrar no mercado e a competir, e este imperativo da competição constitui em si uma forma de extração de valor em bases ampliadas e socialmente difusas. O resultado, no que diz respeito aos agentes listados acima, é um ganho considerável de poder por parte dos detentores de dinheiro, do capital rentista representado pelos bancos e grandes proprietários de terra e imóveis, e de grande parte daqueles que controlam os meios reprodutores de capitais. Um efeito direto é o aumento da desigualdade de renda e no número de indivíduos com grandes fortunas também maiores nos países de centro desde a desregulação ampla iniciada na década de 1980. E como colocado acima, um aumento no somatório do quantum de poder exercido pelos grupos hegemônicos implica necessariamente uma tendência a maior déficit democrático, que é atenuado pelo movimento na direção da redemocratização, engendrando o conflito marcante no período pós-1988 no Brasil, como já apontado na Introdução, entre democratização e neoliberalização.

2 – MACROECONOMIA E METRÓPOLE: percursos históricos

Relações entre espaço, economia e sociedade envolvem conjuntos de determinações mútuas, vetores recíprocos e dinâmicas por vezes reprodutoras de processos passados, por outras disruptivas, transformadoras. Compreender a metrópole contemporânea e os processos socioespaciais que a constituem e reproduzem – bem como as possibilidades e aberturas para sua transformação – requer uma apreciação de sua história. Além de resultado de percursos passados, o espaço metropolitano é também produto de uma hiper-concentração de agentes, estoques materiais e imateriais, fluxos e vetores em direções diversas que se interligam em outros planos espaciais e transformam dinâmicas aparentemente distantes e exógenas em realidades cotidianas. Processos metropolitanos atuais se vinculam às geografias relacionais e transescalares que os compõem, não no binário redutor entre o local e o global, mas em formas múltiplas, traçando conexões cruzadas entre agentes e processos que passam por percursos diversos não somente no plano da globalização, mas também dentro do domínio territorial do Estado-nação, que ainda constitui a escala privilegiada das instituições políticas de maior poder e influência. O mapeamento de relações entre escalas, agentes e processos constitui um procedimento imprescindível para se abordar a produção do espaço na metrópole contemporânea. Outro pressuposto da abordagem histórico-geográfica que segue é a importância da “dependência da trajetória”³⁰ em determinada geografia atualmente existente, sendo a “formação econômico-social e espacial” (Santos, 1982) contemporaneamente vivida em determinado local um produto de suas trajetórias em relação a estes três domínios entrecruzados. Essa dependência da trajetória, na história do espaço, atua tanto no âmbito do espaço percebido e nas cristalizações de paisagens sociais quanto na produção do espaço vivido (Lefebvre, 1974), atuando ativamente sobre sua configuração e reprodução.

O urbano é resultante da relação Estado-espaço com uma dinâmica econômica que lhe dá movimento. Este capítulo procura detalhar este preceito, tendo a metrópole brasileira como um resultado de uma trajetória histórica da ação do Estado sobre o território. Pensar no caso brasileiro envolve trazer à tona a herança colonial nesta relação Estado-espaço, considerando suas presenças e persistências, e em como elas se manifestam espacialmente ao longo dessa trajetória. A relação Estado-espaço sob o neoliberalismo necessariamente interage com o legado de tal percurso

³⁰ A ideia de dependência da trajetória (*path dependency*) surge a partir de traduções da economia evolucionária de Nelson; Winter (1982) às transformações sócioterritoriais, e tem sido um aparato conceitual e metodológico importante na geografia econômica contemporânea, informando perspectivas acerca da reestruturação produtiva, do desenvolvimento, da desigualdade regional etc.

histórico, e esta interação é um aspecto fundamental na produção do espaço na metrópole hoje. Ou seja, abordar o processo de neoliberalização no caso brasileiro invoca a necessidade de compreender a formação econômico-social e espacial resultante de processos históricos anteriores sobre a qual esta dinâmica de aprofundamento do neoliberalismo atua e com a qual ela interage – bastante distinta das geografias resultantes da experiência fordista-keynesiana nos países de centro. As especificidades do processo de neoliberalização em nosso caso advêm inclusive dos formatos de interação entre as dinâmicas de transformação e os legados sobre os quais ela atua. Trata-se assim, de uma tentativa de aproximação de uma *história do presente* – da identificação de percursos e linhagens históricas por trás de configurações sociais atuais – que auxilie na compreensão de dinâmicas contemporâneas diversas.

A dialética socioespacial (Soja, 1993) que opera nas interações entre espaço e economia engendra na era moderna um conjunto de transformações territoriais de grande escala e profundidade, marcado por uma interação retroativa entre os dois conjuntos. Mesmo partindo dos pressupostos anunciados no capítulo anterior, em que o econômico é derivado do político, do Estado, do poder, ele se torna um agenciamento de grande envergadura na sua capacidade de alteração do espaço e da sociedade, engendrando dinâmicas socioespaciais significativas. É importante manter estes preceitos em mente na leitura das análises mais estritamente econômicas que seguem, pois elas são apresentadas com o intuito de informar a própria interpretação da produção do espaço, que constitui o foco principal de nossa investigação.

A escala da economia nacional e da política macroeconômica – tanto no sentido da ação governamental de curto prazo voltada para dinâmicas inflacionárias, de crescimento, de câmbio etc. quanto no que diz respeito às políticas de longo prazo, de desenvolvimento ou de reestruturação econômica na escala da nação – traça relações diretas com a metrópole. Para além disso, no caso brasileiro, as origens da própria transformação da cidade (administrativa, mercantil, portuária) em metrópole (industrial e sede de uma hiperconcentração de atividades de serviços avançados) são diretamente vinculadas a transformações de ordem macroeconômica e à própria gênese da macroeconomia – enquanto técnica aplicada à *governamentalidade*. Assumindo-se que existem processos socioespaciais vinculados a lógicas rizomáticas e outros que se concretizam em estruturas arbóreas, com raízes, troncos e desmembramentos sucessivos, através de uma série de mediações, o domínio da política macroeconômica se constitui como raiz de uma série de processos socioespaciais que geram rebatimentos importantes na metrópole, transformando e influenciando diretamente o processo metropolitano, tanto em sua dinâmica interna quanto na relação dos grandes

centros uns com os outros (na escala global, inclusive). Ao longo deste processo, a dialética socioespacial se apresenta na forma de uma retroalimentação transescalar, em que as dinâmicas e transformações metropolitanas se fazem sentir, também através de mediações diversas e passando por inúmeros agentes, na chamada macroeconomia, situada na escala do Estado-nação. Este capítulo busca traçar essas ligações, procurando demonstrar, através de uma economia geopolítica da transescalaridade, como a vida cotidiana na metrópole se relaciona à ordem distante da ação do Estado na macroeconomia, não de forma automática (através do aumento do desemprego resultante de uma política de arrocho fiscal, por exemplo), mas através de processos socioespaciais e políticos por trás da própria formação econômico-social e espacial na qual a metrópole se insere como uma peça-chave.

O período entre 1930 e 1980 conforma no Brasil um *arranjo espacial* (Harvey, 1982), centrado na metrópole, adequado à centralidade da indústria no formato de acumulação de capitais vigente, onde havia a necessidade de uma ampla oferta de mão de obra de baixo custo, bem como a concentração de *condições gerais de produção* (Lojkin, 1981) adequadas à fluidez e à expansão da atividade industrial. A metrópole transforma a cidade numa máquina de crescimento econômico com efeitos na escala nacional, agregando elementos necessários para a acumulação centrada na indústria, eliminando – através do Estado – barreiras, gargalos ou ameaças políticas (que a própria cidade engendra, como um produto urbano, da densidade, da pólis). Topalov (1979), em interpretação do mesmo período de predomínio da teorização e da pesquisa acerca da metrópole através da economia política da urbanização no qual se inserem tais contribuições de Harvey e Lojkin, propõe “a urbanização como forma de socialização das forças produtivas”. Numa progressiva complexificação do processo produtivo, em dado momento (etapa da cooperação) necessitava-se simplesmente de um agrupamento dos trabalhadores num mesmo lugar, e na medida em que a divisão do trabalho se acentua (da manufatura até a industrialização mais intensiva em capital automatizado), as necessidades do processo produtivo – em termos de condições de produção externas às firmas – se tornam cada vez mais complexas.

Topalov afirma que tais necessidades industriais são apresentadas como externas à indústria, por serem necessariamente de baixa lucratividade, e aponta para a cidade como o fator que permite “que se exclua da esfera do capital os setores não-rentáveis necessários à produção” (TOPALOV, 1979, p. 25). Numa sequência de complexificação ao longo do tempo da estrutura produtiva urbana, Topalov coloca que, em primeiro lugar, teria existido uma simples infraestrutura física, seguida de uma reserva de mão de obra concentrada nas proximidades da economia

industrial, em terceiro lugar, um conjunto de empresas cuja cooperação no espaço aumenta a produtividade, sendo que por último aparece a necessidade (a partir de um incremento na interdependência entre elas) de tais condições se articularem espacialmente, formando o que o autor denomina de valor de uso complexo, “que se desprende do sistema de todos estes valores de uso simples”. Neste processo, a cidade se transforma em metrópole, tem seu tecido social desmantelado e reorganizado em outras bases, o bairro deixa de ser unidade de sociabilidade e vivência, e aprofundam-se relações que perpassam o domínio do econômico, em detrimento do comunitário, das relações de vizinhança. A trajetória descrita abaixo corresponde em certa medida a este processo de metropolização, tendo em vista o caso brasileiro e o quadro político e econômico mais amplo no qual ele se insere, considerando, ao longo deste percurso, o estabelecimento da macroeconomia como uma fonte de onde partem vetores que determinam em grande medida a dinâmica econômica e metropolitana. Neste percurso, buscaremos manter um eixo histórico sequencial, inserindo discussões de temas diversos que se fazem pertinentes em cada período e que dialogam com o objeto principal dos capítulos subsequentes, qual seja, a produção do espaço na metrópole neoliberal/contemporânea. Neste sentido, também são trazidos comentários e análises de processos atuais na medida em que aparecem paralelos e/ou raízes no percurso.

Origens da metrópole e modernização conservadora na virada industrial e urbana

A metrópole brasileira contemporânea é resultado de um processo de transformação econômica e social do país que se inicia na virada do século XX, com o processo de industrialização resultante da destinação de excedentes agrícolas, sobretudo da economia cafeeira na direção da cidade de São Paulo, rumo a economias urbanas que eram predominantemente administrativas e mercantis. A década de 1930 é um primeiro ponto de inflexão significativo desta transformação da cidade em metrópole, promovendo, através de uma versão inicial do Estado desenvolvimentista pautado por um projeto nacionalista, uma industrialização de maior vulto induzida pela forte presença do Estado em setores considerados estratégicos para a autossuficiência nacional, e no provimento de infraestrutura para um salto quantitativo na produção e uma tentativa de diversificação setorial interna à indústria que ainda não havia ocorrido na economia brasileira. Anteriormente, a ação do Estado na regulação da acumulação no contexto da economia cafeeira como carro-chefe da estrutura produtiva ao longo da república velha – através de créditos generosos e subsidiados concedidos ao setor, intervenções no câmbio favorecendo suas exportações, garantias

de compras públicas de estoques excedentes e da eventual eliminação destes, dentre outras formas de proteção e manutenção da valorização da produção cafeeira – constituem passo decisivo na conformação de um novo campo de ação estatal na direção da intervenção estatal direta na dinâmica econômica.

Embora existisse na república velha uma ligação direta entre o investimento industrial e os excedentes advindos da produção cafeeira, são as pressões urbanas crescentes em oposição ao favorecimento do setor pelo Estado, somadas a frações das forças armadas localizadas sobretudo no sul do país, que engendram o ponto de inflexão na direção do nacional-desenvolvimentismo que se inicia na década de 1930 (e perdura, em diferentes formatos, até a crise da dívida do início da década de 1980). Faz-se necessário um retorno ao período histórico anterior a esta guinada para a compreensão das origens desse processo de adensamento urbano que resultaria na virada de 1930. Este meio urbano em fortalecimento era composto por um amplo e heterogêneo leque de grupos distintos e conflitantes, mas tendo nas velhas oligarquias rurais um inimigo em comum. Dentre estes grupos eminentemente urbanos, destacam-se: a pequena burguesia comercial; os industriais (em parte com um nexos financeiro complementar ao setor cafeeiro mas em geral em disputa por mão de obra barata com o setor³¹); a burocracia/tecnocracia estatal crescente; profissionais liberais; intelectuais e o operariado. Formava-se nestes grupos uma maioria em prol de um progressismo conservador e sobretudo a favor do rompimento com a hegemonia dos grandes proprietários de terra e grandes produtores rurais, que apesar de seu discurso agressivamente liberal, conformava uma hegemonia dependente do sistema estatal de garantias e proteção da valorização da produção cafeeira, o que abriria espaço para reivindicações dos setores urbanos em fortalecimento.

A partir de Freyre (1936)³², Jessé de Souza (2006) considera o ponto de inflexão histórica que permite apreender o progressivo fortalecimento do meio urbano frente à hegemonia das oligarquias rurais no Brasil no ano de 1808, com o início do período joanino, e sua nova rodada de importações de instituições europeias. Abriam-se os portos, eliminava-se o monopólio comercial da metrópole portuguesa, e ocorria, simultaneamente, um fortalecimento do Estado e do mercado,

³¹ Estas relações contraditórias e ambivalentes entre o setor cafeeiro e a indústria nascente são destacadas por Cardoso de Mello (MELLO, 1982, p. 103-4): “ora o café estimula a indústria, ora, ao contrário, a bloqueia”. Isto é, o setor cafeeiro todavia hegemônico direciona excedentes para o investimento industrial, mas disputa mão de obra com o setor, e trava sua expansão no âmbito do Estado. No entanto, “a burguesia cafeeira não teria podido deixar de ser a matriz social da burguesia industrial, porque única classe dotada de capacidade de acumulação suficiente para promover o surgimento da grande indústria” (MELLO, 1982, p. 143).

³² E em desacordo com a interpretação de Florestan Fernandes, que situa esta entrada do mercado e do Estado em novos patamares em 1822.

que ganham terreno material e simbólico no espaço social. O sistema *casa grande e senzala* progressivamente sai de cena no declínio do patriarcado rural para a progressiva ascensão do nexo *sobrados e mocambos*, a partir de uma re-europeização urbanizadora da sociedade brasileira tendo como referências simbólicas a Europa ocidental industrializada e moderna (sobretudo França e Inglaterra), com a introdução de valores burgueses e individualistas conformando, na abordagem bourdieusiana de Jessé de Souza, um *habitus* e uma dinâmica de *campos* e de *distinção* num patamar renovado com estas novas referências. Além do refinamento e do “bom gosto” europeizado nos costumes, em contraste com a estrutura de valores patriarcais grosseiros, valoriza-se o conhecimento e o talento individual, abrindo espaço para a ascensão do doutor, do bacharel educado na Europa, e da figura do mulato talentoso como artesão, trabalhador manual habilidoso no mercado, ou como bacharel competente no Estado, o que só é permitido (numa sociedade profundamente racista e ainda dentro de uma economia baseada na mão de obra escrava) por um padrão de impessoalidade anteriormente ausente, ligado à burocracia e ao mercado importados nessa nova rodada de europeização/modernização (Souza, 2006, p. 141). No argumento de Souza, que busca compreender a reprodução contemporânea da exclusão social brasileira a partir de padrões e institucionalidades impessoais, trata-se de uma passagem para uma sociedade não mais marcada pelo personalismo resultando em relações patrimonialistas com o Estado, mas da gênese de uma dinâmica em que o abismo social perpassa a impessoalidade das instituições modernas paulatinamente introduzidas a partir da vinda da corte portuguesa³³.

No entanto, o coronelismo que sobrevive a essa transição persiste na estrutura de poder até a virada (também urbana) de 1930, sob a forma de resquícios das relações de parceria de senhores regionais com o governo central do Império, que também se faziam presentes no formato já mais sofisticado do voto de cabresto. Na república velha, apesar do paulatino adensamento do nexo econômico e político urbano, o poder é efetivamente exercido pela economia agrária do setor cafeeiro como carro-chefe da estrutura produtiva orientada ao mercado externo do período. Através do controle do comércio (numa economia complementar à agropecuária, em que os excedentes eram reinvestidos entre os setores), os coronéis se tornavam “donos da cidade”, sendo que muitas vezes, anteriormente à criação da polícia em 1842, os juízes de paz locais eram diretamente controlados pelos coronéis. As relações familiares e de redes comunitárias que atuavam como

³³ No entanto, como será aprofundado adiante, é importante notar como formas renovadas de patrimonialismo e clientelismo se mantêm ao longo das diversas rodadas de modernização subsequentes, se fazendo presentes até hoje num quadro de neoliberalismo com fortes inserções de grupos privilegiados por relações pouco ligadas à lógica do mercado ou do Estado moderno impessoal e isonômico.

extensão da família dominada pelo patriarca permaneceram sustentando este padrão personalista de poder que seria progressivamente corroído pelo crescimento demográfico, pela urbanização, pelo voto secreto nos anos 20 (pelo qual as camadas médias muito lutaram) e finalmente pela decolagem da industrialização (QUEIROZ, 1997). Otavio Ianni (numa análise cujos paralelos com o contexto atual são marcantes) interpreta as condições de manutenção do predomínio agrário em sua inserção num nexos externo, onde a reprodução de atributos coloniais se efetiva através das relações internacionais – ao que deve-se acrescentar que é justamente o núcleo urbano que vai abrigar as possibilidades para que a ruptura parcial com esta lógica se efetive:

Como o segmento agrário-colonial era dominante na economia nacional, ele marca e domina toda a sociedade, penetrando a estrutura das instituições e as ideologias. Em consequência, diante das forças econômicas e políticas em desenvolvimento no seio da nação, a burguesia agrária que domina o aparelho estatal não formulava as instituições e as técnicas que deveriam possibilitar a manifestação, expansão e consolidação dos novos grupos econômicos. O estilo de dominação exercido por essa burguesia não permitia a organização e canalização construtiva das reivindicações da burguesia industrial e financeira incipiente, do proletariado em formação e da classe média urbana. Essa rigidez foi uma das condições do processo revolucionário, que reduziu grandemente o poder dos grupos ligados ao segmento agrário-comercial. Compreenda-se, no entanto, que essa rigidez não era somente o resultado da estrutura interna do sistema, em que o segmento exportador era, até princípios [do século XX], efetivamente dominante. Ela era também uma decorrência do capital externo, que preservava no exterior a quase totalidade dos centros de decisão sobre as atividades econômicas e também políticas. Portanto, em consequência das próprias condições de existência de um sistema de tipo colonial, este sistema não conta com a flexibilidade mínima necessária à reformulação de outros níveis de integração e funcionamento. Como o sistema se orienta para fora, já que é produzido pelo capitalismo internacional, todas as mudanças precisam ser geradas no exterior, que é o sentido em que foram organizados os canais e mecanismos de alteração. Quando geradas internamente, as transformações precisam manifestar-se com violência para se impor (IANNI, 1964, p. 48-49).

Ainda neste progressivo aprofundamento do domínio da cidade sobre o campo do século XIX, entra em cena um aspecto marcante na urbanização brasileira, que é o crescimento dos espaços dos pobres, constituindo as raízes do comum urbano, da cidade enquanto espaço de todos, aberto à apropriação por parte de destituídos, despossados, ex-escravos e “homens livres” em geral³⁴. Como observa Gilberto Freyre, no período anterior ao avanço do saneamento urbano, os

³⁴ Como aqueles estudados por Franco (1997), homens livres, muitas vezes posseiros mas não proprietários de terra, que cumpriam papéis importantes tanto no coronelismo quanto na agricultura capitalista nascente no setor cafeeiro (sobretudo no Vale do Paraíba), seja no desbravamento de novos territórios ou em tarefas de vigilância e de vingança dentre grupos rivais (de capangas a serviço de grandes chefes). Franco destaca a prática da violência como traço comum

morros tendiam a ser ocupados pelas camadas privilegiadas, sendo as baixadas pouco salubres territórios dos cortiços cada vez mais presentes, ainda anteriores à forma favela que inverteria esta relação entre baixadas e morros a partir do urbanismo higienista da virada do século.

Os morros foram, a princípio, aristocráticos (...), lugares onde era chic descer de rede ou de palanque nos ombros dos negros. Estabeleceram-se desde então contrastes formidáveis de espaço dentro da área urbana e suburbana: o sobrado ou a chácara, grande e isolada, no alto, ou dominando espaços enormes; e a aldeia de mucambos e os cortiços em baixo, um casebre por cima do outro, numa angustia de espaço. Isto nas cidades de altos e baixos como o Rio e a Bahia. No Recife os contrastes de espaço não precisaram das diferenças de nível. Impuzeram-se de outro modo: pelo contraste entre o solo enxuto e o mais alagado, onde se foram estendendo as aldeias de mucambos.

Azevedo Pimentel, em 1884, encontrou no Rio cortiços que nem os das cidades européas mais congestionadas; no meio, uns espaçozinhos livres onde se lavava roupa, se criava suíno, galinha, pato, passarinho. Cortiços dentro de sobrados velhos onde mal se respirava, tantas eram as camadas de gente. Uma latrina para dezenas de pessoas. Enquanto isto, havia na área urbana gente morando em casas assobradadas, com cafezaes e mattas, aguas e gado dentro dos sítios; famílias onde cada um tinha seu pinico de louça côr de rosa ou então sua touça de bananeira, no vasto, para defecar á vontade, descansado de seu (FREYRE, 1936, p. 255-6).

Este comum urbano nascente se vincula à não-inserção no mercado ou no Estado e à tentativa de criação de formas outras de reprodução ampliada da vida. Como ressaltado por Penna (2011, p. 140), a partir de várias fontes históricas, a aversão ao trabalho neste momento histórico se relacionava à recém-conquistada condição de liberdade que continha a autonomia do próprio tempo, sendo o trabalho denigrado justamente em função do longo histórico de escravidão do qual se acabava de superar formalmente. Assim, “como convencer o liberto a ser trabalhador, logo ele, recém-advindo da escravidão, se até então trabalhar era ter de si roubados não só o tempo mas também o corpo?” (PENNA, 2011, p.140). Este comum dos pobres com tal caráter de liberdade formal é outro aspecto marcante da urbanização brasileira que se manifesta claramente na paisagem contemporânea, já neste momento embrionário com formas acentuadas de ambivalência em relação a seus sentidos: por um lado reproduzem exército industrial de reserva, rebaixam o custo da mão de obra para a expansão capitalista (Oliveira, 2003), por outro buscam escapatórias, exploram brechas, saídas e rotas de fuga potencialmente emancipatórias – e no entanto disciplinadas,

desses grupos, inclusive em conflitos internos a eles, bem como as relações de assistencialismo que caracterizam seus vínculos com os extratos de grandes proprietários. Trata-se de uma camada que se misturaria aos escravos libertos e demais despossados na constituição da pobreza urbana neste período do adensamento crescente da cidade brasileira, carregando consigo estas marcas da violência cotidiana e das relações de assistencialismo com as elites.

controladas, reprimidas³⁵. Neste sentido, o comum está na cidade brasileira desde que ela deixa de ser o pequeno burgo comandado pelo oligarca rural, e no Brasil o fazer-favela aos poucos vai se tornando intrínseco ao fazer-metrópole: o espaço da vida da multidão ao mesmo tempo despossuída e liberta (ambos pré-condições para se tornar trabalho assalariado) feito por ela mesmo, num urbano cujo sentido vem marcado por ambivalências acentuadas. É isso e aquilo ao mesmo tempo: reserva de mão de obra e espaço da liberdade; reprodução da precariedade reiterada pela falta de direitos e território de intensa solidariedade coletiva; espaço da ação policial desmedida e desvigiada e autonomia para a produção do bem comum; carência dos ultra-explorados pelo trabalho e potência dos *tempos lentos* (Santos, 2002); e assim por diante. Em relação a seu suposto caráter de desordem e ilegalidade frequentemente denunciado por alguns urbanistas, ressalta-se a riqueza e a vivacidade de seu urbanismo, com o qual a cidade formal tem muito a aprender (Jacques, 2001). E não se produz efetivamente *espaço diferencial* (Lefebvre, 1974) nestes territórios justamente em função de sua heteronomia, que se faz presente através da recriação de seus vínculos subalternos ao circuito superior da economia urbana historicamente situados no asfalto/centro, morro abaixo/cidade adentro.

Na outra ponta, é dentro deste contexto do adensamento urbano e do formato de modernização social da república velha que se encaixam dois eventos marcantes na história da urbanização brasileira: a construção de Belo Horizonte e as reformas do prefeito Pereira Passos no Rio de Janeiro. Trata-se não somente de mais uma rodada de importação de modelos de urbanismo praticados nos países de centro (Maricato, 2000), constituindo uma expressão da noção da cidade ideal como equivalente à cidade europeia e norte-americana por parte das elites no poder (ideário todavia presente nos planos hegemônicos), mas de um mecanismo de produção de um espaço (abstrato) higienizado, excludente, construído a partir da destruição da cidade antiga e da expulsão dos pobres para áreas distantes. O caráter haussmaniano destes projetos é marcante, na abertura de vias monumentais, largas e retas, ideais para a exposição do aparato militar e a repressão a eventuais tomadas das ruas por movimentos populares, o que se encaixava no contexto da produção

³⁵ No contexto contemporâneo, o tráfico de entorpecentes concentrado nessas espacialidades não representa um exemplo destas rotas de fuga na direção do comum, muito pelo contrário, sua atuação diminui o potencial emancipatório desses territórios, reprimindo e acuando organizações, mobilizações, ativismos (Souza, 2009). Na cidade do Rio de Janeiro, membros de movimentos sociais me informaram em entrevista que muitos dos que estavam em atividade naqueles anos identificam as raízes do armamento do tráfico justamente no período de intensa mobilização em torno dos “trabalhos de base” da esquerda organizada renascente durante a abertura do regime militar no fim da década de 1970, o que teria formado um obstáculo decisivo na mobilização política de porções importantes da população de baixa renda naquela cidade.

simbólica do nacionalismo republicano, alinhado ao positivismo e à busca da ordem e do progresso combinada a um protagonismo conservador de oligarquias todavia baseadas no meio rural mas em progressivo processo de adensamento urbano - que viria a eventualmente suplantá-las.

Não por acaso, por ser um frequente produto do meio urbano grande, denso e heterogêneo, e um resultado inerente da cidade capitalista, é neste quadro urbano em adensamento, já no início do século XX, que surge também o embrião da esquerda organizada brasileira em seu padrão moderno, a partir da entrada de uma forte tendência anarcossindicalista advinda da imigração de trabalhadores europeus, que entraria em querelas com o comunismo nascente ainda na década de 1910. A industrialização anterior a 1930 havia sido marcada por inúmeros conflitos com a classe trabalhadora cuja organização se fortalecia, tendo um estopim na greve geral de 1917, resultado da forte mobilização libertária e anarcossindicalista iniciada em meados da década de 1900 no Rio de Janeiro e em São Paulo, e que levaria à deportação de ativistas estrangeiros, a inúmeras restrições à liberdade de organização, e à recorrente criminalização destes grupos³⁶. Estes eventos seriam importantes na conformação do modelo de regulação com presença mais ativa do Estado no período pós-1930, pois é a partir de sua guinada autoritária, em 1937, que se consolida este formato de capitalismo de Estado (ainda não monopolista, como veremos), sendo que esta experiência autoritária do Estado Novo procuraria se legitimar politicamente a partir de processos de fortalecimento da esquerda organizada. O que sustenta efetivamente esta guinada explicitamente autoritária é uma força política que tem raízes ainda na década de 1910, quando se inicia uma onda de influências fascistas no pensamento liberal brasileiro, como reação às tentativas de fortalecimento das organizações anarcossindicalistas e trabalhistas em geral naquele período. Um resultado desta dinâmica é o padrão de sindicalismo diretamente controlado pelo governo federal acoplado à forte legislação trabalhista nascente, que aponta como um aspecto fundamental na decolagem do produto industrial resultante deste processo de modernização conservadora.

É importante considerar o getulismo como fenômeno predominantemente urbano, onde a produção do espaço social nesse novo patamar da dinâmica urbano-industrial era em grande medida (e em sua maior parte) sintonizada a uma versão conservadora do progresso que envolvia o ideário da construção da nação, o anticomunismo, a oposição às oligarquias antigas, e a noção do povo enquanto massa e não como classe, tutelado por uma liderança carismática e demagógica com os excluídos. Segundo Rodrigues (1997), as origens do pensamento autoritário que sustentam

³⁶ Ver Dean (1997); Dias (1977); Pinheiro (1997).

o período ditatorial do Estado Novo advêm de um sentimento antagônico às oligarquias liberais e oposto às classes proprietárias tradicionais. Enquanto estas se pautavam por posturas elitistas, anti-intervencionistas, agraristas e por uma mistura incompatível entre pensamento liberal, escravagismo e anti-industrialismo, a aliança getulista baseava-se num pensamento nacionalista, intervencionista e autoritário a favor de um Estado forte tutelador.

Neste amplo movimento geo-histórico em que a cidade cria condições para que se emergisse uma forma de hegemonia liberada das amarras das oligarquias rurais e voltada para o desenvolvimento (conservador) do próprio núcleo econômico urbano, o resultado viria a ser a eventual implosão-explosão desta metrópole industrial, e sua transformação em espaço metropolitano ultra-adensado, grande, heterogêneo e em progressiva extensão. Soma-se a esta dinâmica um importante fator advindo da escala mundial que constitui a janela de oportunidade que possibilita essa passagem de uma economia baseada na exportação de bens primários ao nacional-desenvolvimentismo. O escopo da ação estatal visando transformações econômicas estruturais que se inicia em 1930 é profundo ao ponto de criar potenciais transformações na dinâmica centro-periferia que conforma a inserção internacional latino-americana desde os primórdios de sua formação enquanto espaço colonial de apoio a núcleos de comando e controle externos.

A estratégia (de modernização conservadora em rodadas reestruturadas e reajustadas em seu formato regulatório) tinha no nacionalismo um pilar fundamental, e se torna possível em função de um quadro econômico e geopolítico internacional em que a nação se fortalece enquanto escala principal na conformação da dinâmica capitalista. O sistema internacional engendrado como resposta à crise de 1929 baseava-se na atuação econômica dos Estados-nação em seus respectivos territórios num formato de harmonização das relações externas que dava amplo espaço para a decolagem de projetos nacionais de modernização econômica, principalmente em função do quadro de protecionismo e fechamento generalizado que se criou no espaço econômico mundial. O que merece ser destacado aqui é que este momento engendra uma dinâmica na qual se cria uma ligação direta entre a metrópole nascente e a ação do Estado-nação sobre o que viria a se tornar a tecnocracia da macroeconomia moderna. Não somente a modernização conservadora nacionalista pós-1930 cria a metrópole – em função da necessária concentração territorial do crescimento econômico-industrial – mas engendra um vínculo estreito entre o que ocorre no âmbito da política econômica e as transformações socioespaciais metropolitanas. E os padrões sociopolíticos e

econômicos que constituem este processo de transformação conservadora que se assiste entre 1930 e 1980 são fundamentais na conformação da trajetória produtora do espaço metropolitano.

Jessé de Souza (2006) chama atenção para o fato de que o ideário construído por Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala* serve de ideologia para o getulismo ao enterrar a ideia de que o país mestiço estaria condenado ao subdesenvolvimento, ajudando a dar identidade ao projeto de progresso da nação do caldeirão cultural aberto para todos e da suposta democracia racial. Como adiantado brevemente acima, Souza se posiciona também de forma crítica diante das interpretações da singularidade brasileira baseadas na reprodução de formas renovadas de personalismo, patrimonialismo e clientelismo no poder a favor de uma leitura que privilegia a impessoalidade das instituições modernas aqui constituídas nos dois pilares fundamentais do Estado e do mercado. O ataque de Souza aos “intérpretes do Brasil” dessa vertente, que em seu relato inclui, além de Gilberto Freyre, Raymundo Faoro, Sérgio Buarque de Holanda, e mais recentemente Roberto Damatta, propõe também que por trás desses discursos do poder exercido através do personalismo, do clientelismo e do patrimonialismo há uma implícita postura liberal de crítica do Estado a favor do mercado e de sua suposta eficiência.

Para Souza, há uma “aliança secreta” entre o pensamento liberal do progresso e tais leituras personalistas, sendo que o patrimonialismo torna-se a chave para identificar, a partir de uma perspectiva liberal, o Estado como o mal maior: o homem cordial no Estado é a distribuição de privilégios, a troca de favores etc. – o que no mercado tornam-se virtudes, habilidades. Contrasta-se o mal de origem da burocracia patrimonialista brasileira advindo da longa tradição patrimonial do Estado português anterior ao descobrimento (como em Raymundo Faoro) com a impessoalidade eficiente dos norte-americanos, sendo o “homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda construído como o inverso do protestante norte-americano. A partir deste homem cordial, supostamente regido por uma “teoria emocional da ação” como uma característica da sociabilidade periférica, Roberto Damatta traria os “malandros e heróis” como uma modernização de tal visão, onde as sociedades são “integradas emocionalmente”, sem abismos, sem grandes cisões como de fato existem em nossa paisagem social. Souza argumenta que há aí uma crença fetichista no mercado, que resolveria todos os problemas com o progresso, sendo o estupendo crescimento da economia brasileira entre 1930 e 1980 uma prova de tal falácia. Souza (2006, p.64) chama atenção também para o mito de São Paulo como exceção – como a Nova Inglaterra brasileira, marcada pela eficiência e impessoalidade de seu empresariado e de seus mercados, uma versão brasileira do moderno, capitalista, avançado europeu, tendo na figura do bandeirante o pioneiro protestante

ascético norte-americano – contraposta ao mito do “jeitinho brasileiro” e do patrimonialismo vinculado à ineficiência do Estado, sendo que 1930 se assenta sobre este, renovando-o, lançando-o em novos patamares.

Concordamos com Jessé de Souza ao argumentar a favor da importância da identificação de especificidades na singularidade brasileira diante de outras formações sociais – e não de um suposto universal, seja no que diz respeito ao capitalismo e suas trajetórias histórico-geográficas (onde não há um universal, mas um conjunto de experiências particulares entrelaçadas e profundamente interdependentes: não há centro sem suas periferias colonizadas³⁷), pois é desta forma que se apresentam pontes para a ação possível de forma adequada a cada quadro histórico-geográfico e suas especificidades (que muitas vezes trazem limitações e possibilidades próprias do contexto).

Começar pelo ‘começo’, ou seja, pelas estruturas gerais do racionalismo moderno, do qual o Brasil vai se constituir como ‘variação específica’, é, portanto, o único caminho adequado. Nele o Brasil e os brasileiros possuiriam uma singularidade ‘relativa’ e não ‘absoluta’, como no caso do ‘planeta Brasil’, habitado por ‘seres extraterrestres verdinhos’ construído pela ‘sociologia do jeitinho’ e pela nossa interpretação dominante. Nessas versões, teríamos aqui um tipo de gente e de relações sociais que não existiria em nenhum outro lugar, como se fôssemos ‘marcianos verdinhos’ disfarçados vivendo nos trópicos. Essa é a fantasia de nossa ‘identidade nacional’ que a sociologia do ‘jeitinho’ e do ‘homem cordial’ contrabandeiam como verdade (SOUZA, 2009, p. 104).

No entanto, sem entrar no mérito das interpretações de Jessé de Souza acerca destes autores (e sobretudo de suas supostas vinculações a uma tradição liberal em prol do livre mercado), o tema da persistência do patrimonialismo ao longo das rodadas de reestruturação do modo de regulação econômica no Brasil é uma questão a ser considerada a partir das formas com que ela se manifesta contemporaneamente em interface com o neoliberalismo urbano. Deste modo, é importante filtrar cuidadosamente esta análise no sentido de identificar dinâmicas existentes e continuadas ao longo da história que de fato se caracterizam como relações neopatrimoniais. Jessé se questiona:

Onde está, afinal, localizada a superficialidade e o conservadorismo desse tipo de análise como a da ‘sociologia do jeitinho’? O engano mais óbvio está em perceber a dinâmica e moderna, ainda que injusta e desigual, sociedade brasileira como dominada por relações sociais pré-modernas. Como já vimos em detalhe acima, essas relações pessoais pré-modernas possuem toda a ambiguidade do sentimento

³⁷ É importante não se confundir padrões gerais de funcionamento do capitalismo com suas concretudes. Estas sempre constituem singularidades (histórico-geográficas), que em interação com as regras gerais engendram resultados distintos com consequências sociais e possibilidades de transformação também distintas.

e da emotividade levando a uma cultura do privilégio e da corrupção. Essa ‘acusação’ é o que esclarece o ‘charminho crítico’ desse tipo de teoria e seu poder de convencimento na universidade e fora dela. Em resumo, a eficácia de suas ideias se explica por confundir fenômenos muito diferentes entre si: nomeadamente na confusão entre a inegável influência do ‘capital social de relações pessoais’ para as chances de sucesso pessoal de qualquer indivíduo em qualquer sociedade moderna, com o fato, *multíssimo diferente*, de que uma dinâmica e complexa (ainda que injusta e desigual) sociedade como a brasileira seja ‘estruturada’, pelo ‘capital social de relações pessoais’. Como o acesso aos capitais ‘impessoais’ econômico e cultural — que se transmitem por heranças afetivas e intelectuais no interior das famílias das classes privilegiadas — é o segredo mais bem guardado num tipo de dominação social que só vê os indivíduos e esconde as classes que os formam, a cegueira da teoria duplica a cegueira da dominação social incrustada no senso comum que todos compartilhamos. É isso que garante a ‘compreensibilidade’ imediata de teorias conservadoras e superficiais que se baseiam no ‘capital social de relações pessoais’ (SOUZA, 2009, p. 77).

E propõe repostas em (seus) termos bourdieusianos:

A questão central que esses autores nunca respondem é: como pensar a reprodução de ‘valores’ desvinculados de instituições concretas, únicas instâncias que poderiam garantir sua reprodução na vida cotidiana? Ou, perguntando de outro modo, como explicar a dinâmica econômica e social de sociedades como a brasileira, que entre 1930 e 1980 cresceu a taxas como a China cresce hoje, sendo o líder global de crescimento econômico (apenas possível sob o império das relações ‘impessoais’, como as de competição, que regem a atividade do mercado competitivo com uma lei de ferro) de todo o planeta nesses 50 anos, se ela é percebida como ‘estruturada’ por relações emocionais e personalistas pré-modernas? Confundir o caráter secundário do ‘capital social de relações pessoais’ (que pode ser ‘percebido’ como fundamental na ótica individual da dimensão do senso comum e é compreensível que assim seja) nas sociedades modernas, sejam centrais ou periféricas, tornando completamente invisíveis os ‘capitais econômico e cultural’ (sendo o ‘capital cultural’ precisamente uma mistura da herança dos valores familiares e do capital escolar), os quais, esses sim, são os ‘elementos estruturais’ e são as chaves para a compreensão da ‘hierarquia social’ de toda sociedade moderna, é tornar ‘invisível’, também, as causas efetivas e reais da desigualdade, marginalidade, subcidadania e naturalização da diferença que nos caracteriza primordialmente como sociedade. Ou o leitor conhece alguém que tenha acesso privilegiado a pessoas importantes (o capital pessoal ou o ‘jeitinho’ de DaMatta) sem já possuir capital econômico ou capital cultural? (SOUZA, 2009, p. 78-9)

Se alteramos o plano de análise para uma perspectiva mais econômica das relações sociais tendo o Estado como um ator central na fundação e na reprodução destas, o lugar efetivamente ocupado pela persistência do clientelismo e do patrimonialismo se torna mais claro, situando-se não no plano da cultura e do *habitus*, ou nas limitações impostas por parte do Estado ao mercado

(a crítica a essa falsa oposição, tendo como referência a experiência do modo de regulação neoliberal, é feita no capítulo 1 deste volume), mas nas barreiras ao aprofundamento democrático ao longo destas rodadas de modernização econômica e socioespacial aqui analisadas. O fato de que, como o próprio autor chama atenção, a economia brasileira tenha crescido entre 1930 e 1980 nas taxas mais elevadas do mundo aprofundando o nível de desigualdade e da pobreza relativa, revela como essa estruturação social é conveniente ao próprio padrão de crescimento – como demonstrado por Oliveira (2003) – sendo que as relações patrimonialistas/clientelistas perpassam essa lógica, e não a contradizem. O ponto de inflexão histórica de 1930 é um momento crítico também na genealogia dessas relações em função da virada modernizadora da regulação, que abandonava a predominância econômica do rural/oligárquico para caminhar na direção do fortalecimento do urbano-industrial, supostamente marcado pela impessoalidade do Estado e do mercado. No entanto, por trás das políticas adotadas estão interesses de agentes privados muito bem definidos, e a passagem para o urbano industrial faz sofisticar tais relações, mas elas não se desvanecem na impessoalidade burocrática do Estado a partir da guinada getulista. Ou seja, não se trata de um Estado democrático de direito agindo em função de demandas de grandes parcelas da população, democraticamente identificadas em prol de objetivos de longo prazo abertamente desenhados de acordo com as ansiedades dos representados. Outro eixo de análise que Jessé de Souza deixa de considerar, em algumas vertentes do pós-estruturalismo contemporâneo, também poderiam auxiliar bastante nessa tarefa do mapeamento de microdinâmicas e atores específicos – que constituem histórias e genealogias de tramas e dinâmicas que compõem tais relações entre Estado e economia mediadas por grupos de interesse bem definidos no formato do (neo)patrimonialismo.

Outro aspecto importante nesta fase da trajetória é o fato de que, durante o período autoritário varguista, a organização das relações capital-trabalho se dão em moldes corporativistas inspirados na experiência fascista italiana³⁸. A partir de Werneck Vianna (1976), Jessé de Souza (2006) considera a participação da burguesia industrial nascente muito frágil na promoção da industrialização por parte do Estado pós-1930, o que conformaria a passagem da trajetória modernizadora brasileira pela via prussiana, liderada por um Estado interventor forte promovendo grandes saltos “adiante” nos quais o livre mercado seria lento e ineficiente. Dois elementos primordiais neste modelo são o adestramento de sindicatos e a conservação de estruturas fundiárias

³⁸ Tendo o artigo que regula sindicatos diretamente inspirado no corporativismo fascista da Carta do Trabalho de Benito Mussolini (BARROS, 1969, p. 57-60).

concentradas. Ressalta-se que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é aprovada em 1943, em pleno regime ditatorial, tendo os sindicatos plenamente regidos pelo Ministério do Trabalho, responsável inclusive pela criação de novas organizações sindicais, e criando uma estrutura hierárquica autoritária que culmina na própria figura do presidente da república. Neste sentido, os direitos trabalhistas concedidos dentro do nexu populista – mesmo que constituindo um aparato de proteção social importante inserido no ambiente regulatório, que as forças ligadas ao processo neoliberal viriam a tentar driblar e derrubar reiteradamente, dinâmica política que continua em cena no período atual – passam, no contexto de sua aprovação, pela intenção de garantir popularidade ao governo, diminuindo a legitimidade das reivindicações da esquerda organizada (proibida e perseguida) em torno do trabalho industrial, e garantindo a fluidez da acumulação industrial neste período em que a produção industrial era intensiva em mão de obra.

O sindicato tutelado e controlado desde cima se torna assim uma ferramenta repressora e de cooptação de movimentos que vinham de baixo, deixando de ser facultativo e potencialmente revolucionário, e se tornando obrigatório e conservador. A elite industrial se fortalece neste processo em função não somente desta repressão do sindicalismo reivindicatório com potenciais distributivos fortes mas também devido ao fato de que o dinamismo do mercado interno se tornava condição prévia para que a nova estrutura funcionasse. O contrato social fordista nos países de centro, que repassava partes significativas dos ganhos de produtividade na indústria aos salários, que resulta na criação de um mercado interno pujante e de uma sociedade de consumo de massa através de uma ampla base assalariada, pressupunha a atuação de sindicatos fortes e com direitos de greve e mobilização (Harvey, 1992). As barreiras a esta trajetória conformam uma primeira singularidade do keynesianismo brasileiro que teria resultados importantes na metrópole. Esta nova estrutura produtiva, mais fechada no espaço econômico nacional, tem um pilar na indústria dependente da oferta disciplinada e fluida de mão de obra barata, que progressivamente deixa de ter origens nos grupos de imigrantes europeus, ultrapassados em número ainda na década de 1930 pelos migrantes internos na composição da mão de obra industrial do sudeste (Rodrigues, 1997, p. 616). Cria-se aí uma fonte de mão de obra disponível para a expansão do investimento industrial, de baixo custo justamente pelo fato de não serem proprietários de terras, e mantida barata também através da concentração fundiária. E adiciona-se que a lei do salário mínimo não se aplicava ao trabalho rural, o que também contribui para a formação da ligação destes bolsões de trabalhadores disponíveis com as economias urbanas em expansão.

No plano da estruturação das cidades, o urbanismo que se torna hegemônico com a influência da Carta de Atenas no Brasil se encaixa no formato de poder exercido no Estado nacional-desenvolvimentista, com uma série de ambivalências, mas em harmonia com as necessidades de produzir espaço abstrato e ao mesmo tempo prover maior fluidez às exigências de se acelerar fluxos por parte do avanço do crescimento industrial. A construção de Brasília, a extensão da malha rodoviária pelo território nacional (com o concomitante abandono do modal ferroviário) e a remodelagem da grande cidade em função do automóvel é um traço marcante do urbano-industrial sujeito àquele setor que viria a se tornar a indústria motriz de todo o modelo, sobretudo a partir da década de 1950.

Diversificação produtiva, consolidação da industrialização e barreiras à distribuição

As alterações de percurso no modelo de regulação da expansão industrial e do desenvolvimento do capitalismo brasileiro efetuadas nos anos 50 gerariam consequências importantes na trajetória das relações entre produção do espaço e economia, constituindo um segundo ponto de inflexão importante no percurso da metropolização em relação ao formato de regulação macroeconômica. Até então, tratava-se de um parque industrial incipiente, com grandes lacunas justamente em suas porções capazes de dinamizar o conjunto. Esta estrutura incompleta limita a decolagem do modelo, pelo fato de que aumenta a pressão por importações: na economia pré-1930, cujo carro-chefe era a exportação de commodities, a pauta de importações era composta por bens industrializados demandados pelas camadas privilegiadas e em controle das exportações crescentes; quando a indústria passa a ser o setor dinâmico, a pauta de importações se diversifica e cresce, passando a incluir bens de capital e insumos para a própria atividade industrial. O primeiro setor a preencher estas lacunas é a metalurgia, que decola ainda no período do nacionalismo getulista. Mas a atividade que cumpre o papel de dinamizar cadeias produtivas industriais ao longo do século XX é justamente a indústria automobilística, sendo que as tentativas pós-1930 de fazer decolar a indústria nacional neste setor foram mal sucedidas³⁹.

Cardoso de Mello e Belluzzo (1977) consideram que o capitalismo monopolista de Estado só se implanta efetivamente no Brasil no final do governo de Juscelino Kubitschek, por ter sido

³⁹ Caso contrário, teríamos assistido no Brasil a uma trajetória de industrialização semelhante à da Coreia do Sul, que produziu num contexto periférico um parque industrial setorialmente complexo com setores de alto coeficiente tecnológico constituídos por capital nacional a partir da ação direta do Estado.

demasiado incompleto e excessivamente dependente de importações anteriormente, e passando a ter uma pauta setorial mais completa a partir de então. Cardoso de Mello (1982, p. 110) trata do crescimento econômico do período entre o início da década de 1930 e 1955 como um “processo de industrialização restringida”, em que a base da acumulação migra para o setor industrial, mas este permanece estruturalmente restrito e com uma capacidade limitada de expansão em função de suas próprias incompletudes. O governo JK, aderindo a uma versão de desenvolvimentismo em que o capital estrangeiro teria um papel mais central⁴⁰, cria uma série de incentivos diretos à instalação de indústrias estrangeiras que preencheriam esta lacuna da indústria motriz internalizada, a produção de automóveis. Este continua a ser o principal elemento dinâmico do parque industrial brasileiro, e sua significativa expansão a partir deste momento transformaria as áreas metropolitanas onde se concentravam suas grandes plantas, neste período de predomínio do fordismo de economia fechada, em espaços econômicos plenamente dominados pela indústria. Tal dinâmica atrairia contingentes de migrantes ainda mais elevados e em ritmos inéditos, com efeitos generalizados na paisagem metropolitana, na sua expansão, adensamento, congestionamento, e através do vínculo entre crescimento econômico e reprodução da pobreza que marca a trajetória do desenvolvimento industrial brasileiro, na sua espoliação (Kowarick, 1979).

Olveira (1977) aborda o fordismo brasileiro em sua produção de um espaço econômico nacional fechado em si mesmo em forte contraste com a história econômica anterior a 1930, cuja geografia era composta por regiões isoladas entre si e com fortes vínculos com o setor externo, através da exportação de produtos primários: a borracha no norte, o açúcar no nordeste, o café no sudeste, e outros produtos agropecuários no sul. A integração nacional que avança a partir de 1930 enfraquece estes vínculos externos e interligam as regiões brasileiras a um núcleo interno de comando e controle, com relações de compra de insumos (de baixo valor agregado) e venda de produtos (de alto valor agregado) com as demais regiões: a cidade de São Paulo e sua região. As economias de aglomeração cumpriram um papel fundamental neste nexos concentrador em São Paulo, criando vantagens a novos investimentos através da proximidade geográfica de fornecedores, da infraestrutura física, institucional e de suporte tecnológico, do maior mercado

⁴⁰ A partir de debates sediados no ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros, órgão de pesquisa do governo criado por Café Filho em 1955, que seria marcado por um consenso em torno do avanço da industrialização como caminho para o desenvolvimento, e dividido a partir deste princípio em dois principais projetos, um primeiro de tendências nacionalistas perpassando elementos socialistas, e um segundo, capitaneado por Hélio Jaguaribe, que se tornaria hegemônico e constituindo um bloco de apoio à política econômica do governo JK, que atacava o nacionalismo exagerado como o principal bloqueio ao desenvolvimento, defendendo a abertura e os incentivos ao investimento industrial direto por capitais estrangeiros como forma de deslanchar a industrialização.

consumidor, da maior e mais diversificada oferta de mão de obra etc⁴¹. Este processo intensifica a convocação iniciada em 1930, que constitui parte importante da acumulação primitiva que sustenta esta economia urbanizada/industrializada baseada na ampla oferta de mão de obra de baixo custo, de amplos contingentes populacionais sem posses e sem terras, advindos de todo o território nacional. Este conformava um grande estoque de grupos muitas vezes tornados disponíveis através de processos de acumulação por espoliação/desposseção (Harvey, 2004) – de suas terras, de suas práticas de reprodução – outras vezes pela inserção de uma lógica industrial na própria atividade agropecuária, que liberaria um grande contingente de mão de obra para a expansão industrial urbana. A partir dessa dinâmica dos anos de 1950, tem-se uma estrutura industrial mais completa, com um contexto de crescimento em curso, o que abre portas para ganhos de participação do trabalho no produto, sendo a distribuição a partir deste crescimento mais intenso um desdobramento político subsequente normal a se esperar daquela conjuntura – como ocorre no modelo do fordismo macroeconômico que se consolida nos países de centro, em que os ganhos concedidos ao trabalho são internalizados pela própria lógica keynesiana de retroalimentação da demanda efetiva e da formação de uma ampla base de consumo de massa que sustentava o crescimento industrial.

Karl Polanyi (1980), em sua análise da gênese do capitalismo moderno, considera a criação de “mercadorias fictícias” – o dinheiro, a terra e a mão de obra – como pilares deste modo de produção. Para Polanyi, era inevitável que o percurso do capitalismo fosse marcado por um duplo movimento: por um lado a expansão da produção e o aprofundamento das relações de produção em moldes capitalistas através da destruição de estruturas sociais antigas criadora de novas relações em novos padrões, por outro o surgimento de um sistema social de restrições e freios a este aprofundamento, em função da tensão social crescente que o primeiro movimento faria crescer de modo a ameaçar seu próprio avanço.

Sabemos que num sistema como esse os lucros só podem ser assegurados se se garante a autorregulação através de mercados competitivos interdependentes. Como o desenvolvimento do sistema fabril se organizara como parte de um processo de compra e venda, o trabalho, a terra e o dinheiro também tiveram que se transformar em mercadorias para manter a produção em andamento. É verdade

⁴¹ A partir de certo ponto crítico, as economias de aglomeração se transformam em deseconomias, através do congestionamento de infraestrutura, do encarecimento da mão de obra, do fortalecimento da atuação sindical na região etc. Os incentivos à aglomeração se transformam num processo de desconcentração que culmina na formação da cidade-região, num primeiro nível de proximidade (Magalhães, 2008) e no caso de São Paulo, na conformação de um grande polígono de maior crescimento do investimento industrial, cujos vértices são compostos por Belo Horizonte, Porto Alegre e o interior paulista em sua totalidade (Diniz, 1993).

que eles não puderam ser transformados em mercadorias reais, pois não eram produzidos para venda no mercado. Entretanto, a ficção de serem assim produzidos tonou-se o princípio organizador da sociedade. Dos três elementos, um se destaca mais: trabalho (mão-de-obra) é o termo técnico usado para os seres humanos na medida em que não são empregadores mas empregados.

Segue-se daí que a organização do trabalho mudaria simultaneamente com a organização do sistema de mercado. Entretanto, como a organização do trabalho é apenas um outro termo para as formas de vida do povo comum, isto significa que o desenvolvimento do sistema de mercado seria acompanhado de uma mudança na organização da própria sociedade. Seguindo este raciocínio, a sociedade humana tornara-se um acessório do sistema econômico.

Relembremos nosso paralelo entre as devastações dos cercamentos na história inglesa e a catástrofe social que se seguiu à Revolução Industrial. Dissemos que, como regra, o progresso é feito à custa da desarticulação social. Se o ritmo desse transtorno é exagerado, a comunidade pode sucumbir no processo. Os Tudors e os primeiros Stuarts salvaram a Inglaterra do destino da Espanha regulamentando o curso da mudança de forma a torná-la suportável e puderam canalizar seus efeitos por caminhos menos destruidores. Nada porém foi feito para salvar o povo comum da Inglaterra do impacto da Revolução Industrial. Uma fé cega no progresso espontâneo havia se apossado da mentalidade das pessoas e, com o fanatismo de sectários, os mais esclarecidos pressionavam em favor de uma mudança na sociedade, sem limites nem regulamentações. Os efeitos causados nas vidas das pessoas foram terríveis, quase indescritíveis. A sociedade humana poderia ter sido aniquilada, de fato, não fosse a ocorrência de alguns contramovimentos protetores que cercearam a ação desse mecanismo autodestrutivo.

A história social do século XIX foi, assim, o resultado de um duplo movimento; a ampliação da organização do mercado em relação às mercadorias genuínas foi acompanhada pela sua restrição em relação às mercadorias fictícias. Enquanto, de um lado, os mercados se difundiam sobre toda a face do globo e a quantidade de bens envolvidos assumiu proporções inacreditáveis, de outro uma rede de medidas e políticas se integravam em poderosas instituições destinadas a cercear a ação do mercado relativa ao trabalho, à terra e ao dinheiro. Enquanto a organização dos mercados mundiais de mercadorias, dos mercados mundiais de capitais e dos mercados mundiais de moedas, sob a égide do padrão-ouro, deu um momentum sem paralelo ao mecanismo de mercados, surgiu um movimento bem estruturado para resistir aos efeitos perniciosos de uma economia controlada pelo mercado. A sociedade se protegeu contra os perigos inerentes a um sistema de mercado auto-regulável, e este foi o único aspecto abrangente na história desse período (POLANYI, 1980, p. 97-8).

A análise de Polanyi acerca da trajetória do capitalismo é impregnada pela realidade dos países de centro do período em que vivia, em que a hegemonia keynesiana do Estado de bem estar social em construção em resposta à depressão de 1929 parecia um desenvolvimento histórico pouco sujeito a retrocessos antidemocráticos como viria a ocorrer a partir de meados da década de 1970 (Peck, 2013). Tampouco é sensível a variações geográficas deste processo tal como ocorrem na

(semi)periferia, onde a dinâmica política é marcada por uma condição colonial persistente que gera resultados em relação às limitações do processo democrático, e nas características próprias da trajetória de expansão e complexificação da estrutura produtiva. Neste sentido, o percurso da industrialização e do aprofundamento das relações de produção em moldes capitalistas no Brasil cria restrições decisivas ao segundo passo do duplo movimento polanyiano, que ocorre somente no padrão das leis trabalhistas do corporativismo paternalista do período getulista, mas não nos direitos sociais amplos como se assiste nas experiências mais avançadas de socialdemocracia⁴². Embora profundamente burocratizadas, com fortes tendências de disciplinamento, vigilância e controle ampliado da vida cotidiana, com diversos aspectos autoritários na escala da micropolítica – em grande parte naquilo que os movimentos de 1968 miravam em sua crítica libertária da civilização industrial avançada no momento que Henri Lefebvre (1991) caracterizaria como a ascensão da “sociedade burocrática de consumo dirigido” – estas experiências tiveram alguns efeitos transformadores consideráveis sobre a vida urbana, no sentido de democratizar o acesso aos serviços coletivos, sobretudo no quarteto educação, saúde, habitação e transportes, eixo importante no qual a atual produção do espaço da cidade neoliberal promove consideráveis retrocessos antidemocráticos. Já na década de 1980, o próprio Lefebvre reconheceria o alcance destes retrocessos à vista, e chamaria atenção para a importância de se defender o sistema de direitos sociais amplos que a experiência socialdemocrata havia logrado construir parcialmente, embora obviamente sujeita a tais críticas (Tonucci, 2015). O fato de os *meios de consumo coletivo* (Castells, 1983) reaparecerem como uma pauta atual dos movimentos sociais em função do desmantelamento neoliberal e a posterior reestruturação de sua oferta em bases privadas e privatizantes é indicativo de que eles aparecem como condição necessária mas não suficiente para o direito à cidade: em nenhum momento os movimentos urbanos contemporâneos afirmam buscar somente o acesso à moradia, os transportes ou a efetivação dos direitos sociais garantidos formalmente, mas que suas lutas (pelo “poder popular” e pela verdadeira democracia a serviço das “maiorias efetivamente existentes”⁴³, por exemplo, numa determinada linhagem dentre diversas identificáveis nos movimentos atuais) passam essas questões de alcance e poder transformador mais imediatos.

⁴² O que não deve ser visto sem a perspectiva do colonialismo anterior e em algumas experiências contemporâneo (como atesta a Guerra da Argélia) à chamada era de ouro do sistema de bem estar social europeu do pós-guerra, como chama atenção a literatura do grupo modernidade/colonialidade (Walter Dignolo, Aníbal Quijano et al), para as ligações entre o moderno e o colonial, que estas experiências socialdemocratas avançadas não deixam de passar.

⁴³ Termos utilizados em entrevistas que me foram concedidas por movimentos sociais atuantes em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro.

No Brasil, o governo João Goulart representa uma tentativa do transbordamento acima, na direção do segundo momento do duplo movimento polanyiano finalmente entrar em ação na trajetória do capitalismo brasileiro. Tratava-se de um fortalecimento do trabalho diante do capital, e com uma faceta territorial importante nas *reformas de base*, que reconheciam a concentração fundiária como um elemento determinante na estrutura social e na dinâmica política do país, com as propostas de reforma agrária em ampla escala, e no surgimento do projeto de reforma urbana, com um pilar naquele momento na implantação de uma política de controle de aluguéis de imóveis urbanos. O percurso do desenvolvimento nacional durante o período 1930-1980 impede em rodadas sucessivas que esta parte distributiva do duplo movimento de Polanyi ocorra, e esta barreira gera efeitos importantes no legado socioespacial do período, se tornando uma marca da urbanização brasileira. As formas com que o poder e as forças hegemônicas impedem que este movimento aconteça vão da repressão direta a movimentos e organizações populares desde o início do século, à proibição de partidos de esquerda ao longo da maior parte da história de alguns deles, e ao golpe militar no momento em que ele se torna o único recurso possível.

Quanto à concentração fundiária citada acima, trata-se de um efeito de um padrão de relações políticas cuja genealogia remonta à colônia, onde configura-se uma elite local que atua como pivô e intermediária do domínio final exercido de fora, passando a ser muito bem recompensada por sua inserção nesta divisão de tarefas por parte de uma hegemonia que não se sustentaria sem esta estrutura sociopolítica de apoio localmente enraizado. A ruptura que quebra formalmente estes vínculos ocorre justamente neste elo, mas mantêm em grande medida o padrão de *governamentalidade* e de interação dessas elites nativas com o domínio do comum e da multidão. Mignolo (2007, p. 157) atribui o fato do Haiti ter sido uma exceção a essa regra, conformando uma ruptura real em sua independência, na (tentativa de) formação de um Estado moderno pós-colonial não dominado por brancos e/ou componentes de uma elite oligárquica nativa com vínculos umbilicais com os antigos colonizadores, a própria não-aceitação daquele país pelo sistema internacional de Estados-nação do período de sua independência.

Esta característica dos padrões de dominação vinculada a sua genealogia colonial no contexto latino-americano gera rebatimentos expressivos na configuração socioespacial de escalas diversas. A produção do espaço da colônia engendra uma série de resquícios cristalizados e reproduzidos historicamente de formas variadas, sendo a divisão abissal entre *espaços da vida* e *espaços da economia* identificadas por Friedmann (2002) um atributo marcante em países periféricos uma parte importante deste legado. Produzem-se bolhas bem dotadas de infraestrutura

correspondentes aos espaços de produção e aos locais de reprodução dos grupos que comandam e controlam os primeiros, situadas em meio a um território marcado pela precariedade das condições de reprodução (e pelo controle biopolítico) do comum. O espaço público se torna por vezes negligenciado, e por outras – como neste contexto geo-histórico do período 1930-80 – aparece produzindo territórios do Estado, do nacionalismo, do controle tutelar, paternalista, populista e autoritário das massas.

O pensamento desenvolvimentista latino-americano parte também de uma leitura do legado colonial das estruturas produtivas do continente, na análise do comércio internacional com os países de centro por Raul Prébitsch e André Gunder Frank acerca da deterioração dos termos de troca. Identifica-se uma progressiva diminuição do valor agregado contido na exportação de bens primários pela região em troca da importação de industrializados de alto valor agregado, o que geraria problemas macroeconômicos estruturais na região, quais sejam, a tendência inerente à inflação em função da depreciação cambial em períodos de crescimento, e uma estrutura produtiva marcada por empregos de baixo nível de qualificação e renda, incapaz de gerar, em termos keynesianos, demanda efetiva suficiente para a expansão de um mercado interno capaz de atenuar os efeitos do primeiro desequilíbrio. Apontava-se, nas análises históricas que acompanhavam aquela escola de economia política, como no trabalho de Celso Furtado, para as raízes coloniais desta estrutura econômica como a condição a ser superada através do desenvolvimento de setores industriais nativos e da diversificação da estrutura produtiva através da substituição de importações.

Fundamentalmente, e sob a perspectiva escalar mais ampla, o que estas estratégias de desenvolvimento tentam realizar através da alteração de estruturas produtivas apoiadas no protecionismo e no fechamento ao setor externo é uma alteração na divisão internacional do trabalho, e a possibilidade de que a periferia efetue uma entrada forçada no grupo de países de industrialização avançada. E esta visão, como bem apontam Hardt e Negri (2001, p. 283), é marcada por certo grau de miopia ao não reconhecer que o “subdesenvolvimento” e o caráter periférico destas economias se devem a uma condição relacional com os centros, cujo “desenvolvimento” deve-se em grande medida a esta mesma relação com suas periferias, o que implica que a trajetória histórica do “progresso” destes países não pode ser simplesmente reproduzida em economias fechadas sem relações externas semelhantes. Ademais, mesmo partindo de um diagnóstico que identifica na colonialidade (do poder e das estruturas produtivas a ele relacionadas) uma raiz a ser superada, o desenvolvimentismo reproduz esta condição ao buscar

produzir uma versão localizada do moderno-industrial avançado. E é justamente este caráter colonial das estruturas de poder que barra a segunda perna do duplo movimento polanyiano colocado anteriormente – e também defendido pelas versões “de esquerda” do desenvolvimentismo citadas acima – através do re-estabelecimento do autoritarismo quando ele se faz necessário para os objetivos de reprodução do poder destes grupos dominantes.

Assim, este se torna o enfoque necessário para uma análise da trajetória geo-histórica do capitalismo periférico, seus efeitos, e as possibilidades de sua transformação/superação: o poder, seus atributos, seus agentes, suas estruturas reprodutivas, a persistência de seu caráter colonial. A necessidade de “descolonizar o pensamento e o ser” (Mignolo, 2007b) supera em muito a identificação de raízes coloniais nas economias latino-americanas visando sua plena modernização, como faz o pensamento desenvolvimentista latino-americano⁴⁴. Envolve, mais profundamente, a definição de outros projetos, a partir de outras epistemologias, o que, no caso brasileiro, convoca formas diversas (com resultados múltiplos em potencial) de se digerir antropofagicamente o próprio legado europeu⁴⁵. E esta tarefa traz consigo a necessidade de se (re)pensar a cidade, a produção do espaço, a dinâmica urbana, sob perspectivas distintas e diversas.

Crescimento concentrador, autoritarismo e crises

Na continuação deste percurso da urbanização brasileira em relação à trajetória da economia, a expansão macroeconômica do período militar pode ser dividida em duas fases: o chamado milagre econômico, que envolveu um período de forte crescimento com uma expansão concomitante e acelerada das populações das grandes cidades, num padrão concentrador de renda; e o período do II Plano Nacional de Desenvolvimento, que promoveu crescimento puxado pelo Estado num contexto internacional de crise, sendo rotulado como o período da “economia brasileira em marcha forçada” (Castro; Souza, 1985). O período de crise deste último modelo – que termina

⁴⁴ O próprio Celso Furtado adiciona novas facetas ao pensamento desenvolvimentista em perspectivas que vão nesta direção de superar seu economicismo, seja a partir do ponto de vista ambiental (Furtado, 1974), ou da criatividade no contexto da dependência (Furtado, 1978).

⁴⁵ Este é o desafio que se coloca à tradução desta literatura recente acerca da colonialidade do poder na América Latina ao contexto brasileiro. Trata-se de uma abordagem centrada na América Espanhola, com pouco ou nenhum diálogo com a teorização social acerca das especificidades brasileiras (que identificam inúmeras diferenças da formação social luso-americana em relação aos hispanos), onde, por exemplo, a perspectiva de Oswald de Andrade em sua vertente antropofágica poderia informar formas não heterônomas de interação com aquilo cuja genealogia remonta diretamente ao colonizador, para além de olhares críticos já estabelecidos. Ver Walter Mignolo, Aníbal Quijano, Nelson Maldonado-Torres, Ramón Grosfoguel, dentre outros, em edição especial da Cultural Studies - Vol. 21, n.2-3, Março/Maio 2007.

por ser a crise do próprio regime – é o ponto de inflexão cuja reestruturação subsequente promove o pontapé inicial do modo de regulação neoliberal, cuja relação com a cidade será objeto do próximo capítulo.

O chamado “milagre econômico” – que ocorre justamente no período de maior repressão por parte do regime autoritário – corresponde à fase de maior crescimento do PIB da história da república, e tem início em 1967, após um período de ajuste recessivo da economia brasileira logo após o golpe militar, perdurando até 1973. Combinam-se estas taxas elevadas de expansão com inflação sob controle, o que se relaciona diretamente à repressão exercida aos sindicatos e outras pressões distributivas fortemente mobilizadas no período anterior ao golpe – o que, obviamente, cria incentivos ao investimento de médio e longo prazo em função da garantia do baixo custo de mão de obra - havendo assim uma ligação direta e retroalimentada entre crescimento e concentração de renda nesse modelo, semelhante ao padrão pré-keynesiano nos países de centro⁴⁶. Entretanto, na interpretação dos próprios formuladores do Plano de Ação Econômica do Governo (o PAEG, implantado pelo governo Castello Branco ainda em 1964), Mário Henrique Simonsen e Roberto Campos (1974), foi o re-arranjo do setor financeiro o grande responsável pela decolagem. Antes do PAEG, o sistema financeiro era incompleto, não existia mercado de capitais ou Banco Central e os déficits públicos eram pagos com emissão de moeda. A criação do Banco Central em 1964 acompanha o crescimento exponencial da principal modalidade atual de financiamento da dívida pública, qual seja, a emissão de títulos. Outras medidas com impactos importantes foram a criação do Sistema Financeiro de Habitação, formado pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) e outras instituições financeiras, bem como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que por sua vez financiaria o próprio BNH. Outra medida da reforma financeira contida no PAEG foi o fomento à criação de novas instituições financeiras, como bancos de investimento, com o objetivo de estimular o crescimento do mercado de capitais no país.

Segundo Simonsen e Campos (1974), o milagre ocorre a partir do efeito defasado dessas medidas: o fortíssimo crescimento da construção civil no período, por exemplo, teria sido resultado direto do SFH abastecido pelo FGTS, sendo que a expansão da indústria teria se baseado na ampliação do crédito, resultado das reformas visando a expansão do sistema financeiro (inclusive do crédito ao consumidor). É interessante notar como o PAEG antecipa diversas características de

⁴⁶ Não faz sentido, dessa forma, analisar o processo de neoliberalização tendo como eixo principal o retrocesso dos ganhos de participação da renda do trabalho no caso brasileiro. Esta é uma dinâmica que ocorre no seio do próprio modelo nacional-desenvolvimentista, justamente em sua fase de expansão mais acelerada.

planos de reestruturação e ajuste típicos do neoliberalismo, diante de conjunturas de inflação elevada, déficits externos e baixo crescimento, aplicando medidas de austeridade, de abertura ao mercado externo, e de liberação das amarras à expansão do investimento e do mercado (sobretudo financeiro) – medidas que, segundo os formuladores do plano acima citados, teriam sido responsáveis pela conjuntura de altas taxas de crescimento sem inflação do período do milagre (pouco importando para eles se a concentração de renda aumenta de forma significativa no período). Ou seja, as raízes do aparato de governamentalidade que sustentam o neoliberalismo em um de seus pilares principais – a política monetária, que seria colocada em prática de forma proativa no contexto do Plano Real – remontam ao início do governo militar, e são responsáveis por um pontapé inicial no amplo processo de financeirização que acompanha o neoliberalismo, abrindo as portas para que o setor financeiro cresça, e para a financeirização da sociedade e do espaço (o que será analisado no próximo capítulo).

O período subsequente ao milagre usa esse novo dispositivo governamental de endividamento do Estado (e conseqüentemente da sociedade) para manter uma conjuntura de crescimento econômico através do gasto contra-cíclico keynesiano num período externo de crise, justamente para poder manter a legitimidade do regime, que se baseava em grande medida no crescimento, sendo o fim do milagre econômico um risco político para o governo. A dívida externa no período correspondente ao II Plano Nacional de Desenvolvimento cresce substancialmente, passando de US\$ 12,5 bilhões em 1973 para US\$ 49,9 bilhões em 1979 (Santos; Colistete, 2009), o que viria a ser o gatilho da crise da dívida disparado poucos anos depois, em combinação com alterações radicais em dinâmicas externas, e com isso se tornando também o calcanhar de Aquiles do próprio regime, e do modo de regulação baseado na Industrialização por Substituição de Importações de forma mais ampla.

Esta fase do chamado milagre econômico com o II PND na seqüência teve, através das altas taxas de crescimento econômico puxando o investimento e o emprego industrial para o alto, efeitos decisivos sobre a urbanização e a metrópole brasileira. Faz crescer a migração para as grandes cidades (concomitantemente ao aumento da própria expulsão do campo por parte da revolução verde gerando progressos tecnológicos substitutivos de mão de obra no campo, combinado à reprodução/manutenção da concentração fundiária), num padrão de associação do crescimento à pobreza que se assemelha ao formato da expansão capitalista anterior à crise de 1929 nos países de centro. O déficit acumulado de estruturas coletivas também remonta a este período, em que os *espaços econômicos* são privilegiados em relação ao *espaço da vida* (Friedmann, 2002), e os frutos

do crescimento são em grande medida direcionados aos primeiros, sendo a estreiteza da política habitacional (nada direcionada justamente aos setores mais vulneráveis e que mais necessitavam de seus benefícios) um efeito deste padrão. A crise do período subsequente atuaria em cima deste legado, aprofundando a gravidade de seu aspecto social.

A crise da dívida da década de 1980, que atinge as maiores economias latino-americanas de forma avassaladora, ocorre a partir deste impulso de aumento da dívida, tendo como catalisador o início da prática do monetarismo na política macroeconômica estadunidense, que aumenta as taxas de juros daquele país de forma abrupta, fazendo crescer também os custos de rolagem de dívida pelo mundo, como já apontado na Introdução. O quadro de recessão com alto desemprego resultante do aumento exponencial da dívida pública combinada a uma conjuntura de alta inflação ligada à depreciação cambial no início da década de 1980 perduraria, com algumas flutuações, até a primeira metade dos anos de 1990 no Brasil, sendo que a saída do ciclo de alto desemprego só ocorreria ainda mais uma década mais tarde.

As consequências deste período de crise e tentativas de reestruturação para as metrópoles foram decisivas. O arranjo espacial metropolitano voltado para a expansão e a fluidez da acumulação industrial deixa de ser veículo, durante este período, do crescimento econômico ao qual ele serviria progressivamente a partir da década de 1930. Nisso, convoca-se (muitas vezes à força) um grande contingente populacional a participar deste amplo processo, para abandoná-lo em seguida. Enquanto o crescimento assistido no período autoritário engendrou pobreza urbana, concentrou renda, e produziu espaços espoliados, sua herança combinada à ausência do crescimento em si envolve consequências ainda mais nefastas. Este é o legado sobre o qual a reestruturação neoliberal posterior atuaria, e suas interfaces urbanas se agenciam também por sobre – e em meio a – esta paisagem sócio-histórica herdada. O próximo capítulo aprofunda a análise na economia política do espaço na/da cidade neoliberal, que se constrói por sobre o quadro socioespacial resultante do percurso aqui delineado.

3 – A ECONOMIA GEOPOLÍTICA DA CIDADE NEOLIBERAL: vantagens comparativas, terciarização e financeirização na metrópole

Este capítulo visa aprofundar no repertório de questões em torno da cidade neoliberal a partir do quadro histórico e conceitual já delineado, mapeando processos socioespaciais da história contemporânea que se fazem presentes na produção do espaço na metrópole hoje através de formas distintas de vinculação ao neoliberalismo. A cidade se torna agenciadora e mediadora transescalar do neoliberalismo, tornando este formato de governo real na vida cotidiana, de forma próxima e imediata, “descendo” do plano da macroeconomia ao espaço da vida. Além de outros domínios diversos, o capitalismo neoliberal se realiza e se reproduz através e a partir de sua relação com a metrópole, que se constrói em fluxos transescalares: é impossível compreender processos socioespaciais que operam na metrópole contemporânea sem ter em conta a interseção Estado-capital-espaço urbano em suas diversas escalas. Estas transformações envolvem a formação e o engajamento dos agentes com particularidades locais que são historicamente construídas e geograficamente variegadas – não se caracterizando, como aparece com frequência em determinadas análises, por um aplainamento geral e homogeneizador, mas muitas vezes criando diferenças entre cidades e regiões a partir da dependência da trajetória de cada local. Como argumentam Jamie Peck e Adam Tickell,

Assim como a globalização, a neoliberalização deve ser entendida como um processo, não como uma situação final. Da mesma forma, ela também é contraditória, tende a provocar contratendências, e existe em formas histórica e geograficamente contingentes. Análises deste processo devem, deste modo, focar especialmente na *mudança* – em transformações em sistemas e lógicas, padrões dominantes de reestruturação etc. – ao invés de comparações estáticas e/ou binárias entre um estado anterior e seu sucessor. Também implica que análises da neoliberalização devem ser sensíveis a sua natureza contingente – daí as diferenças não-triviais, tanto teórica quanto politicamente, entre os neoliberalismos de fato existentes, da Grã-Bretanha de Tony Blair, do México de Vicente Fox e dos EUA de George W. Bush. Mesmo que os processos de neoliberalização estejam claramente em curso em cada uma dessas situações diversas, não devemos esperar que isto engendre simples convergências de resultados, um fim da história e da geografia neoliberalizado (PECK; TICKELL, 2002, p. 383).

Dando sequência ao exposto no capítulo anterior, o período de crise gerada pela reestruturação que atinge em cheio o Estado e a economia brasileiros na década de 1980 transforma a metrópole num ponto de grande concentração de eventos e processos derivados da crise. Diminui-

se abruptamente a capacidade de gasto público com estruturas coletivas cuja necessidade se tornava urgente, o desemprego aumenta substancialmente, e entra-se num ciclo de hiperinflação resistente combinada à recessão que perduraria, com intensidades em variação, até meados da década de 1990 e que gera consequências nefastas, sobretudo para a população de baixa renda sem acesso aos mecanismos financeiros de proteção contra seus efeitos. Em contraste com a onda que se fortalecia naquele momento através da retomada dos movimentos de reforma urbana na direção da democratização da política e do planejamento urbano, o neoliberalismo se apresenta neste contexto como um prognóstico de saída da crise através da promoção das virtudes do mercado que seria progressivamente adotado no plano macroeconômico e em diversas cidades e regiões não alinhadas politicamente àquela dinâmica de busca por democratização do planejamento e da gestão na escala urbana.

O imperativo da busca por vantagens comparativas como forma de saída da crise se faz presente de diversas formas, e atinge as relações entre regiões e cidades, que passam ao plano da competição. Como argumentam Peck e Tickell (2002), há um processo de *neoliberalização do espaço* em que as relações espaciais são tornadas neoliberais, onde as cidades e regiões se relacionam umas com as outras a partir de padrões de competição (inclusive entre modos de regulação mais eficientes e favoráveis ao crescimento e ao investimento privado). Esta neoliberalização, segundo aqueles autores,

não pode ser reduzida a um resultado ou um efeito colateral deste ambiente pós-keynesiano. Ao invés disso, pode ser vista no exercício de uma influência cumulativamente significativa e relativamente autônoma na estrutura e na dinâmica da competição interurbana e no desenvolvimento intraurbano. Este não foi um período em que forças inerentemente competitivas foram espontaneamente ‘liberadas’ pela saída de cena do Estado. Mas a ascensão do neoliberalismo esteve associada à *construção* política de mercados, acoplada da extensão deliberada de lógicas competitivas e de gestão privatizada em esferas até então relativamente socializadas (PECK; TICKELL, 2002, p. 395).

Nisto, as cidades e regiões se tornam agentes neoliberais fundamentais, pois a própria competição inter-territórios se torna um fator importante na dinâmica geo-econômica do neoliberalismo, passando a ser insumo de decisões de investimento e localização que rebatem sobre a própria dinâmica regional e nos próprios padrões de regulação praticados de forma decisiva. E assim, os capitais em busca de oportunidades criadas por ambientes tornados mais favoráveis a sua reprodução ganham vantagens criadas por esta transformação das cidades e das regiões em agentes

neoliberais importantes. A autonomia relativa que as escalas local e regional ganham na reestruturação pós-fordista se torna um plano importante de ajuste regulatório que os capitais buscam influenciar e criar combinações favoráveis. Cria-se aí uma dialética espacial entre capitais relativamente fluidos no território em busca de oportunidades mais favoráveis, outro conjunto de capitais que atuam ativamente na definição dos próprios aparatos regulatórios regionalizados, e as próprias regiões interagindo entre si a partir destes distintos arranjos e ajustes em seu formato de regulação da produção (que se tornam cada vez mais específicos da região). Refletindo acerca do padrão com que este processo ocorre no norte global, Peck e Tickell defendem que

claramente, este regime de competição interurbana não foi simplesmente um produto do neoliberalismo, nem pode ser inteiramente reduzido a sua lógica, mas a ascensão paralela do neoliberalismo foi crucial no reforço, na extensão e na normalização destas tendências transurbanas na direção da governança empreendedora reflexiva de [diversas] formas: o neoliberalismo promove e normaliza um formato de desenvolvimento urbano que privilegia o crescimento, re-enquadrando arranjos de bem estar social como custos anticompetitivos e tornando questões de redistribuição e investimento social como antagônicas aos objetivos de desenvolvimento *econômico*. Objetivos distributivos e de bem estar social só podem ser visados *após* o crescimento, os empregos e o investimento serem assegurados (...); o neoliberalismo se assenta sobre uma naturalização penetrante de lógicas de mercado, se justificando através da eficiência ou mesmo da ‘justiça’ como métricas dominantes da avaliação de políticas públicas. Nesta análise, as medidas de política urbana devem antecipar, complementar, e em alguns casos mimetizar a operação de mercados competitivos; como a ideologia escolhida tanto pelas principais agências de financiamento e pelos ‘mercados’, o neoliberalismo não somente privilegia o governo enxuto, a privatização, a desregulação, mas através de uma combinação de regimes competitivos de alocação de recursos, políticas de empréstimo municipais enviesadas e pressões políticas abertas, ele enfraquece e interrompe caminhos alternativos de políticas de desenvolvimento urbano baseadas, por exemplo, na distribuição social, nos direitos econômicos ou no investimento público (PECK; TICKELL, 2002, p. 394).

Trazer tal discussão para o contexto brasileiro é uma tradução que passa necessariamente pela perspectiva apresentada no capítulo anterior, em que o chamado Estado de bem estar social assume formatos distintos de seus equivalentes nos países centrais, e é mais caracterizado por um padrão semiperiférico de nacional-desenvolvimentismo com diversos resultados diretamente advindos de seus períodos autoritários. Deste modo, o processo de *neoliberalização*, de transformação daquele aparato regulatório num formato sintonizado à globalização e ao neoliberalismo opera sobre outras bases, engendrando resultados socioespaciais necessariamente distintos. O próprio déficit de estruturas coletivas advindo da derrocada do modelo anterior seria

posteriormente lançado ao mercado, para que seus mecanismos supostamente mais eficientes atuassem, de modo retratado no discurso como difuso e espontâneo, no provimento de saídas e soluções. E nesta coloração específica da trajetória regulatória (e política) brasileira, o neopatrimonialismo reaparece como um elemento importante, por perpassar justamente a dita “construção política dos mercados” identificada por Peck e Tickell na citação anterior.

É importante notar também como o patrimonialismo muito frequentemente se torna alvo da crítica dos próprios neoliberais, por distorcer o funcionamento dos mercados através de intervenções personalistas e mecanismos de proteção e estabelecimento de barreiras à entrada de concorrentes livremente em determinados mercados. Exclusividade de mercado garantida a empresas de transporte público, por exemplo, são atacadas por muitos em função desta criação de uma distorção nos mecanismos de oferta e demanda no livre mercado em que a restrição legal à livre entrada de novos ofertantes deixa de permitir que o próprio mercado dê conta, através dos sinais enviados pela dinâmica de preços aos investidores em potencial, de ajustar oferta e preços de acordo com as condições vigentes. O mesmo nexos se aplica no caso da regulação de uso e ocupação do solo nas grandes cidades, em que o argumento neoliberal aponta o problema do alto custo de localização, moradia e aluguéis em certas áreas como decorrente das restrições à ampliação da construção que geraria maior oferta nas localidades mais demandadas. Tais regulações restritivas muito frequentemente advêm de políticas de proteção do patrimônio histórico e arquitetônico (ou seja, uma intervenção estatal impedindo o livre funcionamento dos mercados), que seriam, deste ponto de vista, as responsáveis pelos processos de gentrificação e expulsão daqueles que não são capazes de arcar com os preços altos praticados como consequência da oferta congelada, resultante das restrições impostas pelo planejamento (ver Glaeser, 2011). O discurso de ataque ao Estado, passa assim, por uma visão de que sua interferência gera distorções no funcionamento do livre mercado cujas consequências muito frequentemente são nefastas para os próprios grupos mais vulneráveis. Em relação a estes preceitos, é importante não somente separar os discursos daquilo que se caracteriza como o “neoliberalismo realmente existente”, e considerar que

o neoliberalismo só existiu em formas ‘impuras’, e de fato só *pode* existir em híbridos bagunçados. Sua visão utópica de uma sociedade e uma economia livres é, em última análise, irrealizável. No entanto, a clareza de sua aparição ideológica, o *livre mercado*, aliado às repetidas frustrações advindas do fracasso inevitável de se alcançar este destino ilusório, confere um grau significativo de força para que o projeto neoliberal prossiga adiante. Ironicamente, o neoliberalismo possui uma dinâmica progressiva e inclinada para frente em virtude da própria *inatingibilidade* de seu destino idealizado. Na prática, o neoliberalismo nunca se

referiu a uma liberalização de uma vez por todas, uma evacuação do Estado. Ao invés disso, ele sempre se associou a programas contínuos de reformas orientadas para o mercado, um tipo de revolução permanente que não pode ser simplesmente julgado de acordo com suas próprias fantasias de uma liberação do livre mercado (PECK, 2010, p.7).

Deste modo, a busca por este ideal inatingível cria formações econômico-sociais e espaciais que são próprias de cada modo de interação entre os processos contemporâneos e as conformações anteriores, bem como com o aparato regulatório delas resultante e o conjunto de forças políticas atuando em cada configuração regional, sendo que estas dinâmicas têm um elemento socioespacial fundamental na sua conformação e reprodução.

Por sua própria natureza, como uma forma, ligada a um oxímoro, de ‘governo do mercado’, o neoliberalismo é contraditório e polimórfico. Ele não será fixo. Provavelmente, ao invés disso, o mais próximo que se torna possível de se alcançar o entendimento da natureza do neoliberalismo é perseguindo seus *movimentos*, e triangulando entre suas correntes ideológicas, ideacionais e institucionais, entre filosofia, política e prática. Ademais, este é um exercício em geografia histórica, assim como qualquer esforço deve estar atento aos espaços através dos quais o projeto neoliberal tem sido (re)construído (PECK, 2010, p. 8).

Portanto, torna-se necessário avaliar os processos de transformação socioespacial engendrados por esta busca pelo *neoliberalismo inatingível*, que ao mesmo tempo em que vai transformando o ideário neoliberal em senso comum, deve lidar com desafios, dificuldades, conflitos e limitações concretas e que também são geograficamente expressivas:

(...) existem tantas variedades de neoliberalismo quanto formações sociais a serem neoliberalizadas. (...) tentativas de ‘afixar’ o neoliberalismo de forma transcendental são destinadas à frustração, e por bons motivos. (...) por toda sua certeza doutrinária, o projeto neoliberal é paradoxalmente definido justamente pela *impossibilidade de se atingir* seu objetivo fundamental – o domínio do mercado sem atritos. Não é o próprio objetivo em si, mas as oscilações em torno das tentativas frustradas de atingi-lo que dão forma ao neoliberalismo como um modo contraditório de governança do mercado. Definições totalmente claras da neoliberalização simplesmente não existem; no seu lugar, relatos concretamente fundados do processo precisam ser esculpidos dos interstícios das configurações do estado/mercado (PECK, 2010, p. 15-16).

Idealistas do Estado mínimo sempre discutiram a respeito de onde ‘traçar a linha’ em relação aos papéis positivos do Estado, ou dos limites adequados da intervenção e dos gastos públicos. Se a neoliberalização descreve um padrão de reestruturação (incompleta, contraditória e propensa a crises), que foi historicamente dominante desde a década de 1970, mas que sempre esteve associada ao desenvolvimento socioespacial desigual, logo não se deve antecipar

uma convergência unidirecional em formas de Estado menores e mais ou menos idênticas. O desenvolvimento socioespacial desigual não é um estado transitório na direção do neoliberalismo puro. É por este motivo que o reconhecimento das geografias históricas complexas da neoliberalização não diz respeito somente à identificação de contingências excepcionais, mas é fundamental para o entendimento do próprio processo (PECK, 2010, p. 20).

A persistência de formas antigas (e arraigadas na formação social brasileira) de relações Estado-capital-sociedade e de regulação da acumulação capitalista se torna um destes diversos elementos histórico-geográficos específicos que interagem com o processo de neoliberalização de forma decisiva, carregando-o para regiões distintas daquelas propugnadas pelos discursos, tais quais nos exemplos apontados acima. Assim, o resultado, no âmbito do “neoliberalismo realmente existente” é, no que diz respeito à cidade brasileira, marcado por uma mescla entre neoliberalização e persistência do neopatrimonialismo, que mesmo sendo em princípio contraditórios, operam de forma conjunta, com este último agrupamento utilizando ativamente – e de forma distorcida – o discurso da eficiência do setor privado para que possa permanecer em cena sob roupagens renovadas (no financiamento direto de campanhas políticas como moeda de troca, por exemplo). Utiliza-se também de aspectos práticos e objetivos, como a restrição orçamentária dos municípios em grande medida advinda de imposições legais de cima – na Lei de Responsabilidade Fiscal, por exemplo -, para o mesmo fim, qual seja, a abertura de oportunidades de investimento e de formas de reprodução de capitais com rendimentos mínimos garantidos através do vínculo direto com o Estado. Ou seja, o próprio neopatrimonialismo mobiliza um discurso neoliberal, e ganha espaço para sua atuação e reprodução a partir de condições criadas pela neoliberalização. Estas considerações devem acompanhar a discussão que segue, pois estes dois processos aparecem juntos com muita frequência nos processos socioespaciais metropolitanos contemporâneos, bem como na conformação de direções para a política urbana e seus componentes e desdobramentos diversos (nos transportes, na regulação do uso e da ocupação do solo e na habitação, por exemplo).

Retomando o tema da busca por vantagens comparativas como um princípio norteador e uma prática que tende a se tornar onipresente no neoliberalismo, a cidade regida a partir deste preceito opera predominantemente a partir do mercado – ou seja, as decisões acerca do que se fazer em determinados territórios tendem a seguir lógicas semelhantes àquelas que se operam no domínio dos agentes privados, otimizando custos e benefícios. Neste processo o solo urbano se torna uma mercadoria da própria cidade-empresa, agenciado pelo seu planejamento, com desdobramentos importantes na direção da financeirização do espaço urbano, como veremos adiante. A partir do

momento em que a competição pelo solo metropolitano atinge determinados patamares, e que ele se torna mercadoria disputada, valorizada enquanto tal pelo mercado, o planejamento sintonizado a estes mesmos preceitos busca agenciar estes espaços para venda, ao mesmo tempo alimentando e atuando a reboque da valorização fundiária, que cria um ciclo retroalimentado através da alta arrecadação de impostos de propriedade imobiliária. Ações do planejamento que reduzam o valor da terra em determinada região – como a oferta de habitação de interesse social - tendem a ser evitadas, e as ações planejadas tendem a seguir uma lógica de potencialização da valorização, que em um nexo de parceria entre o público e o privado em termos amplos beneficia diretamente o segundo e agencia os objetivos do primeiro, sendo que neste modelo os dois atuam em sintonia. Assim, é importante entender a atuação do mercado imobiliário no planejamento urbano neoliberal como um híbrido que exemplifica a discussão acima, ao mesmo tempo patrimonialista e neoliberal, driblando, no plano do “neoliberalismo realmente existente”, a contradição em princípios (e no discurso) que existe entre estes dois blocos.

Este caráter da especificidade brasileira nos remete a uma discussão que tem ocupado espaço importante no debate contemporâneo no campo dos estudos urbanos que merece uma breve digressão, para chamar atenção para sua pertinência numa discussão mais ampliada, entre uma vertente mais centrada numa concepção crítica da economia política urbana em conjunto com uma orientação regulacionista (como os autores citados acima, dentre vários outros) e um segundo grupo, mais caracterizado por uma orientação pós-estruturalista, que vem se debruçando sobre a metrópole do sul global como um campo de pesquisa fértil para a análise de processos múltiplos, multifacetados, pouco ou mal entendidos por categorias advindas do norte (como seria, supostamente, o caso do neoliberalismo). O próprio Peck (2015) faz uma leitura ampliada deste debate, situando-se no diálogo, e propondo avanços na direção de proposições conciliatórias entre os dois grupos. A crítica ao paradigma da cidade neoliberal a partir de um ponto de vista supostamente representativo da metrópole do sul global (ver Seekings, 2013) baseia-se numa ideia da teoria urbana como um discurso intrinsecamente em busca de formulações teóricas universais. Toma-se a cidade sul-africana como exemplo de um processo de urbanização cuja complexidade escapa a tentativas, supostamente advindas do norte, de teorização universal, sobretudo aquelas ligadas ao neoliberalismo urbano, em função de uma série de dinâmicas contemporâneas que iriam na direção oposta, da reconstrução da coletivização a partir do crescimento econômico engendrado pela vinculação das economias da região ao dinamismo chinês. Sem entrar no mérito da própria África do Sul – que nos escapa em muito, mas poderia ser abordada através do relato acerca da

entrada do neoliberalismo naquele país provido por Naomi Klein (2009) – essa hibridização neoliberalismo-patrimonialismo evidenciada na regulação e na dinâmica de acumulação entrecruzada à urbanização contemporânea brasileira serve como um contraponto em potencial.

Nos termos dos próprios críticos da conceituação da cidade neoliberal que pretendem falar pelo sul, deixa-se de reconhecer a diversidade de situações e de trajetórias geo-históricas muito distintas que compõem o amplo repertório da categoria da metrópole do sul global, unidas por suas relações com o norte e a herança colonial quase sempre presente nestes territórios, mas com diferenças e especificidades marcantes entre elas. Deixa-se também de tratar das origens meridionais do próprio neoliberalismo na experiência do Chile como laboratório dos Chicago boys no início do regime Pinochet (também tratado por Klein, 2009). Ademais, como relatado na Introdução acima, o alcance do neoliberalismo no contexto meridional do caso brasileiro é decisivo ao ponto de criar uma força contrária à dinâmica de democratização iniciada na década de 1980, neutralizando partes importantes de seus efeitos em potencial, o que gera consequências significativas para a metrópole, inclusive num conjunto de restrições às experiências das gestões municipais antenadas ao ideário distributivo, de justiça social e de democracia participativa da reforma urbana. Como indicado por Emilio Pradilla Cobos (2014),

A privatização do público, que entrega ao capital privado as empresas produtivas, comerciais, de serviços e as condições gerais de acumulação e de reprodução social sob seu controle, inclui muitos âmbitos públicos urbanos: solo e imóveis públicos, praças, parques, reservas naturais, estradas, serviços sociais, áreas recreativas etc., integrando-os a um amplo, profundo e incessante processo de mercantilização de todos os elementos da estrutura urbana, inclusive os não produzidos pelo homem. Paradoxalmente, esta privatização foi mais acelerada, profunda e extensa nos países latinoamericanos que nos capitalistas hegemônicos, sobretudo os europeus, devido fundamentalmente à baixa capacidade defensiva real dos trabalhadores e cidadãos latinoamericanos diante das investidas privatizadoras de seus governantes e empresários neoliberais, em comparação àquela dos cidadãos europeus com grande tradição histórica de luta defensiva de suas conquistas sociais e suas condições de vida. Estes fatos, empiricamente verificáveis, mostram o caráter desigual dos processos, que também se manifesta entre os países latinoamericanos e suas cidades, no que diz respeito ao tempo, à intensidade e à profundidade, o que obriga sua diferenciação e particularização (COBOS, 2014, p. 44).

Além do solo das centralidades e áreas valorizadas da metrópole, que se tornam raridade e vantagem comparativa agenciada pelo próprio poder público através da política urbana (em formatos que serão detalhados adiante), a própria concentração de infraestruturas e serviços de uso coletivo anteriormente geridas pelo Estado na metrópole constitui uma oportunidade para

investimentos de capitais diversos em busca de formas de engajamento e reprodução. Uma das maneiras em que esta passagem se efetiva é através das agências multilaterais e suas condicionantes para empréstimos concedidos a regiões e cidades em busca de fontes de financiamento de projetos. Numa dinâmica transescalar típica do neoliberalismo, esta busca tende a ser intensificada em função das restrições orçamentárias mais restritas e impositivas, colocadas pelo aparato regulatório reajustado no nível macroeconômico visando controlar o endividamento do Estado, em função da necessidade imposta por credores de se controlar o risco do financiamento concedido num contexto pós-crise. Como esclarece Pedro Arantes,

Não é casual que o ponto central do ajuste urbano para o BID e o Banco Mundial, desde o início dos anos 80, seja a construção de alternativas de mercado para o financiamento das cidades, em substituição ao padrão interno, que ruína. Para os dois bancos, são quatro as novas modalidades de acesso ao crédito para ‘cidades financiáveis’: a) a criação de agências privadas de intermediação financeira (enclave agencies), legalmente independentes e responsáveis pela implementação de projetos e captação de recursos no mercado; b) as parcerias público-privadas (PPPs) e concessões para operação e ampliação de serviços e infraestrutura urbanos por empresas privadas de capital aberto; c) a captação de recursos no mercado de crédito nacional e internacional, com a emissão de títulos e a cotação de ratings municipais; d) a criação de taxas especiais ou emissão de títulos distritais para realizar melhorias urbanas concentradas em um determinado bairro ou perímetro. O objetivo desse novo sistema de financiamento é tornar as municipalidades ‘auto-sustentáveis’ e, no limite, autofinanciáveis no mercado privado. Recorrendo a esse tipo de recurso, os municípios passam a apostar em obras e investimentos que apresentam taxas de retorno, no mínimo, equivalentes aos custos do capital emprestado, em uma concepção da ação pública cada vez mais financeirizada. Para o Banco Mundial e o BID, a forma de captação de recursos privados é importante para a manutenção e ampliação de “ativos tangíveis” da cidade, a contribuir para a economia local – como estradas, trens, aeroportos, telecomunicações, energia, etc. –, todos projetos muito caros, competindo por recursos municipais que poderiam ser alocados em áreas sociais e de combate à pobreza. Assim, as privatizações e parcerias seriam a oportunidade para envolver fundos privados na gestão e abertura de infraestruturas de interesse do mercado, preservando o fundo público para a área social (ARANTES, 2006, p. 66-7).

Os programas de ajuste estrutural envolvem assim uma criação de oportunidades de investimento através das condicionantes de empréstimos, que ao fim e ao cabo criaria a justificativa para a própria generalização do formato das parcerias público-privadas como saída para cidades e regiões financiarem projetos diversos⁴⁷. Estas alterações podem ocorrer de forma condicionada à

⁴⁷ Para uma perspectiva aprofundada das Parcerias Público-Privadas e sua proeminência no contexto recente da política urbana, ver Cota (2013).

renegociação de dívidas do setor público em que os credores tendem a ter vantagens de negociação e conseguem impor condições e alterações nas políticas públicas, ou na própria mudança proativa do Estado nessa direção, geralmente buscando legitimidade através da situação orçamentária e da maior eficiência no gasto público. Muitas vezes as concessões de exploração de determinados serviços implica inclusive o setor público abrir mão da competência e da possibilidade futura de se alterar regras e leis que afetem o rendimento do serviço por parte da concessionária privada que o opera – por exemplo, a exploração do estacionamento pago de veículos em vias públicas, cuja fiscalização passa a ser realizada pela empresa vencedora de concorrências a partir de um valor global correspondente à exploração por determinado período, antecipado à determinada prefeitura em formato de leilão, tende a impedir que esta prefeitura altere regras de cobrança ou mesmo realize alterações físicas no espaço das vagas que afetem o rendimento global da concessionária explorando o serviço, na sua substituição por ciclovias, por exemplo.

Nisso, engendra-se uma prática de governança que envolve também uma mudança de mentalidade:

As contradições dos empréstimos internacionais se tornam ainda mais agudas quando os gestores públicos (...) passam a apresentar a “opção” pelo empréstimo externo como uma decisão absolutamente racional, tomada dentro do contexto de crise do financiamento interno das políticas públicas. Assim resume uma gestora: ‘Estamos num quadro conjuntural de crise total dos fundos públicos, não há dinheiro e é preciso investir. A vantagem do financiamento externo é que é um recurso barato e que pode ser devolvido a perder de vista.’ Ou seja, irracional é não utilizar os recursos das instituições multilaterais. Essa decisão, entretanto, não é uma “escolha” entre diversas alternativas, mas sim, muitas vezes, a única opção de muitos gestores diante da crise dos fundos públicos – é, na verdade, uma “falta de opção”, como afirmaram outros entrevistados. O que pretendemos investigar neste tópico é: por trás da aparente racionalidade que o empréstimo externo exhibe à primeira vista, encontramos uma série de irracionalidades na adequação entre meios e fins. Não se trata aqui de uma condenação a priori da utilização da poupança externa para desenvolvimento do país, mas sim de uma crítica ao financiamento externo realmente existente e, em nosso caso, na modalidade implementada pelos bancos multilaterais (ARANTES, 2006, p. 69).

Ou seja, a própria saída da crise e a reestruturação posterior à derrocada do modelo nacional-desenvolvimentista apresentado no capítulo anterior passam pela criação de inúmeras oportunidades de investimento através de formas de manutenção da retração do Estado para que o mercado possa ganhar terreno fértil de atuação. Para além deste conjunto de processos, que afeta a política urbana atual de forma direta, a cidade neoliberal envolve também uma série de

transformações que partem de uma dinâmica econômica própria e engendram efeitos políticos diversos, o que analisaremos a seguir.

A economia da cidade neoliberal: terciarização, capitalismo cultural-cognitivo e a cidade como *fábrica social*

A partir do final da década de 1980, há um progressivo descolamento relativo da acumulação de capitais e da geração de remunerações, lucros e rendimentos do crescimento da indústria de transformação no Brasil. A expansão dos setores extrativos e de serviços ultrapassa em muito aquela verificada na indústria de transformação, setor que era o carro-chefe das economias metropolitanas, e o grande responsável pelo processo de metropolização, até o início daquela mesma década. Como bem ressaltado por Soja (2000), não se trata da construção de um modelo pós-industrial, perspectiva geograficamente míope que descarta as relações diretas e indiretas desta economia imaterial urbana com a indústria, que se desloca no espaço em várias escalas (na direção do sudeste asiático e outros núcleos concentradores do investimento industrial de larga escala, das cidades médias situadas nos entornos metropolitanos, das regiões com disponibilidade de mão de obra mais barata e com menores pressões de organizações sindicais atuantes etc.), mas mantêm ligações de complementaridade com os serviços avançados.

A busca por vantagens comparativas na escala macroeconômica leva a um processo de reprimarização relativa da economia brasileira, em que os setores extrativos voltam a ganhar posições de destaque na estrutura produtiva nacional, justamente por serem os mais competitivos no cenário externo, onde a globalização acentua a divisão do trabalho, o comércio entre países, e a consequente tendência à especialização destes nos setores que se inserem melhor neste ambiente competitivo. A expansão acelerada da economia chinesa após a virada do século pune diretamente os setores industriais de outros países, predominantes nas economias de estrutura produtiva semelhante à da China, e beneficia de forma geral a expansão dos setores que são complementares à pauta daquele país, situados, em grande medida, nos países do sul global. Este retorno à primazia da pauta de exportações de recursos naturais e de produtos primários dá novo impulso à modernização conservadora do interior do país, aliada aos capitais agroindustriais e à mineração de larga escala, e adquire uma importância central no modelo de integração neoliberal à globalização econômico-financeira.

No plano econômico, o crescimento exponencial dos setores extrativos gera uma garantia de divisas (em moeda forte, que entram via exportações) que dá sustentação ao formato de política macroeconômica ajustado e pouco disposto a criar escudos próprios à instabilidade externa inerente e à constante ameaça de fugas de capitais. Na esfera política, o protagonismo do setor primário e das indústrias de extração engendra um ganho significativo de poder nas estruturas de representação por parte dos agentes e interesses destes setores, o que envolve consequências significativas para populações tradicionais situadas sobretudo no centro-oeste e na fronteira agropecuária amazônica, em função do renovado impulso de incorporação de novas terras e busca de novas áreas de mineração que a expansão destas atividades acarreta. Este é um processo que em certa medida vira as costas às grandes metrópoles industrializadas do país, e envolve uma interligação direta das áreas extrativas com o mercado externo. Mas o crescimento do setor terciário na metrópole entra em cena neste quadro como um elemento de apoio interno às necessidades de serviços complexos, bem como de comando e controle destas atividades.

Os serviços avançados apontam como um grande grupo de atividades altamente heterogêneas, concentrando a grande maioria dos empregos de alto nível de qualificação e renda na estrutura produtiva atual. Trata-se de um setor cujo insumo principal é a mão de obra intelectual, e cujos subsetores diversos são altamente interdependentes uns dos outros, agregando atividades que estabelecem relações de insumo-produto umas com as outras. Basicamente, são elas: advocacia; serviços financeiros; contabilidade; engenharia; arquitetura; serviços de design; atividades de ciência, tecnologia, pesquisa e desenvolvimento; galerias de arte; serviços de comunicação social; entretenimento; atividades esportivas; consultorias; educação; serviços de saúde; e obviamente, os serviços públicos. As complementaridades com os setores industriais e primários são óbvias, sendo que o crescimento econômico puxado por aquelas atividades traz impactos diretos nos serviços.

Muitas vezes estas relações se dão em grandes distâncias, como no caso das atividades - de alto valor agregado - de ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento de produtos concentradas na Califórnia e interligadas à produção realizada com mão de obra de baixíssimo custo na China. Ou como nos serviços de consultoria, advocacia, e engenharia envolvidos diretamente em grandes projetos de infraestrutura no norte do país, situados em grandes metrópoles do sudeste. Por outras vezes há uma relação de proximidade, como no caso dos serviços concentrados nos grandes centros prestados à indústria crescente na escala da cidade-região (Magalhães, 2008). Mesmo nestas relações de complementaridade, e reconhecendo a importância dessas ligações para o setor terciário

avançado, este agrupamento de atividades econômicas toma a frente das economias metropolitanas após o declínio relativo da indústria fordista na década de 1980, se tornando a pauta principal de suas estruturas de geração de emprego, renda e arrecadação. A terciarização envolve também a expansão dos serviços pessoais, geralmente de baixa qualificação e renda, resultado também da retração relativa do emprego industrial, e da grande disponibilidade de mão de obra gerada por este movimento, que cria a possibilidade de um emprego altamente lucrativo para os setores do terciário intensivos em mão de obra de baixa remuneração. No período recente de maior crescimento econômico, entre 2004 e 2010, há uma complexificação desta pauta, com ocupações de nível médio se adensando e ganhando espaço, e com o próprio aumento do salário mínimo real e dos níveis de rendimento advindos não somente de políticas públicas mas da própria retração da oferta ampla de mão de obra barata advinda do alto nível de desemprego observada até então. Mas esta permanece uma característica marcante da economia imaterial urbana que constitui o principal conjunto de atividades econômicas da metrópole atual: sua acentuada heterogeneidade, tanto no que diz respeito à natureza das atividades desenvolvidas, quanto no nível de rendimentos auferidos e no grau de complexidade que elas assumem. Aliás, a generalização da figura do motoboy na paisagem metropolitana contemporânea é efeito combinado do aumento expressivo no nível de complementaridade através de relações de subcontratações entre os subsectores do terciário, com a amplitude desta oferta de mão de obra barata disponível para a expansão da economia imaterial urbana, e a própria ausência relativa de estruturas de uso coletivo que encaminham os fluxos na direção da individualização das soluções já apontada anteriormente, como ocorre no caso mais explicitamente visível dos transportes.

Os “batalhadores brasileiros” descritos por Jessé de Souza (2010) como uma nova classe trabalhadora, se encaixa justamente nesta camada do terciário urbano ocupada pelo chamado *precariado urbano*, um grupo de trabalhadores de baixa renda em situação de precariedade e instabilidade inerente, advinda de sua inserção subalterna nos circuitos produtivos da acumulação flexível, e de sua formação como resultante da forte retração do emprego industrial resultante da crise da década de 1980 e da reestruturação pós-fordista. Em Souza, que propõe uma crítica da ideia da “nova classe média” resultante do crescimento econômico pós-2004 aliado ao aumento real do salário mínimo e das políticas de garantia de renda mínima (como em Singer, 2012), este grupo é composto por perfis diversos, como o “batalhador do microcrédito”, o empreendedor popular, inserido em redes informais, os que sofrem racismo, os que são ligados às igrejas neopentecostais etc. Trata-se de uma visão ampliada para além de categorias econômicas e que trazem, mais uma

vez, um ferramental advindo da sociologia de Pierre Bourdieu para tratar do fenômeno da pobreza contemporânea no Brasil também a partir das dimensões do capital cultural e intelectual, distinção etc. Há nestes grupos, segundo Souza, além da valorização da simplicidade mesmo em padrões de consumo em elevação, uma constante busca por qualificação profissional, bem como uma valorização do trabalho, uma ideia de que sua própria ascensão relativa neste período (dos anos em que a pesquisa na qual se baseia aquele estudo foi realizada) se deve a sua dedicação intensa ao trabalho, fortalecendo um tipo de ethos do trabalho semelhante ao da interpretação weberiana acerca da importância do protestantismo na gênese do capitalismo.

É fundamental adicionar a esta leitura esta perspectiva acerca do setor terciário da metrópole brasileira contemporânea, e como a ampla disponibilidade desta mão de obra se torna um elemento mobilizado por seu crescimento e pelo aprofundamento de sua divisão de trabalho interna. Ou seja, trata-se de uma nova rodada da crítica do dualismo proposta por Francisco de Oliveira (2003), em que o chamado “circuito inferior da economia urbana” (SANTOS, 1979) não constitui um ente à parte, pré-moderno, a ser incorporado pelo crescimento econômico, mas um agrupamento que faz parte da própria lógica da economia urbana modernizada na cidade do capitalismo semiperiférico, entrando como uma peça importante em seu próprio mecanismo maior. Neste novo contexto, o setor terciário ganha proeminência, e entra num nexos de canalização de mais-valor advindo da entrada diversa do *preariado* como mão de obra, como um grande grupo de consumidores, e crescentemente, como uma base de consumidores de crédito, ou seja, como uma massa de endividados. Nesta economia imaterial metropolitana no Brasil, há também uma série de especificidades em que os serviços avançados têm um grau de especialização menos acentuado, tendendo a ser subsumidos e situados em filiais de grandes multinacionais (sobretudo em São Paulo), representando vínculos e a criação de canalizações de valor que passam por estes centros urbanos mas seguem viagem rumo ao norte global – e, crescentemente, à China. E o grande contingente de mão de obra barata e desqualificada aí inserido envolve serviços, que em termos quantitativos constituem em sua maior parte a velha atividade do *serviçal*, sob diversas roupagens contemporâneas: desde o operador de telemarketing ou o motoboy até o catador de papel e latas de alumínio nas ruas e a própria empregada doméstica.

Outra característica importante do setor terciário é a importância das relações, das redes, dos contatos, que também entram como insumo em seu processo interno de produção e valorização. Teóricos do pós-fordismo (muitas vezes pouco críticos de seus efeitos, vale ressaltar) entendem a acumulação flexível como um processo produtivo em que as relações entre agentes econômicos

ganham uma dimensão primordial, e nisso o centro urbano - grande, adensado e heterogêneo (nos termos de Louis Wirth) - se torna uma localização privilegiada para tais atividades de alto valor agregado justamente por permitir o adensamento de tais relações de complementaridade e trocas internas ao processo produtivo em intensas e frequentes relações de subcontratação e conformação de parcerias e cooperações, obviamente convivendo com a competitividade aumentada do neoliberalismo. Neste contexto, Michael Storper (1997) procura enfatizar as relações pessoais informais e tácitas (frequentemente inseridas nas relações interfirmas), dizendo que elas são específicas de cada região, entendendo as “regiões como relações e convenções”. Storper se baseia também na contribuição das teorias da *dependência da trajetória* para a compreensão da dinâmica de desenvolvimento socioeconômico-espacial das regiões. Muito basicamente, este corpo teórico procura abordar o percurso histórico de determinado contexto regional de forma distinta da economia neoclássica (que se baseia nos atributos e recursos exploráveis disponíveis atualmente), reafirmando a importância de certos eventos aleatórios ocorridos no passado que influenciam diretamente o que viria a ocorrer em momentos posteriores naquela região.

Deste modo, o contexto regional atual deve ser entendido a partir desta apreciação das especificidades do percurso sócio-histórico, enfatizando seus pontos de inflexão determinantes do que viria a ocorrer em seguida. Cada região teria assim seu “sistema regional específico”, construído a partir da “dependência da trajetória” e que constituem “mundos regionais de produção”, com suas relações e convenções (tácitas) que lhe são únicas e apropriadas, e principalmente, com suas “interdependências não-comercializáveis” (as próprias redes de relações e convenções constituídas ao longo do tempo, assim como as externalidades positivas advindas da proximidade de fornecedores, clientes, pesquisadores, financiadores etc.), que se tornam ativos importantes para a esfera produtiva. O ressurgimento e o refortalecimento das economias regionais para Storper ocorrem justamente neste contexto de maior importância das economias externas devido ao aumento da incerteza, do risco e da instabilidade por trás da exigência de flexibilização, que faz com que estas diversas relações tácitas e externas às firmas (que passam a ter um papel central e decisivo) se tornem ativos específicos das regiões, dificilmente codificáveis e transferíveis para outros contextos regionais. Storper propõe

a economia como relações, os processos econômicos como conversações e coordenações, os sujeitos dos processos não como fatores mas como atores humanos reflexivos, tanto individuais quanto coletivos, e a natureza da acumulação econômica não como ativos materiais, mas como ativos relacionais (STORPER, 1997, p. 28. Grifo do original).

Convenções e relações sempre foram elementos centrais na distinção das economias de cidades grandes e médias. Porém, de diversas formas, sua importância está crescendo devido ao enorme salto na reflexividade econômica a qual nos referimos (...). *Dimensões importantes e distintas desta reflexividade, tanto na produção quanto no consumo, na manufatura e nos serviços, ocorrem nas cidades; elas são dependentes das relações concretas entre pessoas e organizações que se formam nas cidades; e elas são coordenadas por convenções que têm dimensões especificamente urbanas e ademais são frequentemente diferentes de uma cidade para outra.* Especificamente, as cidades são locais privilegiados para as partes das atividades manufatureiras e de serviços onde a reflexividade é posta em prática (STORPER, 1997, p. 222. Grifo do original).

A organização da reflexividade é primordialmente, embora não exclusivamente, urbana. Isto acontece porque a reflexividade envolve relações complexas e incertas entre organizações, entre partes de organizações complexas, entre indivíduos, e entre indivíduos e organizações, onde a proximidade é importante devido à incerteza e à complexidade substantivas de tais relações. Estas duas características de relacionamentos frequentemente requerem que elas sejam imersas ou em relações diretas e concretas entre indivíduos ou que elas sejam levadas a cabo de acordo com rotinas ou convenções construídas localmente que permitem que os atores envolvidos nestas relações complexas progridam sob condições de grande incerteza ou complexidade substantiva. Em outras palavras, o tecido transacional dessas atividades urbanas é de natureza relacional/convenção, e é urbano porque certas convenções e relações só funcionam em contextos de proximidade (STORPER, 1997, p. 245).

Ou seja, a localização se torna um insumo fundamental nestes setores de ponta. Ao contrário do declínio de importância da geografia, muito discutido no período em que as novas tecnologias de comunicação e de transportes começaram a se tornar mais acessíveis e generalizadas, reafirma-se justamente o contrário, ou seja, a sua centralidade no capitalismo (também ressaltada na abordagem de Saskia Sassen (1998; 2001) acerca da cidade global). Nos termos da abordagem de David Harvey em diversas de suas obras, a competição por espaço se torna uma busca por vantagens competitivas que podem resultar em maior poder de mercado na direção de uma condição monopolista (ou de concorrência monopolista⁴⁸), através da própria vantagem locacional adquirida (que tende a envolver, na economia imaterial urbana, uma *vantagem relacional*, ligada aos vínculos relacionais que a proximidade pode fornecer). Nisso, o solo urbano situado nos territórios vinculados a estenexo econômico de alto valor agregado ganha poder de mercado, e se torna uma oferta inserida num padrão de concorrência monopolista ainda mais acentuado que anteriormente, ampliando sua capacidade de extração de renda da terra, fundamental no processo

⁴⁸ Estrutura de mercado em que a oferta é caracterizada por produtos que são similares mas com características distintas o suficiente para serem tratados como únicos, portanto sem concorrência, como é o caso dos imóveis.

de aprofundamento da financeirização do mercado imobiliário – que se torna, ao fim e ao cabo, a financeirização da própria cidade.

Outra característica desta economia imaterial urbana é seu descolamento em potencial de bases e restrições materiais e da própria complementaridade com outros blocos da cadeia produtiva maior. A partir de fluxos de recursos e rendimentos advindos do próprio setor financeiro, além da base mais ampliada dos demais setores em períodos de expansão, a geração de valor agregado nos serviços depende de um aspecto tratado na teoria econômica neoclássica como “disposição a pagar” por parte dos consumidores, em que os agentes racionais situados no lado da oferta tendem a empurrar preços para o alto até que se atinja um limite crítico a partir do qual a demanda deixa de existir (Varian, 2000, p. 273; p. 466). A respeito desta elaboração, é necessário abrir uma pequena digressão para frisar que a mobilização deste corpo teórico em algumas partes do texto se deve a sua efetiva aplicação em função de condições criadas, num formato de “profecia autorrealizável” semelhante às “leis” da oferta e da demanda, que a partir de certas condições institucionais e jurídicas básicas garantidas, se tornam uma verdade fabricada - como demonstrado em sua constituição histórica, a partir do caso inglês, por Thompson (1998).

A atuação destes ofertantes no plano da esfera simbólica é fundamental nesta criação de valor agregado ligada a uma tentativa de aumentar tal disposição a pagar até que ela atinja seu ponto máximo possível dentro de determinada restrição orçamentária do consumidor. Produz-se valor subjetivamente, a partir da produção imagética, da percepção subjetiva acerca de determinado serviço prestado, onde os limites se encontram fora do próprio circuito, nas condições de ordem mais estritamente econômica que determinam a ampliação ou a diminuição das restrições orçamentárias por parte dos demandantes. Procura-se alterar as estruturas de mercado em que os ofertantes situam-se, buscando criar – daí a profusão do termo *diferenciação* – condições mais favoráveis, as mais próximas possíveis da oferta monopolista, para que o produtor possa aproveitar de uma capacidade de aumentar preços de acordo com o ganho de poder de mercado auferido através desta diferenciação, muitas vezes através da produção subjetiva/simbólica⁴⁹. O alto coeficiente intelectual utilizado no terciário muitas vezes se insere neste nexos, é usado como forma de se criar valor agregado. O espetáculo (Debord, 1997) e o simulacro (Baudrillard, 1981) instrumentalizados pelo mercado tornam-se elementos fundamentais neste quadro, por ajudar a criar realidades subjetivamente aumentadoras do valor e da disposição a pagar por parte de

⁴⁹ Tema que será retomado em termos mais amplos e aprofundados no próximo capítulo.

consumidores em potencial, muitas vezes movidos por uma busca pela *distinção* através da aquisição de maior *capital cultural* (Bourdieu, 2007).

O próprio mercado imobiliário situado nos territórios de grande concentração deste circuito do terciário avançado passa a atuar nestes termos, inserindo uma dimensão subjetiva no seu processo produtivo, buscando transformar a imagem dos espaços que constroem de forma a potencializar seu valor agregado. O que inclui uma atuação na escala urbana, em projetos não somente de infraestrutura, como no caso clássico da facilitação de acesso viário através do poder público, por exemplo, engendrando valorização imobiliária apropriada por agentes privados, mas neste novo nexo através de projetos de requalificação urbanística que gerem externalidades capturadas na própria valorização dos empreendimentos imobiliários situados em seus entornos. Ressalta-se que a própria potencialização do valor agregado nos serviços descrita acima é em grande medida direcionada à renda da terra, na medida em que o *landlord* urbano atuando num ambiente desregulado (sem controle de aluguéis como política pública urbana, por exemplo), precifica sua oferta de acordo com a capacidade de auferir rendimentos de seus próprios locatários. Nisto, cria-se uma canalização de parte substancial do valor adicionado na economia imaterial urbana na direção da remuneração de uma renda da terra potencializada por esta própria base, que por sua vez tem na localização um insumo fundamental e inescapável para sua realização, aumentando o poder de monopólio do *landlord* rentista.

Outro aspecto deste mecanismo, que constitui parte do que a discussão contemporânea denomina de *gentrificação*, é a busca de algumas porções dos capitais imobiliários por grandes diferenças entre o nível de renda da terra praticado em determinada localidade e o potencial que ele pode alcançar efetivamente a partir de processos de transformação e requalificação desta área. Geralmente esta lógica se aplica a espaços considerados *degradados*, *desvalorizados*, em necessidade de *revitalização* – justamente pelo valor imobiliário muito abaixo das médias que tendem a ser observados nestes locais. Como já abordado por um leque ampliado de estudos com empirias diversas, situadas tanto no cenário latinoamericano quanto no norte global, e a partir de abordagens analíticas distintas, os processos de renovação e requalificação urbanística ganham legitimidade através do discurso do embelezamento, da higienização, da modernização, da atualização – e se dirigem, economicamente, à criação de potenciais de valorização destas áreas, criando estas grandes diferenças em potencial entre o custo inicial rebaixado e o valor final aumentado pelos projetos urbanos. Neil Smith (1987) denomina esta diferença como *rent gap* (*gap fundiário*, ou *hiato rentista*), que se traduz em lucros acima das médias praticadas pelo mercado,

maiores de acordo com o tamanho da diferença intertemporal entre os valores praticados e o impacto do próprio processo de gentrificação no aumento dos preços.

A entrada da arte nesta ciranda ocorre de forma ambígua e múltipla: aponta, em termos econômicos, como setor de atividade dos serviços que funciona como qualquer outro e se insere no circuito dos subsetores do terciário junto com as demais atividades, inclusive criando relações de complementaridade e subcontratação com elas; e é instrumentalizada como forma de agregação de valor e busca de renda de monopólio como na lógica acima, portanto, como forma de incremento na própria renda da terra (Harvey, 2012, p. 90-96). A presença de galerias e museus em determinada área gera externalidades diretamente apropriáveis pelos capitais imobiliários, e muitas vezes é usada de forma instrumental direta justamente nas frentes de gentrificação operando na lógica da produção do *gap fundiário* descrito acima. Em inúmeros casos, muito frequentes em grandes cidades do norte global, mas que também aparecem de forma pontual na metrópole brasileira, a gentrificação se efetiva a partir do uso e da apropriação de determinadas áreas desvalorizadas pelo mercado e com valor cultural e estético⁵⁰ por grupos de artistas em busca de espaços baratos. Este movimento faz com que eles sejam instrumentalizados como uma frente inicial de transformação e requalificação que eventualmente engendra uma valorização apropriada pelos proprietários e agentes imobiliários, que termina por expulsar os próprios artistas destes locais para outras áreas mais baratas, tornando-se novas frentes criadoras de ciclos semelhantes noutras localidades, e fazendo destes grupos agentes indiretos destas transformações.

Por um lado, a cultura do consumo que se aprofunda e se diversifica de forma acentuada na metrópole brasileira pós-1980, tendo na própria cidade grande um agenciamento importante, cria uma das fronteiras alimentadoras da economia imaterial urbana justamente através da espetacularização, da instrumentalização de identidades e da produção simbólica, atuando como combustível na incessante busca por distinção através inclusive da acumulação de capital cultural. O apelo imagético do espetáculo publicitário atinge a todos na cidade, acentuando a violência da desigualdade ao não restringir a produção de desejos àqueles que se situam no ciclo restrito dos que podem efetivá-los, e/ou engendrando um apelo a mais para a inserção (muitas vezes, mas não necessariamente, heterônoma) dos que estão de fora em pontas mais acessíveis deste circuito. O caráter insaciável e inerentemente renovável do consumo contemporâneo cria um dos mecanismos

⁵⁰ Além, muitas vezes, da adequação de espaços arquitetônicos às necessidades destes grupos, como foi o caso do surgimento do *loft* como espaço de moradia valorizado pelas camadas de alta renda, a partir de seu uso como espaço de ateliê e de moradia ao mesmo tempo para artistas diversos nas partes de Manhattan que passavam por processos de desindustrialização nas décadas de 1970 e 80.

que sustenta a produção e o labor igualmente incessante e renovável, como num enxugamento de gelo, de partes importantes da economia imaterial urbana.

Por outro lado, a arte, enquanto produtora de valor de uso, de forma separada da cesta de atividades ligadas ao consumo mais diretamente vinculados à produção intensificada de valores de troca, entra nos mecanismos ampliados da economia imaterial urbana num formato dialético e contraditório paralelo ao da própria cidade em sua relação com a reprodução ampliada do capital: torna-se essencial ao mesmo tempo em que cria riscos e aberturas para sua superação. A arte cria aberturas em potencial por poder levar na direção de outras subjetividades, em escapatórias da subjetivação hegemônica (discutida no próximo capítulo) através de produções e agenciamentos outros. Ainda que de forma indireta, ou seja, não necessariamente através de representações engajadas, e pela produção de sensibilidades que permitem a abertura para se escapar de subjetivações reativas e fechadas, ou da transformação de olhares e formas de percepção do concreto e do sensível (ou mesmo do subjacente), aponta-se na direção de *outros mundos possíveis*, afetando primordialmente aqueles com uma disposição prévia a enxergar tais aberturas de forma construtiva.

Rancière (2009) propõe uma crítica da crítica marxiana da representação como uma postura elitista que pressupõe a ignorância e alienação do espectador – inclusive em Guy Debord e sua abordagem acerca do espetáculo – nos termos desta capacidade disruptiva da arte de retirar o espectador de seu lugar e leva-lo a outros. O artista se torna aqui semelhante ao “professor que não ensina *seu* conhecimento a seus alunos, mas os ordena a entrar na floresta de coisas e signos, dizer o que viram e o que pensam a respeito do que viram” (p.11), e emancipa-lo através da criação da capacidade de traduzir e interpretar, de fazer novas associações e construções. Neste sentido, para Rancière, o estético se torna político (e o espectador se torna emancipado) ao fazer possível um processo disruptivo de “desidentificação” do trabalhador e do indivíduo de suas funções prescritas, criando no trabalhador, através da experiência estética, um rompimento com a noção da maneira com que seu corpo deve cumprir sua função. Rancière não enxerga na representação engajada uma forma com que o espectador necessariamente vá compreender a dominação e mudar seu posicionamento político, sendo que estas representações não criam ideologias politizadas e revolucionárias, mas são sustentadas por elas. O ponto, assim, é a criação de trabalhos de ficção: “realidades distintas, formas distintas de senso comum, sistemas espaço-temporais distintos, diferentes comunidades de palavras e coisas, formas e significados” (RANCIÈRE, 2009, p. 102). De forma coerente com certas correntes do pós-estruturalismo com as quais dialogamos na

perspectiva aqui construída, aponta-se na direção de uma visão da transformação social como um processo múltiplo (e não unívoco), antitautológico, aberto em várias frentes distintas e potencialmente recíprocas, e inerentemente indeterminado, sem necessárias vinculações a formatos que suas versões históricas tomaram no passado – o que envolve uma série de novos riscos, mas também uma miríade de oportunidades renovadas.

Outro elemento intangível mobilizado no agenciamento da economia imaterial urbana, que tangencia em partes a produção cultural de forma ampla, é o conhecimento (técnico, científico, aplicado) e a informação como insumos produtivos. Trata-se de atributos daquilo que a economia neoclássica chama de *capital humano*, de forma paralela a uma visão do capital não como relação social mas enquanto *coisa*, ou seja, um conjunto de máquinas e instalações produtivas que são empregadas na produção em conjunto com o trabalho em determinadas proporções distintas. O atributo capaz de potencializar a produtividade deixa de ser o coeficiente técnico contido e mobilizado nas máquinas e na tecnologia aplicada à produção, e passa a ser um adendo do trabalho vivo. Assim, o conhecimento enquanto insumo produtivo altera a natureza do trabalho de algumas formas distintas, e sua concentração na metrópole transforma o caráter das economias urbanas do que era sua característica fundamental no período fordista-keynesiano, qual seja, justamente a indústria pesada como um elemento organizador central do espaço econômico metropolitano. Neste sentido, há uma tendência pós-industrial destas geografias econômicas bem delineadas, mas ressaltamos que elas se inserem numa divisão espacial do trabalho em constante aprofundamento, e em redes territorializadas ampliadas e que se organizam na escala da globalização, nas quais a acumulação industrial permanece central na produção de valor, na organização da produção e na consequente definição de investimentos (bem como em seus efeitos sobre o meio natural, o que constitui um dos aspectos de maior alcance e profundidade em suas consequências contemporâneas, no que diz respeito às transformações geográficas geradas pelo capitalismo atual: uma economia pós-industrial envolveria um problema ambiental de ordem muito menor). E não se trata tampouco de uma subsunção do industrial, mas sim de uma complementaridade não-hierárquica em relação aos serviços, pois estes não se sustentam sem estas ligações com a indústria de transformação. Ademais, é importante entender a pujança e o dinamismo em termos estreitos de crescimento econômico gerados pela globalização da produção como um resultado do fortalecimento desta complementaridade, que tem um caráter geográfico marcante, com um altíssimo grau de eficiência (e lucratividade) adquirido pela acumulação industrial resultante do deslocamento de sua expansão para o sudeste asiático e outras áreas onde a indústria permanece

competitiva neste novo cenário global, e as relacionadas e interligadas terciarização e financeirização das economias mais avançadas e das metrópoles dos países semiperiféricos de industrialização anterior.

É importante ressaltar a heterogeneidade que o trabalho intelectual pode assumir na prática: pode ser massificado, automatizado, estandardizado; pode ser liberado, criativo embora instrumentalizado; pode ter coeficientes variados de complexidade e de conhecimento especializado, abarcando assim ocupações, setores e atividades tanto na ponta da geração (ou fonte de canalização) de alto valor agregado, bem como aquelas que se situam no chamado circuito inferior da economia urbana, caracterizadas por baixos rendimentos/remunerações e uma situação de frequente precariedade e instabilidade. Este trabalho, para Hardt e Negri (2009), bem como em Lazzarato e Negri (2001) envolve um aspecto biopolítico, e é realizado pelo agenciamento do corpo na produção de forma distinta do trabalho industrial, que por sua vez envolve presença física e compartilhada com insumos materiais, máquinas, e outras estruturas físicas. O trabalho imaterial se torna o próprio pensar, o saber, a produção intelectual, emocional e subjetiva, não se separando assim da própria vida, sendo por isso *produção biopolítica*.

A categoria clássica de trabalho se demonstra absolutamente insuficiente para dar conta da atividade do trabalho imaterial. Dentro desta atividade, é sempre mais difícil distinguir o tempo de trabalho do tempo da produção ou do tempo livre. Encontramo-nos em tempo de vida global, na qual é quase impossível distinguir entre o tempo produtivo e o tempo de lazer. (...) Em outras palavras, pode-se dizer que quando o trabalho se transforma em trabalho imaterial e o trabalho imaterial é reconhecido como base fundamental da produção, este processo não investe somente a produção, mas a forma inteira do ciclo ‘reprodução-consumo’: o trabalho imaterial não se reproduz (e não reproduz a sociedade) na forma de exploração, mas na forma de reprodução da subjetividade (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 30).

O fato de que o trabalho imaterial produz ao mesmo tempo subjetividade e valor econômico demonstra como a produção capitalista tem invadido toda a vida e superado todas as barreiras que não só separavam, mas também opunham economia, poder e saber. O processo de comunicação social (e o seu conteúdo tornado principal: a produção de subjetividade) torna-se aqui diretamente produtivo porque em um certo modo ele ‘produz’ a produção. O processo pelo qual o ‘social’ (e o que é mais social, vale dizer: a linguagem, a comunicação etc.) torna-se econômico não foi ainda suficientemente estudado (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 47).

É assim que surge a noção da cidade enquanto “fábrica social”, pois é nela onde se concentra este transbordamento e esta mescla do trabalho com a vida, a partir da sua generalização no espaço social da metrópole, que se torna “usina biopolítica”.

A cidade industrial é uma das alavancas principais que permitem a ascensão da produção industrial. Sempre houve alguma produção dentro da cidade, é claro, como o trabalho artesanal e a manufatura, mas a fábrica transfere para lá a instância econômica hegemônica da produção. Embora o espaço da fábrica seja situado dentro da cidade, ele ainda é, contudo, separado. A classe trabalhadora industrial produz na fábrica e depois passa por seus portões, entrando na cidade, para suas demais atividades da vida. Hoje, finalmente, a *cidade biopolítica* está emergindo. Com a passagem à hegemonia da produção biopolítica, o espaço da produção econômica e o espaço da cidade tendem a se sobrepor. Não há mais os muros da fábrica dividindo um do outro, e as ‘externalidades’ não são mais externas ao local da produção que as valoriza. Os trabalhadores produzem por toda a metrópole, em suas fendas e rachaduras. De fato, a produção do comum está se tornando nada mais que a vida na cidade em si (HARDT; NEGRI, 2009, p. 251. *Grifo do original*).

Hardt e Negri enxergam a produção contemporânea não somente como uma bio-economia, um trabalho biopolítico, em função de sua mescla com o espaço-tempo da própria vida, mas veem no comum já existente uma ampla base de produções de afetos, de conhecimentos, de subjetividades, de técnicas e de informações da qual a *república da propriedade* e o capital extraem *renda* através de seus cerceamentos. Assim, o trabalho biopolítico transborda, é transbordante por natureza, sendo que tais tentativas de cerceamento já não são totalmente capazes de fazê-lo, e neste trasbordo, há vazamentos na direção da construção do comum⁵¹. Trata-se assim, para aqueles autores, de romper este elo de dominação e sucção de renda (que também, como veremos adiante, é construído de forma difusa na metrópole através da vinculação crescente entre setor financeiro e renda da terra) e promover o comum liberto através da sua produção já existente, que o capitalismo cognitivo e a produção biopolítica já constroem diariamente de forma não-rival e não-excludente. No entanto, a ideia de que a extração de renda de forma difusa toma as rédeas do processo amplo de acumulação - e nisso torna-se dominante na própria economia urbana, em detrimento do valor propriamente dito, agenciado diretamente no âmbito interno à produção como na teorização marxista clássica - envolve certa sinédoque no erro (de se tomar a parte pelo todo), ligado à identificação e à projeção exagerada de uma tendência real, mas que convive em conjunto e não substitui a proeminência do valor produzido e canalizado através do lucro advindo da produção, que não é necessariamente material/industrial. É importante não confundir a primazia

⁵¹ O produto do capitalismo imaterial tende a não ser rival, seu produto pode ser lançado para todos sem que o consumo de um indivíduo impeça outro indivíduo de usufruí-lo. É interessante notar como a internet promove estes transbordamentos – tema que será retomado no próximo capítulo – em parte através das comunidades de cooperação, como no caso do software livre, noutra através das comunidades de compartilhadores de conteúdo online, disponibilizando ampla base de “produção biopolítica” para a apropriação livre de todos.

contemporânea das finanças com uma tendência à renda se tornar também primaz diante dos lucros, pois o financeiro é alimentado por ambos. Propõe-se assim a coexistência e o reforço mútuo entre estes, sendo que tal proeminência do capital financeiro resolve o conflito clássico entre o rentismo e capital produtivo, ao agenciar ambos de forma simultânea.

Há aí, para Dardot e Laval (2014b), um paralelo não declarado com a perspectiva de P-J Proudhon, em sua crítica da leitura de Adam Smith acerca do o ganho de produtividade assistido na manufatura do século XVIII como efeito do aprofundamento da divisão do trabalho, afirmando, ao contrário, que aquele processo advinha justamente do agenciamento, da reunião ampliada de trabalhadores e máquinas num mesmo tempo-espço, e que é este aumento no grau de cooperação entre agentes que traz tal ganho, apropriado privadamente (*roubado*) pela instituição da propriedade (DARDOT; LAVAL; 2014b, p. 177). Dardot e Laval apontam também que Hardt e Negri deixam de reconhecer como a própria cooperação, a formação de redes, a complementaridade nos padrões atuais entre subsetores do terciário avançado urbano descrita acima, tida por aqueles autores como um atributo do comum em formação na metrópole como usina biopolítica da multidão, é diretamente agenciada e conduzida pela própria autoridade da propriedade do capital, além do fato de que esta ampla base produtiva é constituída por fatores construídos diretamente pelo aparato remanescente do Estado de bem estar social, em suas escolas, universidades, e centros de formação, sobretudo (DARDOT; LAVAL; 2014b, p. 185). Ademais, é importante acrescentar que, na prática, seções importantes da economia imaterial urbana do setor terciário avançado são profundamente inseridas em circuitos e cadeias geradoras de valor mais amplas que tornam o trabalho imaterial altamente remunerado, e preso nessas cadeias. Tratam-se de agentes muito diretamente beneficiados por esta inserção em cadeias e redes produtivas maiores, quando não são seus agenciadores diretos, e os próprios empreendedores *executivos*, muitas vezes, do próprio nexa da canalização de valor e do rentismo, que caracterizam a extração de excedente destas redes, criando sua reprodução de forma consciente e ativa, estando ocupados na tarefa de comando e controle destes circuitos produtivos difusos (e em grande medida com posicionamentos políticos em plena coerência com tal inserção), e não como expressão de um trabalho autônomo explorado por outrem em busca de rotas de fuga.

Entretanto, é importante reconhecer dois aspectos. Em primeiro lugar, de fato a economia imaterial e o capitalismo cognitivo envolvem certa captura de processos produzidos de forma extremamente difusa, em domínios situados fora da esfera do trabalho e da produção, aparentemente desligados de qualquer forma de mercantilização (como o simples

compartilhamento de fotografias em determinada rede social na internet, que aumenta a quantidade de uso e visitas daquele serviço, e faz com que ele se valorize indiretamente, passando a poder cobrar mais caro de anunciantes), subsumindo e se apropriando, em benefício próprio, até mesmo de mentalidades, imaginários e outros afetos coletivos. Em segundo lugar, existe efetivamente tal potencial de aberturas através da potencialização do trabalho intelectual e reflexivo operando na construção de subjetividades e na produção simbólica nas economias metropolitanas, mas ele não é nem automático e nem espontâneo, precisando ser ativamente produzido, através de formas organizativas novas, horizontais, democráticas, abertas, e com objetivos claros, tendo a definição de estratégias para alcançá-los em permanente construção. O que se opera sobretudo, como será debatido no próximo capítulo, através da constituição da alteridade operando na produção de subjetivações outras, e da construção simbólica de outros possíveis.

A cidade financeirizada

Em paralelo ao avanço do neoliberalismo em escala ampla, o capitalismo contemporâneo é marcado por uma expansão do setor financeiro e em sua proeminência política em relação a outros setores e grupos de interesse anteriormente mais fortes nos espaços de disputa entre capitais. Tanto em termos políticos quanto econômicos, no sentido da capacidade do setor de influenciar dinâmicas de diversos segmentos, as finanças se tornam o principal grupo de atividades que compõem a economia imaterial urbana dos serviços avançados descritos acima. Giovanni Arrighi (1996), em sua abordagem dos ciclos históricos de longa duração somada de uma perspectiva semelhante à da escola francesa da regulação a respeito dos regimes de acumulação e modos de regulação do capital partindo do Estado, identifica uma tendência geral à financeirização na última fase de cada um destes longos ciclos históricos hegemônicos, anunciando sua maturação e o início de seu esgotamento. Desde o início do capitalismo mercantil (que corresponde à própria gênese do capitalismo moderno nesta concepção braudeliana da história) na hegemonia de Veneza e Gênova, passando pelo período liderado por Amsterdam e posteriormente pelo ciclo do Império Britânico, todos terminaram com uma ascensão e um ganho de importância política e econômica das finanças em relação aos demais setores, sendo que a história contemporânea seria, para aquele autor, a versão deste mesmo padrão em relação ao ciclo de hegemonia do capitalismo norte-americano (o “longo século XX”).

A acentuação da concorrência no investimento produtivo engendra uma tendência de declínio na sua lucratividade que faz a reinversão de capital excedente buscar alternativas através do setor financeiro. Arrighi propõe uma versão de longo prazo do ciclo marxiano da teoria do valor, $D - M - D'$ (uma dada soma de dinheiro entra na produção de mercadorias, que por sua vez engendra uma soma de dinheiro maior que a inicial), onde a primeira fase $D - M$ corresponderia a um período histórico de predominância do investimento produtivo, e a segunda época, $M - D'$, seria justamente a fase da financeirização, de uma liquidez ampliada pela própria reprodução de capitais bem sucedida na primeira fase, direcionada ao setor financeiro em busca de outras formas de inversão lucrativa. Para Arrighi, este é o início da derrocada dos longos ciclos hegemônicos em função do caráter especulativo inerente às finanças, de seu comportamento inescrupuloso em relação ao risco, e ao fato de que crises financeiras são mais aprofundadas do que crises advindas do setor produtivo, por envolver uma destruição em larga escala de riquezas acumuladas, e um desmoronamento de estruturas interligadas baseadas em ativos líquidos e evaporáveis (como foi, em certa medida, a crise de 2008, que envolveu o desmonte de amplas relações de crédito passadas adiante sob a forma de títulos e baseadas na pura valorização mal sustentada dos ativos financiados, justamente o estoque imobiliário norte-americano financeirizado em hipotecas de baixa credibilidade).

No entanto, para além desta tendência estrutural identificada por Arrighi, e que implica um processo contemporâneo de passagem da hegemonia norte-americana para um ciclo centrado na Ásia e com características multipolares ainda em definição, é importante ressaltar que esta transformação foi ativamente construída e conquistada a partir de uma série de eventos históricos marcantes na transformação do capitalismo posterior às crises da década de 1970. Tratam-se de agentes bem definidos que executam e operacionalizam tal movimento mais ampliado de financeirização das economias modernas, onde a alavancagem financeira e o tamanho da fatia que o setor representa em relação aos demais setores (extrativos, agropecuários, industriais e os demais serviços) aumenta de forma expressiva, em função da própria alavancagem⁵². Neste processo, cria-se a possibilidade do mercado de capitais entrar de formas diversas em inúmeros setores de atividade, ampliando sua atuação e sua vinculação – que constrói canalizações de mais-valor na sua direção –, no limite da direção da totalidade das atividades econômicas. Há também uma tendência à formação de monopólios e cartéis em setores diversos, como apontado em 1910 na

⁵² Ou seja, a quantidade de ativos financiados por determinada instituição financeira, aos quais há uma relação de dívida com terceiros e uma amortização correspondente.

obra clássica de Rudolf Hilferding (1985 [1910]) a respeito do capital financeiro e seus vínculos com o capitalismo monopolista que se fortalecia naquele período, devido ao fato de que as finanças operando no comando e controle de firmas diversas e concorrentes têm interesse que elas se unam num só agente (mesmo que não seja de interesse de seus controladores individuais, como era muito comum naquele período histórico), com economias de escala ampliadas e um poder de mercado fortalecido. Em síntese, numa interpretação que se aproxima daquela de Harvey (2005), para Dumenil e Levy (2004, p.1-2), o “neoliberalismo é a expressão de um desejo de classe dos proprietários capitalistas e das instituições onde seu poder se concentra, que coletivamente chamamos de ‘finança’, sendo que este desejo é o de restaurar (...) a renda e o poder desta classe”.

A financeirização é, deste modo, a construção ampliada e diversificada destes canais por onde passam fluxos de mais-valor, lucros e renda advindos de fontes diversificadas e difusas. Tais rendimentos remuneram capitais também angariados e mobilizados de forma ampliada, como na criação de fundos de investimento fácil e amplamente disponíveis para correntistas de grandes bancos comerciais, ou na mobilização de fundos de pensão⁵³ com grandes quantidades de recursos disponíveis para investimento de longo prazo – tornando a poupança de aposentadoria de uma grande quantidade de trabalhadores diretamente empregada no investimento em formas diversas de capitais, com variadas exposições a graus distintos de risco e retorno. Esta presença crescente e o ganho de protagonismo das finanças em busca de oportunidades de investimentos faz com que sua atuação se espalhe e passe a operar na produção de condições para sua própria entrada em domínios anteriormente isolados de sua influência – o que é o caso das parcerias público-privadas na gestão pública obrigada a buscar recursos alternativos em função das restrições orçamentárias produzidas pelo seu próprio endividamento, e gerando oportunidades de investimento privado em estruturas coletivas que vão desde estádios de futebol de propriedade pública ao caso extremo dos presídios⁵⁴. Gera-se consequências também no formato de atuação dos próprios agentes econômicos, sobretudo as grandes empresas que criam tais vínculos com os mercados de capitais e aprofundam seu nível de alavancagem financeira, fazendo com que elas atuem em função de um padrão de remuneração do investimento (e do acionista) ligado ao valor presente de ganhos futuros.

⁵³ muitas vezes públicos, de empresas estatais ou entidades de direito público diversas, que criam seus próprios fundos previdenciários atuando como instituições financeiras privadas.

⁵⁴ Em 2009 o estado de Minas Gerais se tornou o primeiro do Brasil a adotar o modelo de Parcerias Público-Privadas para a construção e a operação de presídios, com um regime de concessão de vinte e cinco anos, prorrogável por mais dez. O primeiro complexo penitenciário operando sob este novo modelo foi inaugurado em 2013 no município de Ribeirão das Neves, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, com capacidade para mais de 3 mil detentos homens, sendo que atualmente existem mais seis grandes complexos em fase de planejamento neste mesmo formato.

Ou seja, busca-se construir formas de se garantir a permanência e a reprodução de fluxos futuros de lucratividade, que podem ser comercializados como ativos financeiros presentes nestes novos mercados.

A difusão, a extensão e o aprofundamento destes canais de extração de valor e renda agenciados pela proeminência do setor financeiro e incentivado diretamente pelo Estado (como no Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV, dentre outros exemplos de casos específicos diversos), que têm uma dimensão geográfica clara, ocorre através de redes de agentes interligados e situados em esferas diversas de atuação, e com graus distintos de poder efetivo. O produto deste processo também é a formação de redes, de outro tipo, na direção do dispositivo social que atua através de instituições e relações sociais de forma análoga a uma rede infraestrutural, de canos na cidade, por exemplo. Trata-se de uma tecnologia social mobilizada na extração difusa e de canalização de valor e renda através das finanças e em sua direção. A profusão de setores de ponta internos às finanças, que atuam na busca por oportunidades de investimento em territórios ampliados e diversos da acumulação no âmbito da economia real, seja nos bancos de investimento de portes diversos, e/ou nos fundos de *private equity*⁵⁵ que se multiplicam em escala e escopo, são exemplos dessa engenharia das redes de canais que efetivam as ligações difusas com as finanças, neste caso no âmbito da produção, envolvendo a extração de valor. Padrões semelhantes ocorrem na ponta do crédito, na busca por novas formas e mercados para a ampliação da concessão de financiamentos de forma ampla e do endividamento, que também constituem redes semelhantes, mas no domínio da renda, na remuneração de juros ao capital financiador.

Deste modo, as formas de endividamento e alavancagem também se diversificam, aumentando a importância dos mercados de capitais como fonte de recursos para os grandes agentes econômicos – em que o alto grau de participação de capital imobilizado em seus ativos torna este acesso ao financiamento mais atraente. E surgem inúmeras formas de inovações financeiras, como os derivativos nos mercados de opções e futuros (que permitem a comercialização do direito de comprar ou vender determinado ativo financeiro por determinado preço em determinada data futura, abrindo a possibilidade de os investidores se protegerem de eventuais dinâmicas de desvalorização abrupta, mas ao mesmo tempo criando um enorme campo

⁵⁵ Tratam-se de fundos de investimento abertos à adesão de investidores privados de portes variados e que buscam, através de trabalhos ativos de prospecção, fontes de capitais interessados em aderir aos fundos e oportunidades de inversão em firmas com potencial de expansão, algumas vezes tornando estas empresas prontas para atender aos requisitos de entrada nos mercados de capitais abertos e posteriormente transformando-as em sociedades anônimas com ações em bolsa.

de atuação para capitais especulativos mais agressivos), e os instrumentos de securitização diversos, em que dívidas (inclusive promissórias de terceiros) podem ser transformadas em ativos financeiros comercializáveis. Há assim, uma transformação de ordem qualitativa nas finanças, acompanhada de um aumento significativo de sua atuação através da expansão do próprio crédito. As consequências de tal fato são de grande envergadura: a própria crise financeira de 2008 é diretamente ligada a esse aprofundamento da financeirização e à ampla diversificação de novas formas de atuação das finanças, aspecto que será discutido adiante.

Neste crescimento do nível de endividamento global, a dívida de governos é um fator central, pois cria um grande mercado de ativos com alto potencial de remuneração para estes capitais privados, ao mesmo tempo em que se engendra uma forma de controle político das decisões públicas. A ameaça constante⁵⁶ do credor exigente e chantagista se torna um dos diversos fatores por trás do distanciamento das decisões de política econômica das demandas democráticas, e de forma mais ampliada, provê combustível à própria crise de representação que caracteriza o governo neoliberal e constitui um dos traços marcantes do Estado promotor do neoliberalismo. Na história da construção da estabilidade econômica posterior ao desmonte do modelo de regulação anterior gerado pela crise da década de 1980, o setor financeiro financiador daquele projeto lucrou somas bastante significativas de recursos. A altíssima taxa de juros praticada nos primeiros anos posteriores ao plano real como forma de manter a moeda forte em relação ao mercado cambial internacional – que por sua vez atuaria de forma bem sucedida no combate à inflação – transferiu diretamente recursos do contribuinte ao credor do setor público em quantias consideráveis. Desde então, é possível traçar uma história dos ajustes neste modelo, que permanece em cena no que diz respeito a suas regras básicas de funcionamento, traçadas em função da necessidade constante de financiamento da dívida pública em escala macro.

Esta primazia do setor financeiro que acompanha a evolução e a realização do projeto neoliberal (e da globalização) opera na metrópole de diversas maneiras. Como exposto acima, a economia metropolitana das últimas décadas é marcada por uma transformação na direção da proeminência do setor terciário em sua estrutura produtiva, constituindo uma ampla base de atividades diversas e interligadas, atuando em sintonia com os moldes da produção flexível do pós-fordismo, com intensas relações de subcontratação, e aprofundando sua dependência da localização

⁵⁶ De fuga de capitais e ataques especulativos que ocasionam desvalorizações cambiais abruptas e podem caminhar na direção do mesmo processo que gerou a crise da dívida (combinando recessão e alto desemprego com hiperinflação) em grande parte da América Latina no início da década de 1980, atualmente em operação em partes da periferia europeia, em países como Grécia, Portugal e Espanha.

física na própria cidade. Este último fator, como já exposto, aumenta o grau de mercantilização do solo urbano, engendrando um ganho de poder de mercado a seus detentores e promotores, que buscam através da diferenciação (semelhante a diversos setores da própria economia imaterial urbana que constitui a base da qual o imobiliário passa a extrair grande parte de seus rendimentos), se aproximar o máximo possível de um poder monopolista de definição de preços.

A partir deste nexos, o neoliberalismo urbano baseia-se numa lógica econômica que promove a financeirização da cidade, que fomenta e pega carona na valorização imobiliária e se agencia através de um fortalecimento do poder de fogo dos capitais imobiliários na conformação da política urbana e de uma forma de planejamento voltada para o abastecimento deste mecanismo através de projetos e planos urbanos diversos, sendo o processo de gentrificação a frente de expansão territorial de um meio urbano ultravalorizado que este modelo de planejamento busca promover.⁵⁷ Os serviços avançados que compõem a economia urbana nos pilares deste mercado imobiliário inflado abarcam atividades de apoio direto à organização do comando e controle da esfera produtiva, que se posicionam na ponta de canais diversos de valor extraído da produção, da distribuição e do consumo, recebendo fluxos de lucros e dividendos oriundos de capitais de diversas naturezas e de grande alcance e elasticidade territorial. O setor financeiro é a expressão máxima deste padrão de canalização de valor advindo de fontes diversificadas, abarcando atividades desde a indústria até a mobilização da renda da terra, que permite uma criação de vínculos extrativos de valor com a economia urbana de forma ampla e difusa. A hegemonia do setor financeiro passa pelo poder de criar tais vínculos e estas estruturas de canalização de mais-valor na sua direção (reiterando que tem-se no financiamento do próprio Estado um elemento importante de geração de rendimentos e reprodução de seus capitais, que é também uma forma de ampliar essas redes e canais). As ligações diretas e indiretas das atividades econômicas ao mercado de capitais se ampliam em escala e escopo, se fazendo presentes num número crescente de setores de atividade, e aumentando este fluxo de lucratividade e rendimentos recolhidos e canalizados na direção da remuneração do setor financeiro, através da ampliação do alcance da própria rede constituída por tais ligações. E seja através do alto nível de remuneração de suas atividades, ou de participações mais diretas nos investimentos, há um conjunto de atividades econômicas de apoio direto a esta lógica de ampla financeirização que também participa, em graus diversos de inserção,

⁵⁷ As causas práticas da valorização imobiliária recente são diversas, abarcando elementos macroeconômicos e demográficos (ver Magalhães; Tonucci; Silva, 2011). Sua interação com a política urbana no formato de aproveitamento e promoção desta valorização tem um ponto de partida importante nesta dinâmica mais ampla.

deste grupo para o qual flui a extração de mais-valor, e abrange o leque mais amplo de subsetores do terciário enumerado acima.

Se esta nova economia urbana é sustentada por fluxos de renda em parte advindos de outros espaços, o setor imobiliário cria um mecanismo semelhante em relação aos serviços avançados: apreende parte dos valores que ele extrai de uma base produtiva maior através da remuneração da renda da terra, criando oportunidades para o capital rentista organizado no setor imobiliário em novos patamares. E neste processo, este espaço urbano transformado em mercadoria, produto do capital imobiliário, se torna também um produto financeiro, um título lançado no mercado e que concorre com outros papéis – desde ações até títulos de dívida pública ou derivativos diversos. Nisso, há um processo de financeirização do espaço urbano que é mais aprofundado que a simples vinculação do imobiliário ao mercado de capitais, pois trata-se de uma abertura para que o setor financeiro atue na própria cidade transformada em *fábrica social*, tendo a renda da terra como uma forma de canalização de valor da economia imaterial urbana do terciário avançado.

Como colocado por Hardt e Negri, “a metrópole está para a multidão da mesma forma que a fábrica estava para a classe operária industrial”, sendo que enquanto “a fábrica gerava lucro, a metrópole gera renda” (HARDT; NEGRI, 2009, p. 250), na forma da renda da terra capturada nos canais difusos produzidos pelo capital imobiliário, ou sob outras entradas da financeirização no espaço econômico desta *fábrica social* metropolitana. Ou seja, há um passo adiante no encadeamento da canalização de valor: da esfera produtiva como um todo na direção dos serviços avançados (que já inclui neste elo grandes porções do setor financeiro), para a renda da terra que sustenta materialmente a localização destas atividades altamente dependentes dos núcleos metropolitanos, para o mercado imobiliário financeirizado. Nesse sentido, há que se avaliar tanto a própria valorização imobiliária quanto a canalização de rendimentos para a renda da terra urbana através deste novo vínculo, e este é um processo-chave da cidade do neoliberalismo, potencializado por ela e constituindo suas bases. E no contexto da metrópole brasileira, a forte desigualdade no acesso à terra cria uma condição de desigualdade no próprio endividamento e nas *relações sociais de financeirização*, sendo este acesso à propriedade privada do solo e do imobiliário uma forma de operação da ampliação do alcance (acentuado pela ausência de alternativas de acesso à moradia, na medida em que a política habitacional em si se assenta sobre a generalização do acesso através da promoção da aquisição da propriedade individual) destas relações de dívida, que correspondem ao fim e ao cabo à produção de vínculos de remuneração rentista. O grande contingente de informalidade no mercado imobiliário metropolitano tende a não entrar nos canais formais de

financeirização, justamente em função da ausência de um pré-requisito fundamental no processo (que tem como ponto de partida uma relação contratual), que é justamente o título de propriedade do imóvel. Este é uma questão a ser observada nos casos mais avançados de regularização fundiária em áreas urbanas, sobretudo em regiões de maior pressão advinda da valorização imobiliária, que tendem a situar-se justamente nas metrópoles: se o mercado formal tenderá a “subir o morro” e lançar aquelas propriedades no contingente de ativos vinculados ao setor financeiro. No entanto, mesmo sem a presença dos vínculos financeiros, a valorização imobiliária em si também se faz presente nos mercados dos circuitos informais, gerando dinâmicas parecidas de apropriação aumentada da renda da terra, operadas por agentes de mercado informais, cujos efeitos só podem ser avaliados com precisão com olhares mais pormenorizados em pesquisas mais aprofundadas nestes recortes⁵⁸.

Na medida em que o próprio solo urbano tornado mercadoria de um mercado em concorrência monopolista, ou seja, com grande poder por parte dos ofertantes de definição de seus próprios preços e portanto com grande capacidade de angariar maiores rendimentos⁵⁹, a política urbana passa a atuar em função da maximização do somatório desta valorização fundiária, parcialmente em função do imperativo, de ordem transescalar, da busca por vantagens comparativas como forma de promover o crescimento econômico urbano. O potencial de criação de renda fundiária diferencial a partir de atributos adicionados tanto fisicamente quanto no fortalecimento da própria densidade relacional apropriada pelo terciário avançado, tende a ser aproveitado ao máximo possível por parte de agenciamentos advindos de uma simbiose capital-Estado mais aprofundada. O resultado é um reforço da tendência excludente inerente à cidade capitalista, na medida em que esta busca pela maximização da valorização agregada do solo urbano tende a lançar a população de baixa renda para vetores distantes, pois sua presença em locais de grande potencial de valorização tende a diminuir este potencial. Também produz-se espaços como ativos financeiros comercializáveis que entram em circuitos especulativos separados do uso dos imóveis, resultando num aumento da quantidade de unidades residenciais e comerciais vazias, ou utilizadas parcialmente, de propriedade de investidores e especuladores imobiliários apostando na

⁵⁸ Como abordados no amplo trabalho de pesquisa de Pedro Abramo em torno do tema. Dentre vários outros estudos de sua autoria a respeito destas dinâmicas, ver Abramo (2003).

⁵⁹ Lucro no caso da comercialização, renda no caso dos aluguéis, sendo que a mais usual amortização de longo prazo envolve ambos, através dos juros. A remuneração da amortização imobiliária envolve um somatório de fatores, que incluem a renda fundiária paga ao proprietário do terreno (em função do preço da propriedade privada do solo), a compra do ativo imobilizado na construção pago à incorporadora, e os juros em si, pagos ao capital que concede o financiamento.

valorização de médio e longo prazo de seus imóveis em patamares superiores a outros ativos financeiros quaisquer (o que, em períodos fora de crises, tende a se concretizar em função da própria política urbana atuando a favor deste ciclo e direcionando investimentos públicos que geram externalidades positivas na direção da valorização destes ativos privados)⁶⁰.

O processo de financeirização, entendido como uma tomada da hegemonia por parte do capital financeiro, envolve um enfraquecimento do conflito clássico entre agentes rentistas e o capitalismo produtivo (já indicado acima), que gera consequências políticas importantes para este nexos de fomento à valorização fundiária vinculado à financeirização da cidade. Como o setor financeiro cria vínculos de canalização de mais-valor tanto com um amplo leque de atividades econômicas, que na metrópole inclui tanto a economia imaterial urbana que ajuda a sustentar a renda da terra quanto os próprios setores do capital imobiliário que a sugam do circuito de valorização através da produção (ainda que majoritariamente intangível), a hegemonia do setor financeiro esvazia o conflito entre estes dois grupos subsumidos.

É interessante notar como em grandes cidades dos países de centro esta dinâmica se faz presente no esvaziamento de formas diversas de políticas públicas estruturadas pela hegemonia anterior do capital produtivo na direção de minimizar a renda da terra (através do provimento direto de habitação de interesse social, do controle de aluguéis, do aluguel social provido pelo Estado, do fomento a cooperativas de habitação popular não gerenciadas pelo Estado, dentre outras modalidades, ainda presentes, com menor poder de fogo diante da pujança do processo de neoliberalização, em diversas localidades - sobretudo na Europa ocidental, nos países escandinavos⁶¹ e em outros formatos, mais diretamente ligados ao socialismo autoritário e

⁶⁰ Segundo o Censo Demográfico de 2010, havia naquele ano no Brasil um total de 6,1 milhões de domicílios vagos. O déficit habitacional total no mesmo ano, segundo estudo da Fundação João Pinheiro, era de 6,49 milhões de moradias, sendo o déficit nas regiões metropolitanas de 3,42 milhões de unidades.

⁶¹ Um exemplo da escala desta experiência no norte europeu é o *Miljonprogrammet* sueco (“Programa do milhão”), o projeto de construção de um milhão de unidades residenciais conduzido naquele país entre 1965 e 1974 como uma forma de garantir o acesso à moradia para a população como um todo, em moldes diversos de acesso e posse que não passavam pela aquisição e o financiamento da propriedade privada individual. Naquele momento, aquele país era habitado por 8 milhões de pessoas. Seria o equivalente de cerca de 25 milhões de moradias construídas por um programa habitacional na escala nacional no Brasil hoje (sendo que nossa renda per capita atual é de aproximadamente 60% do patamar onde a Suécia se encontrava naquele período, o que envolveria, neste ajuste, 15 milhões de unidades, aproximadamente o dobro de nosso déficit habitacional atual). Obviamente, é necessário considerar também os aspectos urbanísticos problemáticos, centrados no modelo do conjunto habitacional modernista de larga escala, que projetos deste tipo envolveram, mas em grande medida já abordados por projetos de requalificação, reconstruções e reajustes por parte da política habitacional destas localidades desde então – justamente o contrário do que ocorre em relação ao MCMV, no que diz respeito a seus aspectos urbanísticos, ligados à produção massificada de unidades homogêneas, sem diversidade de uso, e sem qualquer preocupação com a construção de *cidades* (ver Amore et al, 2015).

centralizado, na China). Trata(va)-se de um modo de atuação do Estado keynesiano diretamente associado ao capital industrial que encara a renda da terra nos termos do conflito clássico com a aristocracia improdutiva antiga, cujos *landlords* sugavam parcelas da renda gerada na produção simplesmente em função de suas inserções enquanto proprietários. Reduzir ao mínimo possível a renda da terra *sugada* através de políticas que resultem, ainda que indiretamente, em *menor valorização fundiária* como um objetivo público de bem estar social era, nestes termos, uma política keynesiana de potencialização da demanda efetiva que se reverte aos capitais produtivos (sobretudo industriais) na forma do consumo mais elevado. Ou seja, não se tratava ali de uma política anticapitalista, o que não seria verdade nas condições atuais, no contexto da hegemonia do capital financeiro que promove ativamente a valorização fundiária como parte de uma apreciação geral de seus ativos, e logo, de seus rendimentos⁶². Considerar o caso brasileiro em que tal conflito entre *landlords* aristocratas e o capital (industrial) produtivo nunca foi forte o suficiente ao ponto de se traduzir numa formatação de políticas públicas a favor do segundo grupo é fato bastante revelador das especificidades de nossa formação social e, neste caso, dos grupos que compõem seus estratos de maior poder econômico e político⁶³. A ausência histórica desta disputa envolve consequências cristalizadas tanto em nossos ambientes construídos na metrópole quanto na paisagem social do meio rural (ainda) marcado por um altíssimo grau de concentração fundiária.

Outro efeito importante da transição do capitalismo keynesiano ao modo de regulação pós-fordista e neoliberal neste contexto da relação com o investimento no capital imobiliário é o fato de que o gasto macroeconômico contracíclico anteriormente praticado deliberadamente pelos governos centrais⁶⁴ atenuava os ciclos de valorização e desvalorização do mercado de propriedades imobiliárias (HARVEY, 2012, p. 44). A saída de cena deste efeito indireto da política macroeconômica em moldes keynesianos traz consequências importantes para a forma com que a desvalorização imobiliária abrupta se desdobra, gerando impactos muito mais significativos, tal qual aquele assistido na crise financeira de 2008. Para Harvey (2012), há um padrão recorrente

⁶² Como demonstrado por Picketty (2014, p. 116-117), utilizando dados do Reino Unido e da França, o valor agregado do estoque de capital imobiliário aumenta de forma exponencial naqueles países a partir da década de 1970, justamente o período de declínio do padrão de regulação keynesiano.

⁶³ O que poderia ser abordado tanto nos termos da literatura da colonialidade do poder na América Latina já citada anteriormente (em Mignolo, Quijano etc.) quanto a partir de partes da literatura dedicada à formação social brasileira e às especificidades da conformação de sua burguesia urbana, industrial e empreendedora - como, dentre outros, em Florestan Fernandes (1975).

⁶⁴ em que se promovia um déficit nas contas públicas nos períodos de retração do nível de atividade econômica visando atenuar seus efeitos da própria recessão, sendo que os déficits orçamentários eram compensados por superávits gerados nas fases em que o gasto e o investimento privados se expandiam mais fortemente.

nestas crises, que têm em geral, raízes urbanas, fincadas na dinâmica do mercado imobiliário. Resgatando formulações desenvolvidas muito anteriormente pelo próprio autor (Harvey, 1981), em que o mercado imobiliário ocuparia um *circuito secundário* na direção do qual flui o capital excedente à busca de novas oportunidades de investimento advindo do esgotamento destas aberturas no *circuito primário* de valorização, onde ocorre a produção de mercadorias, a urbanização aparece como efeito do investimento deste capital excedente, e a crise econômica aponta no horizonte quando o esgotamento de oportunidades entra em cena no próprio circuito secundário a partir da desvalorização imobiliária (HARVEY, 2012, p. 42). No entanto, o processo fundamental que engendra, ao fim e ao cabo, esta mesma desvalorização, trazendo o capital especulativo e fictício aplicado na produção de bolhas imobiliárias de volta a patamares mais baixos, é o fato do valor real ser produzido somente no *circuito primário*, capaz de efetuar a “criação de valor através da produção” (HARVEY, 2012, p. 47).

Outra forma que o crédito, o endividamento, e a difusão de tais relações aparecem no espaço metropolitano contemporâneo é através da generalização das práticas de amortização de longo prazo do consumo de bens duráveis. Para Harvey (2011), outra explicação para a crise financeira de 2008 reside numa dinâmica estrutural do capitalismo pós-fordista e neoliberal que envolve uma redefinição da relação capital – trabalho em detrimento do último, que perde poder de fogo em relação às suas conquistas do período fordista-keynesiano. Como já exposto, naquele modo de regulação, os ganhos de produtividade da indústria eram repassados em grande medida aos salários dos trabalhadores e ao sistema de bem estar e seguridade social públicos, gerando uma dinâmica distributiva em que o próprio consumo de massa era sustentado por uma massa salarial mais generosa para a classe trabalhadora de modo geral. A retração da fatia do produto total destinada aos salários, correspondente ao ganho de participação das formas de remuneração do capital e da renda, faz com que o consumo precise ser abastecido através da ampliação do crédito, engendrando um endividamento em larga escala daqueles que anteriormente eram beneficiados por salários mais fartos.

O recurso ao refinanciamento de hipotecas residenciais, no caso norte-americano que constitui a faísca inicial da crise financeira, é relacionado à necessidade do setor financeiro de se ter ativos tangíveis como garantias reais que compensem o risco envolvido na ampliação do crédito a grupos considerados de alta inadimplência pelo próprio setor justamente em função de sua baixa capacidade de receita corrente. As inovações financeiras entram em cena como um mecanismo essencial no desenrolar da crise, ao permitir que estas próprias dívidas fossem securitizadas, ou

seja, vendidas como promissórias a terceiros como um título financeiro com rendimentos futuros, mas em operações que tornavam seu verdadeiro risco embutido e escondido de seus compradores. Nisso, criou-se um incentivo para que mais crédito fosse concedido na renovação de longo prazo de hipotecas, e quando seu único lastro real, justamente a valorização imobiliária sustentada por uma alta demanda que continha em si um elemento especulativo advindo da farta disponibilidade de crédito e dos juros baixos, este grande castelo de cartas entrelaçadas cai por terra, ferindo diretamente as instituições financeiras que haviam concedido grandes quantidades de crédito hipotecário, muitos dos quais tiveram seu valor reduzido aos novos valores das próprias residências, que haviam sido refinanciadas poucos anos antes por preços exorbitantes⁶⁵.

Pensando no caso brasileiro e no desencadeamento dos efeitos da crise neste contexto, em primeiro lugar, a compensação ao alto risco envolvido no crédito ofertado à população de baixa renda é efetivada através de juros ainda mais elevados, que a prática de consumo dos grupos que vêm tendo acesso a níveis um pouco maiores de renda tende a ignorar em função de sua consideração somente do tamanho das parcelas pagas mensalmente em relação a seus salários mensais, o que garante níveis de rendimento exorbitantes aos ofertantes de crédito para este público. O segundo aspecto é que o próprio aumento do nível de renda disponível observado na década de 2000 – que gera um efeito temporário, já em curso de neutralização, na direção da ampliação dos ganhos do trabalho diante do capital, contrário à tendência de longo prazo advinda da transição ao neoliberalismo –, não somente amplia o acesso ao consumo de forma direta através da própria renda mais elevada auferida, mas exacerba também o endividamento, justamente por tornar o crédito mais disponível a essa ampla fatia da população descrita acima como os “batalhadores brasileiros” (em contraste com a chamada “nova classe média”). Através deste canal, entra em cena o braço da financeirização não relacionado ao capital imobiliário, e vinculado ao consumo via crediário de longo prazo e altos juros, seja no acesso a eletroeletrônicos jamais antes adquiridos por muitas destas pessoas, às motocicletas como forma de se livrar de um sistema de transporte público que é mais caro que o próprio financiamento do consumo deste modal individual, dentre outros. O subsídio governamental ajuda a ampliar ainda mais o leque da financeirização através do provimento de crédito de juros mais baixos para o acesso à educação e à moradia, transferindo diretamente grandes massas de recursos públicos aos setores privados que atuam nestes dois mercados, e ampliando ainda mais o leque de canais por onde a financeirização

⁶⁵ Para uma análise da crise de 2008 do ponto de vista da financeirização habitacional, provendo pontes diversas para o cenário brasileiro e seu histórico neste setor, ver Royer (2009).

– mesmo que subsidiada – atua na conformação de sujeitos endividados como um elemento que se generaliza na paisagem social do neoliberalismo. No caso do mercado imobiliário, o MCMV entra em cena inclusive como uma ação governamental voltada para atenuar os impactos da crise, e para evitar a própria desvalorização imobiliária através de subsídios usando fundos públicos para tal. Promove-se a valorização, e o emprego no setor de construção (bastante intensivo em mão de obra), de forma proativa, evitando inclusive o risco de grandes prejuízos do setor financeiro, como ocorreu nos EUA, que se efetivariam caso a desvalorização ocorresse de forma abrupta naquele momento. Ademais, a crise não se alastra como no padrão estadunidense, seja em função de restrições regulatórias ainda presentes ao aprofundamento e à ampliação das inovações financeiras – impedindo a securitização das amortizações imobiliárias que deflagrou a crise nos EUA no nosso caso -, ou por exemplo da persistente conjuntura de juros altos por tanto tempo ter limitado o alcance da própria financeirização, no tamanho global do contingente de financiamentos relativamente reduzido:

No Brasil, contudo, o capital portador de juros não tem a mesma liberdade de circular pelo meio ambiente construído que encontra em países como Estados Unidos e Inglaterra. Além disso, a securitização do mercado imobiliário é, aqui, incipiente, e a interconexão entre o financeiro e o imobiliário, reduzida. A securitização não funciona como uma modalidade financeira generalizada, como nos Estados Unidos, substituindo empréstimos bancários e, ao mesmo tempo, constituindo modalidade propícia aos bancos na captação dos fundos. A vinculação dos usos da terra e da organização espacial, em um processo geral de circulação de capital - que caracterizou a bolha imobiliária norte-americana, por exemplo -, não chega a se completar. A alta taxa dos juros faz com que investimentos de rentabilidade mais baixa, como os ativos imobiliários, nem sempre tenham como recorrer às instituições de financiamento, como acontece com o setor de escritórios. A proporção de empréstimos do sistema bancário brasileiro em relação ao PIB é de pouco mais de 30% - baixa, se comparada à norte-americana, superior a 190%, ou à espanhola, 146,1%, no mesmo período. Já a participação do total de financiamentos imobiliários representa 2% do Produto Interno Bruto (PIB) no Brasil, 12% no México e 100% nos Estados Unidos (FIX, 2009, sem página).

É necessário considerar, neste quadro, o longo histórico de exclusão de qualquer forma de acesso formal à moradia (e ao solo urbano) de uma parcela significativa da população da metrópole brasileira (e da maior parte da América Latina, sendo que em algumas localidades, como o Chile e o México, programas habitacionais semelhantes ao MCMV já vêm sendo adotados há mais tempo), tornando substanciais a adesão, a aceitação e a popularidade do programa por parte daqueles

grupos, que passam a ser seus atendidos⁶⁶. Ademais, os aspectos qualitativos, geralmente ressaltados pelas leituras de ordem mais técnica e crítica, tendem a ser ofuscados pelas benesses materiais do crescimento econômico, especialmente importantes para os grupos mais vulneráveis atendidos pelo programa, cujas histórias pessoais e coletivas envolvem a penúria como aspecto marcante da vida cotidiana. O mesmo ocorre em relação ao acesso ao consumo de bens duráveis através do financiamento de longo prazo, que se legitima e se populariza a partir de uma ampla adesão que corresponde a uma saída de uma situação anterior de pura restrição, que se resolve através de um efeito de satisfação de curto prazo trazida pelo próprio consumo (ou o acesso à moradia através deste formato de política habitacional atrelada à financeirização da cidade), antes que a dívida em si sobressaia e permaneça em cena como um peso carregado adiante, e uma forma de diminuição de potências através das amplas energias a ela dedicada.

De forma análoga à ideia da *fábrica social* apresentada acima como resultado de uma difusão do trabalho, que se mescla à própria vida na cidade, a financeirização, e sua resultante proliferação da figura do endividado pelo espaço social, atua na difusão de uma relação de dominação e de exploração do trabalho alheio (que envolve uma remuneração monetária intertemporal por parte do endividado), não mais limitado ao contato direto e bem delineado no tempo-espaço entre capital e trabalho, mas difundido e espraiado tanto temporal quanto espacialmente. A relação social através da renda dos juros complementa aquela baseada na remuneração do capital produtivo neste cenário, e se prolifera para além da renda da terra alimentada pelo avanço da economia imaterial urbana, se difundindo de outras formas.

Não mais encontramos a cena típica de exploração do capitalista supervisionando a fábrica, dirigindo e disciplinando o trabalhador de forma a gerar lucro. Hoje o capitalista está mais distanciado e removido da cena, e os trabalhadores geram riqueza de forma mais autônoma. O capitalista acumula renda primariamente através da renda, não do lucro – esta renda mais frequentemente toma a forma financeira e é garantida através de instrumentos financeiros. É aí que a dívida entra em cena, como uma arma para se manter e controlar a relação de produção e exploração. A exploração é hoje baseada não nas trocas (iguais ou desiguais), mas na dívida, isto é, no fato de que 99 por cento da população é sujeita – deve trabalho, dinheiro e obediência – ao 1 por cento (HARDT; NEGRI, 2012, p. 16).

Para Hardt e Negri (2012), o endividado emerge como uma das figuras subjetivas emblemáticas da crise, em conjunto com o mediatizado, o securitizado, e o representado. O

⁶⁶ a discussão sobre o MCMV será retomada adiante, no apêndice do capítulo 6, dedicado à análise das ocupações urbanas em Belo Horizonte.

endividamento é visto por aqueles autores, em termos deleuzoguattarianos, como uma forma de controle e disciplinamento, através da progressiva formação de uma “consciência infeliz” que carrega um senso de responsabilidade e culpa pela própria dívida. Na perspectiva spinoziana daqueles autores, este tipo de vínculo negativo tem o efeito de diminuir a *potência* criativa do pobre, do trabalhador, do subalterno, essencial para a sua própria produção de autonomias e formas de saída destas relações. Essas formas de subjetivação, e sua importância na produção social do espaço da cidade neoliberal, serão tratadas de forma mais aprofundada no próximo capítulo. Mas antes apresentamos, como um apêndice da discussão articulada acima, uma breve análise das operações urbanas consorciadas como um instrumento central na política urbana contemporânea, bastante relacionado aos processos indicados neste capítulo.

Apêndice:

As Operações Urbanas Consorciadas como forma de agenciamento do neoliberalismo urbano

Uma dinâmica importante nas transformações recentes na paisagem metropolitana, advinda da aplicação de novos instrumentos de planejamento urbano, e que se relaciona de diversas formas aos processos descritos neste capítulo, são as operações urbanas consorciadas. Instrumento criado pelo estatuto da cidade em 2001 – que, segundo atuantes nos movimentos de reforma urbana, corresponde a uma fração do estatuto ligada diretamente aos interesses dos capitais imobiliários, e não a uma demanda dos movimentos organizados – as operações permitem a criação de uma zona de exceção em meio à cidade, com condições de edificação e produção imobiliária distintas das leis de zoneamento que se aplicam à zona urbana de determinado município como um todo. A partir da venda de potencial construtivo adicional às incorporadoras, numa modalidade distinta, dissociada de cada projeto e terreno específico, e englobando toda a área pré-definida da operação, arrecada-se parte da renda fundiária adicional gerada pela própria concessão de coeficiente de adensamento, e investe-se este volume de recursos na própria área, em áreas públicas, em infraestrutura urbana, em equipamentos de uso coletivo etc. Geralmente as operações envolvem a retirada de qualquer concessão de direito de construir acima do coeficiente básico (correspondente à própria área do terreno), para que sua aquisição ocorra somente através da compra deste direito, transformando-o num título financeiro (que, como todos os outros, nada mais é que um contrato, que pode ser comercializado e passado adiante para terceiros), os CEPACs – Certificados de potencial adicional de construção, que correspondem à permissão para a construção de dada

quantidade de metros quadrados a seus detentores. Esta venda de potencial construtivo é realizada, na maioria dos casos, através da venda dos CEPACs pela própria prefeitura – através do órgão responsável pelo planejamento e gestão da operação – e se torna um ativo financeiro que pode ser comprado e vendido no mercado, sendo que o total de recursos arrecadados de forma antecipada nesta operação já é usado na reestruturação urbanística da área da operação.

Conceitualmente, as operações – que se inserem num bolo maior de instrumentos de política urbana de caráter claramente progressista e distributivo – poderiam se encaixar no contexto do planejamento da chamada inversão de prioridades, se não houvesse certo viés na concepção de sua regulação e na sua aplicação, que envolvem filtragens de seu conteúdo potencialmente democrático. Um pressuposto do estatuto da cidade era a ideia da necessidade de se acabar com o direito de adensamento concedido gratuitamente, desvinculando-o do direito de propriedade. Seria justo não somente que toda a cidade fosse nivelada em termos da parte de valorização de terrenos decorrente de uma concessão pública de um direito, mas como o adensamento gera demandas por infraestrutura e serviços públicos, é necessário que ele compense seus efeitos à coletividade e ajude a financiar tais atributos. Deste modo, aqueles com intenções de construir acima do permitido deveriam comprar a permissão para fazê-lo, o que distribuiria os benefícios da valorização, através da arrecadação com a concessão do direito de adensamento e a posterior aplicação destes recursos, inclusive em áreas distantes, mais necessitadas - o que se torna possível no uso da *outorga onerosa do direito de construir*, outro instrumento de arrecadação de valorização fundiária que permite o adensamento adicional, mas cujos recursos arrecadados podem ser aplicados em outras regiões da cidade, e não somente na área demarcada pela operação urbana, lhe conferindo um potencial distributivo mais alto e efetivos.

Outro aspecto importante a ser ressaltado é a necessidade do adensamento (o que não corresponde necessariamente à verticalização), e sua necessária separação da crítica às operações em si, que muito frequentemente mira este atributo. No contexto da cidade ainda em crescimento, ou com uma necessidade ainda crescente de unidades imobiliárias e espaço construído, há uma escolha inevitável entre adensamento e espraiamento – obviamente com inúmeros graus de combinações possíveis entre estes extremos – em que a segunda opção tende a envolver a pressão sobre áreas de preservação ambiental e mananciais, além de longos deslocamentos, promovendo a cidade do automóvel, em função da dificuldade muito maior do provimento de transporte público, advinda da falta de escala de usuários concentrados em bolsões interligados. O adensamento também permite os deslocamentos a pé, se interligado à diversidade de usos na escala local, e pode

ser concretizado de formas diversas, e não somente no padrão da torre de aço e vidro que se torna dominante na arquitetura das operações urbanas que vêm sendo realizadas.

No entanto, se não existirem formas de se coibir a especulação imobiliária na manutenção de uma grande quantidade de unidades vazias os efeitos positivos do adensamento tendem a ser neutralizados e a necessidade de expansão periférica permanece em cena – o que pode ser feito através de outros instrumentos do estatuto da cidade, como o IPTU progressivo, o parcelamento e edificação compulsórios, a desapropriação com pagamento em títulos etc. E se combinado a esta ausência de mecanismos de combate à especulação e à manutenção de uma grande quantidade de unidades vazias, e não houver um aumento na oferta de habitação de interesse social proporcional ao adensamento, tende a ocorrer uma valorização imobiliária num padrão que promove a expulsão da população de baixa renda de áreas específicas de maior pressão, e mesmo da escala da cidade como um todo, na direção de periferias distantes, muitas vezes situadas em outros municípios em dada região metropolitana. Outro aspecto relacionado à oferta de habitação social neste contexto é o fato desta ser uma das principais prioridades de demandas no quadro mais amplo do planejamento, constituindo um forte fator de mobilização política por movimentos organizados atuando na questão urbana no Brasil como um todo. O que faz com que qualquer grande intervenção na cidade que se apresente como em sintonia com as prioridades democráticas do planejamento de forma geral precise inserir a oferta de habitação como um elemento importante de tal projeto, se for de fato fiel a demandas democráticas. Daí surge a questão: esta necessidade de um padrão de adensamento combinado à oferta de transporte público, com diversidade de usos na escala local, atacando a manutenção de um estoque de imóveis vazios, e com a oferta de habitação de interesse social, são fatores verificados nas operações urbanas realizadas?

Em condições regulatórias distintas, que tornassem a formatação da parceria público-privada mais sujeita a padrões democraticamente definidos, o instrumento poderia ser compatível com uma política urbana pautada pela inversão de prioridades, servindo na reestruturação que muitas vezes se faz necessária em áreas maiores, redefinindo o desenho urbano inclusive, em antigas regiões industriais ou portuárias em processo de esvaziamento. E este discurso do potencial distributivo do instrumento é diretamente apropriado pelo mercado como forma de promoção das operações nestas localidades, justamente onde o *gap fundiário* (Smith, 1987) pode ser mais elevado em função da desvalorização presente, onde se usa também o discurso da deterioração e da necessidade de *revitalização*, termo que é progressivamente substituído pela *requalificação*, como uma forma de se evitar a crítica de moradores e usuários que se afirmam contra a ideia daquele

espaço estar *morto*. No entanto, é importante separar esta suposta degradação de um efetivo esvaziamento e sub-utilização de determinadas regiões – em relação ao potencial de adensamento atendendo a prioridades democraticamente definidas em eventuais processos de planejamento amplos, abertos e horizontais – devido à rigidez do tipo de ocupação ali praticada, ou à ausência de formas do próprio zoneamento ser capaz de permitir reestruturações mais amplas de espaços maiores.

Outro potencial das operações, de um ponto de vista estritamente abstrato, poderia ser a possibilidade de se incorporar vilas e favelas em seu perímetro, com a reversão de fundos arrecadados com a venda de potencial construtivo para a urbanização e o provimento de infraestrutura urbana básica nestas áreas, bem como a possibilidade de se financiar equipamentos de uso coletivo e a própria oferta de habitação em áreas centrais, fora da lógica do conjunto habitacional homogêneo e periférico que vem sendo retomada em larga escala pelo Programa Minha Casa Minha Vida. Mas um pressuposto deste tipo de vinculação das operações urbanas a demandas democráticas de planejamento é a realização deste escalonamento de prioridades em processos de planejamento participativo que deem verdadeiro poder deliberativo à participação – sendo que os problemas relacionados ao déficit de estruturas coletivas acumulado desde a década de 1970 tendem a aparecer no topo destas prioridades em casos concretos que se aproximam dessa forma de planejamento democrático.

Roupagens diversas de partes destes supostos potenciais virtuosos são efetivamente usadas como um conjunto de boas intenções na apresentação de muitos dos planos de operações urbanas consorciadas que vêm sendo colocados em prática. Isto ocorre de forma a se permitir sua entrada no espaço da participação mais forte do período de predomínio da lógica da inversão de prioridades e da reforma urbana nas gestões de suposto caráter democrático-popular, utilizando a justificativa da recuperação de parte da valorização fundiária, tendo este lado virtuoso transformado em instrumento político que dá maior legitimidade em potencial e poder de convencimento às operações na sua apresentação nesses ambientes abertos, dos quais tendem a participar ativamente os movimentos de moradia e outros inseridos na luta pelo direito à cidade. Ou também – e mais frequentemente – no ambiente regulatório de caráter claramente neoliberal de outras gestões municipais, que usam do arsenal do planejamento estratégico e do *city marketing* na promoção imagética e na espetacularização das operações, mobilizando inclusive discursos de patriotismo urbano na engenharia de consensos por trás do apoio aos projetos - como nas análises já clássicas de Sánchez (1999) ou Vainer (2000).

Existem casos de tentativas em curso de se realizar o planejamento das operações urbanas nestes termos, antenados a demandas mais amplas da cidade e sem que elas se tornem áreas de exclusão e elitização. Depois do fracasso de algumas tentativas recentes mais agressivas de se fazer as operações em termos mais generosos ao mercado (parcialmente em função da própria pressão contrária exercida no âmbito da sociedade civil organizada, mas também devido ao mercado esfriado nestes últimos anos, diminuindo o interesse de investidores em potencial no projeto, e portanto a pressão para sua execução), é justamente este tipo de busca por formas distintas de planejamento das operações que vem ocorrendo em Belo Horizonte, a partir de uma atuação proativa de um grupo de técnicos urbanistas da própria prefeitura, em sua grande maioria formados acadêmica e profissionalmente em linhas de pensamento e atuação sobre a cidade e o planejamento muito sintonizadas ao próprio ideário da reforma urbana, que ganha agência nesse processo também desta forma indireta. Estes planejadores têm buscado alternativas e enfrentado fortes resistências internas à própria gestão, tentando criar de fato a possibilidade de um caso de operação urbana virtuosa socialmente, como espaço incluyente, promovendo a inserção de habitação social bem localizada dentro da operação em boa quantidade, com espaço público aberto a todos, diversidade de usos na escala local, integração com transporte coletivo e a promoção de unidades menores e mais baratas, atingindo uma fatia do mercado imobiliário que tende a andar a pé, usar transporte coletivo etc. A atuação de alguns movimentos sociais e grupos de pesquisa e extensão inseridos nas universidades que vêm acompanhando o processo de planejamento das operações na cidade foi fundamental na derrocada das versões anteriores e no provimento de poder político – por fora do Estado – ao próprio projeto apoiado por uma grande parte dos técnicos planejadores e urbanistas que vêm sendo apresentado na versão mais atual do plano das operações.

No entanto, por se tratar de uma parceria público-privada, há um pré-requisito fundamental para que o plano saia do papel e se torne efetivo, que é a própria adesão do mercado e dos agentes privados ligados ao setor imobiliário, que também se fazem ativamente presentes no processo participativo destes planos. Este é o principal nó de toda a questão em torno do instrumento: se o mercado não aderir ele tende a não funcionar, e caso os agentes do setor privado acreditem que as condições impostas não são suficientemente favoráveis, a venda de CEPACs fica aquém do necessário, não ocorrendo sua própria valorização, pressuposto para a arrecadação de recursos investidos na área e a efetivação dos projetos. E é aí que se encontra uma das contradições que dificultam a efetivação das operações em formas democráticas de planejamento: elas pressupõem uma valorização fundiária acima da média na área, o que, nos padrões do mercado imobiliário

brasileiro, envolve a *exclusividade* (muitas vezes explicitamente apresentada como vinculada à própria exclusão social, como é o caso claro da produção imagética do marketing dos condomínios fechados, que agregam valor a partir da autossegregação e da produção de muralhas) como pressuposto, sendo que a presença de elementos urbanos como a habitação social tende a diminuir fortemente tal potencial de valorização. Além disso, cria-se ali um vetor de valorização fundiária que se irradia nas redondezas e gera efeitos de expulsão da população de baixa renda para além da própria área das operações – que não tem sido planejadas em pequenos territórios nos municípios. Ou seja, a não ser que ele seja realizado com recursos mais reduzidos dedicados às intervenções urbanísticas e/ou com um potencial construtivo mais generoso acoplado a essas formas de democratização daqueles espaços, o instrumento pressupõe um grau de valorização que demanda a adesão do mercado e a promoção de um padrão de urbanização incompatível com a cidade da habitação social bem localizada, da mescla de classes sociais e grupos distintos, devido a um estigma destes elementos e do padrão segregatório que os grupos capazes de sustentar uma renda da terra mais elevada tendem a engendrar na sua busca por espaços de moradia (e crescentemente também de consumo e trabalho).

As operações urbanas consorciadas vêm ocorrendo na prática somente em áreas onde há interesse do mercado imobiliário – pois não se possibilitam sem a adesão do investidor privado no lançamento do projeto – que tendem a ser: áreas centrais desvalorizadas e tidas como degradadas, no entorno de grandes eixos viários, e em outras situações onde há grande potencial de se explorar o *gap fundiário* da maior diferença possível entre o valor baixo da terra antes das intervenções da operação e o valor do metro quadrado comercializado no curso das operações em realização e/ou concluídas. Ou seja: as próprias intervenções urbanísticas, apresentadas como fatores distributivos, de entrega à esfera pública de benefícios adquiridos com a captura de parte da valorização fundiária, são instrumentos para esta própria valorização, e esta é a condicionante básica para sua execução – só terão o apoio dos capitais imobiliários envolvidos, enquanto projetos e intervenções urbanas específicas, caso possam servir para a valorização indireta dos próprios empreendimentos comercializados nas suas redondezas. E o instrumento se torna interessante para o mercado por criar zonas de exceção das leis mais rígidas do zoneamento, e com isso a possibilidade de se produzir bolhas de super-valorização na cidade – se tornando assim grandes vetores promotores de gentrificação, elitização e expulsão dos pobres, não somente em suas áreas delimitadas mas em suas redondezas. Segundo Mariana Fix,

as operações urbanas são instrumentos urbanísticos apresentados, principalmente a partir da década de 1990, como solução para a renovação ou modernização de trechos da cidade, por supostamente permitirem custear os investimentos com recursos arrecadados entre seus beneficiários. O exame sobre como essas operações aconteceram em São Paulo indica que, embora possam ser propostas para qualquer região da cidade, só funcionam em áreas de interesse imobiliário, acentuando, desse modo, a concentração de investimentos em poucos trechos da cidade. Paradoxalmente, os mecanismos concentradores de renda foram reforçados com o Estatuto da Cidade, que institui a obrigatoriedade de que os recursos obtidos sejam aplicados exclusivamente na área da operação, criando um circuito de reinvestimento em regiões já favorecidas. Assim, tenham ou não sucesso financeiro, as operações são contrárias ao desenvolvimento de políticas de distribuição de renda, democratização do acesso à terra e aos fundos públicos. Ao contrário, fragmentam o fundo público e aumentam o controle privado sobre sua destinação. Além disso, seu uso tem sido sempre associado a investimentos feitos diretamente com recursos orçamentários, utilizados antes da aprovação da operação (como na Água Espraiada), ou no entorno do seu perímetro, como em outra operação, a Faria Lima - de modo a acentuar fortemente a valorização imobiliária, pressuposto básico para o funcionamento do instrumento (FIX, 2009, sem página).

Torna-se muito comum, deste modo, a inclusão de projetos de embelezamento urbano no âmbito das operações, bem como a instrumentalização da figura dos museus nestes contextos, que muito frequentemente são projetados por arquitetos de grande nome, de preferência estrangeiros, e que servem também a um outro objetivo do planejamento estratégico, que é a atração de turistas (e sua permanência por mais tempo na cidade, através da criação de atrações que preencham suas agendas de viagem). Mas no que diz respeito a sua inserção nas operações urbanas, inserem-se numa lógica que se aplica ao próprio formato de atuação do instrumento *na prática*, que é a criação de núcleos irradiadores de valorização imobiliária, e geradores de renda da terra diferencial que são diretamente capturadas pelos capitais imobiliários ali inseridos – sobretudo os grandes incorporadores, sendo que a figura do proprietário da terra urbana, no contexto das operações, não entra no jogo dos ganhos, por ter seu potencial construtivo anteriormente vinculado ao terreno anulado, auferindo alguma renda de monopólio na venda dos terrenos, mas que tende a ser limitada pela própria necessidade de aquisição de CEPACs pelos incorporadores. Ademais, cria-se um incentivo para a atuação direta dos agentes detentores de CEPACs – especuladores ou não – na valorização imobiliária da área através de formas diversas, visando o aumento do valor de seus ativos financeiros. Nisso ganham poder de influenciar inclusive a formulação de políticas e a definição de investimentos na região, e reforçam a pressão pela expulsão dos grupos (de locatários, sobretudo) incapazes de arcar com os custos mais elevados de localização naquela área, reforçando assim a tendência produtora de gentrificação praticamente inerente ao próprio instrumento.

Os dois grandes museus que se inserem como projetos âncora na operação urbana do Porto Maravilha no Rio de Janeiro – o Museu de Arte do Rio – MAR, e o Museu do Amanhã (projetado pelo *starchitect* espanhol Santiago Calatrava) – são bons exemplos desta dupla atuação tanto no âmbito da potencialização da renda da terra interna à operação urbana onde se localizam, quanto no quadro maior do planejamento estratégico e do *city marketing* da cidade como um todo. O próprio planejamento urbano da cidade-empresa expresso nestes dois formatos de atuação abraça o instrumento das operações como forma de possibilitar grandes projetos que não seriam possíveis no zoneamento tradicional das leis de uso e ocupação que regulam terrenos individuais. E nisso entra em cena o outro elemento importante do caso carioca do Porto Maravilha, que também se faz presente nas operações urbanas analisadas por Fix (2007) no quadrante sudoeste da cidade de São Paulo, que é o projeto arquitetônico da grande torre de aço e vidro em padrão norte-americano aplicado a uma grande quantidade de incorporações inseridas nas operações urbanas, e financiados por capitais agenciados pelos grandes fundos de pensão, na maioria das vezes de empresas públicas e/ou de capital misto, e em parcerias com grandes incorporadoras e fundos imobiliários internacionais. Nisso, o planejamento das operações urbanas tende a envolver uma filtragem de seus aspectos mais distributivos e ligados às próprias prioridades democráticas de planejamento que são definidas, em alguns casos, em função de demandas relacionadas a problemas maiores e que afetam diretamente maiores contingentes de pessoas, na escala da cidade como um todo.

Não é por acaso que este se torna o instrumento de planejamento mais utilizado nas últimas décadas nas grandes cidades brasileiras, em relação à escala das intervenções e de seus impactos concretos. Trata-se de um mecanismo que atende plenamente às necessidades regulatórias dos capitais atuando diretamente na produção do espaço na metrópole, com o provimento de condições favoráveis, desacompanhadas em grande medida de sua faceta de justiça distributiva inicialmente pensada e geralmente apresentada como forma de legitimação destes grandes projetos urbanos. Na leitura de Mariana Fix,

foi no contexto da crise da dívida, na década de 1980, que as ‘parcerias público-privadas’, privatizações e concessões de serviços públicos, passaram a ser defendidas, quase unanimemente, e constituíram-se em parte fundamental da política urbana dos governos que se seguiram, fossem eles de esquerda ou de direita. O processo de urbanização do país seguiu acelerado, num quadro de grande restrição fiscal e falta de recursos para investimentos. O impasse se deu concomitantemente à extinção das políticas nacionais de saneamento e habitação e à descentralização das políticas sociais. As operações urbanas não correspondem, no caso brasileiro, a um abandono da ideia de plano, tal como aconteceu em países da Europa, com sua substituição por projetos urbanos pontuais. Segundo Villaça, os planos elaborados no país nunca atenderam às

finalidades para as quais foram propostos. Para ele, o zoneamento, esse sim, teria importância no destino das cidades, e, justamente por isso, suas revisões costumam ser acompanhadas de perto pelo setor imobiliário. Assim, uma hipótese para o interesse despertado pelas operações urbanas pode ser o fato de que elas reúnem, em um mesmo projeto de lei: um programa de investimentos (característico dos planos) e a definição de novas regras de uso e ocupação do solo (características do zoneamento); a legitimidade social conferida por seu suposto autofinanciamento, de modo a dispensar qualquer discussão sobre o fato de serem prioritárias ou não; e o respaldo do urbanismo dito progressista, que as identifica como um mecanismo de recuperação das chamadas ‘mais-valias urbanas’. Tudo isso, vale dizer, de modo muito mais restrito, dirigido e controlado no tempo e no espaço. Por isso, justamente, mais interessante para o circuito imobiliário, uma vez que a criação da ‘exclusividade’ e da diferenciação são ingredientes básicos da apropriação da renda fundiária. E, por motivos diferentes, atraente para arquitetos e urbanistas, especialmente aqueles que têm como referência modelos europeus e norte-americanos de desenho urbano (FIX, 2009, sem página).

A restrição orçamentária advinda do ajuste macroeconômico se faz presente numa dinâmica transescalar na justificativa da necessidade das operações em conjunto com o princípio de captura e redistribuição de valorização fundiária, e indica a incapacidade e indisposição do poder público de efetivar planos e intervenções dessa natureza sem a adesão da esfera privada em termos que dão poder de barganha (e chantagem) significativos a esta. E mais frequentemente, o que tem ocorrido é uma captura direta do poder público por estes agentes, e o uso do planejamento para a promoção direta de seus interesses. Outros processos vinculados à neoliberalização da política urbana e da produção do espaço agenciados através das operações são: o aprofundamento da financeirização através do lançamento de um título financeiro nos CEPACs, que podem ser objeto livre de especulação, e reforçam a vinculação da produção do espaço urbano a processos inseridos no âmbito da economia financeira; o cumprimento de um papel de reajuste do aparato regulatório aplicado ao mercado imobiliário de acordo com necessidades de reprodução dos capitais do setor, liberando amarras e restrições ligadas à legislação aplicada no âmbito externo às operações; a criação de espaços diretamente inseridos no circuito da economia imaterial dos serviços avançados, e em seu nexo de captura difusa de valor e renda através das remunerações ao capital imobiliário financeirizado; a ligação que se constitui com a lógica da cidade-empresa na busca por explorações de vantagens comparativas ao agenciar (e vender) solo criado diretamente, explorando-o enquanto mercadoria e raridade correspondente à vantagem comparativa produzida na metrópole; dentre outros fatores.

A institucionalização de formas de provimento de garantias na forma de ativos tangíveis aos investidores que aderem às parcerias público-privadas também tem ocorrido em alguns casos,

como na PBH Ativos S.A., sociedade de companhia mista criada em 2011 pela própria prefeitura de BH, e tendo como acionistas o município e as demais empresas vinculadas a sua estrutura administrativa (Prodabel, a empresa de informática e informação do município, e BHTrans, sua empresa de transportes e trânsito)⁶⁷. Em 2014 a companhia foi tornada responsável pela coordenação e o planejamento de concessões, parcerias público-privadas e outros investimentos em infraestrutura pelo município. A formação de relações financeiras é sempre baseada num contrato entre partes que demanda a atribuição de garantias ao credor, que geralmente correspondem a patrimônios e ativos físicos ou a outros títulos financeiros na forma de promissórias – no caso do financiamento imobiliário, o próprio imóvel se torna garantia ao credor em caso de completa inadimplência ou insolvência do devedor. No caso das parcerias público-privadas e concessões públicas que envolvem uma relação de financeirização com o poder público, torna-se necessário a criação de mecanismos semelhantes de garantias aos credores, e nesta experiência da PBH Ativos, isso foi feito através da transferência do município à companhia, da propriedade de cinquenta e três terrenos públicos, que se tornam garantias diretas aos investidores privados que entram nas parcerias público-privadas realizadas pelo município e pela própria companhia. A partir dessa base, há uma ampliação do rol das concessões, e as operações urbanas se somam a outros setores da gestão municipal que entram nas PPPs propostas, como a iluminação pública, e até mesmo a construção e gestão de escolas municipais, bem como de mercados públicos, do estacionamento de veículos em vias públicas, dos relógios digitais, de postos de saúde e hospitais, dentre outros.

De forma semelhante ao decreto instituído na Praça da Estação em 2009, que visava a cobrança pela realização de eventos culturais de qualquer natureza naquele espaço por parte da prefeitura de Belo Horizonte (dando origem ao movimento da Praia da Estação⁶⁸), mais

⁶⁷ Informações retiradas do site da instituição: www.pbhativos.com.br (consulta em junho/2015) – onde a própria apresentação dos fatos através de linguagens técnicas aparentemente dedicadas a um círculo restrito de especialistas e inacessíveis ao público amplo ilustra bem a forma que a tecnocracia faz um uso político desta mediação. Apresenta-se processos completamente vinculados a decisões políticas como relacionados à neutralidade científica dos técnicos criadores destas inovações regulatórias voltadas à execução de uma forma específica de políticas públicas, com uma orientação política e ideológica que não se faz clara para a ampla maioria das pessoas.

⁶⁸ Um movimento político festivo que ocorre desde janeiro de 2010 aos sábados, entre a virada do ano e o carnaval, na Praça da Estação, região central de Belo Horizonte. A ocupação festiva foi iniciada como um ato contra um decreto do prefeito Márcio Lacerda visando a proibição de eventos culturais naquele espaço, que teriam que passar pela aprovação da prefeitura, e só poderiam ser realizados mediante um pagamento pelo uso do espaço. Este evento, mobilizado através das redes eletrônicas, se tornou um ponto de encontro presencial que serve também no adensamento e expansão das redes de ativistas em torno de pautas diversas, embora, como ressaltado por alguns grupos mais ligados a vertentes anarquistas, tenha limitações sérias em relação à profundidade das pautas e ao transbordamento para além do momento da festa como evento político. Ver Souza (2013).

recentemente o executivo municipal instituiu por decreto a cobrança pela realização de serviços profissionais de fotografia e vídeo em algumas praças e parques da cidade, indicando claramente uma tentativa de ampliação do leque de mercantilização e fontes de rendimentos apropriáveis em fluxos que podem vir a ser direcionados posteriormente para gestores privados destes espaços através de concessões. Trata-se de um empresariamento do planejamento que transborda para o espaço urbano visando criar receita financeira a partir de uma apropriação do espaço que é quase o puro valor de uso (e só não é totalmente por ser apropriado indiretamente na renda da terra do entorno), ao ponto de alterar fundamentalmente a noção do que constitui a coisa pública – como sempre foi, aquilo que é do Estado, mas num grau mais aprofundado de vinculação a uma lógica mercantil, própria do capital.

Esta experiência da PBH Ativos, ainda em estágio inicial, é bastante ilustrativa do alcance possível do processo de financeirização da cidade e da política urbana, que penetra em canais de formulação de políticas públicas, passando por dentro e atingindo diretamente o cerne da esfera pública, retirando a atribuição de mudanças nas políticas do âmbito do controle social (e da própria administração direta), e tornando-as presas a contratos com concessionários privados. A fundamentação desta atuação dos capitais no provimento de serviços e no cumprimento de funções públicas de responsabilidade da administração direta nas garantias efetivas constituídas por contratos provê um grau de penetração e consolidação destes dispositivos, que os tornam extremamente resistentes a eventuais mudanças de rumo político na definição de políticas públicas e no planejamento – a não ser que o abandono destes padrões envolva moratórias e o desrespeito deliberado de contratos, o que proveria capacidades jurídicas de demandas de ressarcimento por parte destes agentes privados que poderia aumentar o custo destas ações ao ponto de inviabilizá-las. Há também aqui uma simbiose Estado-capital num estágio mais aprofundado, constituindo um exemplo da mudança de sentido da própria noção do que é o *público*, discussão que será desenvolvida nas considerações finais deste estudo, nas discussões acerca do público e do *comum*. No que diz respeito à política urbana propriamente dita, é interessante notar a contradição do uso dos terrenos públicos no provimento de garantias ao investidor privado que entra em PPPs e concessões promovidas pelo município, e o discurso amplamente utilizado da falta de terrenos e espaço para a promoção da política habitacional no município e a necessidade de transferir estes investimentos para as periferias situadas nos municípios vizinhos.

A propósito dessa disponibilidade de terrenos e no caso das operações urbanas atualmente planejadas em Belo Horizonte, há uma situação de um projeto específico que serve para ilustrar o

distanciamento do instrumento de formas mais democráticas de planejamento urbano, e nos leva a uma conclusão desta seção abrindo uma conexão com partes posteriores do texto. Justamente na única porção ainda não ocupada do território do município, correspondente a uma grande área verde composta por matas e antigas pastagens, a região do Isidoro situa-se no chamado vetor norte, em área próxima ao novo centro administrativo do governo estadual, projetado por Oscar Niemeyer. Além da instalação deste grande equipamento, o vetor norte vem passando por alterações significativas que se anunciam ainda em seu início, com a ampliação e a transformação do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins, num aeroporto-indústria, que vem atraindo alguns investimentos industriais para a região, dentre diversos outros grandes investimentos e dinâmicas geradoras de valorização imobiliária ao longo daquele eixo de expansão metropolitana. A área do Isidoro compreende um território maior que o perímetro interno da Avenida do Contorno, correspondente à zona urbana do plano original de Aarão Reis para a nova capital do estado inaugurada em 1897, que até 2013 se encontrava em sua grande maioria vazia, com exceção da comunidade quilombola de Mangueiras, situada na região desde meados do século XVIII. Os planos da prefeitura para a região envolvem uma grande operação urbana consorciada, compreendendo dois grandes parques urbanos e potencial construtivo suficiente para a construção de mais de 67 mil unidades habitacionais, constituindo um dos maiores projetos imobiliários em fase de planejamento no país.

Em junho de 2013, no contexto das manifestações, essa região começou a ser ocupada de forma espontânea por grupos de moradores advindos de outras localidades, hoje compreendendo três grandes ocupações organizadas, com o apoio de movimentos sociais atuantes na cidade, onde vivem cerca de 8 mil famílias – dinâmica que será abordada com mais detalhes adiante, ao final do capítulo 6. Mas adianta-se, neste contexto da análise das operações urbanas, que estas ocupações são reflexo de uma dinâmica imobiliária aliada a uma política habitacional insuficiente, sendo sua inserção nessa região específica reflexo também do descompasso descrito acima, das operações constituírem grandes planos urbanos que não atendem às demandas prioritárias democraticamente definidas na escala da cidade (o que, em Belo Horizonte, bem como na maioria das grandes metrópoles brasileiras, envolve necessariamente considerar sua região metropolitana, o cidadão belo-horizontino não se limitando, de forma alguma, ao morador do município). As ocupações fazem na prática e na ação direta, a partir de uma urgência advinda da clara prioridade do problema para um grande contingente de pessoas, o que poderia ser feito num planejamento democrático e popular para aquela área.

4 – A DIMENSÃO SIMBÓLICA NA CIDADE NEOLIBERAL: a construção de subjetividades na produção do espaço do neoliberalismo e as rachaduras do dissenso

Propondo uma perspectiva distinta do capítulo anterior, e buscando uma entrada por outras zonas do processo multifacetado aqui estudado, este capítulo busca discutir a produção social do espaço na metrópole do neoliberalismo, chegando, em sua segunda parte, à análise das relações entre cidadania e alteridade neste contexto. As diversas fraturas e rachaduras identificadas ou ativamente criadas no plano de imanência do espaço social neoliberal são habitadas por produções outras que podem engendrar vetores políticos a partir da própria alteridade diante do quadro hegemônico inicial analisado na primeira parte abaixo. Como a primeira seção a seguir buscará demonstrar, a produção social do espaço nesta perspectiva complementa a hegemonia construída nos termos anteriormente apresentados, e constitui um aspecto imprescindível de sua reprodução.

A produção social do espaço na cidade neoliberal

A dimensão simbólica do fato social é um construto central na produção do espaço urbano. A vida na metrópole envolve uma inserção aprofundada numa rede de significados, valores, crenças e subjetividades que são constantemente reproduzidos, reiterados, reinventados, transformados. Como argumentado por toda uma trajetória de pensamento na teoria antropológica, esta é uma dimensão fundante da sociedade, a partir da qual resultam formas de produção e reprodução material, instituições, diferentes configurações do parentesco e das relações com os próximos, distintas formas de interação com o meio natural etc. O olhar etnográfico está na gênese deste posicionamento teórico, e foi desenvolvido ao longo do século XX a partir da contribuição inicial e da virada teórica pós-evolucionista realizada por Franz Boas em seu rompimento com os determinismos ambiental e racial⁶⁹.

Inicialmente restrita ao estudo de populações tradicionais, a etnografia passa a ser posteriormente aplicada ao estudo de sociedades modernas, em parte já na sociologia urbana da Escola de Chicago, mas de forma mais direta a partir da antropologia urbana de William Foote Whyte (2005). Não é por acaso que este enfoque sobre populações tradicionais está ligado à gênese

⁶⁹ A respeito da crítica de Boas ao evolucionismo anteriormente dominante no campo da antropologia, bem como nas suas fundações que serviriam para o aprofundamento do método etnográfico e a novos padrões para uma teoria antropológica contra o etnocentrismo e os determinismos ambiental e racial, ver Boas (1938) e Stocking (2004).

da etnografia, pois a pesquisa com culturas radicalmente distintas implica necessariamente lidar com ontologias e cosmovisões também diferentes, o que leva a maioria dos autores vinculados a esta tradição a posicionar a esfera simbólica, dos valores, da visão de mundo e da perspectiva do que constitui a base de nossa inserção no cosmos como um fator fundador nas dinâmicas sociais. Deste ponto de vista, o iluminismo (ou o utilitarismo que dele resulta) seria nada mais que um conjunto de cosmovisões e construtos sociais e simbólicos particularmente europeu⁷⁰, podendo ser igualmente *indigenizado*, provincializado, contextualizado em contingências históricas e geográficas (apesar de suas pretensões universais) e analisados a partir deste olhar antropológico⁷¹.

A ampla teorização resultante da pesquisa etnográfica nos padrões iniciados por Boas altera a teoria social de formas significativas, introduzindo uma nova perspectiva acerca da diferença e do amplo espectro no qual distintas formações sociais se situam. Não somente coloca-se em questão qualquer tentativa de hierarquização etnocêntrica entre culturas e sociedades distintas (e nisso põe-se o eurocentrismo contra a parede), mas através de um conhecimento detalhado de outras formas radicalmente diferentes de organização social, traz-se um questionamento acerca da validade da noção de natureza humana, tão cara à tradição filosófica do ocidente. Boas também esclarece que tal esfera simbólica é histórica, se constitui historicamente, a partir de heranças da própria cultura em questão e de interações com vetores de influência exógenos. Portanto, é um conjunto dinâmico de aprendizados que se transforma ao longo do tempo de maneiras diversas.

Mais contemporaneamente, a teoria antropológica estende a crítica radical do etnocentrismo ao antropocentrismo em geral, abordando o *animismo* através do perspectivismo ameríndio (Castro, 2002) ou apresentando tal posicionamento como corolário da mudança climática, resultado de uma profunda transformação do ecossistema natural num *antropoceno* – uma nova era geológica, da natureza criada pelo homem. Há também um tratamento do fenômeno da modernidade como demarcado a partir de uma tentativa de se autodeclarar como portador de uma objetividade supostamente isenta do domínio da crença e da centralidade do simbólico, que é sempre atribuído ao outro, ao não moderno (Latour, 1994; 2002; 2013). Instituições historicamente construídas, e que se reproduzem a partir de uma ampla adesão/aceitação (inerentemente subjetiva)

⁷⁰ Designação que inclui, a partir da perspectiva contemporânea da *colonialidade do poder*, suas extensões de além-mar e suas instituições, que mantêm o caráter colonial em relação ao território sob seu comando e àqueles que buscam manter sua alteridade e perspectiva radicalmente distinta e de raízes separadas das europeias. Ver Walter D. Mignolo, Aníbal Quijano, Nelson Maldonado-Torres, Ramón Grosfoguel, dentre outros, em edição especial da *Cultural Studies* - Vol. 21, n.2-3, Março/Maio 2007.

⁷¹ Para uma leitura desta postura diante do marxismo e da economia política, ver Sahlins (2003; 2004). A respeito da ideia de *provincializar* a Europa (e o ocidente), ver Chakrabarty (2007).

a seu domínio, se declaram a serviço de uma objetividade e a finalidades supostamente neutras e livres de juízos de valor, mas são sempre cultural e politicamente definidas e sustentadas por pilares subjetivamente formados, sendo tanto a construção deste corpo político quanto sua resultante produção de instituições necessariamente impregnadas por valores, crenças e signos socialmente construídos. Deste modo, sociedades sem Estado – não por acaso aquelas que foram decisivas na constituição da antropologia enquanto discurso científico e que continuam sendo seu foco privilegiado – são desprovidas de tal mediação complexa e expõem de forma mais clara a relação entre seu funcionamento e a esfera dos valores. A implicação é que o Estado constitui um ente fundamental, formador da modernidade tanto em perspectiva histórica – numa relação estreita com a formação do próprio território, o Estado se definindo a partir deste domínio do espaço – quanto em suas reproduções contemporâneas.

O diálogo proposto por Lefebvre (1974) entre a economia política e a antropologia através da produção do espaço insere um elemento dialético importante para tratar de sociedades complexas onde há um aprofundamento do grau de especialização e isolamento relativo tanto das instituições, quanto da esfera da (re)produção material, e do âmbito da produção simbólica, permitindo uma perspectiva em que estes agrupamentos interagem uns com os outros, se redefinindo e reproduzindo constantemente. Mesmo assumindo uma primazia do simbólico, em concordância com a perspectiva antropológica brevemente apresentada acima, não se trata de uma simples re-inversão do determinismo econômico, mas de se assumir uma dialética ampla em que economia, cultura e política se influenciam mutuamente, e ademais (mais em concordância com vertentes do pós-estruturalismo), que estas são esferas compostas por microprocessos, micropolíticas, microdeterminações, sempre divisíveis em partes menores.

Numa elaboração já citada no primeiro capítulo, Harvey (2011, p. 104) chega a uma síntese dessas inter-relações entre esferas diversas em sua análise da dinâmica de expansão geográfica do capital cruzada com crises históricas – resolvidas no argumento daquele autor através do arranjo espacial, da reestruturação geográfica, e do deslocamento de crises de acumulação no espaço. Trata-se de uma incorporação de partes da crítica pós-estruturalista numa perspectiva conciliatória, ao menos nesta elaboração específica, coerente com o pluralismo epistemológico que parte do pressuposto da incapacidade de uma abordagem teórico-epistemológica isolada de dar conta de

uma diversidade ampliada de dinâmicas interligadas e de naturezas variadas, ou da pluralidade multifacetada inerente aos processos sociais⁷²:

As inter-relações em conflito entre as necessidades de evolução técnica e social para a acumulação do capital e as estruturas de conhecimento e normas e crenças culturais compatíveis com a acumulação infinita têm desempenhado um papel fundamental na evolução do capitalismo. Para fins de simplificação, vou agrupar todos os últimos elementos sob a rubrica de “concepções mentais do mundo”.

Essa forma de pensar nos leva a sete “esferas de atividade” distintas na trajetória evolutiva do capitalismo: tecnologias e formas de organização; relações sociais; arranjos institucionais e administrativos; processos de produção e de trabalho; relações com a natureza; reprodução da vida cotidiana e da espécie; e ‘concepções mentais do mundo’. Nenhuma das esferas é dominante, e nenhuma é independente das outras. Mas também nenhuma delas é determinada nem mesmo coletivamente pelas outras. Cada esfera evolui por conta própria, mas sempre em interação dinâmica com as outras. As mudanças tecnológicas e organizacionais surgem por qualquer motivo (por vezes, acidentais), enquanto a relação com a natureza é instável e muda perpetuamente apenas em parte por causa de mudanças induzidas pelo homem. Nossas concepções mentais do mundo, para dar outro exemplo, são geralmente instáveis, conflituosas, sujeitas a descobertas científicas assim como a caprichos, modas e crenças e desejos culturais e religiosos fortemente arraigados. Mudanças nas concepções mentais têm todos os tipos de consequências, intencionais e não intencionais, para as formas tecnológicas e organizacionais, as relações sociais, os processos de trabalho, as relações com a natureza e os arranjos institucionais aceitáveis. A dinâmica demográfica que surge da esfera da reprodução e da vida cotidiana é simultaneamente autônoma e profundamente afetada por suas relações com as outras esferas (Harvey, 2011, p. 104).

Tal determinação mútua de dinâmicas diversas conforma uma teia de nós interligados em vínculos de intensidade em variação constante, sendo a história uma trajetória marcada por distintos momentos alternantes de proeminência de cada esfera, que geram efeitos sobre as demais, que por sua vez se transformam no processo. A ideologia é um exemplo de que existem profusões instrumentais de ideários, signos e valores que partem do Estado e do capital com objetivos definidos – o que passa longe de significar que a esfera simbólica é totalmente dominada pelo que é propriamente ideológico. O espaço é impregnado de ideologia, mas também por um domínio muito mais amplo de uma carga de significados socialmente construídos jamais reduzíveis ao ideológico como aquilo que é instrumental a uma essência materialista desmascarável.

⁷² Barnes e Sheppard (2010) definem tal procedimento epistemológico e metodológico como uma complementaridade engajada entre abordagens distintas, em que as partes são colocadas num formato de diálogo que explore possibilidades de engajamento plural mesmo que elas se declarem como incompatíveis entre si.

A partir de um nó borromeano entre Estado, capital e produção simbólica⁷³ podemos compreender a cidade neoliberal, e como o neoliberalismo se torna real na produção do espaço, de forma concomitantemente mais ampliada e capaz de transitar nos terrenos da micropolítica – fundamentais na produção do espaço social. A conceituação da produção do espaço em Lefebvre (1974) trabalha com essa interação entre a centralidade da dimensão simbólica, a proeminência do Estado (na conformação do chamado *espaço abstrato*), e a crítica da economia política. Em Lefebvre, os signos e significados acerca do que consiste o espaço entram numa dialética com o concreto de forma decisiva. O espaço do medo, a própria noção de que a cidade é um território de risco e violência, por exemplo, retroalimenta ciclos que reproduzem os fatos que criam essa percepção num dado momento inicial. Interpretar a cidade a partir desse pressuposto implica trabalhar com a ideia de que estes significados são constantemente reiterados e reproduzidos num processo contínuo de subjetivação em torno do espaço urbano, e este é um processo fundamental na construção do que a cidade se torna, nos seus devires. Este aspecto é bem sabido pelos estrategistas urbanos desde a emergência do *city marketing* na década de 1990, que procura atuar na alteração da imagem da cidade através de uma espetacularização de suas fachadas, projetadas através da publicidade para o mundo visando a inserção da cidade em circuitos globais de circulação de turistas e investidores, e mais recentemente, de estudantes com fartos recursos financeiros e jovens profissionais urbanos de fácil mobilidade territorial supostamente atraídos por um meio urbano “vibrante”. Desde os projetos voltados para a atração de mais turistas até os mais recentes, vinculados à estratégia da cidade criativa ligada a um argumento de desenvolvimento econômico a partir da atração de capital humano pelos atributos do espaço urbano⁷⁴, trata-se de atuar na alteração da imagem da cidade e na sua promoção/inserção em circuitos globais em formação e aprofundamento.

Do outro lado do espectro, a cidade, como laboratório aberto de possibilidades, é um terreno fértil com intrínseca capacidade criativa de novos vetores políticos, econômicos ou culturais, onde se reinventam maneiras diversas de se lançar projetos de novas aberturas emancipatórias. Este é um pressuposto teórico cuja universalidade poderíamos tentar defender: qualquer cidade carrega em si a possibilidade de se reinventar, de se alterar de forma radical, pois a aglomeração é, em si, um processo social com capacidade criadora inerente. É pertinente o argumento de Amin e Thrift

⁷³ Análogo ao que amarra capital, nação e Estado na perspectiva de Karatani (2014).

⁷⁴ Para a versão do autor do conceito, que também é o consultor-empresário que vende a estratégia para governos de centenas de cidades e regiões no norte global, ver Florida (2005). Para uma crítica deste novo modelo de planejamento urbano neoliberal, ver Peck (2005, 2007).

(2013) de que novas aberturas políticas passam pela retomada da capacidade da esquerda de *construir realidades* (“world-making”), no sentido da importância da produção de valores na esfera simbólica como um ponto de partida para qualquer projeto de transformação social. Nos exemplos usados por aqueles autores, tanto o movimento dos direitos civis nos EUA quanto as feministas de primeira onda na luta pelo sufrágio universal tiveram como pontapé inicial a cultivação de um terreno (moral e afetivo) de convencimento e de criação da imagem concreta e possível do futuro desejado: uma sociedade sem apartheid racial ou desigualdades de gênero. A cidade é um ente estimulador dessa tarefa de tecer alternativas concretas partindo da construção simbólica de mundos possíveis. Ou como propõe a abordagem castoriadiana, trata-se de construir “significações sociais imaginárias” (Castoriadis, 1982), que dão conteúdo e significado aos eventos e às possibilidades. As geografias são sempre reais-e-imaginadas (Soja, 1996), e a transformação dessa invenção coletiva de um sentido subjetivo do real presente é fundamental na criação do novo. Neste sentido, surge a questão: quais são os obstáculos para a realização desta(s) potência(s) na metrópole brasileira contemporânea? A hipótese que se apresenta é que a resposta para tal pergunta passa pela ligação entre processo urbano e neoliberalismo e suas diversas operacionalizações e vetores sociopolíticos resultantes.

Argumento que esta subjetivação e construção de significados na metrópole contemporânea acerca de seu próprio conteúdo simbólico perpassam o neoliberalismo em sentidos diversos e são fundamentais na sua reprodução. Grande parte destas significações são ideológicas – no sentido da criação instrumental de signos, valores e vetores simbólicos em geral em função de finalidades objetivas de agentes bem definidos, seja no âmbito do Estado ou do capital. No entanto, as formas com que elas ganham vida própria e se reproduzem podem se distanciar destas fontes, e entram numa lógica do social como produzido no cotidiano da vigilância do próximo, em que as pessoas se policiam mutuamente, punindo o diferente e coibindo o surgimento de aberturas. A aglomeração é um meio criador de estímulos, seja na direção da reprodução perversa de vetores destrutivos⁷⁵, ou no caminho oposto, aumentando potências virtuosas, criadoras. Esta é uma orientação e uma preocupação fundamental no argumento aqui proposto: partindo deste pressuposto, trata-se de abordar o conjunto de questões em torno de como se tornar a cidade menos propensa a produzir

⁷⁵ Um bom exemplo é a perspectiva da vida na metrópole como causa de doenças mentais. Andrade et al (2012) abordam o caso da cidade de São Paulo como particularmente agudo, em função da exposição a situações de vulnerabilidade ligadas a formas diversas de risco aliada a fontes de pressão psicológica. O clássico de Georg Simmel, “A metrópole e a vida mental”, poderia ser re-engajado a partir deste cenário contemporâneo, possivelmente trazendo elementos importantes para a compreensão desta relação em seu padrão atual.

vetores causadores de sofrimento humano e mais apta a alimentar sua inerente potência criadora de emancipações, liberdades, obras, encontros e alegrias. É acompanhado desta operação que podemos chegar a uma perspectiva pós-humanista e pós-antropocêntrica⁷⁶ de forma mais plena, como resultado da emancipação do conjunto de amarras e controles que promovem inclusive o distanciamento e a negação da natureza, através da reprodução de formas de ser e estar no mundo vinculadas ao imperativo da produção e à esteira incessante do labor (em contraste com o trabalho e a obra, como na perspectiva arendtiana). Atualmente esta é uma prática (que corresponde a uma cosmovisão) em termos efetivos restrita a determinados grupos que se afirmam como alteridades radicais em relação ao urbano-industrial, ao estatal e ao hegemônico, como é o caso das populações indígenas – mas que constitui uma virtualidade potente no contexto atual marcado pela profundidade urgente da crise ecológica. As rachaduras recentemente evidenciadas e ampliadas na metrópole apontam possibilidades de aumento no alcance de tais narrativas emancipatórias em novas bases, apontando para a produção contra-hegemônica de um espaço diferencial mais abrangente e aberto. Argumento que o neoliberalismo urbano constitui um mecanismo reprodutor de condições que diminuem o potencial de crescimento destas manifestações de alteridade.

Sob o neoliberalismo, o cidadão se torna o indivíduo maximizador de satisfações pessoais sujeito a restrições orçamentárias e que faz cálculos de risco e retorno de acordo com cada situação específica, tornando-se um empreendedor de si mesmo, incorporando a empresa como um modo de condução (moral inclusive) do pensamento e da ação, sem que exista espaço para a ação coletiva que não seja ligada a estruturas de escolha racional com retornos em potencial envolvidos. O Estado e o mercado enviam sinalizações (alterando estruturas de incentivo e desincentivo a determinadas ações e comportamentos) que este sujeito interpreta e aprende a se adaptar às condições, e cria a habilidade de enxergar oportunidades e se posicionar de modo a aproveitar essas oportunidades. O que ocorre quando se aglomeram no espaço um conjunto grande e denso de agentes econômicos agindo de acordo com o cálculo individual utilitarista são alguns processos de déficit de ação coletiva marcantes na metrópole contemporânea (tratados pela teorização da economia neoclássica simplesmente como *falhas de mercado* ou externalidades que se congestionam), sendo o engarrafamento no trânsito a caricatura mais visível. O neoliberalismo envolve também uma alteração importante na relação Estado-sociedade, na natureza do contrato social, e no formato de

⁷⁶ Como na obra de Bruno Latour e outros autores pós-estruturalistas e advindos da antropologia contemporânea, como Eduardo Viveiros de Castro ou Tim Ingold, ou na perspectiva da biopotência contida no trabalho imaterial para a constituição do comum na direção de uma *alter-modernidade* em Hardt e Negri (2009).

cidadania que altera direitos de acordo com uma lógica de mercado. Como colocado por Dardot e Laval,

O desaparecimento de qualquer confiança em ‘virtudes’ cívicas sem dúvida engendra efeitos performáticos na forma com que os novos cidadãos-consumidores atualmente enxergam suas contribuições no recolhimento de impostos na direção de despesas coletivas e o ‘retorno’ que recebem em parâmetros individuais. Eles não são convocados a julgarem instituições e políticas públicas de acordo com os interesses da comunidade política, mas exclusivamente em concordância com seu interesse individual. *A própria definição do sujeito político se encontra radicalmente alterada* (DARDOT e LAVAL, 2014, p. 254. Grifo do original).

Em Foucault (2008), em sua genealogia das modalidades de poder que culminam no neoliberalismo, o nascimento da biopolítica remonta a uma alteração fundamental na forma de governo que se consolida progressivamente a partir do século XVI, em que o soberano deixa de se pautar pelo “fazer morrer e deixar viver” e passa a construir um modelo de atuação em torno do “fazer viver e deixar morrer” (Foucault, 2000, p. 286-7). O primeiro diz respeito ao poder frequente e amplamente exercido através do direito do soberano – que “tem direito de vida e de morte” – de retirar a vida do súdito, e o segundo se constrói no momento em que o governo da população passa a ter seu núcleo num controle instrumental sobre a vida dos governados em função de objetivos próprios relacionados ao domínio do econômico que se torna predominante, exercido através de intervenções sobre natalidade, fecundidade, higiene, saúde pública, controle de epidemias etc. Para além desta ação governamental de administração biológica da população como um recurso produtivo, outro aspecto da biopolítica, também dentro de um nexo do poder do soberano sobre a vida e a morte, é seu eventual transbordamento para uma forma de purificação e extirpação de elementos considerados impróprios na população através do genocídio de Estado (seja em sua versão nazista ou stalinista), exercendo o poder de matar de forma complementar à gestão do corpo saudável da população (Foucault, 2000). O liberalismo entra nessa equação em Foucault ao complementar a razão de Estado em função do biopoder e do controle da população com uma racionalidade estatal atrelada à razão econômica, não substituindo aquela por esta, mas “dando novas formas à racionalidade de Estado” (Foucault, 2008b, p. 468).

A ausência de uma visão histórica do capitalismo tendo como ponto fundamental e inevitável a passagem por um processo de acumulação primitiva em Foucault torna a gênese da economia política como discurso de governo (e de poder) coincidente com o fortalecimento do controle da população, mas sem a noção da centralidade da produção do espaço neste processo. O

controle da população é também o controle do (acesso ao) território em função de necessidades objetivas, bem como a conformação de um espaço social adequado à produção, que envolve a conformação de um grupo de camponeses destituídos e libertos cuja única alternativa de sobrevivência se torna sua sujeição ao nexo urbano-industrial em fortalecimento através do trabalho. É importante manter em vista que o liberalismo como governamentalidade tem um pilar nesta conformação das condições iniciais de decolagem da produção industrial de larga escala na revolução industrial – o que envolve também a retomada de projetos colonialistas e imperiais em novas bases, fundamentalmente distintas do mercantilismo ibérico – como uma perspectiva complementar ao olhar fornecido por Foucault acerca da biopolítica como forma de governo⁷⁷. Se por um lado, na perspectiva marxiana da acumulação primitiva, há uma ação direta e violenta do Estado na preparação de terreno para a decolagem da produção industrial, do ponto de vista foucauldiano acerca do liberalismo nascente, trata-se de uma autolimitação do ato de governar como um modo de bom governo pautado por um equilíbrio no alcance do Estado em função do livre mercado. Ou seja, o liberalismo como “frugalidade do governo” envolve também sua proatividade na produção do espaço necessário à fluidez e à expansão da acumulação (como discutido no capítulo 1, acima). Nota-se que muitas vezes a própria frugalidade governamental na ausência de intervenção estatal insere-se no agenciamento de formas reiteradas de acumulação primitiva – na não-correção de condições iniciais de jogo nos diversos pontapés iniciais de cada rodada histórica do capitalismo brasileiro, onde o acesso à terra constitui o mais importante exemplo.

Esta busca liberal por um equilíbrio, ou um ponto ótimo no grau de intervenção e proatividade governamental na sociedade, tem paralelos reveladores nas correspondências entre Keynes e Hayek (WAPSHOTT, 2011, p. 198), onde o primeiro concorda com o princípio da necessidade de redução da presença do Estado mais radicalmente defendido por Hayek, afirmando que, no entanto, permanecia em aberto a questão do ponto onde esta linha delimitadora do Estado seria traçada. E da mesma forma que há um debate liberal acerca do ponto ótimo de alcance da ação estatal, versões diferentes de neoliberalismo propõem distintos patamares de alcance e profundidade do mercado e seus mecanismos na sociedade. Foucault (2008) identifica no ordoliberalismo alemão uma das origens do pensamento neoliberal, que em grande medida era uma

⁷⁷ Tendo como gancho possível a questão do disciplinamento e sua complexificação na direção do controle em Foucault, sendo que a genealogia do aparato policial – elemento central no governo neoliberal – ocupa espaço importante em ambas perspectivas.

resposta da Alemanha do pós-guerra ao Estado forte do nacional-socialismo nazista, estabelecendo um marco jurídico forte acoplado a um sistema de proteção social básico sobre o qual o livre mercado poderia atuar. Um contraste com este modelo mais moderado, segundo Foucault, estava no neoliberalismo norte-americano:

Como no caso dos ordoliberais alemães, a crítica levada a cabo em nome do liberalismo econômico evocava o perigo representado por uma sequência inevitável: intervencionismo econômico, inflação dos aparatos de governo, super-administração, burocracia, e solidificação de todos os mecanismos de poder, acompanhados da produção de novas distorções econômicas que levariam a novas intervenções. Mas o que chamava mais atenção neste neoliberalismo norte-americano era um movimento completamente contrário ao que se encontrava na economia social de mercado alemã: enquanto esta considera a regulação de preços pelo mercado a única base para uma economia racional – por si tão frágil que precisa ser suportada, administrada e ‘ordenada’ por uma política interna vigilante de intervenções sociais (envolvendo assistência aos desempregados, cobertura de saúde pública, uma política habitacional etc.), o neoliberalismo norte-americano busca estender a racionalidade do mercado, os esquemas de análise que ele propõe, e os critérios de tomada de decisões que ele sugere a áreas que não são exclusiva ou primariamente econômicas. Por exemplo, a família, o controle de natalidade, ou a delinquência e a política penal (Foucault, 1997, p.78-79).

Trata-se de uma mudança que corresponde a uma transformação no espaço social na direção da aplicação de princípios do mercado a outros domínios anteriormente isolados de sua influência, que tem uma dimensão objetiva material que por sua vez não opera sem a construção de uma base simbólica-ideológica correspondente. Foucault (2008) interpreta esta tendência do neoliberalismo a se inserir em dimensões da sociedade (e da vida) a partir de uma alteração nos fundamentos e pressupostos em relação ao liberalismo clássico.

O liberalismo clássico se baseou na lógica das trocas: o que Adam Smith concebeu como a universal e humana ‘propensão às trocas e ao escambo das coisas, umas pelas outras’ (...) Mas de acordo com Foucault, o neoliberalismo é fundado numa lógica radicalmente nova: ‘uma mudança das trocas para a competição no princípio do mercado... a coisa mais importante a respeito do mercado é a competição, isto é, não a equivalência, mas ao contrário, a desigualdade’. Para os neoliberais, ‘a competição, e somente a competição, pode garantir a racionalidade econômica’.

Consequentemente, os neoliberais propõem uma nova imagem do Homo oeconomicus. Agora ‘ele não é um aliado das trocas’, mas ‘um empreendedor de si mesmo... sendo ele mesmo seu próprio capital, seu próprio produtor, a fonte de seus próprios ganhos’. Ao invés de enxergar a economia política simplesmente como outra faceta de uma paisagem social mais ampla, a lógica neoliberal enxerga todos os fenômenos sociais como

resultados dos cálculos econômicos e decisões individuais dos atores individuais. Como Foucault argumenta, o neoliberalismo ‘envolve, de fato, a generalização da forma econômica do mercado. Envolve sua generalização por todo o corpo social, incluindo o todo do sistema social geralmente não conduzido através, ou sancionado pelas trocas monetárias’. Isto significa que todas as relações e fenômenos sociais, sem exceção, ‘são analisados em termos de investimento, custos de capital, e lucros... sobre o capital investido’. Até tais coisas como ‘o casamento, a educação das crianças, e a criminalidade’ devem ser concebidas desta forma. A análise econômica pode ser aplicada a qualquer conduta humana que ‘reage à realidade de forma não-aleatória’. Isto é, a lógica do mercado pode e deve ser aplicada, de acordo com o dogma neoliberal, a todas as atividades humanas e a todo o comportamento (SHAVIRO, 2010, p. 4).

Ou, na perspectiva de Dardot e Laval (2014),

Um novo discurso ressaltando o ‘risco’ inerente na existência individual e coletiva busca persuadir as pessoas de que os aparatos do Estado social são profundamente nocivos à criatividade, à inovação e à autorrealização. Se todos são responsáveis por seus destinos, a sociedade não deve nada a ninguém. Todos devem constantemente se provar como merecedores das condições de sua existência. A vida é uma gestão de risco perpétua, autocontrole constante, e uma regulação do comportamento de si mesmo que mistura ascetismo e flexibilidade. A palavra-chave da sociedade de risco é ‘autorregulação’ (DARDOT, P; LAVAL, C., 2014, p.167).

Para Foucault (2008, p. 306-310), o homem econômico como empresário de si mesmo como subjetividade construída pelo neoliberalismo emerge no bojo de uma retomada da centralidade do trabalho na análise econômica neoliberal em termos distintos dos clássicos (trabalho como fator de produção) e do marxismo. Em ambos o trabalho é tratado de forma abstrata, sem considerar seus aspectos qualitativos a partir do ponto de vista do próprio trabalhador – trata-se simplesmente de um tempo despendido abstratamente com um esforço gasto no processo produtivo. A análise neoliberal que parte da noção de que o salário pode ser considerado uma renda auferida como qualquer outra, ou seja, uma remuneração por um capital utilizado e empregado em determinado processo produtivo, culmina na ideia do trabalho como produto de um capital humano, cujos atributos são inerentes à vida e ao ser, e cujo aprimoramento envolve ganhos de remuneração. É assim que se substitui “o *homo oeconomicus* parceiro da troca” – figura central em Adam Smith e na teoria econômica clássica – pelo “*homo oeconomicus* empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de sua renda” (FOUCAULT, 2008, p.311).

A biopolítica em Foucault expressa também uma ampliação do domínio do governo para além do âmbito disciplinar da definição de regras, da proibição, da punição, chegando ao plano da produção do real, da produção do espaço social em termos amplos, no limite, visando sua totalidade. O objetivo de tornar as populações produtivas opera na necessidade deste transbordamento para além do disciplinar, chegando à produção de subjetividades, de forma análoga à generalização do domínio do mercado na direção do não-econômico expressa pelo formato norte-americano de neoliberalismo colocado acima. Hardt e Negri (2001, p. 22) apontam essa transformação na direção do biopoder como um aprofundamento da sociedade disciplinadora (uma primeira fase de acumulação de capitais através dessa forma de poder, centrada na indústria, da qual o fordismo foi a mais alta expressão) cuja genealogia é analisada por Foucault em “Vigiar e Punir”, chegando à sociedade de controle: o biopoder é uma forma de poder que regula desde dentro, que todo indivíduo incorpora, sendo que a produção e a reprodução da vida em si são agenciadas no poder⁷⁸. O controle do desejo se torna central neste dispositivo de poder:

Desde a idade clássica do disciplinamento, o poder não pode ser exercido através da simples coerção sobre um corpo. Ele deve andar de mãos dadas com o desejo individual (...). Isto assume que ele entra no cálculo individual; que ele até participa neste cálculo; agindo nas antecipações imaginárias dos indivíduos: fortalecer o desejo (através de recompensas), enfraquecê-lo (através de punições), desviá-lo (substituindo objetos). Esta lógica, que consiste na definição indireta da conduta, é o horizonte das estratégias neoliberais para promover a ‘liberdade de escolha’ (DARDOT e LAVAL, 2014, p. 169).

Neste processo que acompanha uma tendência à generalização da forma mercado pelo espaço social como um todo, a produção de subjetividades e dos próprios seres humanos se torna a produção de capital humano, sendo o tempo dedicado ao filho pela mãe um esforço de treinamento e capacitação para potencializar tal capital biológico, antecipando um mercado de genética que vá atuar nessa produção. Segundo Foucault (2008, p. 334-335), este é o ápice da generalização do homem econômico para todo o corpo social, sendo um investimento (tempo da mãe com o filho) que provê retorno (renda futura do filho; utilidade simbólica para a mãe). Na interpretação de Dardot e Laval,

⁷⁸ Gilles Deleuze (1992) trabalha com a ideia de sociedade de controle, partindo da abordagem foucaultiana acerca do disciplinamento para sua sofisticação em formas contemporâneas de controle em que a fábrica (disciplinadora; organizada no formato do molde) é substituída pela empresa: um ente modulador, uma *alma*.

o termo ‘governamentalidade’ foi introduzido [por Foucault] para se referir às múltiplas formas de atividade através das quais seres humanos, que podem ou não ser membros de um ‘governo’, buscam conduzir a conduta de outros seres humanos – isto é, lhes governar. Pois o Estado, longe de contar exclusivamente com o disciplinamento para acessar o ser mais internalizado dos indivíduos, tem como objetivo final atingir o *autogoverno* por parte do próprio indivíduo, ou seja, produzir certa forma de relacionamento consigo mesmo. (...) Governar é, portanto, conduzir a conduta dos seres humanos, especificando que esta conduta pertence tanto ao próprio indivíduo quanto aos demais. Por isso o governo requer a liberdade como uma condição de possibilidade: governar não é somente governar *contra* a liberdade, ou *apesar* dela; é governar *através* da liberdade – isto é, explorar ativamente a liberdade permitida aos indivíduos para que eles conformem por si mesmos a certas normas de seu próprio acordo (DARDOT e LAVAL, 2014, p. 5).

Aqueles autores argumentam que essa análise permite refutar a simples oposição entre Estado e mercado, que constitui uma das principais barreiras a uma definição precisa do que é o neoliberalismo. Reitera-se que esta ação do Estado garante as bases sobre as quais o mercado pode atuar, crescer e aprofundar sua presença no tecido social – o que abrange um amplo espectro de ações proativas do Estado (nada mínimo nesta garantia de condições de produção e extração de valor), desde o aparato jurídico-regulatório até a reiterada acumulação primitiva (nas palavras de Harvey (2004), “acumulação por despossessão/espoliação”) constantemente repetida e renovada através da produção do espaço. O neoliberalismo é, assim, um modo de *governamentalidade* que institui uma concepção jurídica por dentro do capital e das relações de produção, ligado a uma subjetividade que se opera no auto disciplinamento dos indivíduos a partir das intenções operacionalizadas dessa forma de governo. Dardot e Laval defendem que, “longe de pertencer a uma ‘superestrutura’ destinada a expressar ou limitar o econômico, *o jurídico pertence às relações de produção desde seu início*, pois ele informa o econômico por dentro” (DARDOT e LAVAL, 2014, p. 10). Há portanto uma complementaridade inseparável entre o simbólico/ideológico, o econômico e político (capturado pelo Estado), sendo que

continuar acreditando que o neoliberalismo pode ser reduzido a uma mera ‘ideologia’, uma ‘crença’, uma ‘mentalidade’ que os fatos objetivos seriam suficientes para dissolver, assim como o sol dissolve as nuvens da manhã, é de fato confundir o inimigo e condenar à impotência a si mesmo. O neoliberalismo é um sistema de normas hoje profundamente inscrito nas práticas de governo, políticas institucionais e estilos de gestão. Adicionalmente, deve-se ressaltar que este sistema é resistente ao ponto de atingir muito além da esfera da mercadoria e das finanças onde o capital dita as regras. Ele efetiva uma extensão da lógica de mercado para muito além das fronteiras precisas do mercado, notavelmente gerando uma

subjetividade ‘responsável’ ao sistematicamente criar competição entre os indivíduos (DARDOT; LAVAL, 2013, p. 14).

Ou seja, não se trata simplesmente de uma ideologia como o simbólico instrumentalizado e potencialmente retirado de cena pela tarefa de desmistificação, embora ela tenha um papel importante nesta produção social do espaço pelo neoliberalismo, e tenha sido dominante na estratégia de desmonte do aparato de bem estar social a partir da difusão de concepções ideologizadas acerca do Estado keynesiano. Mas o que é ideológico é desmascarável, e a subjetivação exercida no espaço social do neoliberalismo ultrapassa este nível de profundidade, se tornando uma prática cotidiana real impregnada e orientada por uma sintonização a sinalizações que partem do Estado na direção de criar uma auto conduta individual que seja coerente com a primazia do mercado (“não há proteção social, prepare-se para se inserir como empreendedor individual”; “não há serviços públicos ou estruturas de uso coletivo confiáveis, resolva seus problemas através do mercado” etc.) e que faça com que os indivíduos incorporem e generalizem os cálculos utilitaristas de custo e benefício e risco e retorno, naturalizando-os no seu comportamento cotidiano⁷⁹. Ou seja, cria-se uma cultura. E esta não se limita ao imagético, imaginado, simbolizado, mas se traduz em práticas concretas num amplo leque de esferas da sociabilidade, abrangendo, como colocado acima, desde o casamento e a criação dos filhos até as relações de amizade e o lazer. No diálogo com a perspectiva lefebvriana, atua-se no plano do espaço social, da esfera simbólica no espaço vivido, que não é nem o espaço percebido na prática, nem o espaço concebido nos planos urbanos, nos mapas, nas representações do espaço, mas a rede de significados sociais e o plano simbólico entrecruzados com o espaço.

Trata-se de uma questão que remete a uma pergunta maior, acerca do(s) sentido(s) da cidade e do urbano – como em toda a teorização a respeito da centralidade e de seu sentido, que se inicia com uma vertente estritamente econômica e demográfica combinada a explicações funcionais acerca da cidade, com a geografia crítica posteriormente inserindo a dimensão política, da cidade como espaço da política por excelência, e que tem um conteúdo político intrínseco em disputa constante. E se a economia tem um pivô central em torno do qual ela gira, que é o utilitarismo, o acesso a bens e serviços, o crescimento, o desenvolvimento, e na vertente marxista (ainda dentro

⁷⁹ Em alguns casos chegando a proposições, por parte de alguns economistas e cientistas sociais visando alterações na formatação de políticas públicas a partir de seus critérios apresentados como técnicos e científicos, de inserção de incentivos financeiros diretos em domínios diversos, como a remuneração aos alunos de escolas públicas de performance acima de determinado patamar. O que produz racionalidades, sujeitos e subjetividades, com consequências diversas.

de uma perspectiva dominada pelo econômico) há uma disputa pelos frutos, a inserção da esfera política de forma mais ampliada escancara os sentidos do urbano, pois a disputa não é simplesmente pelo acesso a mais bens e serviços, por melhor distribuição etc. Embora inclua tal dimensão na prática, a busca pelo direito à cidade envolve relações de dominação que acontecem de formas diversas em torno de vários aspectos, sobretudo na dimensão da esfera política de quem e como se tomam decisões que influenciam a produção do espaço e a cidade de forma ampla. A relação Estado-sociedade que o neoliberalismo constrói não pode ser entendida (e nem abordada na prática) estritamente a partir do aspecto distributivo e do acesso a serviços. O direito à cidade não é uma questão redutível aos meios de consumo coletivo – apesar do neoliberalismo ter tornado esse acesso completamente direcionado ao mercado, e feito com que as soluções precisassem passar necessariamente pelo seu domínio, o que traz os meios de consumo coletivo de volta à tona como bandeira de luta (sendo que grande parte dos movimentos sociais contemporâneos são pautados por tal demanda). Mas é sabido que o direito à cidade vai além, envolvendo a práxis política e o plano do embate democrático em torno de processos que culminam na produção do espaço, no sentido da democracia radical (em Abensour, 1998) da formação de um meio autônomo fora do Estado que passa a constituir a verdadeira pólis. Neste sentido, há uma situação em que o acesso aos meios de consumo coletivo se torna uma redução da pauta do direito à cidade a um aspecto meramente de acessibilidade e eficiência distributiva na gestão urbana. No entanto, há que se avaliar tais demandas tendo em vista a profundidade da espoliação urbana e dos efeitos da acumulação primitiva que estão por trás das circunstâncias e das condições de vida que levam a este apelo por direitos sociais. E uma das questões em aberto na conjuntura atual é justamente como os movimentos sociais nesta nova configuração se posicionam diante da delimitação do direito à cidade: continuam reduzindo-o ao plano do acesso e do provimento de serviços e habitação, ou aprofundam e ampliam a pauta como norte para uma transformação no próprio sentido da cidade e da produção social do espaço urbano?

Mas o que deve ser ressaltado é a ligação entre muitos dos sentidos da (e produzidos na) cidade contemporânea com a primazia do mercado e do Estado agindo em função da canalização das condutas na sua direção. O neoliberalismo canaliza as potências do urbano para o mercado e neste processo ocorrem dois efeitos: uma exploração aumentada, em que, em função da precariedade dos meios de consumo coletivo, os frutos do trabalho se direcionam mais uma vez ao capital através do consumo; e um segundo, que é a canalização das potencialidades para o mercado: aquilo que não entra no mercado, que não é mercantilizável, deixa de ser potencializado, deixa de

florescer. As políticas de incentivo à cultura são um bom exemplo de tentativas de lidar com este problema no domínio da produção cultural, que corresponde a uma fração da sociedade com poder de mobilização para conseguir efetivar tal linha de fuga através de uma ligação direta com o Estado. Mais recentemente, outra saída buscada por estes grupos diretamente ligados à produção cultural é o direcionamento dos esforços na construção do comum. As ocupações urbanas também constituem exemplos de ação direta visando escapar ao imperativo da solução para a questão da habitação popular através do mercado. No entanto, há um amplo leque de outras atividades, produções e agenciamentos que permanecem sujeitos a esta imposição, portanto apontando para potenciais de ampliar o leque deste tipo de ação como resposta à neoliberalização da metrópole. Assim como a metrópole contemporânea se reproduz através de mecanismos de controle que interligam a produção social do espaço à dimensão simbólica sintonizada a padrões hegemônicos, a alteração deste quadro passa necessariamente por uma transformação no plano simbólico em sua interseção com a produção do espaço. Negando-se o imperativo do mercado como única saída possível, e remobilizando a ideia do que constitui a cidade em sintonia com sua capacidade criadora inerente para muito além dos vetores utilitaristas mercantilizáveis, atua-se na construção de uma esfera simbólica com potenciais políticos significativos.

É nesta seara que ocorre o encontro entre alteridade e cidadania. A diferença em relação ao hegemônico produzido simbolicamente nos termos da governamentalidade neoliberal se apresenta como um vetor politicamente potente, criador de rachaduras e aberturas a partir das quais podem se iniciar processos de transformação e saídas possíveis, inclusive na direção da produção de um *espaço diferencial* (Lefebvre, 1974). A cidade joga combustível nessas rachaduras. Produz a passagem pro espaço da resistência – que também se dá através da produção de subjetividades e de um espaço simbólico outro, aquele da(s) alteridade(s).

Diferença e cidadania: genealogias e encontros contemporâneos

O geógrafo turco Engin Isin (2002) propõe uma perspectiva da história urbana no ocidente baseada na ideia da cidade como uma máquina produtora de diferenças, em que a transformação social de longo prazo na trajetória histórica urbana advém sempre de uma intrínseca politização da *alteridade*. A noção de cidadania empregada por aquele autor se difere da simples participação na esfera política comunitária num formato de sinoicismo monolítico, e o cidadão aparece em sua abordagem como o agente que traz à tona a dimensão política, conflitual, e de conexão ao poder

nos processos sociais e na cidade em si⁸⁰. Grupos subalternos e marginais têm em sua dimensão diferencial um caráter político impregnado que se traduz numa dinâmica política – de disputa direta e/ou de afirmação através da autonomia – com os grupos dominantes que caracterizam a história da cidade ocidental desde a antiguidade clássica. Há como pressuposto uma crítica da ideia de sinoicismo tal qual trabalhada por Soja (2000) em que este “estímulo gerado pela aglomeração” é visto do ponto de vista de sua perspectiva teórica como uma visão unívoca da cidade como ente agregador que ignora as marginalidades, as alteridades e os conflitos também inerentes à aglomeração, ou “uma maneira de se enxergar a cidade, e posteriormente o Estado, como manifestações espaciais ou políticas de unificação” (ISIN, 2002, p.7). Isin concentra sua crítica na

assumpção latente de que a cidade sempre foi uma aglomeração *unificada* de tribos ‘estabelecendo-se juntas’. [E] mesmo a recente inversão provocativa de Soja essencialmente aceita uma definição universal da cidade como aglomeração espacial, no morar junto ou no sinoicismo. De fato, ao fazer referência a Lefebvre, Soja eleva o sinoicismo a um princípio geral subjacente a uma concepção universal da cidade, sugerindo ‘as interdependências econômicas e ecológicas e as sinergias criativas – bem como ocasionalmente destrutivas – que emergem da aglomeração deliberada e da habitação coletiva de pessoas no espaço como um ‘habitat caseiro’’. A questão que surge desta definição é que ela toma a invenção da cidade ocidental como uma aglomeração unificada como um dado, uma invenção originada nos cidadãos gregos antigos que escreveram histórias de suas próprias cidades desde a perspectiva da morada unida ou do ‘sinoicismo’ e a transforma num essencialismo. (...) o sinoicismo foi uma tradição inventada por grupos dominantes – cidadãos – na antiga polis grega. É dessa perspectiva que as origens das cidades foram interpretadas e estendidas de volta a outras civilizações antigas adequando evidências a elas. Foram também estendidas adiante às cidades medievais, que proveram uma história completa e universalizada da cidade ocidental. Desde que a polis grega e as cidades medievais foram adequadas a uma trajetória ocidental, o problema foi na direção de como explicar a diferença entre as cidades ‘ocidentais’ e ‘orientais’. Para Max Weber esta diferença eventualmente passava pela cidadania: que cidades ‘orientais’ nunca dissolveram seus laços tribais, mas as cidades ‘ocidentais’ os dissolveram e inventaram a cidade como uma associação. Para se desenvolver uma interpretação da cidadania enquanto alteridade é necessária uma crítica do sinoicismo e do orientalismo nas origens das cidades (Isin, 2002, p.6-7).⁸¹

Há em Isin uma interface com a crítica do orientalismo semelhante àquela trazida por Edward Said. A visão weberiana da história da cidade em perspectiva comparada entre ocidente e

⁸⁰ A perspectiva da *cidadania insurgente*, tal qual elaborada por Holston (2013) numa abordagem mais aplicada ao contexto brasileiro e num recorte mais delineado em torno da questão urbana, será mobilizada adiante, e pode ser colocada em complementaridade a esta vinculação da cidadania à alteridade urbana proposta por Isin.

⁸¹ O próprio Lefebvre é alvo dessa reinterpretação crítica, por propagar, segundo Isin, uma “apropriação pouco crítica do sinoicismo no pensamento ocidental” (ISIN, 2002, p.47).

orientes buscando explicações para a decolada modernizadora da cidade ocidental diante da oriental onde o capitalismo e o desenvolvimento não afloram é interpretada através da ausência do sinoicismo na última, e de seu progressivo avanço na primeira. Para Weber, “o que torna a cidade ocidental única é o estabelecimento de uma fraternidade, uma irmandade de armas para proteção e ajuda mútuas” (ISIN, 2002, p.8). Contra esta visão da centralidade de um caráter de unidade advindo da história contada pelos vencedores, Isin defende o elemento dinâmico da história política urbana como a alteridade politizada, produzida de formas distintas em cada ciclo histórico de longa duração.

Um exemplo importante é a própria ascensão do capitalismo mercantil na cidade da baixa idade média que dá início, a partir do contato com os mercados do mundo árabe como efeito indireto das cruzadas, ao capitalismo comercial tendo a cidade de Veneza como um primeiro centro principal, conformando transbordamentos e uma rede de centros urbanos interligados e constituintes de uma espacialidade que passa por fora e em fuga do feudalismo e de suas redes e territorialidades. No conhecido debate entre Maurice Dobb (1983) e Paul Sweezy (1984) acerca da transição do feudalismo para o capitalismo, Dobb defende uma visão centrada nas contradições internas do regime feudal, que se tornaram insustentáveis em seus próprios termos, enquanto Sweezy argumenta por uma versão da transformação semelhante a perspectivas contemporâneas a respeito da rota de fuga como forma de mudança social e histórica.

Para Dobb, o sistema feudal entrou em colapso devido a circunstâncias internas a ele: um crescimento significativo nas populações, principalmente da classe dos nobres (exclusivamente consumidora), com a quantidade de terras cultiváveis permanecendo estáveis, levou o sistema ao rompimento, pois a produtividade do trabalho servil era muito baixa para suportar um aumento considerável na demanda por insumos de qualquer natureza. Com isso, os servos foram violentamente pressionados a produzir mais excedentes. Sweezy critica Dobb nesse aspecto afirmando que houve um crescimento nas populações nobres maior proporcionalmente do que aquele dos servos, mas esta não foi a principal causa da maior necessidade de renda da classe dominante: mas sim os gastos crescentes da classe dominante feudal. Segundo Dobb, a fuga dos servos para as cidades também foi um fator interno ao sistema, pois foi exclusivamente devido à maior pressão exercida pela classe dominante que isso ocorreu. No entanto, as cidades começavam a intensificar as atividades nas guildas, ofícios, na produção artesanal e no comércio. Para Sweezy, os servos não poderiam simplesmente fugir dos feudos se não tivessem para onde ir, considerando

que as populações itinerantes eram tidas como uma classe mais baixa na sociedade (não tendo espaço para eles nos feudos).

Dobb presta pouca atenção ao fato de que a fuga dos servos ocorreu simultaneamente com o crescimento das cidades, especialmente nos séculos XII e XIII. Cidades em rápido desenvolvimento ofereciam liberdade de emprego e um status social mais elevado, agindo como um poderoso ímã para a população rural oprimida. (...) Dobb poderia ter atribuído maior coerência a sua tese, se tivesse mostrado que o crescimento das cidades foi um processo interno ao sistema feudal. Mas ele não o faz, reconhecendo que o crescimento das cidades ocorreu proporcionalmente à sua importância como centros comerciais, e o comércio como aquele que existiu nas cidades não pode, de maneira alguma, ser visto como uma característica da economia feudal (SWEEZY, Pág. 40).

No entanto, este centro urbano em ascensão através de sua função como rota de fuga do regime feudal não era uma comunidade homogênea e coesa constituída pelos embriões da burguesia nascente, grupos que se infiltravam na cidade mas permaneciam em grande medida nas suas margens. Estes eram estranhos e *outsiders*⁸² em relação a uma ordem aristocrata que, assim como seus precursores da polis antiga, operava na complementaridade entre cidade e campo, tendo nesta própria relação uma fonte de poder duplamente exercida dentro e fora do regime feudal. A rota de fuga dos mercadores e artesãos não se dá sem conflitos com esta ordem hegemônica, e a própria transformação do sistema urbano medieval europeu numa rede que viria a sufocar por fora o modo de produção e trocas anterior só se efetiva a partir dessa politização da diferença na cidade. A alteridade se torna assim, o elemento político dinâmico que entra em cena na disrupção do sinoicismo unívoco e monolítico, gerando efeitos concretos em transformações sociais aprofundadas que são identificadas por Isin em cada ciclo de longa duração da história da cidade europeia, até o tempo presente.

Esta perspectiva da diferença politizada somada à noção da cidade como máquina produtora de diferenças nos remete a uma discussão contemporânea acerca da figura do *dissenso* proposta por Jacques Rancière (1996) como o elemento definidor da política, sendo produzido – em nosso próprio argumento – pela diferença na cidade. Rancière defende que “sob o termo *consenso* a

⁸² Utilizo o termo em inglês e não sua tradução literal, *forasteiro*, devido à conotação estritamente geográfica deste último, e do sentido tomado pelo primeiro, como aquele que não se encaixa, seja por motivos de exclusão/exploração/dominação ativa dos grupos hegemônicos, seja por sua própria ação autônoma visando a não-inserção de maneira intencional e afirmativa.

democracia é concebida como o regime puro da necessidade econômica” (RANCIÈRE, 1996, p. 367), e de forma análoga à crítica de Isin ao sinoicismo apresentada acima,

O dissenso não é a diferença dos sentimentos ou das maneiras de sentir que a política deveria respeitar. É sua divisão no núcleo mesmo do mundo sensível que institui a política e sua racionalidade própria. (...) a racionalidade da política é a de um mundo comum instituído, tornado comum, pela própria divisão. (...) a política não é em primeiro lugar a maneira como indivíduos e grupos em geral combinam seus interesses e sentimentos. É antes um modo de ser da comunidade que se opõe a outro modo de ser, um recorte do mundo sensível que se opõe a outro recorte do mundo sensível. (Rancière, 1996, p. 368).

Rancière apresenta as origens do termo *democracia* como advindo de uma designação pejorativa por parte dos aristocratas da polis antiga a uma suposta situação “para eles grotesca e impensável”, em que o poder do povo naquele contexto se traduziria automaticamente em o poder dos pobres, não como uma categoria simplesmente econômica, mas como

aqueles que não possuem nada, nenhum título para governar, nenhum título de valor a não ser o fato de terem nascido ali e não alhures. Esse nome para nós banal significa portanto originalmente uma ruptura inédita, a instituição de um mundo às avessas para todos os que pretendem fazer valer um título inédito para governar. Significa que governam especificamente os que não têm nenhum título para governar. (Rancière, 1996, p. 370).

Ou seja, trata-se do marginal, do *outsider*, daquele que constitui um espaço politizado de alteridade em relação aos que buscam consenso e ao sinoicismo comunitário da cidade como irmandade e reunião coesa de cidadãos bem dispostos. Para Rancière, estas

noções habitualmente aceitas (...) designam com a palavra *política* o conjunto dos processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes e a gestão das populações, a distribuição dos lugares e das funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição. Proponho dar a esse conjunto de processos um outro nome. Proponho chama-lo *polícia*, ampliando portanto o sentido habitual dessa noção, dando-lhe também um sentido neutro, não pejorativo, ao considerar as funções de vigilância e de repressão habitualmente associadas a essa palavra como formas particulares de uma ordem muito mais geral que é a da distribuição sensível dos corpos em comunidade. (RANCIÈRE, 1996, p. 372).

Esta é a acepção de política que parte do próprio poder instituído e muito frequentemente do próprio Estado, contra a qual a própria cidade, como máquina produtora de alteridades

politizadas, tende a criar vetores dinâmicos. Para Rancière, a política se define como o que a polícia não é, como a perturbação de sua ordem, tendo o *dissenso* como “uma perturbação no sensível, uma modificação singular do que é visível, dizível, contável” (p.372). Uma repressão a uma manifestação de rua, por exemplo, envolve um dissenso quanto ao que a rua representa para a polícia (espaço de circulação) e para a política enquanto dissenso (“espaço onde se tratam os assuntos da comunidade”, que para a polícia situa-se nos prédios e instalações de Estado formalmente destinados a tal uso). Assim, “antes de ser um conflito de classes ou de partidos, a política é um conflito sobre a configuração do mundo sensível na qual podem aparecer atores e objetos desses conflitos” (RANCIÈRE, 1996, p. 373). Pensando nestas interseções entre espaço e poder, Mustafa Dikeç (2005), seguindo as reiteradas referências espaciais em Rancière, argumenta que

o espaço se torna político ao se tornar o lugar polêmico onde uma injustiça pode ser abordada e a igualdade pode ser demonstrada. Ele se torna um elemento integral da interrupção da ordem ‘natural’ (ou naturalizada) de dominação através da constituição de um lugar de encontro por parte daqueles que não são contemplados por esta ordem. O político, nesta perspectiva, é sinalizado por este encontro como um momento de interrupção, e não pela mera presença de relações de poder e interesses concorrentes. (DIKEÇ, 2005, p. 172).

Tal centralidade da dimensão espacial nos remete diretamente de volta a Henri Lefebvre, onde a cidade aponta como espaço de disputa, e a produção do espaço como um amplo expediente fundamental na reprodução das relações sociais de produção – que constitui, no marxismo heterodoxo daquele autor, em detrimento da perspectiva estática do modo de produção – o elemento dinâmico através do qual a reprodução ampla e a *sobrevivência do capitalismo* (Lefebvre, 1978b) se consolidam. Assim, esta produção do espaço, tomando o insumo de Rancière colocado brevemente acima, passa necessariamente pela tentativa de calar, isolar, neutralizar (territorialmente inclusive) o dissenso e sua tendência inerente a se territorializar e despontar no espaço de forma efetiva e potencialmente disruptiva. Na cidade brasileira contemporânea, porções desta alteridade marginal que havia sido mais agressiva e explicitamente reprimida, silenciada e escondida no período ditatorial, aparece em conflitos diversos também na forma - presente no espaço percebido na metrópole - da pichação, dos moradores de rua, dos pedintes, do comércio ambulante em fuga da fiscalização etc. Aponta-se para este exemplo de marginalidade na acepção do senso comum em torno do termo como uma forma de se indicar a amplitude que a tipologia de categorias do subalterno, da alteridade politizada descrita acima, e do *outsider* pode tomar, para muito além de vetores unidimensionais relacionados a somente um aspecto da reprodução social e

das práticas e formatações de poder efetivo, seja ele no âmbito do capital, das relações com o Estado, ou da identidade, da cultura e do cotidiano. É necessário que a compreensão da produção do espaço (nesses termos múltiplos) como forma de reprodução das relações sociais de produção passe também por essa acepção do dissenso, da política e da polícia em Rancière, e das concretudes espaço-temporais da dinâmica de interação entre estes vetores.

Dentro do próprio universo marxista, tem-se como um aspecto central a potência daqueles que se encontram de fora – ainda que diretamente mobilizado como uma peça fundamental do mecanismo de reprodução e expansão do núcleo hegemônico, sob a forma do trabalho empregado na produção de valor –, subsumidos, subalternos, sujeitos a relações heterônomas, na conformação de processos de mudança. Vale notar, nesta discussão, que a figura do operário enquanto agente de transformação por excelência no marxismo clássico⁸³ se multiplica, no contexto em que a produção do espaço se torna o aspecto chave na reprodução social, em agentes e sujeitos diversos, e se torna, de forma ampla, aquele que se posiciona enquanto o *outro*, assumindo e afirmando um status de alteridade, no período atual, diante do espaço social produzido pelo neoliberalismo enquanto forma de governamentalidade. Pois a dinâmica capitalista não é a única fonte geradora de diferenças subalternas na metrópole, que se afirmam em planos diversos.

A ideia da “cidade contra o Estado” pode ser mobilizada a partir da trajetória conceitual proposta por Rita Velloso (2015) em diálogo com a abordagem lefebvriana da cidade como território de disputa e ente catalisador da política emancipatória, trazendo elementos da antropologia política de Pierre Clastres (2003) que permitem também uma aproximação com especificidades da formação social brasileira de forma renovada. “Contra o Estado”, em termos clastreanos, se refere à aversão indígena da autoridade, que é tanto uma teoria política de relações sociais ameríndias, quanto uma hipótese histórico-geográfica para se explicar, a partir das relações sociais internas àqueles grupos, a migração e o espraiamento dos povos indígenas pelas terras baixas da América do Sul centro-oriental. Na medida em que determinado grupo indígena cresce em número, o fortalecimento e a emergência de relações de autoridade e dominação faz com que os (novos) subalternos emigrem, muitas vezes de forma pacífica, mantendo contato amigável com seus parentes, por outras vezes criando novas rivalidades entre os dois grupos. Em Clastres, essa dinâmica envolve uma construção cultural da autoridade que é profundamente distinta de sua

⁸³ Por operar por fora tanto da sociedade civil quanto da sociedade política, e só ter sua entrada permitida através do próprio rompimento desta divisão – pois o que está “dentro” se define justamente pela exclusão deste grupo e por esta divisão que o distancia ainda mais. Em Marx (2005), a democracia verdadeira é operacionalizada a partir desta entrada disruptiva do proletário, como agente revolucionário por definição, em cena.

concepção ocidental, no sentido de que ser liderança envolve um ônus para o ameríndio, que encara a autoridade não como um privilégio mas como uma tarefa coletiva que precisa ser conduzida, pois ela não carrega uma capacidade coercitiva, portanto, *não envolve poder*. Muitas vezes os líderes incapazes de lidar com situações de crise são assassinados, ou expulsos do grupo.

Esta é uma leitura da política intra-ameríndia que foi conjugada ao elogio Deleuzoguattariano do nômade e da rota de fuga na etnologia profundamente politizada das cosmologias perspectivistas do ameríndio em Viveiros de Castro (2002). Trazer tal leitura para a cidade envolve incorporar outra leitura de Castro et al (2008), acerca da formação social brasileira de forma mais ampla, em que “todo mundo é índio, exceto quem não é” – apontando, obviamente, para os colonizadores e seus herdeiros diretos. Adicionar e conjugar com esta antropologia política o universo cultural e político do negro brasileiro em suas interseções com o espaço – que envolve pensar nas territorialidades também em rota de fuga (da criminalização, da estigmatização do próprio território, inclusive) dos quilombos e das favelas como inscritos na mesma genealogia – seria uma elaboração essencial para trazer esta perspectiva à interpretação da diferença politizada na metrópole contemporânea⁸⁴. No entanto, redirecionamos a discussão, à guisa de conclusão, ao tema da colonialidade do poder na América Latina, como um processo persistente contra o qual o dissenso se estabelece, e que tem claras ligações com o neoliberalismo em suas diversas facetas operacionais e simbólicas. Tratar das conjugações e sobreposições entre os universos indígena e negro no urbano contemporâneo, enquanto forma de diferença politizada que se soma ao nexo da “cidade contra o Estado”, amplia ainda mais o leque múltiplo de vetores que compõem estas formas de se afirmar através do dissenso em relação ao hegemônico marcado pela colonialidade do poder (portanto, da governamentalidade), do ser e do saber (Mignolo, 2007).

Muitas vezes este caráter duplamente indígena e negro das alteridades urbanizadas brasileiras, em seu nexo clastreano apontado acima e em resposta à permanência do caráter colonial do poder, se manifesta *contra o Estado* no cotidiano urbano em práticas diárias de subversão (muitas vezes de forma nem aproximadamente progressista), e em tempos de insurgências políticas. Atua-se não somente em eventos ampliados e em grande número ocupando espaços em torno dos quais surge o conflito tal como descrito por Rancière acima (como as manifestações recentes tratadas nos próximos capítulos), mas também através de grupos que agem politicamente no espaço urbano contra os planos e intenções do Estado de forma difusa e concentrada em pequenos bolsões

⁸⁴ Ver, dentre outros, Campos (2012).

(no exemplo das ocupações urbanas). A resposta, como os eventos de junho de 2013, que serão analisados mais detidamente adiante, demonstram através de suas inúmeras erupções de dinâmicas latentes e subjacentes, vem em grande parte na forma da violência física e da repressão direta.

A escapatória da construção de subjetividades exposta acima muitas vezes leva na direção da conformação de espaços sociais outros, de alteridades que engendram heterotopias potencialmente autônomas e com capacidades de construções que também partem de processos de subjetivação, da produção simbólica de alternativas possíveis. A construção de redes também se apresenta de forma decisiva neste processo, seja na conformação das alteridades, dos espaços outros, a partir de teias de agentes e processos interligados em que os próprios vínculos ganham agência importante na definição de desdobramentos e resultados, ou também na subjetivação em disputa, que passa por canais na forma de afetos e vetores constituintes do imaginário, e da esfera de valores que constituem práticas cotidianas. Neste percurso, tais alteridades se politizam, se tornam dissenso efetivo de formas diversas, e nisso, tendem a criar potencialidades de um *espaço diferencial* (Lefebvre, 1974) real no urbano contemporâneo, tendência latente na cidade à qual a reprodução da hegemonia e dos formatos de exercício do poder precisam direcionar esforços deliberados no sentido de abafar, anular, conter. Alguns exemplos concretos de afloramentos recentes destas potências metropolitanas a partir da escapatória de tais formas de controle e contenção são trazidos no capítulo 6, adiante. O próximo capítulo abre um parêntese nessa discussão para apresentar uma espacialidade em formação que se torna um ator importante nessas redes de formação de alteridades e subjetivações, entrando em cena como um ente produtor e intensificador de encontros e agenciando transbordamentos diversos, não somente progressistas ou mobilizados por grupos situados nestas esferas da alteridade diante de um quadro hegemônico, mas também servindo como ferramenta para o alcance de objetivos politizados por outras forças.

5 – NOVAS ABERTURAS NO ESPAÇO DIGITAL: potências do encontro da Internet com a metrópole

O próximo capítulo trata de uma série de eventos políticos insurgentes que constituem manifestações concretas das aberturas e rachaduras na direção da alteridade cidadã e do dissenso, já apontados no capítulo anterior. Mas antes de chegar na análise destes acontecimentos – dentre os quais se destacam as manifestações de junho de 2013 no Brasil -, faz-se necessário passar por uma discussão acerca de um novo elemento que se faz presente no cenário social, cultural e político contemporâneo, e que se relaciona diretamente com diversas manifestações políticas assistidas ao redor do mundo desde o início desta década de 2010 e nas quais os eventos de 2013 no Brasil se inserem, que é a progressiva inserção da internet no espaço social contemporâneo. Este novo elemento, o espaço digital em construção, traz desdobramentos políticos ainda no estágio inicial de seus percursos, que por sua vez passam, no argumento que construo a seguir, por sua relação direta com a metrópole num formato de retroalimentação e potencialização recíproca. Neste argumento mais brevemente tecido⁸⁵, trato de questões que surgem da consideração deste cruzamento entre internet e metrópole, partindo da hipótese de que as erupções de junho de 2013 foram, parcialmente, resultados justamente deste encontro, tendo sido canalizadas através do espaço social agenciado e mobilizado eletronicamente. É claro que aqueles eventos não foram exclusivamente resultantes de um encadeamento que passa pelos transbordamentos do uso político do espaço digital na direção das ruas, e envolvem também outros agenciamentos que tangenciam esta lógica mas não situam-se em seu bojo, como veremos; mas faz-se necessário trazer essa discussão para o terreno dos estudos urbanos com o objetivo de levantar questionamentos e apontar para uma agenda de pesquisas que inclua também o novo campo de ação construído em torno da ligação entre redes e ruas. Ou seja, mesmo sendo óbvio que não é o uso da internet em si que engendra os eventos políticos, é essencial considerá-la na análise destes, pois seu formato de agenciamento é fundamental no funcionamento e nas características destes transbordamentos – o que envolve aspectos virtuosos e negativos.

Em termos epistemológicos, situo a linha de argumentação perseguida neste capítulo e no próximo como situada num terreno de privilégio da empiria através de uma abordagem que busca

⁸⁵ Em que deixo de fazer referência a uma série de pesquisas e publicações já realizadas ou em curso mais centradas no tema das redes digitais a partir de uma vertente sociológica, ou das ciências sociais de forma geral, em função do caráter exploratório e propositivo do argumento tecido neste capítulo.

identificar e mapear associações diretas entre agentes e eventos, formando sequências encadeadas em redes espaço-temporais de interconexões que culminam num estágio atual da contemporaneidade, que obviamente guarda desdobramentos futuros. Neste ponto presente, tem-se uma miríade de processos e condições atuais que são imanentes e reais, e que se apresentam como a constituição do campo que deve ser privilegiado como objeto de análise e intervenção, demandando atuações e compreensões entrecruzadas a respeito deste universo vivo, latente e realmente existente, com desdobramentos abertos no momento histórico presente⁸⁶. No entanto, busco efetivar tal percurso sem perder de vista o privilégio de uma perspectiva teórica e histórica que caracteriza a discussão realizada nos capítulos anteriores, procurando formas diversas de sintetizar as duas vertentes e promover diálogos produtivos entre elas.

A internet e o direito à cidade: questões acerca do início de uma relação

Traçar uma breve genealogia da produção social do ciberespaço na metrópole brasileira é um primeiro passo importante na direção da análise de seus efeitos sobre a cidade. A internet intensifica sua presença no espaço social nos últimos anos a partir da ampliação do acesso aos equipamentos necessários para tal, e às tecnologias digitais, na generalização recente das redes sociais anteriormente restritas a círculos menores, mais específicos, de usuários. A ampliação e o aprofundamento do espaço digital em interface com o urbano trazem consequências para este, abrindo um campo de possibilidades de ação, bem como uma agenda de pesquisa, e invocando a necessidade de teorização acerca das implicações desta relação para a produção do espaço.

A partir da década de 1980, uma pequena subcultura urbana constituía-se no Brasil em torno do agrupamento de usuários de computadores pessoais, na troca e na reprodução de softwares piratas e jogos eletrônicos (que a tecnologia digital permitiria realizar sem limites físicos pela primeira vez), bem como no compartilhamento aberto de conhecimento técnico aplicado na manutenção de máquinas, na instalação e elaboração de softwares etc. O início da década seguinte traz alguns progressos tecnológicos importantes que permitem a interligação dos computadores em redes, que através do surgimento do modem poderia ser feita através das linhas telefônicas. O acesso às primeiras redes locais que permitiam esse tipo de interligação telefônica entre

⁸⁶ Esta segunda frente tem como inspiração uma outra vertente do pós-estruturalismo contemporâneo, qual seja, aquela informada pela *filosofia empirista* de Gilles Deleuze e Félix Guattari, que privilegiam o imanente diante do transcendente, a partir de uma leitura da imanência em Spinoza.

computadores era feito através dos BBS (*Bulletin Board Systems*), que eram softwares que organizavam as trocas de informações, softwares e dados entre usuários. Além dos chats, dentre as formas de trocas de dados e informações que este sistema permitia, estava o *newsgroup*, que era um fórum de discussão aberta de assuntos diversos. Os provedores de acesso a estes serviços eventualmente seriam os primeiros ofertantes de acesso à internet no Brasil – num primeiro momento somente aos provedores de e-mail (em 1993 em São Paulo), e posteriormente à World Wide Web (se espalhando pelo Brasil em 1995), que viria a substituir as redes locais através do acesso direto ampliado que elas mesmo proviam à grande rede interligada mundialmente.

A partir da interligação das comunidades localmente organizadas nas BBSs através do acesso que a rede mundial permitia, os *newsgroups* se interligavam nacional e globalmente. A plataforma utilizada para a construção dessa ferramenta era a Usenet, rede que já era usada em universidades norte-americanas desde o início da década de 1980 e que tem seu acesso interligado à Web na década seguinte. A criação ilimitada de fóruns temáticos separados por país, língua e assunto permitiu o surgimento de um espaço de discussões que promovia um encontro entre usuários de forma completamente horizontal, sem a necessidade de autoridades exercendo funções centralizadas de controle (com a exceção de moderadores com capacidades de exclusão de mensagens e de usuários, e que eram convocados em situações de desrespeito e abuso). A ferramenta complementar de comunicação e interação entre usuários era o chat, também anteriormente limitado às redes locais, e que com a internet ganha escala mundial, mas quase sempre se delimitando às comunidades de mesma língua, e que tem um histórico de alcance muito mais amplo que os *newsgroups*, sendo frequentemente dividido em diversos canais de acesso. Neste momento, começa a aparecer um código próprio dos usuários mais assíduos das redes, uma etiqueta, uma série de termos e gírias específicas, e um conhecimento detalhado sobre sua geografia virtual cujos caminhos aprofundavam seu alcance, suas ramificações e o grau de especialização destas. Também neste período a rede começa a servir como ponto de encontro e trocas para subculturas e grupos sociais distintos já anteriormente constituídos e que enxergam uma oportunidade de ampliar seus canais de diálogo através dos novos sistemas interligados digitalmente. Isso ocorre na década de 1990, tanto no ambiente dos chats (através da sua organização em canais de interesse para conversa sobre assuntos específicos) quanto nos grupos de discussão da Usenet, que no Brasil se consolidava nos *newsgroups* do Universo Online (UOL), e abrangiam 525 fóruns *online* de temas diversos, desde economia, esportes, política e cultura (com ramificações e sub-ramificações focando em subdivisões específicas dentre estes guarda-chuvas

maiores) até grupos organizados por cidades, regiões e comunidades de imigrantes estrangeiros. As listas de e-mail também foram canais importantes de agregação de comunidades online, na maioria das vezes de acesso aberto, e constituindo grupos de discussão e ação em torno de temas e agremiações específicas, muito frequentemente usados por comunidades no meio da produção artístico-cultural e dentre acadêmicos, separados por campos de conhecimento, com variados níveis e padrões de regionalização.

Outro formato de consolidação de uma comunidade própria da internet em interligação com agrupamentos existentes fora da rede e que utilizam das ferramentas online para ampliar o alcance de suas trocas que surge no final dos 90 e cresce exponencialmente no início da década de 2000 são os blogs. Jornalistas, poetas, escritores, críticos de música e cinema, e a enorme massa de estudantes dos campos correspondentes compunham um grupo que iniciavam suas próprias páginas independentes online e escreviam regularmente sobre temas diversos, fazendo surgir a figura do *blogueiro*. Muito antes de o formato ser adotado pelas próprias empresas de mídia e por jornalistas de renome que passam a atuar independentemente, ou com patrocínios diretos de partidos políticos ou grandes empresas, os *blogueiros* criam uma grande constelação de canais de acesso independente à informação disponibilizada e processada de formas diversas, permitindo também que movimentos sociais, partidos políticos, e grupos diversos tenham seus próprios canais de comunicação com a internet como um todo, sem a necessidade de passar por canais comerciais de difusão da informação (que muitas vezes criam um viés inerente, não somente devido à vinculação frequente dos controladores dos grandes meios de comunicação a grupos de interesse privado específicos, mas também devido à influência exercida por grandes anunciantes no conteúdo dos jornais destes meios empresariais tradicionais). Assim como nas ferramentas descritas acima, os blogs também constituíram uma subcultura própria, com interfaces com dinâmicas situadas fora do espaço da rede e que o utilizavam como suporte, mas conformando neste ponto de encontro um código de práticas e valores típicos de um agrupamento social bem definido. Ademais, são espaços de difusão que funcionam como as rádios independentes (nas favelas, por exemplo), divulgando informações, relatos acerca de eventos diversos e fazendo jornalismo independente e autônomo de forma geral.⁸⁷

Outro aspecto importante que deve ser levado em consideração em relação à blogosfera é que a presença da contracultura online é marcante desde os primórdios das BBSs descritos acima,

⁸⁷ Não por acaso as rádios independentes tendem a ser severamente reprimidas pelas autoridades reguladoras da mídia, jamais interessadas em criar formas de regulamentação que poderiam contemplar tais experiências.

e têm nos blogs um terreno fértil para sua reprodução. Desde grupos vinculados à música criada por fora da indústria cultural em sua vertente comercial principal (o chamado *mainstream*) até anarquistas de tendências diversas utilizavam a internet como ponto de encontro para trocas de dados e informações desde a primeira metade da década de 1990, promovendo eventos, encontros de usuários de comunidades virtuais etc., o que continua a ocorrer com estas novas ferramentas, de maior alcance em potencial. No plano específico da política, ressalta-se que este caldo anti-*establishment* do mundo virtual não é e nunca foi exclusivamente progressista e/ou vinculado a um pensamento de esquerda, sendo muitas vezes povoado por grupos radicais situados no outro extremo do espectro político.

A expansão destas formas rizomáticas de agregação e encontro se dá tanto no crescimento do próprio acesso às tecnologias por parte de contingentes mais ampliados quanto no aumento do alcance de cada uma dessas formatações das ferramentas tecnológicas disponíveis, que atingem grupos distintos, geralmente maiores que as primeiras interfaces que surgiram nos anos de 1990 descritas acima. Outro aspecto significativo é que a liberdade de expressão advinda da independência das redes cria canais de acesso irrestrito, tanto para os difusores de mensagens quanto para seus leitores em potencial, o que possibilita uma abertura para a utilização destes novos meios de difusão de informação por grupos que precisam fazê-lo por fora dos meios tradicionais por motivos diversos. Desde os newsgroups em seus primeiros anos no UOL, as discussões atingem níveis acentuados de aprofundamento em função da presença de especialistas nos temas que muitas vezes debatiam entre si, em interação com o público mais amplo, e em temas mais interligados à política propriamente dita, muitas vezes a figura do militante já se fazia presente nos debates.

Num primeiro patamar, a internet recriava o espaço da praça pública onde se conversava sobre assuntos correntes que afetavam a esfera pública e o *comum* de forma relativamente aberta (o que no interior jamais deixou de existir), e que na escala da metrópole é substituída pelos jornais com suas diversas barreiras à entrada, suas distorções, seu isolamento e sobretudo sua via de mão única nesse trânsito da informação, que o público amplo recebe e reage somente em sua escala imediata. Inaugurava-se aí uma interseção discursiva com a esfera pública radicalmente aberta à intervenção e à participação do público amplo, que se torna também ponto de encontro alimentador de reciprocidades e com um enorme potencial latente de transbordamento para o espaço fora dos computadores e suas redes. Este potencial é comercialmente explorado por promotores de eventos e empresas visando nichos de mercado específicos, sendo que sua vertente política permaneceria em fermentação por mais alguns anos. E se a discussão em praça pública tinha significativas

barreiras à entrada e sua própria forma de censura das minorias e dos subalternos, a internet constitui um espaço mais aberto que propicia e fertiliza os encontros internos a estes grupos e entre eles, gerando também transbordamentos para o público amplo com consequências políticas virtuosas.

O terceiro espaço comunitário da *sociedade de esquina*, que cumpre um papel importante na sociabilidade urbana em pequena escala (Whyte, 2005), transborda para o espaço digital de forma complementar ao urbano, retroalimentando pontos de encontro e trocas mútuas que ocorrem nas ruas de forma potencialmente autônoma, horizontal e altamente diversificada. Mas isso não acontece sem reações de discursos machistas, homofóbicos, racistas, xenófobos, contra populações indígenas, contra os pobres, dentre outros – também difundidos e articulados digitalmente, e muitas vezes tendo alimentadores instalados nos meios de comunicação tradicionais. Este tipo de atuação gera um efeito cascata em enorme escala na ação dos usuários/leitores que replicam este formato de discurso no meio digital. Mais recentemente, pode-se identificar também uma forma de apropriação das ferramentas digitais por grupos interessados em disseminar, deliberadamente, discursos de calúnia, difamação e boatos (muitas vezes com linchamentos verbais na sequência), o que tende ser efetivo e de difícil reversão, devido a esta característica da ampliação livre dos efeitos de espraiamento de informações que demarca as redes eletrônicas. Nos casos em que as acusações são baseadas em fatos comprovados, algumas vezes há, mesmo assim, a mobilização desta forma de agenciamento através das redes eletrônicas, de forma paralela ou não ao acionamento do aparato de justiça formal. O que constitui uma ferramenta que pode ser utilizada para objetivos diversos, e levadas em inúmeras direções distintas, de acordo com as intenções de seus operadores, e com efeitos em potencial também variados (potencialmente muito graves e de difícil controle).

As redes sociais em seu formato atual surgem no início de 2004, se espalhando rapidamente pela internet brasileira ainda naquele ano. Assim como os newsgroups e as listas de email anteriormente, elas se tornam um espaço de encontro entre ativistas e o público geral, provocando um progressivo ganho de escala nesta interação, a partir da combinação entre blogs e a divulgação viral/exponencial de textos nas redes, formatadas tecnologicamente em padrões que facilitam o espalhamento de postagens em progressão geométrica, possibilitando o alcance de públicos em escala inédita. As novas ferramentas ampliam o raio de alcance das informações compartilhadas de forma orgânica, descentralizada e horizontal, em que os agentes propagam informações exponencialmente, com audiências sem limites de quantidade de visualizadores em potencial. Este é o dispositivo que permitiu que a fermentação da conversa política na internet atingisse a escala

atualmente vista, sendo que os blogs cumpririam um papel-chave neste contexto, por abrigarem textos maiores, repletos de informações que os usuários compartilhariam à enésima potência. Durante os eventos de junho de 2013, ganhou destaque também o crescimento de mídias descentralizadas, horizontais e em grande medida autônomas na cobertura direta (e na maioria das vezes com transmissão em vídeo ao vivo) dos atos nas ruas, o que amplia em potencial a capacidade da rede de criar canalizações que passem por fora do controle dos meios tradicionais com alcance inédito, muitas vezes divulgando amplamente, através de imagens gravadas ou em transmissão em tempo real, eventos não difundidos pela grande mídia.

A profusão de redes distintas aumenta o grau de heterogeneidade da internet, bem como sua capacidade de criação de rotas de fuga sem obstáculos significativos, como bem evidenciam as inúmeras tentativas por parte da indústria fonográfica de cercear o compartilhamento de arquivos de áudio online e as sempre bem-sucedidas saídas tecnológicas que a comunidade de usuários dedicados a esta atividade cria de forma autônoma através da simples produção de novas ferramentas. No entanto, em algumas situações, tais aberturas na direção da fuga de restrições impostas verticalmente não ocorrem facilmente. Além de casos diversos de censura a determinados tipos de conteúdo, alterações nas tecnologias de algumas redes sociais geram impactos importantes no padrão aberto, horizontal e rizomático das interações que se verificavam anteriormente, em função de um privilégio à difusão do conteúdo em páginas pagas pelos usuários. Trata-se de alterações na configuração técnica da rede, em função de objetivos estritamente mercadológicos por parte da grande empresa privada que provê o acesso à rede social de maior uso no momento atual, que gera efeitos significativos nas interações entre usuários e no próprio caráter horizontal e rizomático, geralmente presente nas redes, podendo diminuir consideravelmente o grau de alcance de publicações sem vínculos a fontes de renda que permitam promovê-las. Outro fator preocupante para alguns ativistas que se articulam através de redes sociais é o potencial de ligação de algumas dessas tecnologias com aparelhos de vigilância e repressão de ações de protesto, inclusive em padrões ilegais de quebra de sigilo e acesso a informações pessoais e trocas de mensagens privadas entre usuários, fazendo surgir a discussão acerca da necessidade de se criar tecnologias autônomas que continuem na lógica (incontrolável, em função da natureza descentralizada da própria rede) de criação de rotas de fuga, buscando evitar que estes padrões verticais e autoritários surjam em tentativas de vigilância, manipulação e ordenamento, bem como de extrair valor das redes. Há também a limitação do alcance e do aprofundamento do ativismo estritamente virtual,

estigmatizado por muitos como uma prática redutora dos debates a um nível de superficialidade que seria inerente às conversas mediadas por tais tecnologias.

No entanto, o ponto a ser destacado no argumento proposto é que as *aberturas* para novos vetores no espaço social surgem a partir da interação entre as redes e a cidade, em que estes dois domínios se complementam e se retroalimentam criativamente. Não se trata de propor que a internet em si crie potenciais, mas que seu entrecruzamento com o urbano engendre transformações importantes em ambos. A partir deste quadro proponho três transbordamentos em potencial com algumas manifestações concretas já evidenciadas deste *valor de uso complexo* consolidado nas redes eletrônicas na direção da produção do espaço urbano com possíveis consequências para os embates em torno do direito à cidade.

A internet e o sinoicismo urbano

Tomando em primeiro lugar a concepção do sinoicismo inerente à cidade nos termos de Soja (2000), ou seja, “o estímulo gerado pela aglomeração”, ou a capacidade criadora que a própria cidade carrega em si e reproduz histórica e socialmente, podemos propor que se trata de um atributo urbano que ganha potência em sua interação com as redes eletrônicas. Fundamentalmente, são duas aglomerações de pessoas e informações em circulação que compartilham de algumas características importantes: são entes agregadores, produtores de encontros e conflitos, criadores de diferenças e de possibilidades de afirmação, que promovem o espaço para o debate aberto, e potencializam a criação em si (seja em vetores capturados pela lógica da mercadoria ou aqueles que vão na direção da obra). O encontro da internet com a cidade resulta num efeito multiplicador em ambos, pois eles interagem se retroalimentando, tendo seus vetores de criação e expansão potencializados um pelo outro.

Diversos foram os eventos da cidade que surgiram *em função da internet* nos últimos anos: desde o retorno dos blocos de carnaval de rua em algumas cidades, até eventos político-culturais como a Praia da Estação em Belo Horizonte,⁸⁸ as bicicletadas e massas críticas de cicloativistas, dentre outras formas de transbordamento das redes na direção das ruas. Mas o ápice maior de todos estes acontecimentos foram as manifestações pós-junho de 2013, que tiveram um ponto de partida

⁸⁸ Ver nota 70, acima.

ignitor fora das redes, na ação de movimentos sociais específicos, mas ganharam escala e se tornaram o evento multitudinário que vivenciamos em função da capacidade compartilhada e mutuamente reforçadora da metrópole e da internet de *fazer multidão*. Daí a heterogeneidade marcante da rede, que é também a diferença própria da metrópole, caracterizada por colorações políticas distintas em interseção com classe, mas também com sexualidade, etnia, gênero, lugar e em formas distintas de estabelecer relações com a natureza. Deste modo, também há uma ligação com a própria crítica da noção de sinoicismo urbano de Engin Isin (2002) apresentada no capítulo anterior. O espaço virtual, ao potencializar também o dissenso, a abertura de um espaço de cultivo em potencial de perspectivas outras, não encaixadas nos termos de um círculo hegemônico que tende a dominar o sinoicismo da cidade nos termos de Isin, potencializa também as aberturas para o fortalecimento da alteridade, através do contato entre suas diversas manifestações contemporâneas.

Angel Rama (1985) propõe a ideia da *cidade letrada* como um conjunto de atores articulados em atividades de produção intelectual engendrando um construto social particularmente forte na constituição histórica do fenômeno urbano na América Latina. Por um lado, os letrados urbanos cumpriram um papel essencial nas diversas rodadas de colonização e modernização conservadora do território de forma intensamente articulada com os colonizadores e estabelecendo estreitas ligações com o poder, articulando legitimações da ordem estabelecida através do agenciamento duplo do campo da cultura e das artes com o direito e as instituições. Por outro lado, e progressivamente, fortaleciam circuitos situados no plano da alteridade urbana que afirmavam oposições e resistências aos projetos hegemônicos. Neste campo da subjetividade em disputa no contexto contemporâneo a cidade letrada entra em cena de forma renovada, pois agora se encontra potencialmente liberada das amarras de suas relações anteriores com o poder ou com certa prática jornalística e de produção artístico-cultural, utilizando a internet como uma plataforma de ligação direta com o público amplo, fazendo surgir uma série de figuras-chave inseridas neste meio da cidade das letras atuando de forma independente e intensa nas redes eletrônicas sem a mediação da grande mídia. Ou seja, potencializa-se também o contato direto entre a produção intelectual e o público amplo, o que envolve consequências neste campo de subjetividades em disputa.

A presença da contra-cultura midiática num posicionamento de ataque à grande mídia a partir de produções independentes de jornalismo ou de conteúdo de forma geral também é uma dinâmica que se verifica nas redes desde quando seu próprio espaço social começa a se adensar e interferir nas atividades e na formação de redes por parte de agentes que já realizavam tais práticas.

A velha figura do *zine* se prolifera no espaço digital no formato de blogs e sites de jornalismo independente que constituem ataques às posturas da (e à estrutura que sustenta a) grande mídia em torno de temas e eventos diversos, da mesma forma que as redes atacaram ativamente e terminaram por gerar impactos significativos na indústria fonográfica e nas grandes empresas de telefonia. No entanto, a grande mídia dispõe de um poder de fogo bastante significativo para disparar contra de volta, embora jamais o declare abertamente – aumentando, ao invés disso, o volume da voz de seus interesses representados, que tendem a ser sub-representados online⁸⁹.

A internet e o comum

A lógica de acessibilidade da biblioteca pública, um padrão de organização que provê acesso gratuito a determinado serviço de forma aberta e irrestrita a todos, pode ser encontrada na internet em diversas partes, de forma descentralizada, horizontal e orgânica. Seja nas práticas que desafiam as legislações de direitos autorais vigentes nos downloads de arquivos de áudio (que nada mais são que a antiga cópia de fitas cassete em escala ampliada e sem restrições físicas e geográficas), que criam um enorme acervo de acesso irrestrito aos usuários; na construção autônoma de enciclopédias *online* cujos autores são os próprios usuários; na confecção de softwares livres por comunidades virtuais de desenvolvedores/usuários que não somente são disponibilizados gratuitamente, mas permanecem em constante desenvolvimento por parte dos próprios utilizadores, ou em outros domínios de disponibilização de textos, imagens, sons e vídeos feitos e compartilhados pelos próprios usuários para o público em geral, a internet cria o comum constantemente e produz insumos inúmeros para sua produção e difusão fora do ambiente digital.

A divulgação aberta de um amplo catálogo de conhecimento aplicado *on-line*, lança no âmbito do comum um enorme estoque de informações anteriormente de acesso restrito e que se torna patrimônio do público amplo. De forma geral, tais informações, anteriormente restritas a círculos específicos e de acesso controlado e restrito – somente conhecíveis depois de rituais de iniciação aos grupos que produzem e protegem tais conhecimentos –, tornam-se crescentemente disponíveis ao público amplo, o que ocorre também em outros domínios diferentes, passando a abranger também a própria atuação política em sentido amplo, democratizando e ampliando o

⁸⁹ As expressões de ultraconservadorismo surgidas mais recentemente partiram, em grande medida, destes bombardeios conservadores apelativos, em certa medida como reação aos próprios eventos de junho de 2013 e suas pautas mais radicais e progressistas.

acesso à informação anteriormente restringida a determinados grupos bem definidos.⁹⁰ O mesmo se aplica à produção de conhecimento, ainda sujeito a restrições de acesso em função dos periódicos científicos profundamente mercantilizados pelas grandes editoras (sobretudo no circuito acadêmico do mundo anglófono), mas onde surge toda uma rede de blogs, aulas e seminários disponibilizados online, plataformas de compartilhamento eletrônico de conteúdo etc. Um bom exemplo são as redes online de pesquisadores e acadêmicos, onde autores compartilham sua produção intelectual diretamente com outros usuários e o público em geral – o que já engendrou conflitos diretos com os periódicos detentores de direitos autorais de muitos artigos disponibilizados por seus autores. Mas talvez seja a Wikipédia⁹¹ o exemplo mais rico do potencial de criação de um bem comum do conhecimento aberto ao acesso e à colaboração descentralizada e horizontal por parte de todos, talvez sendo a maior experiência coletiva de criação colaborativa (e de frutos abertos à apropriação irrestrita de todos) da história.

Ou seja, há na internet uma tendência de criar o comum, de fazê-lo crescer, que necessariamente transborda para fora da rede e dos computadores, trazendo potenciais resultados na cidade. O que aparece como obstáculo, a rede tende a colocar em evidência e a se afirmar contra, construindo rotas de fuga e formas (muitas vezes através da criação de simples mecanismos tecnológicos) de driblar estas tentativas de reafirmação do cerceamento, da privatização e da exclusividade mercantilizada. O conflito com o poder no espaço não virtual se dá muitas vezes em função deste transbordamento e da tensão resultante entre regras e forças que atuam na manutenção de estruturas e o comum em construção, que tende a atropelar, desrespeitar, ignorar e escapar de tais tentativas de enquadramento.

A internet e a democracia radical

⁹⁰ O que pode inclusive constituir um risco para alguns destes grupos, auxiliando a ação de aparatos de vigilância e repressão em contextos onde eles são acionados por governos visando restringir determinadas formas de ação política. Outro problema é o transbordamento de discussões internas a alguns destes grupos para o público amplo em função da utilização das plataformas eletrônicas como meio de condução das interações – sendo que partidos políticos se tornam especialmente vulneráveis a este risco.

⁹¹ Que apresenta uma variação de conteúdo ainda muito significativa de acordo com a língua de utilização (justamente em função da quantidade e assiduidade de seus colaboradores).

A rede provê territórios que multiplicam as possibilidades de encontros importantes no campo da busca pelo aprofundamento do processo democrático:⁹² dos movimentos sociais uns com os outros, dos movimentos com outras organizações, e destes com a sociedade civil em geral. Expõem-se plataformas, reivindicações e, sobretudo, processos de exclusão e de injustiça que permaneceriam escondidos, ou de cobertura restrita aos meios independentes. Os mecanismos que impedem a realização da democracia verdadeira ganham exposição e são revelados para um público potencialmente mais ampliado. As possibilidades de se canalizar formas de participação eletronicamente também são intermináveis. Tentativas parciais e instrumentais deste tipo de participação através da internet – visando substituir o acalorado e imprevisível espaço de debate presencial – já foram tentadas no nível da administração municipal em algumas grandes cidades brasileiras, no formato do orçamento participativo digital. No entanto, se realizado de forma complementar aos espaços presenciais de participação, os meios eletrônicos podem gerar um efeito positivo muito significativo na ampliação e no aprofundamento dos canais de participação.

Para além e para fora deste ponto de vista institucional, a rede potencializa também o crescimento da democracia fora do Estado e da estrutura partidária institucional, na ampliação de um corpo crítico independente, seja através dos movimentos sociais (em novas rodadas renovadas de mobilização) ou de outras formas mais autônomas e horizontais de reivindicação e construção política, na direção da democracia radical *contra* o Estado como um processo dinâmico e criador de possibilidades transformadoras tal qual aclamada por Abensour (1998). E a reconstrução da esfera pública em novos formatos como saída para o aprofundamento da simbiose capital-Estado promovida pelo Estado forte neoliberal é um tema transversal aglutinador das reivindicações e afirmações construtivas advindas desta massa crítica da democracia radical, que têm na internet um ponto de encontro e mobilização com grande potencial.

Os eventos de junho de 2013 foram uma expressão de alta intensidade de um transbordamento do espaço do ativismo através das redes. Formam-se redes de apoio para situações específicas com bastante agilidade, da mesma forma com que espalham-se informações, o que potencializa muitas ações através destas redes mais ampliadas de apoiadores, para além daqueles que se envolvem diretamente. O cotidiano do ativismo passa a envolver as redes sociais, que

⁹² A perspectiva de democracia radical e autonomia a que referimos aqui não se reduz a uma linha específica dentro desta orientação normativa, mas advém de diversos autores: Castoriadis (1982) e sua aplicação prática ao planejamento urbano em Souza (2002); Abensour (1998); e Santos (2002), discussão que será aprofundada nas considerações finais deste estudo.

funcionam em certas regiões do espaço digital como rádios amadores, mas com uma audiência muito maior, e formas de permitir que a informação se espalhe de forma exponencial, orgânica e autônoma (sem necessitar de um comando central, mas somente de uma fonte difusora inicial). No entanto, o mesmo princípio se aplica ao outro lado da moeda, pois da mesma forma, são agenciamentos efêmeros, a grande energia rapidamente acumulada se dissipa com facilidade, as pessoas aparecem em grande número e rapidamente mas desaparecem da mesma forma; o que é válido também para a multidão, sendo que o desafio atual é o de criar movimentos mais sólidos a partir destas novas energias e potências.

Este é um cenário renovado no que diz respeito às condições do embate pelo direito à cidade. Os encontros descritos nos parágrafos anteriores se complementam e constituem uma potente base para a mobilização de estratégias voltadas para o direito à cidade neste novo contexto. No entanto, eles ainda não se demonstraram suficientes. A força da mídia tradicional permanece muito pouco abalada, e as dificuldades do transbordamento da fermentação que ocorre na internet para fora das redes ainda são impositivas, apesar da magnitude dos eventos de 2013. Mas trata-se de um caminho iniciado e anunciado, que não pode se pautar somente no *comum* (por retirar qualquer resistência diante dos projetos que visam aprofundar a simbiose capital-Estado) e nem somente em torno da reconstrução radicalmente democrática do *público* (que ignoraria o potencial de todos estes novos vetores autônomos construtores de realidades fora do Estado e transversalmente interligados pelo comum), sendo justamente o encontro do direito à cidade com o comum e a democracia radical o ponto de possibilidades mais férteis no atual contexto.

Se a produção de subjetividades visando a autoconformação de uma racionalidade própria acompanhada de um autopolicimento dos indivíduos é uma base importante do neoliberalismo, as respostas devem vir necessariamente (embora não exclusivamente) nestes mesmos termos, na subjetivação construtiva de racionalidades e afetos outros, não baseados na competitividade e na conduta de si de acordo com preceitos empresariais aplicados a todos os domínios da vida, mas na cooperação, na colaboração, na retomada do público e na construção do comum e da democracia radical a partir de uma lógica diametralmente oposta àquela da generalização socioespacial do mercado, da empresa e do indivíduo do cálculo utilitarista (DARDOT; LAVAL, 2014, p. 320-321). A internet vem possibilitando a criação de um campo que pode vir a atuar justamente nesta direção

da construção de outros sujeitos a partir de um plano simbólico distinto e oposto àquele da competição e do imperativo da inserção na lógica de mercado, com transbordamentos e novos afloramentos possíveis que alteram as condições dos devires políticos na metrópole contemporânea. Mas não sem disputas com polarizações hegemônicas que visam dominar também seus territórios ou por parte do ultraconservadorismo que também utiliza estas novas ferramentas na propagação molecular e silenciosa de seus posicionamentos, cujos resultados políticos já se fazem visíveis e concretos, partindo de agenciamentos no formato do microfascismo como descrito por Deleuze e Guattari, que também se faz presente de forma decisiva nas sociabilidades do espaço digital.⁹³

Em termos mais amplos, torna-se necessário também pensar as implicações do fortalecimento do espaço digital a partir da perspectiva lefebvriana da produção do espaço. Qual a natureza deste espaço digital (distinto do que Lefebvre trata como *virtual*) a partir das categorias lançadas por Lefebvre (1974), como espaço absoluto, histórico, abstrato, contraditório e diferencial? Como ele interage com os demais? Lançamos apenas algumas reflexões preliminares acerca de implicações da expansão e do aprofundamento deste espaço sobre o espaço socialmente produzido, que demandam maiores esforços de pesquisa e teorização e abrem algumas possibilidades para o pensamento crítico acerca da produção do espaço na contemporaneidade. Fechando a digressão que este capítulo constitui no corpo do trabalho, retomamos a seguir a discussão dos espaços do dissenso e da alteridade politizada do capítulo anterior, focando neste momento em alguns processos contemporâneos concretos, no Brasil e no mundo.

⁹³Nos termos daqueles autores, “o conceito de Estado totalitário só vale para uma escala macropolítica (...) Mas o fascismo é inseparável de focos moleculares, que pululam e saltam de um ponto a outro, em interação, antes de ressoarem todos juntos no Estado nacional-socialista. Fascismo rural e fascismo de cidade ou de bairro, fascismo jovem e fascismo ex-combatente, fascismo de esquerda e de direita, de casal, de família, de escola ou de repartição: cada fascismo se define por um microburaco negro, que vale por si mesmo e comunica com os outros, antes de ressoar num grande buraco negro central generalizado. (...) É uma potência micropolítica ou molecular que torna o fascismo perigoso, porque é um movimento de massa: um corpo canceroso mais que um organismo totalitário. O cinema americano mostrou com frequência esses focos moleculares, fascismo de bando, de gangue, de seita, de família, de aldeia, de bairro, de carro e que não poupa ninguém” (Deleuze; Guattari, 1996, p. 92).

6 – ERUPÇÕES METROPOLITANAS INSURGENTES: redes e ruas em busca de abertura e horizontalidade

Tratar dos espaços de insurgência, resistência, afirmação e construções autônomas na metrópole atual, diante do quadro exposto acima, marcado por um aprofundamento do processo de neoliberalização do espaço, envolve necessariamente considerar o grande evento político que tomou as ruas das grandes cidades brasileiras em junho de 2013 e fez surgir uma série de questões acerca dos processos diversos que fizeram tais conflitos vir à tona. Este capítulo tem o objetivo de abordar este conjunto de acontecimentos no que diz respeito à discussão ampla do conjunto deste trabalho, em suas interseções com os processos socioespaciais ligados à neoliberalização da metrópole. No entanto, antes de chegarmos nas jornadas de junho, propõe-se uma passagem por uma bateria de eventos de natureza semelhante que ocorrem pelo mundo no ano de 2011, que fornecem elementos para compreender muitas das características e dos desdobramentos dos eventos de 2013 no Brasil. A agência das redes entra em cena de forma mais significativa nestes processos, tanto no plano das associações múltiplas entre agentes e dos desdobramentos e encadeamentos de eventos quanto no transbordamento de relações e laços constituídos no espaço digital na direção das ruas, explorados no capítulo anterior. Procuro transitar entre o relato destes sequenciamentos, ressaltando os vínculos entre agentes e eventos, e a análise de suas implicações diante do tema do quadro amplo deste estudo.

As erupções de 2011 no mundo e a conformação de um novo quadro de movimentos insurgentes

Diversos eventos políticos insurgentes de larga escala aconteceram num encadeamento sequenciado em 2011, com variações geográficas significativas no que diz respeito a suas causas, características e desdobramentos locais, mas mantendo uma série de aspectos em comum. Partindo da chamada Primavera Árabe, que decola na Tunísia em dezembro de 2010 e se estende pelos primeiros meses de 2011 em diversos países da região, um primeiro grande transbordamento se manifesta no mês de maio no movimento dos *indignados* (também conhecido como 15M) em Madri, posteriormente chegando ao coração de um dos principais centros urbanos na agregação de atividades de comando e controle do capitalismo financeiro internacional contra o qual muitos destes acontecimentos políticos se levantavam: o movimento *Occupy* em Nova York. A partir da

difusão daquela experiência, há uma proliferação de inúmeros eventos semelhantes ao redor do mundo, inclusive no Brasil, gerando desdobramentos que permanecem latentes e com menor exposição, deixando de entrar em erupção, até que isso viesse a ocorrer em grande escala em junho de 2013.

O pontapé inicial na primavera árabe: redes sociais, desdobramentos frágeis, aberturas para forças contrárias

Os eventos desencadeados na Primavera Árabe tiveram na internet um ponto de agenciamento fundamental, sem os quais eles poderiam muito bem ter ocorrido, mas muito provavelmente não da mesma forma e com as mesmas características (raciocínio que se aplica também aos acontecimentos subsequentes e encadeados nesta mesma genealogia citados no parágrafo acima). Diversos fatores subjacentes e estruturais explicam a insatisfação latente – um padrão também recorrente nas demais ondas de manifestações – que vieram à tona a partir de uma série de eventos específicos e de ordem relativamente aleatória, que constituíram faíscas para que o terreno, já propenso ao incêndio, pegasse fogo de fato. O relato mais frequente a respeito da Primavera Árabe e seu pontapé inicial na Tunísia cita fatores socioeconômicos diversos, como desemprego, inflação e inclusive o aumento global nos preços de alimentos como aspectos subjacentes, tendo como catalisador o suicídio de um camelô de 26 anos de idade em dezembro de 2010, que após uma ação policial confiscando suas mercadorias em público de forma humilhante e violenta, e a recusa das autoridades locais em recebe-lo e aceitar seu pedido de denúncia formal do abuso de autoridade por parte dos oficiais, ateou fogo em seu próprio corpo em protesto. As manifestações se espalharam pelas ruas de Túnis poucas horas depois, o que ocorre de forma exponencial tanto no que diz respeito ao número de manifestantes nas ruas quanto em relação às pautas levantadas por eles. Este efeito acelerado do crescimento praticamente instantâneo e exponencial do número de pessoas nas ruas – fundamental na derrocada dos regimes, que não conseguem controlar tsunamis políticos de tais proporções – é um dos diversos resultantes do uso das redes digitais no agenciamento dos protestos de forma extremamente ágil, além de difusa, horizontal e rizomática por parte de seus próprios participantes, sem a necessidade de passar por canais centralizadores que espalham as informações e convocam novos manifestantes⁹⁴.

⁹⁴ Para uma análise detalhada do uso das redes sociais e seus efeitos na Tunísia e no Egito em 2011, ver Lotan et al (2011) e Khondker (2011).

Em grande parte do mundo árabe, o surgimento deste novo canal cria um potencial ainda maior, por constituir um canal livre de censores e do controle governamental direto da informação, cujo caráter horizontal e difuso, sem eixos centralizadores que podem ser facilmente vigiados, torna as tentativas de controle e repressão mais difíceis, e dependentes de tecnologias de bloqueio de conteúdo – tais quais utilizadas pelo governo chinês em sua vigilância do espaço digital. O espriamento desta história pelo mundo cria um efeito demonstração importante em torno do potencial do uso da internet para fins políticos diretos que gera impactos nos usuários da rede mais dedicados ao ciberativismo, bem como em ativistas de frentes diversas que vinham se aproximando do espaço digital como forma de atuação complementar às suas ações organizadas. No entanto, há também um segundo aspecto diretamente relacionado à internet e menos frequentemente citado nos relatos a respeito da catalisação dos eventos na Tunísia, que foi a divulgação de informações detalhadas por parte dos Wikileaks de Julian Assange em 2010 contidas em correspondências diplomáticas estadunidenses a respeito das práticas de corrupção do então presidente daquele país, Zine El Abidine Ben Ali, no poder desde 1989, e que seria derrubado no dia 14 de janeiro de 2011. O mesmo se aplica ao Egito e ao regime de Hosni Mubarak, que cairia no dia 11 de fevereiro seguinte, cujos relatos de corrupção e abuso de poder haviam sido amplamente acessados pela população daquele país através dos vazamentos do Wikileaks publicados em grandes jornais europeus e norte-americanos no ano anterior.

Os desdobramentos finais da Primavera Árabe nos meses e anos subsequentes, na maioria das vezes em direções opostas às ansiedades democráticas claras dos levantes, são fatores importantes para o entendimento da natureza política e do caráter deste tipo de mobilização acelerada e em grandes ondas que marcam alguns destes eventos recentes, tanto em seus aspectos positivos e nos potenciais e aberturas que envolvem quanto nos riscos e aspectos negativos também presentes. Como em qualquer embate político, opera-se sempre na interação com forças opostas, e/ou com outros vetores imprevistos, que podem aproveitar das aberturas criadas pela disrupção e do forte movimento inercial gerado inicialmente em determinado evento para mudar suas direções, capturar suas forças e/ou fazer levantar (ou *acordar*) reações contrárias de forma muito mais potente do que se encontravam anteriormente. O enorme fogo de palha pode ser seguido por outras dinâmicas justamente porque, como foi o caso destes primeiros eventos no mundo árabe (mas não necessariamente de seus filhotes em outros países, como veremos), não há organicidade e conteúdo sólido estruturado em movimentos sociais organizados por trás que fossem capazes de dar prosseguimento ao impulso inicial gerado pela *multidão*, antecipando uma de suas características

negativas, justamente a de não ser necessariamente capaz de engendrar este segundo passo, por não ser (necessariamente, reitera-se) constituída de movimentos sociais propriamente ditos. Também é fundamental considerar o contexto específico daqueles países, em que tais movimentos sociais jamais poderiam surgir num ambiente de plena repressão política e autoritarismo, criando uma barreira impedindo que o próprio desdobramento dos eventos pudessem ter efeitos duradouros e fazer surgir forças políticas construtivas a partir do desmonte de formas arraigadas de poder – o que não necessariamente é o caso de outras localidades que passam por processos disruptivos semelhantes (daí a importância fundamental de pensar a geografia desta dinâmica histórica contemporânea).

O 15M espanhol e seus desdobramentos

Processos e dinâmicas socioespaciais muitas vezes se transferem de uma localidade para outra através de efeitos de migração direta de agentes, ou do aprendizado direto e da mimetização. Outras vezes ocorrem de forma autônoma a partir de uma dinâmica própria, interna à região em si, a partir de processos e eventos anteriores que por sua vez são semelhantes àqueles que engendraram os efeitos subsequentes na primeira região onde eles surgem. O formato com que transformações geográficas (sejam de ordem política, econômica, cultural ou de outra natureza) se espalham territorialmente passa necessariamente por um destes dois formatos, ou graus de combinação entre eles. Mesmo não sendo possível afirmar ao certo se foi um caso de transferência geográfica direta ou de seu surgimento de forma autônoma no segundo local sem quaisquer vínculos de transbordamento, o encadeamento do movimento multitudinário do norte africano conformando um segundo passo que ocorre no sul europeu ainda no primeiro semestre de 2011 constitui uma interessante dinâmica geo-histórica que nos remete às ligações muito antigas e intensas entre aquelas regiões, e à importância que suas interações tiveram (e continuam tendo) nas suas respectivas histórias. Para Javier Toret (2012), a onda de manifestações na Espanha a partir de maio de 2011

tinha a pretensão de se vincular a outros movimentos europeus emergentes, como o UK Uncut, contra os cortes em investimentos sociais, na Inglaterra; Geração à Rasca, contra a precariedade do trabalho, em Portugal; e a transformação política ocorrida na Islândia, que ficou conhecida como ‘revolução silenciada islandesa’ e colocou os banqueiros que levaram o país à quebradeira atrás das grades. No entanto, se algo impulsionou a convocatória, foi a ‘Primavera Árabe’, que, com a força contagiante das revoltas, inspirou muitas pessoas a acreditarem que se rebelar era possível (TORET, 2012, p. 141).

O movimento dos *indignados* da Praça do Sol de Madri, também conhecido como 15M, em função de seu início nos acampamentos do dia 15 de maio daquele ano, também foi agenciado através das redes digitais, a partir de um amplo leque de organizações sociais. Algumas destas já existiam, e outras haviam sido recentemente criadas na própria rede, como é o caso do grupo *Democracia Real Ya – DRY*, um dos responsáveis pela convocação, *realizada através da internet*, do acampamento na Praça do Sol⁹⁵ e de diversas marchas em inúmeras cidades espanholas. Como colocado por Javier Toret, que participa diretamente daqueles eventos,

Desde abril, a campanha de Democracia Real Ya, com os slogans ‘Não somos mercadoria nas mãos de políticos e banqueiros’ e ‘Tome a rua’, estendia-se pela rede como um rastilho de pólvora, em uma trama de laços humanos e digitais. Novas pessoas foram se incorporando a cada dia à articulação, fazendo propostas e se organizando em grupos locais em suas cidades ou povoados para preparar a grande mobilização do #15M. Uma onda pós-midiática subterrânea foi sendo gestada, imperceptível para os grandes meios de comunicação e as instituições, e envolvendo pessoas de todas as condições e idades. Ao mesmo tempo, qualquer pessoa que fizesse uso diário da internet e das redes sociais recebia informação sobre as convocatórias, que chegavam por diversos canais distintos entre si, por fontes diversas e por redes de confiança (TORET, 2012, p. 140).

Desde o início e ao longo de seus desdobramentos, as interações entre redes e ruas descritas no capítulo anterior se apresentam como um componente importante destas manifestações para aquele autor:

A emoção do encontro, da tomada conjunta do espaço público e de conquistar legitimamente a acampada acabou fazendo com que outras cidades seguissem o exemplo e ocupassem as principais praças de grande parte do país. Posteriormente, o exemplo das acampadas se estendeu para outros países a uma velocidade também inacreditável.

A partir desse momento, o movimento cresceu e se assentou nas praças. As acampadas se converteram em centros de cooperação e em territórios coletivos. Nasceram as comissões, formaram-se os grupos de trabalho, organizou-se a vida concreta dessa minicidade, espécie de ágora para os encontros do movimento. A partir daí, começou-se a construir a infraestrutura tecnológica das acampadas, os sites, os espaços no Facebook e na -1.cc. Os perfis oficiais no Twitter cresceram muito rapidamente, facilitando o fluxo de informações e a interação entre as distintas cidades e pessoas que tomaram parte no movimento.

Um conjunto de acampadas conectadas entre si transformou-se em um sistema vivo e auto organizado graças aos circuitos de informação. Toda uma arquitetura-rede de participação tornou possível aquilo que chamo de ‘contágio tecno-

⁹⁵ Sobre as ligações do 15M e do DRY com as redes sociais num estudo de caso para a cidade de Sevilha, ver Muros; Esteves (2011). Para uma análise mais ampliada da interação entre o uso das redes nestes movimentos e a criação de novas formas de organização política em interseção com a disputa institucional de forma geral, ver Peña-López et al (2012).

logicamente estruturado’; quer dizer, uma arquitetura lógica que facilitou a reprodutibilidade do movimento, como uma malha no espaço da rede, cujos nós corresponderiam aos espaços físicos reais (TORET, 2012, p. 145).

No discurso do DRY⁹⁶, que agrega principalmente os desempregados, os despejados de moradias em função de hipotecas inadimplentes, e os jovens desempregados e/ou em situação de precariedade, há um posicionamento claro e direto contra as políticas macroeconômicas de austeridade impostas pela União Europeia aos países deficitários pertencentes à zona do Euro (que envolvem, principalmente, os chamados *PIGS* – Portugal, Itália, Irlanda, Grécia⁹⁷ e Espanha) em função do transbordamento da crise financeira de 2008 para a Europa, que começa a ter efeitos econômicos abruptos naquele continente ainda em 2009. Mesmo com o apoio direto de muitas organizações antigas, e estruturadas em torno de formatos mais tradicionais como sindicatos ou partidos de esquerda, os movimentos organizados e aglutinados em 2011 se recusam a se identificar formalmente com quaisquer destas organizações, declarando-se como apartidários (mas não antipartidários), e sem vínculos com grupos sindicais formais – o que viria a ser também um traço importante dos movimentos posteriores nos EUA e no Brasil. Outro traço importante, também muito presente em junho de 2013 no Brasil, advindo de um histórico de maior presença de grupos anarquistas e da ecologia política em sua vertente mais radical e engajada, bem como da inserção destas forças políticas numa linhagem ligada aos movimentos antiglobalização e ao Fórum Social Mundial, é a horizontalidade como prática e como objetivo direto, num projeto de desmonte do poder em várias escalas que parte de sua prática cotidiana na esfera da micropolítica dentro dos próprios movimentos.

Surge assim, na versão espanhola dos movimentos democráticos de 2011, um ataque direto ao neoliberalismo partindo de movimentos sociais de base ampla e diversa, e uma interpretação de sua vinculação ao déficit democrático crescente. O que está subjacente à própria crise, e sobretudo à forma com que ela é tratada pelas políticas públicas, é, na perspectiva destes movimentos, uma crise de representação, que distancia o sistema político democrático formal baseado em eleições de representantes das demandas, ansiedades, vontades e projetos da população de forma geral. Trata-

⁹⁶ Ver seu sítio web, <www.democraciarealya.es>, bem como a entrada da Wikipédia em língua espanhola: <http://es.wikipedia.org/wiki/Democracia_Real_Ya> (consultas em junho/2015).

⁹⁷ Os protestos da Praça Syntagma, também em maio de 2011 em Atenas, contra as medidas de austeridade impostas àquele país, também têm um padrão semelhante, de constituir tentativas de resposta ao neoliberalismo através de agenciamentos gerados pelo encontro entre metrópole e internet. Os desdobramentos políticos também são semelhantes ao que ocorre na Espanha, na direção da formação do *Syriza*, uma ampla agregação de partidos e movimentos de esquerda, que vencem as eleições majoritárias para o parlamento nacional em 2015, com uma plataforma de construção de alternativas ao ajuste neoliberal imposto por credores internacionais àquele país.

se, assim, de uma identificação de uma vinculação com a qual concordamos neste estudo, entre *crise do sistema democrático representativo e neoliberalismo*. Esta identidade se fundamenta em grande medida numa dupla formatação do processo de distanciamento da formulação de políticas públicas de suas bases democráticas: a tecnocracia, que define políticas e formas de ação do Estado em função de um suposto conhecimento técnico mais avançado – geralmente ligado ao discurso da ciência econômica ortodoxa⁹⁸ – que se apresenta como uma forma científica e neutra de lidar com os efeitos da crise; e o vínculo direto que se fortalece entre poderes econômicos concentrados em setores diversos (onde o capital financeiro sobressai, obviamente, em função de seu ganho de poder descrito no capítulo 3, acima) e o sistema representativo, através de canais diversos, principalmente no financiamento direto de campanhas políticas por parte destes grupos.

As políticas de austeridade impostas por grandes credores internacionais evidenciam este duplo nexos, passando tanto por um discurso tecnocrático de ser um remédio com efeitos colaterais de curto prazo mas com supostos benefícios posteriores, quanto pela ligação direta dos interesses deste setor financeiro beneficiado pelas políticas adotadas com os supostos representantes políticos que tomam tais decisões. A austeridade é uma forma de disciplinamento da política econômica por parte do setor financeiro internacional, através do vínculo de comando e controle criado através da relação de crédito com o Estado (onde o credor dita as regras, com a ameaça de punição através do não-rolamento das dívidas e da fuga de capitais aos eventuais desobedientes⁹⁹), que evita o retorno a padrões keynesianos de intervencionismo deficitário. A metáfora do médico medieval que faz o doente sangrar, na crença de que esta é a melhor forma de curá-lo, é invocada por muitos economistas (pós-)keynesianos contemporâneos, defensores do gasto governamental alto em tempos de crise, como uma explicação para os efeitos nefastos das políticas de austeridade: tornam

⁹⁸ O documentário *Trabalho Interno*, dirigido pelo documentarista estadunidense Charles Ferguson e lançado no ano de 2010, relata detalhes da crise financeira de 2008 a partir de uma série de entrevistas com seus protagonistas diretos, e aponta para inúmeras ligações (de contratações, inclusive) entre os altos representantes do cânone da economia neoclássica aplicada na formulação de políticas macroeconômicas e o setor financeiro que se beneficia de forma substancial dessas decisões de políticas públicas.

⁹⁹ Na União Europeia este mecanismo se complexifica ao criar uma só moeda sem vínculos de valorização e desvalorização diretos com as dinâmicas de endividamento, rolamento de dívida e fugas de capitais de cada país específico, com seus orçamentos independentes. Muitas vezes países deficitários por longos períodos não passam por um processo de perda de credibilidade em função de seu atrelamento rígido à moeda forte garantida pela união monetária. Deste modo, o poder coercitivo passa diretamente à autoridade monetária centralizada em Bruxelas, que impõe aos países deficitários uma série de condições de realização de seus orçamentos públicos individuais, que por sua vez advêm de exigências dos grandes credores em conjunto com os países de economias mais pujantes e de maior magnitude que mantêm a moeda forte e pouco sujeita a intempéries e volatilidades (papel cumprido quase exclusivamente pela Alemanha, no contexto recente).

uma conjuntura de crise ainda mais grave e aprofundada, ao impedir que os governos ajam ativamente na tentativa de compensar a retração do setor privado.

Trata-se assim de uma das diversas formas com que o neoliberalismo atua, por ter o efeito de liberar, através da imposição da austeridade, uma ampla gama de atividades anteriormente gerida e conduzida pelos governos ao investimento privado, que passa a poder atuar no provimento de serviços coletivos, de infraestrutura etc. – muitas vezes tendo estas condições impostas pelos próprios credores, como foi o caso de grande parte da América Latina, onde este mesmo processo, do chamado “ajuste estrutural”, ocorreu nas décadas de 1980 e 90. De fato, houve certa estranheza na sensação de “já ter visto este filme antes” no latinoamericano assistindo às imposições típicas do Fundo Monetário Internacional e do clube de grandes credores aplicadas a países europeus devedores no desenrolar da crise financeira pós-2008 naquele continente nos últimos anos. Esta estranheza advém da ideia anteriormente existente de que aquele conjunto de medidas, muito recorrentes ao longo da década de 1990 na América Latina, era um tipo de atuação do setor financeiro internacional reservado aos países (semi-)periféricos, em função da própria reprodução desta condição periférica, como uma forma contemporânea de se perpetuar relações de colonialismo e imperialismo através do setor financeiro. O que seria um oxímoro se aplicadas aos próprios países centrais, onde o neoliberalismo atuaria através da tomada do controle do aparato regulatório (o que acontece cedo na sua história, já no início da década de 1980) mas sem chegar ao ponto da imposição de alterações advindas de grandes credores organizados no setor financeiro internacional.

Retornando aos movimentos de 2011, a alternância entre ruas e redes – com acampamentos, protestos, marchas e festas nas ruas e espaços de discussão, articulação e divulgação nas redes – é marcante nestes novos movimentos espanhóis, e ainda se faz presente nos transbordamentos diversos da onda de 2011 ainda em curso e que acontecem na formatação de novos partidos políticos (o Partido X em janeiro de 2013 e o Podemos em 2014, que se tornou uma importante força eleitoral de esquerda de forma instantânea), e nas candidaturas em coligações amplas, como foi o caso das candidaturas bem sucedidas nas eleições municipais de maio de 2015 do *Barcelona en Comú* e do *Ahora Madrid*, naquelas cidades. Em alternância com inúmeras assembleias em escalas diversas e reuniões presenciais, o uso de sistemas online de discussões progressivas, debates e proposições, articulando agentes situados em localidades espalhadas por todo o país, como uma forma horizontal e aberta de definição de plataformas políticas, estratégias eleitorais, dentre outros temas, tem sido uma prática cotidiana adotada nestes novos partidos. Trata-

se inclusive de uma forma de se manter o caráter de prática de *abertura e horizontalidade*¹⁰⁰ dos movimentos nesta transição para uma atuação enquanto partido político na disputa institucional (uma passagem bastante delicada que muitos nos movimentos sociais contemporâneos preferem não arriscar fazer).

No que diz respeito à cidade neoliberal, há no caso de Barcelona um discurso explícito contra a política urbana da cidade empresa da qual aquela cidade foi um dos principais modelos difusores ativos através de suas grandes empresas de consultorias, promotoras mundiais do modelo aplicado naquela cidade na ligação entre planejamento estratégico, *city marketing*, megaeventos esportivos, promoção do turismo, grandes projetos urbanos, requalificação de áreas portuárias, promoção do turismo e da atração de investidores internacionais. A prefeita eleita, Ada Colau, atuou em movimentos antidespejo e de moradia popular, que se intensificaram nos últimos anos em função da crise econômica, e sua candidatura se baseia em dois pilares propositivos, que serão discutidos de forma mais aprofundada nas considerações finais e que constituem duas respostas possíveis ao neoliberalismo urbano de forma geral, se fortalecendo ao atuarem de forma conjunta: *o comum*, e a *democracia radical*.

É importante lembrar da tradição espanhola na ligação entre movimentos sociais urbanos e a política urbana de cunho distributivista e na formatação de políticas públicas com objetivos de inclusão que se pratica em diversas cidades daquele país na década de 1970, como abordado por Manuel Castells em textos diversos (Castells, 1980, 1985). Era de se esperar que ocorresse alguma forma de retomada daquelas forças em torno do provimento de meios de consumo coletivo, pois, como já argumentado ao final do capítulo 4 acima, o processo de neoliberalização reposiciona esta pauta como uma condição necessária (mas não suficiente) na construção do direito à cidade. Há um retrocesso, do ponto de vista daqueles movimentos, nas conquistas de direitos sociais em torno da questão urbana, como é o caso do acesso à moradia, tornado um problema de grande magnitude em função da financeirização do espaço urbano, do enfraquecimento de formas de acesso por fora dos mecanismos de mercado e da propriedade individual, do processo de gentrificação causado por dinâmicas diversas etc.

Assim, há na Espanha um processo de transbordamento do momento do levante multitudinário das ruas na direção de um segundo passo marcado pela organização de novos

¹⁰⁰ A prática da abertura é ligada à busca da acessibilidade irrestrita aos espaços formados, seja nos próprios acampamentos, nas discussões, nos grupos de trabalho ou na organização de ações. Inúmeras vezes há transmissão online e ao vivo destes eventos, que posteriormente são disponibilizadas nas redes. A busca da horizontalidade é a tentativa de se manter o caráter não-hierárquico nos processos decisórios e na constituição dos próprios movimentos.

movimentos sociais que atuam tanto por fora quanto na disputa interna pelas políticas públicas. Esta especificidade espanhola é um traço sócio-político de sua dependência da trajetória histórica que é inerentemente geográfica, específica da região, e vincula-se a processos socioespaciais anteriores de forma acumulada, que são definidoras das formas com que se dão as relações com tendências e transformações externas, advindas de outras localidades. Estas dinâmicas engendram potências de transformação social que também são geograficamente específicas e produzidas nas interseções com o espaço social e suas trajetórias regionalizadas, seja através de mudanças no aparato regulatório que estabelece as bases do neoliberalismo como forma de governo e/ou em instâncias mais aprofundadas, que alteram relações Estado-sociedade-espaço de maneiras mais expressivas, na direção da promoção da democracia radical e da construção do comum. Parte-se do meio urbano adensado como um gerador de embriões de projetos emancipatórios, somando-se um novo elemento aglutinador e potencializador do primeiro, que é o adensamento sociopolítico do espaço digital, atuando-se contra (e/ou em vetores de fuga de) forças que vêm transformando a própria cidade numa ampla plataforma de disciplinamento e controle de subjetividades e de valorização de capitais, gerando-se o potencial de transformar este mesmo meio urbano em disputa constante.

O movimento Occupy e a busca pela horizontalidade radical

Em junho de 2011, um grupo de quarenta ativistas iniciou um acampamento nas calçadas em frente à prefeitura de Nova York, em protesto contra as políticas de austeridade e às demissões propostas pelo prefeito Michael Bloomberg, pressionando por maior abertura à participação popular na gestão daquela prefeitura. Batizado de Bloombergville, a acampada durou cerca de vinte dias, e preparou o terreno, em termos de formação de redes de ativistas, com princípios de ação e táticas acordadas, para ações posteriores. No dia 17 de setembro de 2011 um pequeno parque localizado no distrito financeiro da cidade de Nova York, criado em 1968 como compensação pública cedida por um incorporador privado em troca de espaço vertical adicional construído numa torre comercial vizinha, foi ocupado por um acampamento de ativistas em escala muito maior que a acampada da prefeitura, semelhante ao que tomou a praça central principal de Madri alguns meses antes. Atendendo a chamados da revista canadense *Adbusters* – que segue uma linha editorial promovendo uma crítica radical da sociedade de consumo norte-americana do ponto de vista da ecologia política – e dando sequência a uma série de marchas e outros eventos semelhantes ao

longo daquele ano diretamente inspirados na Primavera Árabe, os acampamentos do *Occupy*¹⁰¹ iniciaram uma espécie de assembleia aberta e horizontal para discussão de temas diversos, em alternância com marchas pela cidade e a ocupação de espaços de participação e discussão pública diversos. Muito rapidamente os acampamentos se espalharam pela América do Norte, e o insumo da horizontalidade radical se torna mais forte em função da presença de grupos anarquistas, que cunham o slogan “nós somos os 99%”, espalhado pelas redes numa apresentação de conteúdo mostrando o aumento da concentração de renda assistido na economia estadunidense desde a década de 1970 e o tamanho crescente do poder econômico (que envolve o político por definição) concentrado no 1% mais alto da pirâmide de renda daquele país. É importante ressaltar que apesar da ocupação física de um espaço central do coração financeiro da principal metrópole norte-americana, por muitos dias o *Occupy* foi simplesmente ignorado pela grande mídia, que só passou a veicular sua atuação depois da ampla divulgação de suas ações através das redes.

O formato do acampamento de uma área central de um centro urbano de grande importância política e econômica é um padrão recorrente desde a Praça Tahir, que centraliza os eventos do levante multitudinário assistido no Egito, e é replicado em Atenas, Madri e seus desdobramentos em diversas cidades espanholas, e no movimento *Occupy* em Nova York, eventualmente aparecendo em dezenas de cidades norte-americanas, e em outras partes do mundo, inclusive no Brasil. Toma-se uma porção do espaço físico da centralidade de forma direta, estabelecendo ali um cotidiano distinto, marcado pela busca de aberturas no próprio cotidiano da cidade, e por práticas espaciais outras, nas tentativas de construção (discursivas, simbólicas, afetivas, e práticas) da horizontalidade e da abertura. Não por acaso estas heterotopias são tratadas de forma violenta, seja pela polícia, ou por inúmeros passantes que tratavam os acampados por insultos, no caso nova-iorquino muito frequentemente na acusação de *perdedor, fracassado* – bastante típica do contexto norte-americano onde a prática da individualização das causas do fracasso aparece de maneira acentuada e agressiva. Ocupar o espaço - tática que no Brasil tem conotações bastante distintas - envolve um ato de trazer ao território, na tomada física de uma porção daquilo que é o objeto primaz de comando e controle do Estado, uma prática de questionamento do poder exercido e de convocação de forças interessadas na construção ampliada de alternativas. A abertura ao discurso de forma que faz inevitável a analogia à polis antiga, somada de um alcance muito mais amplo do

¹⁰¹ O termo *Occupy Wall Street* se refere ao primeiro acampamento realizado, na cidade de Nova York, sendo que o *Occupy Movement* é a designação da ampla rede internacional de eventos e movimentos semelhantes criada a partir daquela experiência.

que ocorria naquela experiência (no que diz respeito à diversidade e ao grau de exclusão de seus protagonistas), tornou estes espaços profícuos nos debates diversos em torno da crise de representação, dos direitos ameaçados, dos rumos dos próprios movimentos, do direito à cidade, e ao fim ao cabo, dos sentidos do político (e da própria cidade). Os vínculos expostos nos capítulos acima se faziam claros nos discursos e nas práticas destes movimentos: o neoliberalismo engendrando um distanciamento ainda maior da democracia representativa através do aprofundamento de um formato de simbiose Estado-capital que constitui a base do processo capitalista em si, que se reforça; a metrópole como espaço da insurgência e da revolta por ser justamente o território de maior intensidade na reunião acumulativa de efeitos e de mecanismos reprodutores destes processos; a insurgência e a busca por alternativas partindo daqueles que escapam, e se constituem como alteridade cidadã diante do quadro de formação de subjetividades e de adesão a um ideário e uma prática cotidiana hegemônica através destas; e a internet em seu encontro com o espaço metropolitano como um catalisador e agenciador destas respostas. O direito à cidade, em sua acepção lefebvriana já tornada clássica, aponta nestas experiências como uma prática concreta na conformação de heterotopias temporárias no espaço mas que visavam a transformação da própria polis e seu resgate de um processo de captura por um nexo estritamente econômico - seja vinculado à industrialização, tal qual evocado por Lefebvre no auge do modelo fordista keynesiano centrado na construção da metrópole industrializada vinculada à “sociedade burocrática de consumo dirigido”, ou ao novo mecanismo produzido na cidade neoliberal que agencia economia imaterial com financeirização, gentrificação e produções subjetivas hegemônicas.

Além do emblema “nós somos os 99%”, o movimento *Occupy* foi marcado também por um resgate de uma tradição discursiva advinda das fundações da democracia representativa estadunidense, nas frequentemente citadas frases fazendo alusão ao “governo do povo, pelo povo, para o povo” (retirada de um discurso proferido por Abraham Lincoln em 1863 durante a Guerra de Secessão), e ao lema “nós, o povo”, da abertura do preâmbulo da constituição daquele país, de 1787. Trata-se muito mais de uma alusão à crise de representação citada acima do que a uma forma de dar legitimidade àquele modelo de democracia representativa em si, trazendo à tona suas pedras fundamentais – muito caras à legitimação do poder estabelecido nos EUA, que faz alusões frequentes aos chamados *pais fundadores* – como forma de evidenciar seu atual distanciamento mesmo daquele formato limitado e superficial de democracia. Ressalta-se que esta crise da representação (muito interligada ao processo de aprofundamento do neoliberalismo como forma

de governo, reitera-se¹⁰²) é ainda mais aprofundada no caso dos EUA do que na experiência espanhola citada anteriormente, em função da profundidade das práticas lobistas, do grau de influência dos grandes capitais nas campanhas políticas, e portanto nas candidaturas com verdadeiras chances de chegar ao poder, reforçadas pelo próprio bipartidarismo vigente. Há também um alcance mais aprofundado do processo de financeirização no contexto estadunidense, vinculado ao estancamento dos salários em relação à produtividade e à renda per capita crescentes (indicando ganhos em lucros, juros e aluguéis), onde o endividamento, não somente hipotecário, mas relacionado ao consumo e ao acesso à educação, faz com que a figura subjetiva do *endividado* citada ao final do capítulo 3, acima, se generalize no espaço social da crise de forma mais ampliada que em outros contextos. Além do aumento da desigualdade de renda, que foi certamente a bandeira mais frequentemente levantada pelos participantes do movimento (dentre uma miríade de outras questões, como tem sido característico destes eventos pós-2011), o endividamento também ocupou uma posição central, atraindo uma grande porção dos presentes nas marchas e acampadas que realizaram. Em ambos os casos, há vínculos claros com o neoliberalismo e sua captura da esfera política, assim como no 15M e na Praça Syntagma.

A debilidade dos desdobramentos do *Occupy* em movimentos sociais organizados e duradouros, com a exceção de alguns esforços direcionados a pautas específicas, como o endividamento de estudantes e de hipotecários inadimplentes, bem como em movimentos políticos locais mais recentes em torno do aumento do salário mínimo (decidido nos estados e municípios), já podia ser detectada no próprio auge do movimento. Não somente havia uma presença muito rarefeita de movimentos organizados nos próprios acampamentos, mas o predomínio de uma postura de recusa a se formatar demandas concretas – que torna aquela experiência radicalmente distinta do que ocorreria no Brasil em 2013 – a partir de uma noção de que estas poderiam enfraquecer o próprio movimento, e/ou indicar um reconhecimento de legitimidade do poder estabelecido através das demandas, cria um vácuo programático e estratégico sobre o qual pouco se constrói, ao contrário do caso espanhol, com seus desdobramentos práticos claros.

2011 no Brasil: repercussões

¹⁰² Que engendra, nos termos de Vainer (2013), uma “democracia direta do capital”, cujos efeitos na transformação das cidades são decisivos.

Nos últimos meses do ano de 2011, os movimentos acima reverberam no Brasil em “acampadas” realizadas em praças e espaços públicos situados em áreas centrais dos grandes centros urbanos, de forma semelhante à Praça Tahir, ao 15M e ao *Occupy*, mas em escala reduzida e com poucos transbordamentos na direção de atos políticos de ação direta, seja em marchas e manifestações, ou outras formas, em comparação com a magnitude dos eventos descritos acima. Respondendo a uma convocação global lançada pelo movimento *Occupy* norte-americano no dia 15 de outubro de 2011, acampadas surgiram no Vale do Anhangabaú em São Paulo, na Cinelândia no Rio de Janeiro, na Praça da Assembleia em Belo Horizonte, na Praça da Matriz em Porto Alegre, na Praça de Ondina em Salvador, dentre inúmeros outros. Estes grupos, diretamente articulados via internet entre si e muitas vezes com seus precursores nas experiências do norte global, não somente ocuparam estes espaços diariamente através de uma prática microlocal autogestionária, mas realizaram assembleias abertas e horizontais, bem como “aulões” sobre temas diversos. Algumas acampadas duraram até os primeiros meses de 2012, sendo eventualmente expulsas pelas autoridades locais.

Um primeiro aspecto destas dinâmicas foi sua composição, na maioria das vezes, por ativistas de pouca ou nenhuma experiência ou ligações com outros movimentos já constituídos. Constituiu-se assim uma energia nova, muito frequentemente advinda do próprio ciberativismo, e de redes formadas no espaço digital. Um segundo elemento que se faz ali presente, bem como ocorre nas acampadas europeias e norte-americanas (e no próprio movimento antiglobalização de forma geral, dos eventos de Seattle a Gênova, e nas reuniões mais recentes do G20, como em Londres em 2012), são os grupos anarquistas, em alguma medida com alguma experiência de ativismo anterior, inclusive na participação de ocupações de imóveis ociosos em áreas centrais ou na condução de espaços culturais e autônomos e realizações de eventos e protestos diversos¹⁰³. Na cidade de Belo Horizonte, ao longo da década de 2000, estas experiências foram bastante variadas, e agruparam desde a realização de grandes feiras de trocas não-monetizadas, encontros de grupos advindos de diversas cidades brasileiras no chamado “Carnaval Revolução”, a manutenção de

¹⁰³ Uma rodada atual do antigo debate com o marxismo vem sendo travada entre dois importantes nomes da Geografia Crítica de língua inglesa, revelando as diferenças de abordagem entre estas duas tradições diante do estágio atual da Geografia Humana, e trazendo leituras informadas pelas duas perspectivas a respeito de dinâmicas socioespaciais contemporâneas, começando com a provocação inicial de Springer (2014), seguida da resposta de Harvey (2015), e da réplica de Springer (2015). Com inúmeras colorações distintas, estas diferenças se fazem presentes em debates e desencontros diversos (que, obviamente, perpassam este eixo mas não se reduzem a ele) na prática cotidiana dos movimentos sociais contemporâneos ligados a esta genealogia de 2011, da qual grande parte do conteúdo insurgente de junho de 2013 no Brasil faz parte.

espaços culturais de encontros, experiências e eventos diversos, ou a realização das “Bicicletadas”, as manifestações cicloativistas da década passada que deram origem à atual “Massa Crítica”. É interessante notar que a pluralização contemporânea das pautas de esquerda também se faz presente de forma significativa nestes grupos, que se tornam bastante heterogêneos e compostos por ativistas em torno de causas diversas, como questões de gênero, sexualidade, direitos dos animais, etnia, combate ao fascismo, *ativismo*, *mediativismo*, formas autônomas e anticapitalistas de trabalho e produção, dentre outros(as). A abertura propiciada pela ocupação física do espaço combinada a um ideário de perseguir a prática da horizontalidade cria condições para que esta pluralidade de pautas se manifeste, o que seria observado também nas jornadas de junho.

Outra característica dessas acampadas é que elas se misturam, inevitavelmente, aos habitantes e aos eventos que já povoam as ruas das áreas centrais das grandes cidades brasileiras, interagindo de formas diversas com moradores de rua, usuários de crack e outros frequentadores comuns destas áreas. No caso do Vale do Anhangabaú em São Paulo, há relatos de que estas relações, pacíficas mas distantes por maior parte da experiência (com algum grau de desconfiança e distanciamento crítico dos ativistas por parte dos moradores de rua) foram se tornando tensas ao longo do tempo, o que teria sido decisivo no esvaziamento do acampamento. Neste caso, evidencia-se o encontro com o outro no espaço da rua em padrões que denotam a amplitude e a profundidade dos abismos sociais que se fazem presentes nestes territórios, colocando o ativista na posição disruptiva do sujeito de classe média bem remediado visto com antagonismo e estigma pelo morador de rua ali presentem. O espaço de todos na rua é o espaço do excluído em seu grau máximo, de seus conflitos internos (na própria disputa por espaço dentre eles) e com forças repressoras, ordenadoras. É este o fator que torna o acampamento nas praças realizados nas metrópoles do norte global descritas acima um processo distinto na grande cidade brasileira, onde a rua é ainda vista por muitos como o espaço da violência, a ser evitado, como obstáculo a ser vencido. As tentativas de aproximação por parte dos ativistas, que não se inserem neste nexos e procuram reafirmar esta posição nestes desencontros, engendra situações semelhantes ao que ocorre nos carnavais de rua, onde mesmo a apropriação do espaço de todos não necessariamente gera a aproximação com o outro, aquele que se encontra do outro lado do abismo social profundo – que requer uma aproximação lenta, demorada, nos padrões da etnografia, em que a compreensão do outro a partir de seus próprios termos só é possível a partir da apreensão destes, o que requer maturação e convivência prolongada.

Entretanto, deve-se considerar o esvaziamento das acampadas de 2011 também como efeito natural da não-decolagem destas versões brasileiras dos eventos multitudinários descritos acima, em função da ausência de uma faísca inicial tão forte ou de um conjunto de condições que criasse a força inercial para que eles ganhassem escala – justamente o que viria a ocorrer no ano de 2013. O legado de 2011 se faz presente posteriormente, por exemplo no adensamento de redes de ativistas através destas experiências, que se interligam a outras redes anteriormente formadas, seja em novos movimentos sociais organizados em menor escala – como é o caso do Movimento Passe Livre – ou de grupos de mídia independente, que já se formavam naquele momento e teriam um papel central no desenrolar dos eventos posteriores. Outra prática de 2011 que ressurge em 2013 em muito maior escala é a realização de assembleias abertas, populares e horizontais, organizadas em torno de grupos de trabalho e discussão de temas diversos, desde os relevantes para a própria autogestão da experiência quando questões que atingem até a escala nacional, como reforma agrária, reforma urbana, reforma da mídia, dentre outras diversas. Há aí uma vontade de democracia direta latente na prática desses movimentos, que caminha junto com a ideia da possibilidade de construções de espaços deliberativos por fora do Estado, a partir de uma legitimidade conferida pela própria conformação do *comum*, radicalmente aberta para todos, de um fazer político que se mistura à produção da polis, redefinida e reconduzida na necessidade/vontade de se produzir espaço democrática e abertamente. O que não se faz, no contexto contra o qual estes eventos se levantam, sem um posicionamento contra o poder instituído.

Em junho de 2012, durante a Rio+20, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conferência climática oficial da ONU, um grande fórum de movimentos sociais internacionais organizados em torno da questão ambiental organizou um evento paralelo durante os mesmos dias, também na cidade do Rio de Janeiro, conhecido como a Cúpula dos Povos, instalada no aterro do Flamengo. Um terceiro espaço, a Ocupa dos Povos, foi constituído nas redondezas desta última de forma autônoma pelos grupos que haviam participado do Ocupa Rio na Cinelândia no ano anterior, organizando manifestações e intervenções na própria Cúpula. Este foi um primeiro transbordamento da nova tática – correspondente a um novo grupo de ativistas, e uma nova onda de mobilizações políticas autônomas na esfera da sociedade civil – que aparecera no ano anterior, e que ocuparia espaços abertos desta natureza quando eles aparecessem. Esta é uma dinâmica marcante destes grupos, que inserem-se em espaços e eventos em torno de pautas que parte de seus ativistas aderem, buscando utilizar de suas redes anteriormente formadas para convocar ocupações temporárias de espaços instituídos. Ainda nos anos de 2011 e

2012, também foram realizadas algumas ocupações de espaços institucionais por parte destes novos grupos, e a criação de coletivos autônomos de acompanhamento e fiscalização do legislativo, como o Ocupe Câmara BH, criado em 2011, dentre diversos outros.

Em Belo Horizonte, outro movimento que se articula com alguma influência do efeito demonstração desta bateria de movimentações de luta pelo aprofundamento democrático pelo mundo, iniciado em 2011 e que posteriormente tem seus desdobramentos e sua energia mesclada a outras mobilizações na cidade, foi o movimento *Fora Lacerda*. Organizado como uma força diretamente contra a gestão municipal atual por parte de participantes nas acampadas do Ocupa BH, da Praia da Estação, de uma grande parte da esquerda vinculada aos setores da cultura na cidade, e de diversos setores diretamente atingidos por mudanças nas políticas municipais¹⁰⁴, o movimento também se caracterizou por uma luta por mais democracia como forma de conter o avanço de processos neoliberais.

É importante ressaltar que esta dinâmica de 2011, marcada pelo transbordamento das redes na direção das ruas, não necessariamente cria novos grupos e movimentos sociais coesos vinculados a determinada lógica organizativa ou conjunto de pautas específicas. O importante é que ela inaugura novos terrenos nas formas com que as mobilizações surgem, crescem, se espalham e se diversificam qualitativamente (tanto em relação aos grupos que aderem quando às pautas que são levadas às lutas), o que gera consequências práticas diversas – como seria visto em cena em 2013. No que diz respeito ao campo do planejamento urbano e regional em sua vertente mais progressista e radical, esta dinâmica ampla constitui um campo de práticas e intenções que confluem e vão na direção daquilo que há décadas é proposto como uma forma de planejamento a ser perseguida, através da abertura, da participação irrestrita, e do aprofundamento democrático (como em Souza, 2002). A prática do planejamento aberto e horizontal – que fora ensaiada e realizada com restrições diversas no campo do planejamento urbano nas experiências efetivas que buscaram se aproximar de formas práticas de se construir o direito à cidade e pautaram-se no ideário da reforma urbana, sobretudo na década de 1990 – subitamente (res)surge no espaço social da sociedade civil por fora do Estado em busca de construções autônomas, por fora dos movimentos (e dos protagonistas vanguardistas) que tradicionalmente puxaram e pressionaram pela efetiva

¹⁰⁴ Como por exemplo - dentre alguns outros diretamente atingidos por propostas de natureza semelhante, baseadas no argumento da isonomia e da eficiência na gestão - os comerciantes da Feira Hippie, uma grande feira de artesanato realizada no centro da cidade aos domingos, que lutavam contra uma proposta de mudança abrupta nas regras de licitação para a concessão de espaços de barraqueiros planejada pela prefeitura, que abriria a um padrão de concorrência pública típico de licitações para grandes aquisições e prestação de serviços das quais tendem a participar setores empresariais que operam com maior escala e capacidade de investimento.

participação popular no planejamento e na gestão urbanos. Trata-se de uma expressão de uma vontade-necessidade de mais democracia que é reprimida pelas estruturas de poder, que manifesta, por fora da ação dos movimentos e das forças anteriormente estruturadas nesta direção, a potência da escala possivelmente alcançável pela participação efetiva no planejamento e na gestão urbanos. As implicações e possibilidades abertas para o aprofundamento democrático num reencontro com partes das forças que tentaram construir tais espaços e processos dentro do campo do planejamento urbano no ciclo de lutas anterior são diversas. No entanto, os desafios e barreiras impostas por dinâmicas contrárias a este aprofundamento democrático do planejamento e do processo decisório também foram renovados no nexos da cidade neoliberal, sobretudo através do conjunto de forças descritas acima, no capítulo 3, que efetivam uma tomada do aparato de planejamento e gestão em função de objetivos ligados ao aprofundamento da financeirização da cidade e da realização de projetos urbanos e de um formato de políticas públicas que buscam maior fluidez àquele processo (antidemocrático).

Junho de 2013: antecedentes

Os efeitos diretos dos desdobramentos das novas formas de mobilização social e ativismo que os eventos descritos acima trazem ao cenário dos movimentos sociais reaparecem com força nas jornadas de junho, e cumprem um papel importante na deflagração dos eventos de 2013, em função de um quadro de esgotamento, enfraquecimento relativo do poder de fogo e/ou cooptação dos movimentos sociais consolidados nos ciclos de lutas anteriores, devido a graus distintos de envolvimento direto com governos ou outros processos diversos. Obviamente, o combustível renovado que se assiste no cenário de movimentos sociais em torno da questão urbana hoje não se restringe a esta linhagem, e de fato, inclui uma série de novos movimentos que se posicionam em discordância com os grupos fortalecidos em 2011. Mas é fato que as novas táticas, o uso generalizado das redes, e a inserção de um maior teor tanto de horizontalidade quanto de abertura se faz presente nestes novos movimentos, criados anteriormente à dinâmica de 2011.

Estes novos movimentos sociais organizados em torno da questão urbana e da luta pelo direito à cidade fortalecem-se ao longo da década de 2000, de forma mais ou menos concomitante à perda do poder de fogo, à domesticação, à cooptação (relatada por estes novos ativistas) dos movimentos estruturados no grande ciclo de lutas anterior, referente ao período da redemocratização, e designados de forma ampla (e muitas vezes imprecisa) como os movimentos

da reforma urbana. Estes abarcam grupos resultantes das movimentações em torno da questão urbana que se adensam a partir do final da década de 1970 em alguns casos, tendo participado ativamente tanto da luta pela redemocratização quanto da assembleia nacional constituinte na década seguinte, inserindo a questão urbana, e em conjunto com os movimentos de reforma agrária, atuando na defesa da inclusão da função social da propriedade como um elemento importante na constituição de 1988. Também contribuíram diretamente com a eleição de uma série de prefeituras sintonizadas ao ideário da reforma urbana desde o final da década de 1980, que permanecem em gestões sucessivas em algumas cidades até meados da década de 2000, tendo a aprovação do Estatuto da Cidade e a criação do Ministério das Cidades como conquistas formais no plano da institucionalidade na escala nacional. É importante enfatizar que este processo não é linear e nem marcado por um aplainamento geral e homogeneizador destas organizações que atuam há mais tempo em torno da questão urbana no Brasil, havendo uma heterogeneidade marcante também dentre elas, em que há espaços para uma renovação de quadros e partes destes movimentos, que muitas vezes também concordam com esta leitura (buscando evitar que a cooptação se torne fim de linha), e fazem grandes esforços de renovação e saída desta lógica que tende a perpassar a maior parte destes grupos mais antigos ainda atuantes. No entanto, do ponto de vista dos ativistas inseridos nos grupos organizados e do ciclo mais recente com os quais tive contato, é praticamente um consenso que progressivamente as lideranças destes movimentos mais velhos foram incluídas diretamente nas atividades de governo, ocupando cargos na administração direta, sobretudo das gestões municipais que ajudaram a eleger, mas também no governo federal, e que com isso perderam, aos poucos, seu anterior poder de barganha ligado a certa tentativa de prática autônoma típica de movimentos sociais organizados de forma independente e atuando na base através da pressão sobre o Estado. Pedro Arantes, a respeito deste processo, afirma:

Surgem naquele momento [das gestões municipais ligadas ao ideário da reforma urbana] políticas dirigidas a essas áreas, fora da cidade do mercado, e que em muitas capitais abrigavam (e ainda abrigam) mais da metade da população. O novo urbanismo democrático-popular promove inversões de prioridades, projetos e obras de urbanização de favelas – no lugar da remoção forçada, que era a prática comum anterior –, a regularização fundiária, a construção de praças, escolas, saneamento e drenagem urbana, a produção de moradias por mutirão e autogestão, com qualidade superior às construtoras, políticas de assistência social de novo tipo, com experiências de economia solidária, além dos orçamentos participativos, que caracterizavam o “modo petista de governar”. Iniciativas que foram naquele momento importantes referências da transformação social, de diálogo entre intelectuais, ativistas e trabalhadores, mas que passaram a ser esvaziadas de sentido político e transformadas numa espécie de tecnologia de gestão de massas

urbanas empobrecidas. A ênfase na participação, da construção das casas à peça orçamentária, perdeu o sentido de construção de poder popular e tornou-se uma forma de atrelar os movimentos à agenda dos governos e ocupar mais tempo que o necessário dos militantes em inúmeras reuniões e representações pouco efetivas, enredados em decisões secundárias dentro de um jogo em que as cartas, frequentemente marcadas, já estavam sendo dadas pelo setor privado (ARANTES, 2014, sem página).

Para aquele autor, há aí um fator relacionado à dinâmica política, sobretudo em escala macro, que leva os movimentos de reforma urbana nessa direção, mas esta não é a explicação completa para a guinada, que precisa ser entendida em relação a falhas do próprio movimento anterior:

A aceitação da propriedade privada como regra inviolável do jogo, a falta de ousadia e um certo pragmatismo na gestão da pobreza empurraram a agenda da Reforma Urbana a ponto desta confundir-se com os discursos e práticas do setor imobiliário, dos governos de direita e do Banco Mundial. Afinal, não sabemos mais como seria essa cidade da Reforma Urbana. Quais suas qualidades outras, contrárias ao que está aí? Como seria viver nela e construí-la? Quais os nexos entre Reforma Urbana e transformação social, que se expressariam numa nova forma de cidade?

Os inúmeros instrumentos, programas, conselhos, fundos e o próprio Estatuto das Cidades não resultaram em uma nova visão da cidade e dos sentidos da vida urbana, das relações entre sociedade, território e ambiente construído. Mesmo os projetos para mutirões e favelas, restritos a lotes e perímetros bem definidos, não se desdobravam em perspectivas mais amplas de cidade, suas infraestruturas, seus espaços públicos. De fato, não se imaginou (desenhou ou escreveu) como seria essa (re)Forma Urbana, suas qualidades materiais e simbólicas, as novas condições de vida, as características dos bairros e dos centros urbanos, seus lugares de uso público, a relação com a natureza e a paisagem, as formas de mobilidade, os sistemas de saneamento, os espaços da política, da memória, do corpo etc (ARANTES, 2014, sem página).

A partir da institucionalização crescente destes movimentos, o espaço vazio deixado de fora e situado no âmbito da sociedade civil organizada passa a ser progressivamente ocupado pela ascensão de novas organizações, marcada pelo fortalecimento do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST¹⁰⁵, mas também de uma série de outros grupos e organizações políticas de menor envergadura mas com muita capacidade de ação. Esta se manifesta sobretudo a partir do final da década de 2000, como é o caso das Brigadas Populares – organização política bastante atuante na

¹⁰⁵ movimento mais centrado em São Paulo, que não tem atuado em Belo Horizonte. Seus ativistas que me concederam entrevistas são membros da sessão local do movimento no Rio de Janeiro, cidade que enxergam como “um grande laboratório do capital atuando na cidade”, o que torna importante a presença do movimento ali, para eles.

cidade de Belo Horizonte e em sua região metropolitana, sobretudo no campo da luta pela moradia, mas também em diversas outras frentes - ou o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas – MLB, presente em diversas grandes cidades. Em contraste com inúmeros movimentos sociais mais antigos, bem como centrais sindicais diversas, que organizariam marchas disciplinadas e menos combativas durante as jornadas de junho, nas quais o caráter horizontal, aberto, heterogêneo e multitudinário dos eventos não se fez presente, e gerando um distanciamento com aqueles que estavam mais profundamente envolvidos nesta nova lógica que se buscava construir coletivamente, os movimentos novos descritos acima foram parte ativa e se inseriram no miolo destas multidões horizontais.

Existem inúmeras diferenças entre os novos movimentos organizados em torno da questão urbana que vieram à tona nos últimos anos, mas um traço em comum dentre eles é uma auto-afirmação da própria diferença em relação aos grupos que compunham a onda anterior em torno da Reforma Urbana. Em graus distintos (e com o MLB de forma mais branda, que alguns lugares atuam em conjunto com movimentos antigos¹⁰⁶), membros tanto do MTST quanto das Brigadas Populares afirmam um rompimento com o que afirmam ser uma lógica de burocratização e cooptação daqueles movimentos, e sua aproximação da formulação de políticas públicas por parte de governos municipais, estaduais e de partes do governo federal, seja dentre os que compõem o Fórum Nacional de Reforma Urbana ou não. Afirma-se que o foco das ações de muitos dos movimentos com mais tempo de estrada em torno da luta pela moradia e/ou a questão urbana de modo geral vem se reduzindo às negociações com o poder público, sendo que o MCMV aprofunda isso, e torna-se uma “nova tecnologia de cooptação”. A respeito da participação na formulação de políticas, alguns usam também o exemplo do MCMV como uma política pública que “depois de tanta participação, sai daquele jeito”, concluindo que “o cerne da política não é decidido ali nesses espaços de participação, por isso decidimos não participar desses espaços”.

No caso específico do MTST, há uma ambivalência nessa inserção, pois ao mesmo tempo em que atuam por fora das ligações com o Estado, como fazem os outros movimentos (sobretudo as Brigadas Populares e o MLB, no caso de Belo Horizonte), tendem a capitalizar o poder de fogo

¹⁰⁶ É bastante marcante como as diferenças entre sessões locais destes movimentos geram resultados decisivos e distintos em cada localidade, e de forma mais ampla, como o histórico de atuação dos movimentos sociais de forma comparada em localidades distintas é visível nos resultados socioespaciais e históricos acumulados e cristalizados nas paisagens (urbanas e regulatórias). Tive contato direto com ativistas atuando em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro, e a comparação entre o histórico de atuação – e dos transbordamentos políticos destas ações – em cada cidade tem um poder explicativo considerável na compreensão da diferença entre as trajetórias geo-históricas de cada local, constituindo aí uma agenda de pesquisa comparativa com possibilidades interessantes.

ganho em tais lutas através de formas de implementação efetiva de políticas públicas, como o próprio MCMV, conduzido, quando são bem sucedidos em suas demandas, dentro dos formatos requeridos e construídos pelo próprio grupo num padrão de autogestão e autoconstrução – o que também aponta para potenciais interessantes nos resultados destas experiências, indicando como esta autogestão e autoconstrução na implementação do programa pode gerar resultados muito mais eficientes que sua simples entrega por empreiteiras que *fabricam* casas num formato de linha de produção, sem muitas preocupações com os próprios beneficiários da política (ou com a construção de *idades*, como já apontado). Ativistas do movimento afirmam que só fazem “negociações em processos que estão diretamente vinculados à luta (...), e jamais em outros espaços”, sendo que isso se deve a uma visão da importância de se “manter as pessoas organizadas a partir de pautas concretas e materiais, e direcionar esforços para mostrar sempre que a luta gera resultados”.

Se o ciclo de lutas anterior, no que diz respeito à questão urbana, resultou no estatuto da cidade, na eleição de gestões municipais diversas buscando colocar em prática, no âmbito do planejamento e da gestão, o ideário da reforma urbana, e também no próprio MCMV, cuja formatação em si representa este esgotamento e cooptação destas forças políticas, as questões atualmente colocadas, e que permanecem em aberto, a partir dessa nova rodada de mobilizações e movimentos organizados e atuantes em torno da moradia e da democratização do planejamento urbano de forma geral, é: quais serão seus desdobramentos? Vão gerar efeitos na formulação de políticas públicas? Através de quais canais? Disputarão eventualmente o espaço institucional?

Retornando ao quadro amplo dos eventos de 2013, deve-se ressaltar também uma série de fatores relacionados aos contextos que foram decisivos tanto na geração das faíscas iniciais da sequência de eventos das jornadas de junho quanto na conformação do ambiente propício para a posterior propagação dos incêndios. Proponho que grande parte destas construções de genealogias, linhagens associativas, ambientes contextuais, panos de fundo e estruturas subjacentes são ligadas a processos vinculados às intercessões entre neoliberalismo e produção do espaço na metrópole tais quais apresentadas em suas diversas facetas ao longo deste estudo. No que diz respeito às faíscas iniciais dos eventos, nas ações organizadas do Movimento Passe Livre em São Paulo no início daquele mês, o contexto criado para sua deflagração envolve uma combinação de condições, começando pelo ciclo vicioso gerado na oferta do serviço de transporte público a partir do corte de subsídios ao setor que ocorre ao longo da década de 1990 nas grandes cidades, em sua maioria relacionadas a medidas de austeridade impostas aos municípios por parte da virada neoliberal na política macroeconômica no início daquela década.

As necessidades de deslocamento intraurbano crescem de forma expressiva em função do próprio crescimento econômico da década de 2000, mas também pela característica da economia urbana que ele impulsiona indiretamente, marcada não só pela flexibilização da produção, mas por um aumento nas transações entre firmas e nas relações de subcontratação e terceirização entre setores da economia dos serviços, que situam-se na metrópole justamente em função da necessidade de trocas presenciais entre as atividades, que tendem a envolver uma grande quantidade e intensidade de deslocamentos. O aumento exponencial no número de veículos e motocicletas aponta, parcialmente, também como uma expressão da busca por soluções individuais para o declínio subsequente na qualidade do transporte público, que é proporcional ao crescimento na renda disponível e ao crescimento econômico, operando sobre uma base de infraestrutura física que praticamente não se altera ao longo deste período. Mas relaciona-se também ao arranjo econômico-financeiro adotado pelo formato de regulação das concessões dos serviços de transporte nas grandes cidades após o corte nos subsídios, que engendra um ciclo vicioso em declínio de qualidade e de número de usuários cuja resposta viria somente na construção recente dos BRTs, as vias exclusivas de ônibus, que beneficiam as próprias empresas de ônibus, que seriam muito prejudicadas caso a adoção da solução viesse através de projetos de atualização e ampliação do acesso ao metrô.

No caso de Belo Horizonte, que pode ser tomado como exemplo (sendo que existem variações em torno deste mesmo tema em outras grandes cidades), os contratos de concessão das empresas de ônibus permitem que a quantidade de veículos em circulação em determinada linha seja ajustado até certo limite de acordo com a quantidade de usuários, pois a outra variável de ajuste, as tarifas cobradas, só são alteradas uma vez por ano, justamente nos primeiros dias de janeiro, quando a cidade se encontra esvaziada em função das férias de verão e das festas de fim de ano. O cenário de passageiros em declínio por determinado motivo individual específico¹⁰⁷ gera sua própria retroalimentação, ao fazer cair a quantidade de ônibus em circulação e/ou o reajuste da tarifa – que vem subindo acima da inflação constantemente desde meados da década de 1990. Enquanto isso, os subsídios concedidos ao consumo de automóveis novos atingem níveis sem

¹⁰⁷ seja o próprio declínio na qualidade do serviço prestado, a demora dos ônibus, e/ou um aumento de renda que possibilite a adoção do meio de transporte individual, que passa a ser mais barato, no caso das motocicletas, que o próprio transporte público, para aqueles que precisam tomar mais de um ônibus num só trajeto. Desconsiderando tanto o lado positivo do ganho de tempo e agilidade nos deslocamentos, quanto o risco mais elevado envolvido na utilização diária das motocicletas, sua compra através do financiamento de longo prazo envolve um cálculo de custo-benefício em relação ao transporte público que faz da primeira escolha mais eficiente em termos econômicos.

precedentes, como uma política de resposta à crise de 2008 através do incentivo àquela indústria, em função de seu grande poder multiplicador de renda e empregos.

Outro fio condutor de associações que encontra o terreno acima a partir de um evento específico é a linhagem na qual se insere o Movimento Passe Livre, que remonta ao Fórum Social Mundial, mais especificamente em sua quinta edição, realizada em Porto Alegre em janeiro de 2005, quando o movimento foi fundado numa reunião organizada por seções do movimento estudantil de localidades diversas visando aglutinar esforços na demanda por passe livre para estudantes. Nos anos seguintes o movimento inicia um contato com o planejador de transportes Lúcio Gregori – responsável pelo projeto, jamais implementado, de concessão de passe livre irrestrito nos ônibus de São Paulo, na plataforma da candidatura de Luiza Erundina para a prefeitura de São Paulo em 1988, gestão na qual Gregori foi o secretário de transportes – de onde viria a ideia do passe livre irrestrito para todos, e do transporte público como direito social. No entanto, grandes protestos em resposta ao aumento nas tarifas dos transportes já haviam acontecido em Salvador em 2003, em Florianópolis, em 2004 e 2005, e no Distrito Federal em 2008¹⁰⁸, e sendo que o próprio MPL já vinha organizando protestos diversos, em menor escala, desde seu início em 2005.

O que torna os protestos de junho de 2013 distintos, e capazes de gerar um efeito bola de neve tão significativo, é uma combinação de condições e sequenciamentos diversos, começando pela simples arbitrariedade da época do ano em que o aumento da passagem foi efetuado. Em função de demandas diretas da presidência da república, como parte de uma série de intervenções governamentais *ad hoc* e proativas contra a escalada da inflação, atuando principalmente nos chamados preços administrados, o aumento foi adiado de seu período usual no início do ano para o final do semestre. Esta arbitrariedade proveu inércia inicial aos protestos, permitindo um ganho de poder de fogo ao MPL, que podia cumprir sua promessa anunciada em faixas e cartazes desde o primeiro dia em que foram para as ruas, “se a tarifa não baixar, a cidade vai parar” – e não era janeiro, quando a cidade para sozinha. Os demais fatores que levaram à escalada da magnitude das manifestações foram: o fato a violência policial já exacerbada desde o primeiro ato em São Paulo ter se voltado contra jornalistas na cobertura do quarto ato, no dia 13 de junho – que alguns classificam como o início de um “padrão de violência policial sem precedentes no período democrático” (JUDENSNAIDER et al, 2013, p. 95) – de onde muitos saíram gravemente feridos,

¹⁰⁸ Dentre outros não muito divulgados, onde a pressão advinda de grupos organizados contra o aumento tarifário foi capaz de revogar o aumento, mesmo antes das de junho de 2013, como foi o caso de Porto Alegre, Natal e Goiânia, no início daquele mesmo ano.

e cujas imagens foram amplamente divulgadas; e o fato da grande mídia ter se aproveitado destes eventos para mudar de lado (tendo reprovado abertamente os protestos em seus primeiros dias), convocando a população para as ruas, e tentando nesta manobra transformar as manifestações num grande tsunami voltado diretamente contra o governo federal.

Apesar do risco envolvido em seu recorte analítico diante do quadro ampliado aqui privilegiado, que pode levar ao erro de interpretação de se vincular as manifestações a estes acontecimentos passageiros¹⁰⁹, os megaeventos, sobretudo a Copa do Mundo de 2014, também contribuem bastante na produção do terreno propício ao crescimento das manifestações, que ocorrem concomitantemente à Copa das Confederações, evento realizado pela FIFA, que desde 2005 é realizado um ano antes da Copa no próprio país sede, inclusive como parte de uma série de testes das instalações já concluídas. Na percepção geral dos manifestantes em relação a estes eventos, não somente houve um excesso de recursos voltados para a produção das condições para a realização do evento, concomitante à apropriação privada em lucros exorbitantes para seus promotores e patrocinadores, em relação aos montantes destinados a estruturas coletivas como hospitais, escolas etc. (o que engendra inúmeras falas nas manifestações, algumas vezes trazidas para dentro dos próprios estádios, embora rapidamente reprimidas pelos seus seguranças privados, em alguns jogos da Copa das Confederações: “queremos hospitais/escolas *padrão FIFA*”). Também entrou em cena uma série de indícios de favorecimentos e direcionamentos do investimento realizado para grupos privados, seja na construção de estádios, ou na sua posterior operação, bem como em obras de infraestrutura supostamente realizadas em função da realização dos eventos e que geraram oportunidades de lucros extraordinários, seja na sua própria execução, na operação posterior dos serviços (como no caso das linhas de ônibus operando nas vias exclusivas dos BRTs), ou de formas mais indiretas, através dos capitais imobiliários beneficiados por tais intervenções por investimentos situados em suas redondezas.

De modo mais amplo, como colocado por Vainer, “mais importante que a repressão, são as transformações que esses megaeventos imprimem em nossas cidades, assim como a própria concepção de cidade que eles expressam e atualizam de forma intensa” (VAINER, 2013, p. 37). Na cidade do Rio de Janeiro, onde este conjunto de processos é mais avançado, dentre outros

¹⁰⁹ não por parte dos pesquisadores dedicados à compreensão crítica e aprofundada destes processos e que estão produzindo importante conteúdo a partir de pesquisas focadas neles, mas nos receptores, e leitores que podem fazer a associação entre as insurgências e os megaeventos esportivos sem se considerar o conjunto maior e mais aprofundado de dinâmicas na qual eles se inserem – como tem sido o caso em muitas apropriações vistas no norte global acerca das lutas de 2013 no Brasil, frequentemente tratadas como os *protestos contra a Copa* ou *contra a FIFA*.

fatores em função da realização, além da própria Copa de 2014, das Olimpíadas de 2016 naquela cidade, há uma ampla reorganização de partes da estrutura urbana em função da inserção de grandes investimentos dos equipamentos de uso direto e da estrutura de circulação para os megaeventos. Há aí em primeiro lugar uma inserção dos eventos em si numa lógica de planejamento estratégico vinculado ao *city marketing*, que desrespeita prioridades democráticas de investimento na cidade em função de uma suposta promoção de seu crescimento econômico (sendo que o termo desenvolvimento urbano/econômico chega a ser frequentemente invocado pelos ideólogos desta forma de política urbana) através da atração de turistas, investidores etc. Sem entrar muito neste mérito, há uma clara dinâmica onde agentes empresariais pegam carona na política urbana atuando em função da promoção da valorização imobiliária, neste caso voltada para a realização dos eventos esportivos, aproveitando de oportunidades de investimento abertas pela reestruturação urbana realizada.

A ampla remoção de bolsões de concentração de população de baixa renda das partes mais valorizadas daquela cidade, levados na maioria das vezes na direção de suas periferias distantes como parte de uma política compensatória (FAULHALBER; AZEVEDO, 2015), se insere nesta lógica, tal qual descrita no capítulo 3 acima, de atuação da política urbana ligada à busca pela maximização do potencial de valorização fundiária. O que se realiza de formas diversa, muitas vezes com estes recursos mais brutos e simples da remoção direta com o pretexto da intervenção infraestrutural em prol do benefício público (tendo este recurso jurídico em mãos, inclusive: obras de interesse público se sobrepõem automaticamente ao interesse privado que se situam no conflito territorial na tentativa de permanência das famílias naquele local, sendo que a frequente condição irregular dos assentamentos removidos também facilita o próprio trabalho dos agentes públicos envolvidos nas remoções). Não por acaso, é no Rio de Janeiro onde as jornadas de junho explodem com maior vigor, onde perdura por mais tempo e em espaços mais diversos, e onde a reação do Estado chega mais longe na repressão direta dos manifestantes através de meios que parecem ter sido diretamente recuperados do período anterior à redemocratização, com prisões arbitrárias de grandes números de ativistas (sendo que muitos ainda permanecem presos), ou a dura e violenta repressão por parte da polícia de uma manifestação realizada no complexo da Maré durante a bateria de protestos no país, resultando em dez mortos.

Ao final de maio de 2013, a cidade de Istambul, uma metrópole inserida noutra contexto macroeconômico e geopolítico semiperiférico, com algumas semelhanças mas com diferenças substanciais em relação ao quadro sociopolítico brasileiro e latinoamericano, se torna palco de uma

onda de grandes protestos marcada por muitos paralelos com os eventos de 2011 descritos acima. Catalisados pela repressão violenta de um protesto organizado contra o projeto de construção de um grande shopping center sobre um parque na cidade, as manifestações do Parque Gezi e da (vizinha) Praça Taksim tomaram fôlego repentino, atraindo grandes multidões no formato do espriamento exponencial rizomático típico do uso das redes para a convocação de eventos desta natureza. Também envolveu uma ampliação radical das pautas trazidas por manifestantes às ruas, tendo o tema da liberdade de expressão e manifestação, frequentemente associada a uma demanda pela secularização da política no contexto turco como um eixo principal, ligado também a uma luta contra o neopatrimonialismo praticado naquele contexto, tendo o próprio projeto do grande shopping center como uma manifestação concreta deste tipo de prática política - que tem semelhanças marcantes com o formato latinoamericano da política personalista, da troca de favores e das fronteiras difusas entre interesses privados e a condução da gestão pública. Estes eventos se desdobraram concomitantemente às jornadas de junho no Brasil, e foram referenciados frequentemente por participantes destas manifestações, tendo inclusive um segundo passo na formatação de assembleias abertas e horizontais nas ruas como um paralelo que se manifesta anteriormente no caso turco, e também aponta como um sequenciamento observado no Brasil. É de difícil avaliação o grau de influência exercido no desdobramento semelhante no que diz respeito à explosão exponencial dos eventos brasileiros, mas os eventos de Istambul podem ter constituído um efeito demonstração importante na deflagração do junho brasileiro. As tentativas de manipulação direta dos eventos por parte da grande mídia turca também foi um paralelo interessante com as manifestações no Brasil, sendo que estes dois eventos poderiam ser abordados de forma comparativa e mais aprofundada.

As jornadas de junho de 2013 em Belo Horizonte: relatos e análises de uma experiência disruptiva

Para além das faíscas iniciais diretamente vinculadas a processos neoliberais, como é o caso da retirada dos subsídios ao transporte público, que faz com que este entre no ciclo vicioso de aumento de preços e deterioração de qualidade descrito acima, proponho que grande parte das demais pautas capturáveis na grande massa heterogênea de causas levadas às ruas em junho de

2013 tem alvos direta ou indiretamente relacionados ao (e advindos do) neoliberalismo como forma de governo. A luta por mais democracia (considerando a relação direta entre o processo neoliberal e a crise de representação já indicada), por mais direitos, por serviços públicos de qualidade, por uma polícia justa e que não atue de forma discriminatória e excessivamente violenta e autoritária¹¹⁰, são todas relacionadas direta ou indiretamente a forças e dinâmicas interligadas à governamentalidade neoliberal. O segundo ponto, situado no plano transversal do argumento geral defendido neste estudo, é a ligação destes processos neoliberais com a metrópole. E aqui concordamos plenamente com a tese defendida por Maricato (2013) de que a questão urbana foi um catalisador fundamental na deflagração dos protestos, reunindo uma miríade de processos e dinâmicas perversas contra as quais as manifestações se insurgem. Este encontro, por sua vez, se dá a partir de fatores como: a vida na metrópole tornada precária de forma geral para a grande maioria de sua população, parcialmente em função das pautas apresentadas acima, mas também de diversas outras, que também são efeitos do neoliberalismo urbano; ou o fato da metrópole reunir num só espaço – engendrando diferenças qualitativas a partir desta aglomeração – vetores inúmeros interligados a esta precarização, criando a identificação em grandes quantidades de pessoas com os manifestantes que deram o pontapé inicial no MPL paulistano, de que aquela luta poderia ser direcionada na construção de saídas desta precarização da vida urbana.

Alguns ativistas dos novos movimentos organizados descritos acima encaram as jornadas de junho como profundamente vinculadas às pautas da luta pelo direito à cidade, que “explodiu na questão das passagens, mas isso faz parte do acesso à cidade de forma geral”, inclusive no isolamento de grande parte da juventude de baixa renda, “que vive exilada nas periferias porque não têm como acessar a cidade”. Cita-se também a “crise urbana profunda”, ligada a um encarecimento geral da vida na metrópole, tendo a “especulação imobiliária por trás”. Adiciona-se aí uma percepção, dos próprios ativistas, de que a grande maioria dos manifestantes eram jovens, não tendo vivido o período de mobilizações populares da esquerda organizada na década de 1990, já tendo sua consciência política formada durante a década de 2000, e nisso colocando o lulismo e

¹¹⁰ Numa análise mais superficial, é irônico constatar a violência desmedida das forças policiais em atos que são claramente contra processos vinculados ao neoliberalismo, em função de seu surgimento como discurso explicitamente antiautoritário buscando ligações entre o Estado keynesiano e a experiência do terceiro *reich* e dos seus países aliados na 2ª Guerra Mundial. No entanto, ela esclarece, como já colocado no capítulo 1, acima, a primazia, para este projeto de governo e sociedade, do Estado, do disciplinamento, da vigilância, e da proteção dos direitos de propriedade e de determinada ordem espacial através da força e da violência praticada por instituições oficiais situadas num braço fundamental e definidor do Estado de direito moderno. Para maiores detalhes a respeito dos vínculos entre neoliberalismo, polícia e violência, ver Wacquant (2001, 2009).

o governo federal de forma geral contra a parede, a partir de uma percepção da necessidade de se superar também a insuficiência deste formato de ação do Estado. Para esta vertente de interpretação de junho dentre os movimentos organizados, as pautas relacionadas ao direito à cidade estão ao mesmo tempo por trás da deflagração dos protestos e na sua sequência, pegando carona na força política ali engendrada. Por outro lado, há uma visão, ligada aos movimentos mais tradicionalmente estruturados, de um formato de crítica das jornadas, vistas como “várias manifestações individuais concomitantes”, cuja falta de foco e organização levam a um desperdício grande de energias, mesmo reconhecendo que os eventos ajudaram a impulsionar suas pautas e movimentações. Enxergam junho “não como uma ação coletiva, mas como várias ações individuais acontecendo instantaneamente, com cada um lutando por uma coisa específica”, vinculando este formato de ação ao liberalismo da escolha racional individual, sendo a ação coletiva o organizado, coordenado, com objetivos pré-definidos e claros.

De fato, há confusões inúmeras geradas pelo caráter multitudinário do evento, que confundiu muitos, mais acostumados com o momento da efervescência política nas ruas com pautas mais claras, e com uma composição não tão heterogênea e caótica – justamente dois atributos fundamentais da metrópole contemporânea, exprimindo seu caráter de forma fiel, não tomando estas características aqui em conotações negativas da heterogeneidade extrema ou até mesmo da desordem. Há, a partir daí, como este exemplo atesta, uma série de reações ao pluralismo marcante das jornadas (e do próprio cenário da política emancipatória contemporâneo) em círculos mais tradicionais, a partir de um incômodo com tal profusão de pautas e este caos provocado pela abertura e pela horizontalidade – sendo a desordem e a indefinição características da própria radicalização da democracia, como em Lefort (1983), em discussão que será aprofundada nas considerações finais, abaixo.

Na perspectiva de Cocco e Boutang (2013), as jornadas de junho no Brasil foram uma manifestação concreta de um novo tipo de levante, aquele do trabalho biopolítico do capitalismo cognitivo (como descrito no capítulo 3, acima) situado na metrópole tornada fábrica social, onde o valor é extraído de forma difusa, sobretudo através da renda, e o tempo gasto no trabalho transborda para fora do tempo de trabalho em si, abarcando também a circulação em função deste, e para além. Há aí um paralelo interessante com a perspectiva lefebvriana em que a luta pela cidade, pelo cotidiano na cidade, pelo direito à cidade, constitui um transbordamento para além dos muros da fábrica e do mundo do trabalho, visando a construção de uma virada do industrial na direção do urbano (Lefebvre, 1999; 2006).

...a questão dos transportes e dos serviços em geral é estratégica para o trabalhador das metrópoles. Os operários da época do fordismo lutavam por melhores salários e uma menor quantidade de horas de trabalho. A usina dos trabalhadores do imaterial, é a metrópole, onde também se luta por uma melhor qualidade de vida que dependerá de sua inserção num trabalho que não é mais somente um emprego, mas uma ‘empregabilidade’. Os operários fordistas lutavam pela redução da parte do tempo que era incorporada como lucro nos carros que eles produziam, os trabalhadores do imaterial tornam nas metrópoles o vídeo publicitário da Fiat (Vem Pra Rua) para sobredeterminar a significação dos agenciamentos produtivos que eles operam dentro da circulação. Os operários fordistas lutavam contra o trabalho. Os trabalhadores do imaterial lutam sobre o terreno da produção da subjetividade. E é na circulação que a subjetividade se produz e produz o valor econômico e a renda (COCCO; BOUTANG, 2013, p. 24).

Dardot e Laval (2014b) discordam em grande medida desta leitura, da qual eles tomam os trabalhos de Hardt e Negri como referência, em função da permanência dos altos lucros auferidos no próprio setor terciário, bem como da reprodução de velhas formas tanto de exploração do trabalho – na extração de mais-valor absoluto em função da superexploração que o próprio pós-fordismo da produção flexível e atomizada permite – quanto das lutas contra estas formas (talvez tendo em mente o próprio caso francês da dificuldade de penetração mais aprofundada do processo de neoliberalização, em função da força resistente das centrais sindicais atuantes e da importância dos serviços coletivos e públicos ainda em cena, apesar das enormes pressões que o setor financeiro internacional do ajuste estrutural exercem naquele ambiente regulatório). No caso brasileiro, é necessário também considerar o chamado *precariado urbano* – a classe trabalhadora incluindo os grupos difusos e não organizados inseridos no âmbito do trabalho informal e precário – que não necessariamente se relaciona à economia imaterial urbana, embora certamente tenha vínculos diretos aos processos neoliberais pós-crise da década de 1980. Estes grupos foram bastante presentes nos protestos, onde podia se ver claramente inclusive sua diversidade interna, nas muitas camadas que o compõem.

Ressalto aqui, como um aspecto metodológico importante, minha participação direta na sequência de eventos das jornadas de junho de 2013 na cidade de Belo Horizonte, em todas as grandes marchas realizadas nas ruas, bem como numa série de reuniões e assembleias promovidas por seus participantes, e nos desdobramentos subsequentes, que foram se esfriando progressivamente nos meses seguintes. As análises que seguem são retiradas desta *observação participante* propiciada pela experiência direta nestes eventos, cuja deflagração me levou a direcionar este estudo para além da economia política urbana da cidade neoliberal, que constituía

seu foco principal inicial, na direção da dimensão da *política do espaço* em foco no capítulo inicial e que se faz presente ao longo dos demais, e que volta à tona de forma mais central a partir do capítulo 4, acima.

Esta experiência direta foi, para muitos, uma experiência de alteridade na metrópole, de um espaço-tempo situado fora de seu cotidiano normal, num acontecimento separado, que constitui uma temporalidade vinculada a uma espacialidade correspondente distintas daquilo que opera por décadas num padrão de normalidade até que algo parecido venha a ocorrer outra vez. O espaço urbano entra como um *agente* importante nesta alteração da experiência da cidade, que se constitui a partir de uma prática espacial disruptiva, formadora de temporalidades territorializadas situadas no campo da alteridade, de sua afirmação através do dissenso. Caminhadas de centenas de milhares de pessoas do centro da cidade até o Mineirão, repetidas por alguns dias; grandes massas de pessoas ocupando as ruas, bloqueando a passagem dos veículos, passando por viadutos e grandes avenidas; os inúmeros conflitos com a polícia, e sua reação desmedida diante de multidões compostas por muitos que nunca haviam passado por nada parecido. Trata-se assim de um evento disruptivo, que marca os lugares por onde passam os envolvidos, alterando sujeitos, e nisso mudando fortemente a ideia de cidade dos envolvidos. Altera também a noção do que é a rua, de seus significados, trazendo-a como espaço por excelência da heterogeneidade da multidão, do encontro com o outro numa situação de semelhante e de partilha, da abertura e da horizontalidade, mas também como o espaço do conflito exacerbado e ultraviolento que marca sua visão a partir do olhar de muitos ali presentes - que em seus cotidianos enxergam na rua um risco a ser evitado, justamente em função do encontro em potencial com o outro, também a ser evitado, que naquele momento heterotópico se encontrava do mesmo lado do campo de disputa pelo espaço e por seus sentidos. Naquele tempo-espaço diferencial, o risco advém daqueles que geralmente protegem estes sujeitos que escapam da rua como espaço do encontro em suas trajetórias cotidianas, escancarando uma visão que eles raramente têm, da força policial agindo de forma explicitamente violenta e diametralmente contrária a seu posicionamento naquela circunstância - distúrbio que faz com que estes grupos muitas vezes atribuíssem, desde os próprios momentos das marchas, a violência policial à ação dos black blocs, constituindo já no próprio ato, uma visão que seria amplamente promovida pela grande mídia posteriormente, quando passam a abandonar o apoio explícito aos protestos.

Há assim na experiência direta e aberta, e na apropriação heterotópica da rua, uma negação de sua negação cotidiana, um *dissenso* em relação ao que se afirma cotidianamente como o papel daquele espaço como território de circulação, e onde o encontro com o outro ocorre na forma do

conflito e da violência. A ação policial descabida se torna aí uma afirmação não somente desta leitura funcional da rua, mas da cidade onde ela se insere, que é a cidade da desigualdade brutal e do cotidiano do valor de troca, que se encontra por trás da própria negação da rua, da interação com aquele espaço como obstáculo a ser vencido na direção de determinado objetivo (muito frequentemente de natureza utilitarista) qualquer. Para muitos outros, mais criticamente posicionados na construção de aberturas que permitam escapatórias deste cotidiano urbano heterônimo e inseridos em visões mais claras acerca da importância da prática da *cidadania como alteridade*, este conflito direto com as forças do Estado se manifesta como uma negação do disciplinamento, do controle biopolítico através da produção de subjetividades, do biopoder, numa afirmação da potência das brechas e rachaduras inerentemente criadas pela própria vida na metrópole, e produzidas por ela. Esta ação espacial, e a agência do espaço nesta ação, alimenta desdobramentos das próprias marchas, na busca por segundos momentos de ação (na forma das assembleias horizontais, por exemplo, que serão abordadas adiante), gerando combustível para que os envolvidos acreditem nas possibilidades de construção de alternativas e da ruptura com o *cotidiano espacial* contra o qual se posicionam através da própria espacialidade dos atos.

Henri Lefebvre (1992), em sua última obra, publicada postumamente, traz à tona a dimensão temporal que já se encontrava presente, embora de forma pouco evidente, em seus escritos acerca da cidade e do espaço. Trazendo elementos da música (talvez a melhor síntese que temos das tramas de possibilidades infinitas da temporalidade) para indicar a importância de se entender os ritmos e suas rupturas, continuidades, progressões, latências. Seja nos processos sociais e espaciais ou na psicanálise, propondo o advento da ritmanálise como um novo campo de prática analítica, Lefebvre oferece perspectivas bastante férteis para uma leitura do tempo para além da identificação e interpretação de ciclos de durações variadas na história. Como indicado acima, é importante entender os momentos de insurgência também no que diz respeito à sua dimensão temporal, e entrando pela análise dos ritmos, o momento da revolta popular parece estar mais relacionado a um padrão em relação ao tempo cuja abordagem mais interessante vem da psicologia e da antropologia: a liminaridade. Victor Turner (1974), ao dar continuidade ao tema abordado por Arnold van Gennep (1978) no início do século XX em seus estudos acerca dos ritos de passagem em sociedades tradicionais, traz uma perspectiva a respeito do momento liminar interessante para se entender a sensação de muitos que ali estavam acerca dos eventos de junho de 2013, sobretudo em relação a um aspecto incômodo e assustador para alguns: a incerteza. O momento liminar pressupõe o abandono das regras e a construção social de um contexto que induz a alteração de

comportamentos, abrindo espaço para eventos impossíveis em tempos não-liminares. O carnaval, assim como o ritual que obedece à tradição, é um momento liminar atenuado pela repetição, que traz certa previsibilidade aos eventos. A insurgência ampliada à escala da multidão num lugar em que ela ocorre uma vez a cada três décadas é a liminaridade intensa, que cria a situação de efervescência de eventos imprevisíveis e incertos, e que interagem uns com os outros de modos igualmente alterados, cujos resultados podem ser de natureza muito diversa do que estamos acostumados. O desconhecido vem à tona, e sabemos que ele não aparece sozinho, mas geralmente vem acompanhado de velhos fantasmas, assustando quem os bem conhece.

Em van Gennep, os ritos de passagem são estruturados em três fases: uma separação (fase anterior à liminar), uma transição (fase liminar) e uma reincorporação (fase pós-liminar), interpretando a liminaridade como um momento transitório entre duas fases estáveis, mas que são necessariamente diferentes – no caso dos ritos de passagem, para aqueles que são seus protagonistas, que são desligados de suas sociedades durante a transição para serem reincorporados em novos papéis posteriormente. Mas o rito, na maioria das vezes tem um caráter pouco revolucionário, e se encaixa no repertório que o próprio funcionamento normal da sociedade dispõe para garantir coesão e até mesmo diminuir as aberturas para os eventuais desviantes de conduta. Todos sabem que na maioria das vezes é uma liminaridade previsível, e o que vai acontecer depois de seu término. Ao se concentrar na fase liminar, Victor Turner escancara a interpretação dos significados da liminaridade, e traz a ideia do liminar como um limbo, repleto de ambiguidades acentuadas, com um enfraquecimento das estruturas e com um forte sentido de coletividade, indicando como é na liminaridade que mora o perigo, pois não somos mais o que éramos antes, e não somos ainda aquilo que seremos. Mesmo em tempos de ultrafragmentação de identidades, a liminaridade permanece impregnada de um forte sentido coletivo que tende a prevalecer, mesmo o indivíduo se libertando de amarras impostas pelas regras e podendo desviar mais intensamente. A horizontalidade radical do movimento de junho, em seus diversos momentos, parecia indicar claramente este predomínio da coletividade, trazendo em seu bojo a possibilidade da proeminência do subalterno e uma clareza na visão de que na verdade o fraco é aquele que detém o poder – “o grau mais baixo de potência”, segundo Gilles Deleuze¹¹¹, que em sua tristeza, “sempre separa aqueles que estão subsumidos do que eles são capazes”. A desorientação, por sua vez, advinha do

¹¹¹ No verbete *J de joie* (alegria), de seu *abecedário*, série de entrevistas televisionadas, gravado entre 1988 e 1989 e transmitido pelo canal franco-alemão Arte em 1994 e 95. Transcrição completa em português disponível em < <http://stoa.usp.br/prodsubjeduc/files/262/1015/Abecedario+G.+Deleuze.pdf> > (consulta em junho/2015).

fato de que as identidades, mais rígidas em períodos “normais”, se desestabilizavam, trazendo riscos e oportunidades diversas, e a dissolução das hierarquias atrelada ao protagonismo do ethos coletivo engendra contatos e relações que seriam improváveis fora da liminaridade.

Desde a primeira grande marcha em Belo Horizonte, iniciada numa tarde de sábado a partir do encontro da Copelada, uma partida de futebol na rua organizada pelo Comitê Popular dos Atingidos pela Copa – COPAC-BH, na Praça da Savassi, havia uma heterogeneidade marcante na multidão presente que causou certa estranheza inicial em muitos ativistas ali presentes. Muito rapidamente ficou clara a presença de uma enorme quantidade de pessoas que respondiam aos chamados da grande mídia, muitas vezes participando de eventos desta natureza pela primeira vez, mas não necessariamente advindos de determinada classe social ou perfil socioeconômico determinado: muitos dentre estes eram das periferias ou de partes da cidade de maior concentração da população de mais baixa renda. O primeiro conflito com a esquerda organizada surgiu logo nas primeiras horas deste evento, com demonstrações agressivas de oposição às bandeiras dos partidos políticos (PSOL, PSTU, PCB, dentre outros) ali presentes. Outro grupo que se fez presente – que já vinha participando de diversos eventos onde a esquerda organizada compunha a maioria dos participantes, desde 2011, quando foram realizadas marchas contra o prefeito em Belo Horizonte – eram anarquistas de orientações diversas. De forma superficial, a heterogeneidade da multidão composta por singularidades aglomeradas numa massa de grandes proporções era marcada por outros grupos mais ou menos identificáveis, e que apresentam sobreposições diversas uns com os outros. Dentre estes, ressalta-se: a antiga esquerda organizada em partidos políticos e em movimentos sociais consolidados e constituídos em ciclos de lutas anteriores, algumas vezes carregando bandeiras e vestindo camisas dos partidos e movimentos, outras não; a nova esquerda também organizada, seja em partidos mais recentemente criados ou igualmente, em movimentos sociais mais recentes; os anarquistas em ampla gama de formas de inserção e atuação; a “esquerda cultural”, composta por artistas, músicos, atores, cineastas etc., envolvidos diretamente ou não em organizações e outras formas de ação política organizada; jovens de classe média alta, geralmente vestidos de verde e amarelo e/ou com a cara pintada (sendo que essa associação não necessariamente envolve um alto grau de correlação); muitos jovens de periferia, negros ou não; o movimento estudantil secundarista; ambientalistas; os chamados *mediativistas* (novos atores em cena); e os *black blocs*, que constituem uma sobreposição parcial com o grupo dos anarquistas e/ou com os jovens (em sua grande maioria homens) de periferia e de perfil socioeconômico de mais baixa renda. O grau de pertencimento dos indivíduos singulares que compõem as massas que

ocuparam as ruas em cada um destes grupos varia individualmente, podendo fazer *mais parte* ou *menos parte* de mais de um grupo, como igualmente podem se inserir num grau mínimo em somente um deles, não se identificando com nenhum de forma efetiva. Esta é uma característica de massas heterogêneas onde os graus de coesão interno aos grupos variam muito de acordo com os recortes estabelecidos, e com os temas e questões aos quais podemos avaliar se há adesão ampla ou não. Os motivos para se estar presente variavam de forma significativa, e muito frequentemente eram opostos uns aos outros – como ficaria claro nos anos seguintes, com o fortalecimento de mobilizações assumidamente conservadoras por parte de grupos que também estavam presentes nas ruas de junho de 2013.

Um evento interessante que ilustrou bem os desencontros e desconfortos entre movimentos, táticas e forças novas e antigas, que aponta como uma das diversas dimensões em que as interfaces entre grupos distintos se concretizam naquela série de eventos, foi o Dia Nacional de Luta, convocado por centrais sindicais em todo o Brasil no dia 11 de julho de 2013. A presença de grandes contingentes de manifestantes diretamente envolvidos nas jornadas criou uma clara divisão na multidão, entre esta massa horizontal e sem padrões de organização centralizados, e os grandes carros de som com discursos proferidos por lideranças situados à frente de blocos distintos de manifestantes organizados e em sua grande maioria uniformizados e portando bandeiras de seus respectivos movimentos estruturados e institucionalizados. Em Belo Horizonte, a marcha terminou em frente à sede da Rede Globo, com uma bateria de falas – proferidas desde o topo dos carros de som – das lideranças sindicais e movimentos organizados participantes do ato formalmente organizado que ao final convocariam manifestantes a retornarem para seus respectivos ônibus, e declarando formalmente o final do ato. O que causou estranhamento e indignação por parte dos ativistas advindos das jornadas de junho, onde este tipo de coordenação centralizada não existia, e que provavelmente teria iniciado um acampamento naquele local ao final da manifestação caso a repressão por parte das forças policiais típica do final daquelas manifestações não o impedisse.

Em relação aos black blocs, tratava-se de uma mistura entre grupos sintonizados a um formato de ação colocado em prática deliberadamente pela primeira vez nas manifestações de 1999 em Seattle contra o encontro da Organização Mundial do Comércio, descrito por seus praticantes e defensores como um protesto através do *dano à propriedade material*, como forma deliberada de se radicalizar a manifestação contrária aos efeitos da primazia destes *ativos* diante das *pessoas* no sistema econômico vigente. Além desta sintonização a formas de ação de uma determinada vertente do anarquismo contemporâneo praticadas por grupos de formação política deliberada, a tática é

adotada também por uma grande quantidade de jovens moradores de periferias e favelas. Quase de forma intuitiva, estes grupos, espontaneamente formados ao longo dos protestos, aderem à frente formada pelos anteriores, adotando postura semelhante de protesto radicalizado contra o patrimônio material, mas também contra a violência policial extrema que sofrem em seus cotidianos. Independente de juízos de valor diversos que surgem no próprio seio das manifestações, há ali uma ação direta de sujeitos em revolta que enxergam uma brecha para se posicionar de forma explícita e visível por todos, naturalmente através dos corpos em movimento, e do conflito tanto com as forças que os reprimem diariamente quanto com as partes da própria multidão da qual faziam parte que se posicionavam contra suas ações.

Alguns relatos dizem que o uso de máscaras era adotado como forma de não serem reconhecidos pela própria polícia nos seus territórios de ação excepcional que constituem os espaços de moradia destes grupos. Por um lado, esta forma ação radicaliza o protesto para além de uma simples marcha pelas ruas sem capacidade de geração de impactos necessários para que as manifestações tivessem algum poder de fogo político, agindo assim de forma semelhante às táticas do MPL nas ruas de São Paulo nos primeiros dias, que visavam justamente o fechamento de vias e o impedimento da circulação como maneira de garantir que seus atos tivessem algum impacto real (por isso foram tão duramente atacados). Por outro, constituíam um espaço por onde a própria polícia atuando na repressão dos movimentos poderia se infiltrar (diversos relatos de ativistas entrevistados insistem que isso ocorreu de fato), e gerar agressões iniciais às tropas de choque que enfrentavam diretamente, desencadeando uma repressão generalizada na direção de toda a massa presente nas ruas. A partir deste momento, muitos enfatizam que entra em cena uma função importante dos black blocs, de atuar como uma espécie de para-choques para que a multidão que está por trás possa ter tempo de se proteger das ofensivas policiais¹¹². Também é fato que, após determinado estágio no desenrolar das manifestações, a grande mídia percebe as potências, que se constituem nos movimentos, de teor diametralmente oposto às suas tentativas de instrumentalização, e passa a utilizar da cobertura do recorte específico dos conflitos violentos nos atos, para novamente mudar seu posicionamento em relação às jornadas, e desincentivar a ampla adesão das massas.

¹¹² Esta função foi muito ressaltada por professores da rede pública que participaram das marchas organizadas pela categoria na cidade do Rio de Janeiro em outubro de 2013, através de falas em defesa dos black blocs por parte daqueles que foram violentamente agredidos pela polícia.

Com isso, há uma gradual passagem das jornadas a uma segunda fase em que as marchas deixam de ser o espaço-tempo privilegiado da mobilização para gerar desdobramentos diversos. O próprio término da Copa das Confederações também contribuiu para diminuir a força e o tamanho das marchas realizadas, pois muitas delas eram convocadas em dias de jogos, visando a manifestação direta nas portas dos estádios onde eles se realizavam (sendo o conflito com a polícia, no caso de Belo Horizonte, quase sempre na barreira que montavam para impedir a chegada dos manifestantes nas proximidades dos estádios). Situando as jornadas de junho em relação aos eventos de 2011 abordados acima, há uma mescla entre situações e percursos semelhantes à primavera árabe, da disrupção gerada pelo fogo de palha dos protestos abrindo portas para o fortalecimento de forças contrárias, que reaparecem como reação organizada (e com amplo arsenal advindo de suas estruturas de poder já há muito consolidadas) a junho, e outros desdobramentos construtivos diversos de caráter progressista e/ou situados na radicalidade marcante de grande parte da multidão insurgente. O apêndice deste capítulo entrará em detalhes acerca de um desdobramento prático das jornadas na direção de ações diretas e espontâneas realizadas em ocupações de moradia por parte dos próprios grupos de atingidos pela valorização imobiliária exacerbada em Belo Horizonte, sendo que há também, inclusive em escala nacional, um fortalecimento dos novos movimentos organizados em torno desta pauta. Assim como no desenrolar das próprias jornadas, há nos desdobramentos uma importância acentuada da escala local, ainda que em intensa interação com processos advindos da escala nacional. A dependência da trajetória específica de cada localidade aponta como definidora de resultados destas dinâmicas, embora existam semelhanças inúmeras entre cada localidade onde as manifestações ocorreram com força.

A liminaridade citada acima, e o caráter aberto e disruptivo que a caracteriza, podendo criar focos de incêndio levados a direções distintas, enquanto produzia aberturas para potenciais progressistas, também era o fator que permitia que os movimentos fossem aproveitados por forças contrárias às transformações que eles reivindicavam em sua grande maioria, justamente em função da ambiguidade e da desorientação que a efervescência social implica. Como uma resposta clara, a canalização de esforços apontava como prioridade para muitos, e a melhor forma que aparecia como uma possibilidade de operacionalizá-la a partir de toda a energia dos movimentos era a prática de democracia radical das assembleias abertas e horizontais. Passava-se da fase em que a marcha nas ruas era o momento principal para um segundo ato em que as assembleias populares ganhavam proeminência, pois era ali que as potências criadoras podiam ser sintonizadas e direcionadas para formas diversas de se atingir as estruturas de poder que se visava transformar

(mas mantendo em vista a importância das manifestações como momentos de ação, cujo esvaziamento poderia significar o enfraquecimento do próprio potencial reivindicatório dos movimentos). Contra o medo dos desvios à direita, que no caso belo-horizontino acompanhava as manifestações desde o seu primeiro dia, e como escudo contra as tentativas de agentes hegemônicos com brutal poder de pautar os movimentos, as assembleias apareciam como caminhos potencializadores de transformações através da construção da democracia radical em sua base. Permanecia-se na zona liminar da incerteza e da criatividade potencializada pelo abalo das estruturas, mas dava-se um passo adiante, na direção da construção coletiva do novo, daquilo que pedia para surgir.

A Assembleia Popular Horizontal (APH) de Belo Horizonte teve início no auge das jornadas de junho, convocada por grupos diversos com formas variadas de inserção em movimentos sociais e partidos políticos, com o objetivo de iniciar um espaço de discussões e debate, aberto e horizontal, em torno de táticas para as marchas, bem como das questões subjacentes aos protestos. Os primeiros dias foram marcados por uma presença bastante significativa de ativistas, tendo também a presença de muitos manifestantes não necessariamente vinculados a pautas progressistas, que foram deixando de frequentar as assembleias nos seus dias subsequentes. Há, de início, uma dinâmica de plenária aberta que dura por várias horas, com a exposição de questões diversas, nos primeiros momentos muito em torno dos atos em si, com tentativas de deliberação e encaminhamento ao final de cada sessão. Aos poucos as discussões e intervenções se tornavam mais dedicadas às pautas e questões diversas que justificavam a ação dos ativistas, até que se decide, numa prática bastante frequente nas acampadas de 2011, formar grupos de trabalho em torno de temas, que verticalizariam as discussões em cada área temática, trazendo para a plenária maior as definições e resumos das discussões, que seriam reabertas com todos os presentes. Os nomes destes grupos temáticos eram: mobilidade urbana, reforma urbana (inicialmente chamado de *moradia*), meio ambiente, FIFA e megaeventos, desmilitarização e antirrepressão policial, saúde, educação, reforma política, direitos humanos e luta contra as opressões, democratização da mídia, cultura, disseminação das assembleias (que tinha o objetivo de levar o formato da APH para outras localidades na região metropolitana, e na própria cidade de Belo Horizonte), e permacultura.

Neste processo de busca coletiva por formas de se colocar em prática um modelo de democracia radical num espaço autônomo por fora do Estado (mas constituindo vetores que vão em sua direção), a APH se torna um grande fórum de movimentos, aberto à participação de todos,

e aglutinando também uma grande quantidade de ativistas não pertencentes a organizações quaisquer, produzindo uma grande quantidade de conteúdo analítico e propositivo através dos GTs acima, e organizando “aulões” públicos em torno destes. Delegados da APH escolhidos em assembleias foram recebidos pelo governador do estado de Minas Gerais e pelo prefeito de Belo Horizonte, em reuniões de negociação em torno de temas diversos – todos decididos coletivamente em assembleias abertas e através das discussões dos GTs – que duraram tardes inteiras e foram transmitidas na íntegra através dos grupos de mediação que acompanhavam o movimento. A partir de uma votação realizada na câmara dos vereadores de Belo Horizonte no dia 29 de junho de 2013, visando reduzir as passagens de ônibus a partir de um corte em impostos que incidem na tarifa, centenas de manifestantes, em sua maioria vinculados à APH, iniciam um acampamento na câmara que perduraria até o dia 7 de julho. Durante este período, as plenárias da Assembleia e muitas das reuniões de seus GTs eram realizadas na própria sede da câmara – inclusive a preparação para a reunião com o prefeito de Belo Horizonte ocorrida naqueles dias, onde há uma série de confrontos diretos de pontos de vista de conteúdo muito revelador acerca dos projetos de cidade (e sociedade) dos dois lados. Aos poucos, a APH perde adesão em número de ativistas envolvidos, seus GTs se esvaziam e eventualmente as reuniões maiores também deixam de ocorrer. O GT de mobilidade seria transformado no Movimento Tarifa Zero, que organizaria manifestações diversas, e atuaria exercendo pressão contínua sobre a política de mobilidade urbana de Belo Horizonte, mas também com um combustível decrescente ao longo do tempo.

Alguns afirmam que a experiência da APH se esgota em pouco tempo em função do acúmulo de pequenos conflitos advindos das típicas diferenças internas aos movimentos e organizações de esquerda, que terminam por fazer com que cada um voltasse para o seu próprio círculo anteriormente constituído – com a diferença de que novos espaços seriam constituídos e novos membros seriam angariados. Outros dizem que naturalmente foram surgindo lideranças internas que dominavam os processos decisórios, e que isso criava uma resistência e um desânimo por parte de muitos participantes. E uma terceira vertente, mais otimista, defende a ideia de que a intensidade elevada das atividades da assembleia e seus GTs não poderia naturalmente durar por muito tempo, a não ser que ela se tornasse um movimento mais organizado (sendo que nem mesmo os movimentos existentes e já estruturados conseguem manter um ritmo de atividades tão intenso quanto foi a APH nos meses em que funcionou). Nesta visão, trata-se de mais uma nova tática inserida num leque que começa a se expandir no início da década – assim como a própria Praia da Estação, em Belo Horizonte, iniciada em 2010, que nesta perspectiva pode ser convocada quando

for necessário, fora do período do verão em que costuma ocorrer, em função de objetivos diversos. Assim, a APH sai de cena mas permanece enquanto tática a ser reativada quando necessário, além de ter sua força e suas redes formadas transbordadas para outros movimentos ainda em curso, como o Tarifa Zero, por exemplo, ou a Rede Resiste Izidora, de apoio às ocupações urbanas da região do Isidoro (que serão abordadas abaixo), em grande parte composta e organizada por participantes da assembleia, além dos próprios movimentos atuantes na luta por moradia.

A intercessão entre os novos movimentos de luta pelo direito à cidade e os levantes de junho também produz desdobramentos diversos em suas ações. A principal dentre estas foi um ato de ocupação em forma de acampamento na sede da prefeitura de Belo Horizonte realizada no final do mês de julho pelas Brigadas Populares em conjunto com o MLB, em resposta à ameaça de despejo de suas ocupações urbanas, e aproveitando a onda de manifestações para serem recebidos e ouvidos pela prefeitura. Nisso, as novas ocupações urbanas também seriam representadas pelos ativistas no acampamento-ocupação da prefeitura, que culminaria numa reunião com o prefeito (também durando várias horas e com transmissão ao vivo e na íntegra realizada pelos midiativistas) em que este assinaria um documento de comprometimento com o não-despejo das ocupações de moradia já consolidadas no município.

Como já adiantado acima, há no caso brasileiro de 2013 uma ambiguidade nos efeitos e desdobramentos das insurgências multitudinárias, que por um lado engendram uma forte reação de setores conservadores, com consequências políticas significativas (como é o caso do atual congresso nacional ultraconservador resultante das eleições de 2014), por outro geram uma série de efeitos que atuam no campo progressista e/ou de práticas políticas mais radicais e de ação direta. Ainda não há processos semelhantes aos que ocorrem na Espanha, na formação de organizações e partidos políticos novos a partir dos movimentos de 2011, mas os efeitos das jornadas na expansão e no ganho de poder de pressão por parte da nova onda de movimentos sociais atuando na questão urbana são significativos e constituem um desdobramento importante à esquerda.

Na perspectiva conceitual delineada no capítulo 4, acima, e considerando as ligações entre os processos socioespaciais que compõem a produção do espaço na cidade neoliberal e os eventos de 2013, trata-se de uma expressão de uma grande rachadura que expõe e faz crescer o campo situado na prática constituinte da alteridade cidadã em relação às hegemonias produtoras de subjetividades neoliberais. A disputa pela produção simbólica, que envolve em seu bojo os sentidos da cidade, as formas com que ela se produz, e as aberturas para novas possibilidades partindo de noções subjetivamente criadas, foi um aspecto central dos levantes. As implicações de junho para

a compreensão da produção do espaço urbano contemporâneo e a prática do planejamento voltada para a promoção da *justiça espacial* (Soja, 2010) são inúmeras. Evidencia-se o grande potencial contido (e ativamente abafado e combatido por forças políticas bem definidas) na prática da democracia radical, bem como o fato de que há uma energia latente com a possibilidade de ser mobilizada nestes espaços de busca por formas de se planejar e construir a *cidade para as pessoas, não para o lucro* (Brenner et al, 2012). Traz-se à tona também a escala das aberturas e brechas por onde passam estas forças, em fuga e contra as subjetivações hegemônicas e as relações concretas entre crise de representação e reprodução do neoliberalismo através do aprofundamento da simbiose Estado-capital, que têm na metrópole um agenciamento, uma territorialização e uma concretude espacial fundamentais para este projeto de poder (e de sociedade).

Apêndice:

As ocupações urbanas recentes em Belo Horizonte na luta pelo direito à cidade

As ocupações da Izidora¹¹³ brevemente descritas acima ocorrem como um desdobramento direto das jornadas de junho, mas remontam a uma linhagem muito mais antiga, situada num quadro mais amplo de luta por moradia, ocupações de terras ociosas, movimentos sociais organizados em interação com a gestão municipal e a interseção de todos estes agentes e processos com o domínio jurídico. Esta entrada no âmbito da justiça ocorre tanto na disputa por direitos quanto nos conflitos fundiários individuais que tornam o judiciário o palco de disputas em torno de uma questão política subjacente muito mais aprofundada e que constitui um traço marcante da formação social brasileira, qual seja, a concentração fundiária em patamares elevados. Neste caso específico, um evento insurgente de grandes proporções, que num padrão histórico ocorre no contexto brasileiro com frequência bastante esporádica, criou um clima propício para a ação espontânea de moradores desvinculados dos movimentos organizados atuantes na região, que posteriormente são convocados a apoiar aquelas novas ocupações, justamente num terreno – acentuando sua relação com os processos amplos abordados neste estudo – onde a prefeitura municipal planejava executar uma grande operação urbana consorciada. Em junho de 2015, quando

¹¹³ Pesquisadores e ativistas envolvidos na rede de apoio às ocupações descobriram recentemente que até a década de 1930, o nome da região nos mapas oficiais do município era Izidora. E em contatos com moradores antigos do Quilombo Mangueiras, situado na região, resgatou-se a figura da Izidora, uma ex-escrava que morou por muitos anos na comunidade. A partir daí, houve uma alteração no nome, que em seu conjunto tem sido chamadas Ocupações da Izidora.

ocorre uma exacerbação dos conflitos, com a forte repressão de um protesto organizado pelos ocupantes fechando uma rodovia próxima à região, que mobilizavam-se contra a ameaça de despejo iminente já anunciada aos moradores, as ocupações Rosa Leão, Vitória e Esperança eram habitadas por cerca de 8 mil famílias.

Este quadro das ocupações da Izidora convoca uma abordagem do contexto mais ampliado das ocupações organizadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte, que cresceram bastante nos últimos anos – em junho de 2015, ativistas relatam que cerca de 14 mil famílias vivem nas ocupações realizadas desde 2008 na RMBH -, assim como outro plano mais aberto pelo qual começaremos e que o envolve, qual seja, aquilo que Holston (2013) chama de *cidadania insurgente* no âmbito dos movimentos sociais urbanos brasileiros. Aquele autor, traçando uma genealogia da cidadania brasileira, identifica as formas históricas diversas em que a exclusão foi operada pelo regime jurídico através da contradição contida num formato de cidadania inclusivo (na condição de status de cidadão concedida a todos) mas desigual (na distribuição de direitos e benefícios), em que os privilégios são legalizados. As elites se tornam assim mestres na perpetuação destas contradições em benefício próprio, em que o próprio aparato legal é utilizado de forma instrumental e desigual na perpetuação dos privilégios, como forma de ofuscar problemas, neutralizar oponentes, e sobretudo, “legalizar o ilegal”. Para Holston, o processo de urbanização induziria a uma pressão por mudanças neste padrão histórico, ao possibilitar que os excluídos politizassem sua inserção heterônoma neste quadro jurídico formal, que passa a ocorrer num padrão aparentemente contraditório em que as insurgências se efetivam através do próprio exercício da cidadania, demandando direitos legais como cidadãos (iguais perante a lei) ao invés de privilégios sob relações clientelistas de dependência. Ao posicionar estrategicamente seus protestos como conflitos em torno da cidadania, e não como manifestações idiossincráticas, esta forma de insurgência passa a utilizar da própria construção do jurídico (e dos direitos) como um campo de disputa política, buscando construir a igualdade dos cidadãos perante a lei como forma de se contrapor a um regime historicamente baseado, em termos efetivos, no reconhecimento de privilégios. Holston, em sua pesquisa nos movimentos de bairro periféricos da zona leste de São Paulo, que se inseririam no grande guarda-chuva dos movimentos da reforma urbana e se engajariam na constituinte e na política urbana municipal, defende que este conjunto de ações e movimentações se baseia justamente neste princípio da cidadania politizada e insurgente, visando a conquista de direitos e a luta por justiça social (e *espacial*, acrescentamos) através das leis, se apropriando de seu funcionamento como ferramenta de luta, usando a própria razão jurídica em argumentos contra

seus oponentes diretos (especuladores imobiliários visando seu despejo de determinadas áreas, oficiais de justiça e policiais atuando no cumprimento de ordens judiciais, grileiros de terras tornados grandes proprietários etc.).

Traduzir esta interpretação à realidade atual das ocupações urbanas organizadas envolve uma ampliação do grau de radicalidade das ações diretas de ocupação, pois parte dos movimentos analisados empiricamente por Holston era formada por famílias de periferias metropolitanas de classe média baixa, que adquiriram seus imóveis através de longas amortizações e posteriormente tiveram sua titularidade questionada juridicamente por supostos proprietários originais dos terrenos, que teriam sido invadidos e vendidos a estas famílias por especuladores grileiros. No caso atual das ocupações planejadas (ou daquelas que são realizadas de forma mais espontânea, como foi o caso da Izidora em Belo Horizonte), os ocupantes são compostos por grupos de mais baixa renda, diretamente atingidos pela valorização imobiliária recente, incapazes de arcar com custos exorbitantes de aluguéis, mesmo em assentamentos irregulares. Ademais, não se trata simplesmente de um efeito cascata do tipo de ação descrita acima, pois as ocupações passam, na maioria das vezes, pela ação direta de movimentos de moradia organizados. E nisso, há uma adesão por parte dos ocupantes que passa pela luta por direitos como um eixo estruturador importante das ações (tendo o direito à moradia como um direito constitucional, e mobilizando este discurso com frequência), mas envolve um teor de insurgência mais aprofundado e que se assemelha mais ao padrão da *cidade contra o Estado* proposto no capítulo 4 acima (a partir de Velloso, 2015), contido no próprio ato (de desobediência civil pacífica) de ocupar.

É um preceito básico, há muito conhecido pela teoria e prática do planejamento urbano, a necessidade imprescindível do provimento de habitação de interesse social por parte do Estado no contexto da cidade capitalista. O princípio por trás desta necessidade fundamental já havia sido identificado por Engels (1845) no auge da revolução industrial inglesa, ao analisar as transformações que aquele processo engendra na cidade de Manchester no século XIX e que acompanha a urbanização capitalista ao longo de toda sua geo-história subsequente. O crescimento econômico, por ser conduzido e puxado naquele contexto pela expansão industrial baseada na disponibilidade de mão de obra barata, por sua vez ativamente produzida através da acumulação primitiva, cria a urbanização da pobreza, geralmente escondida nas costas das cidades.

A existência intrínseca a essa geografia de uma camada da população com renda insuficiente para arcar com o custo do acesso à moradia com seus próprios recursos – seja através do aluguel ou da amortização – cria uma tendência à formação de cortiços, o que ocorre de forma

exponencial nas cidades inglesas do século XIX. Esta dinâmica só passa a ser contida e controlada com o advento de uma política habitacional que é progressivamente formulada a partir de vertentes diversas do urbanismo como técnica que surge em grande medida em resposta ao crescimento urbano explosivo decorrente da revolução industrial inglesa, tendo como um evento marcante, como já mencionado, o retorno de combatentes da 1ª guerra mundial, que exigiam condições de vida e moradia, e declaravam não ter renda suficiente para obtê-lo através do próprio mercado (Choay, 1992). Com a virada keynesiana no pós-crise de 1929, a produção de moradias se insere na economia industrial como uma forma de provimento de bem estar, de diminuição do próprio custo da mão de obra (diminuindo a cesta mínima de consumo necessário demandada pelo trabalho organizado), de política anticíclica atuando no aquecimento do nível de atividade econômica em períodos de retração do setor privado, de aquecimento do consumo de bens duráveis através da diminuição do dispêndio geral com o custeio da moradia (tendo aí um posicionamento ativo do Estado no conflito entre capital produtivo e rentista a favor do primeiro), e de ordenamento das cidades, inclusive com objetivos conservadores.

Assim como em suas versões anteriores, a última grande onda de valorização imobiliária que se assiste no Brasil, puxada pelo dinamismo econômico do período 2004-2010, contribui diretamente na deterioração das condições acumuladas e engendradas historicamente pela ausência de uma política habitacional de envergadura proporcional ao que se fazia necessário. Por um lado, amplia-se a oferta e o estoque de moradias disponíveis. Por outro, aumenta-se muito a pressão pela expulsão da população de baixa renda para áreas desvalorizadas (distantes, desprovidas de infraestrutura e de condições de acessibilidade e serviços coletivos, frequentemente irregulares), em função de ondas de valorização que partem das áreas mais procuradas pelo mercado e se propagam pelo território, perdendo força com o distanciamento destes locais. A entrada do capital imobiliário no rol da financeirização, descrita anteriormente, também atua como um agravante neste quadro, por contribuir muito para aumentar a quantidade de unidades residenciais que permanecem vazias e inutilizadas, servindo somente como ativos financeiros a serem valorizados ao longo do tempo – o que poderia ser diretamente combatido através dos instrumentos do estatuto da cidade disponíveis para tal (como o IPTU progressivo), mas que são regulamentados e praticados num número reduzido de localidades. Esta combinação de condições já cria o contexto que, combinado com uma dinâmica política no âmbito dos movimentos sociais - em que novos atores não alinhados aos anteriormente estruturados entram em cena de forma radical, assumindo

a ação direta como principal forma de atuação -, faz crescer fortemente o número de novas ocupações urbanas, dinâmica que na RMBH toma forma no final da década passada.

O Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), que se inicia em 2009 (no mesmo ano da segunda ocupação organizada nesta nova onda em Belo Horizonte, que se torna emblemática neste contexto e uma espécie de modelo para as demais ocupações, a Comunidade Dandara), aparece para alguns atores neste cenário como um potencial alívio para as pressões descritas acima. O problema da habitação social descrito acima, visto pela economia neoclássica e por formuladores de políticas públicas atuando a partir de preceitos neoliberais, é visto como uma falha de mercado que justifica a ação do Estado na sua correção, realizada neste caso não através de seus moldes keynesianos descritos acima, mas no provimento de condições para que o próprio mercado passe a poder se efetivar – num encontro entre oferta e demanda que não ocorreria sem os empurrões concedidos pelo Estado para que a demanda efetiva se concretize, neste caso, através do crédito de longo prazo subsidiado. O fato do programa ter sido inspirado na política habitacional chilena adotada no início do governo Pinochet (diretamente assessorado por economistas ligados à escola de Chicago, os chamados *Chicago Boys*¹¹⁴), acompanhando sua política de erradicação de favelas e assentamentos irregulares (RODRIGUES; SUGRAYNES, 2004), ilustra perfeitamente sua inserção em padrões neoliberais de resposta do Estado a situações em que o livre mercado não provê soluções e resultados publicamente adequados.

A estruturação do MCMV, ao não direcionar sua execução para áreas públicas já disponíveis e/ou através de novas desapropriações, faz com que ele se torne um potencializador a mais da valorização imobiliária que já estava em curso, aumentando a demanda por terrenos, geralmente situados em áreas desvalorizadas, beneficiando diretamente (e portanto, direcionando recursos para) os grandes proprietários de terras situadas nestas áreas, e alimentando a pressão pela periferização em anéis ainda mais distantes. Este fator deve-se ao fato do programa ter sido planejado (principalmente) como parte de um pacote de respostas à crise financeira iniciada em 2008, que neste formato (dentre inúmeros padrões e tipos históricos de grandes crises capitalistas) toma forma a partir da desvalorização do mercado imobiliário, e se espalha pelo setor financeiro através do efeito dominó deste pontapé inicial. O antídoto para seu contágio no Brasil - que envolve também condições já existentes, como o aparato regulatório mais restrito em relação às “inovações financeiras” que ajudaram a desencadear a crise nos EUA, e a atuação de grandes bancos públicos

¹¹⁴ Ver Klein (2009).

por trás de grande parte das hipotecas imobiliárias - torna-se assim a contenção da possibilidade de uma desvalorização abrupta e em possível aceleração do mercado imobiliário aquecido nos anos anteriores. Beneficiando diretamente também as grandes construtoras que sofreriam impactos diretos da desaceleração abrupta de 2008, e de forma conjugada à ampliação da oferta de moradias para a população de baixa renda, o MCMV se insere na lógica do contrato social pós-2003 no Brasil que atua no benefício combinado da distribuição e das políticas públicas voltadas para os grupos de baixa renda e dos grandes oligopólios privados, que também se beneficiam diretamente da forma com que tais políticas públicas são estruturadas. Para além destes elementos, como já indicado no capítulo 3, outro modo através do qual o MCMV atua contra os efeitos da crise é na tentativa da manutenção do ritmo de atividade econômica e do mercado de trabalho aquecido através da construção civil. Ou seja, a política habitacional propriamente dita aparece ao final da fila, após o atendimento de todos estes elementos, tendo suas necessidades subsumidas àquelas colocadas por estes interesses – como a lucratividade mínima exigida pelas construtoras e a garantia da renda da terra nos padrões esperados pelos proprietários¹¹⁵. Lúcia Shimbo (2011) propõe o termo *habitação social de mercado* para designar políticas habitacionais como o MCMV, chamando atenção para o fato de que “esse pacote formalizou o espírito já corrente, desde meados dos anos de 1990, de incentivo à provisão privada de habitação, por meio das medidas regulatórias e do aumento dos recursos destinados ao financiamento habitacional” (SHIMBO, 2011, p. 44-45).

As ocupações entram neste contexto ampliado como um retorno, que ocorre nas rodadas de reorganização do espaço urbano gerado pelo crescimento econômico aliado à valorização imobiliária, da lógica histórica da população de baixa renda fluida no território, desprovida de acesso à terra desde sempre, agindo na ocupação autônoma de interstícios da cidade. Promove-se uma nova rodada de produção do espaço através da autoconstrução de moradias, neste momento como resultado da ação direta de grupos organizados, que buscam ocupar terrenos ociosos situados em áreas providas de infraestrutura urbana, que não cumprem a função social da propriedade, geralmente mantidos desocupados em situação de especulação, à espera de alterações na legislação provendo melhores condições de exploração econômica dos terrenos. As áreas geralmente escolhidas também se encontram frequentemente em situações de posse e propriedade questionável. Há aí uma rota de fuga explícita da cidade neoliberal e de seus canais ativamente

¹¹⁵ Uma aprofundada análise a respeito do MCMV ao longo deste período desde seu início na virada da década atual, baseada em pesquisas realizadas em diversas localidades no Brasil, é feita por vários autores do campo dos estudos urbanos em Amore et al (2015).

produzidos, inclusive pela política urbana vigente, de canalização de renda e mais-valor através da renda da terra aumentada de formas diversas, tal como analisado no capítulo 3.

Após uma experiência isolada em 1996, quando foi realizada a ocupação Corumbiara com 379 famílias no Barreiro (que hoje corresponde a um bairro consolidado e em processo de regularização fundiária), a história desta nova rodada de ocupações em Belo Horizonte tem um ponto de partida na ocupação de alguns edifícios por parte dos novos grupos organizados atuantes a partir do final de 2006 (Lourenço, 2014). O rompimento dos movimentos iniciados na década de 2000 com a política habitacional estruturada no município, que gera um conflito entre estes e os grupos mais antigos e mais inseridos neste nexos do provimento de moradias por parte da prefeitura, que acusam aqueles de estarem “furando a fila” do atendimento da prefeitura aos movimentos organizados. A resposta a essa crítica por parte dos movimentos novos constitui uma das explicações para o rompimento e a adoção destas estratégias de ação direta, e se refere a um questionamento da própria fila, dos critérios de decisão da ordem dos beneficiários, ou até mesmo de uma dúvida se ela existe de fato, ou se está realmente “andando”. Há aí, para os ativistas dos novos movimentos, um exemplo prático do tipo de efeito (de cooptação) decorrente da aproximação com o Estado por parte dos movimentos de moradia e luta pelo direito à cidade inseridos no ciclo estruturado nas décadas de 1970 e 80, descrito acima. Neste sentido, os movimentos recentes começam a se afirmar na prática a partir desta negação da entrada no rol dos que trabalham em contato direto com a própria prefeitura, que teria inclusive esvaziado a política habitacional nos últimos anos, buscando outras formas de promovê-la, até mesmo em propostas de inseri-la em municípios vizinhos onde os terrenos são de custo mais baixo, com formas de remuneração e compensação destas localidades por este “serviço prestado”¹¹⁶.

Depois destas primeiras tentativas de ocupação em edifícios, a passagem para a estratégia de ocupações horizontais envolve um ganho na construção de um sentido de comunidade, criando uma coesão inicial mais forte no grupo de ocupantes, que passam a se engajar na construção inicial das ocupações de forma mais sólida. O ponto inicial a partir do qual a dinâmica atualmente em curso se desdobra é a ocupação Camilo Torres, realizada pelo Fórum de Moradia do Barreiro em conjunto com as Brigadas Populares em fevereiro de 2008. A ocupação Dandara, iniciada em abril de 2009 pelas Brigadas Populares em ação conjunta com o Movimento dos Sem Terra (MST), constituindo de início na atuação conjunta com este grupo um plano que envolvia uma concepção

¹¹⁶ Discurso capturado em falas de secretários e outros funcionários de alto escalão da PBH em oficinas participativas realizadas em 2011.

rururbana (que depois seria enfraquecido ao longo do tempo), gera um efeito demonstração importante (LOURENÇO, 2014, p. 30), disseminando a ideia de que as ocupações poderiam ser bem sucedidas em seus objetivos práticos de prover o acesso a moradia aos ocupantes. A partir deste ponto, há um crescimento expressivo no uso dessa estratégia, e uma série de outras ocupações são realizadas na RMBH: Irmã Dorothy em 2010, Zilah Spósito-Helena Greco em 2011, Eliana Silva I (onde ocorreu a reintegração de posse depois de cerca de um mês) e Eliana Silva II em 2012, Emanuel Guarani Kaiowá, Rosa Leão, Esperança, Vitória e William Rosa em 2013, Nelson Mandela e Professor Fábio Alves em 2014, e (até o fechamento deste texto) Paulo Freire em 2015.

O despejo violento da comunidade de Pinheirinho, em janeiro de 2012 em São José dos Campos (SP), ganha um efeito potente na disseminação da condenação de atos dessa natureza, o que se tornaria um ganho para as ocupações. Estas passariam a invocar aquele evento diante da configuração de anúncios e ameaças de reintegração de posse, angariando apoio contra tais ações, e praticando a tática da vigília cultural, com a realização de festas, saraus e eventos diversos nas próprias ocupações, onde permaneceriam grupos ampliados de ativistas e apoiadores presentes nas localidades, formando uma espécie de plantão de apoio à comunidade contra a ação das forças policiais. Este é um exemplo concreto da importância que a rede ampliada de ativistas e apoiadores ganhou para estes espaços, formando – com uso ativo das redes digitais, inclusive na disseminação horizontal e aberta de relatos e notícias do que vem ocorrendo nas ocupações e nos espaços de decisões judiciais e policiais em torno de sua permanência ou retirada – um espaço ampliado sem o qual a força das comunidades recém formadas diante da polícia e do poder jurídico seria um tanto diminuído.

No entanto, a ação de arquitetos e ativistas, conformando uma conexão dos ocupantes (geralmente pertencentes a grupos de mais baixa renda) com as frações da classe média às quais estas duas categorias tendem a pertencer, gera alguns efeitos que vão na direção do estranhamento, podendo criar um senso de autoridade na figura de ambos – segundo Lourenço (2014, p. 117), tidos como os “intocáveis” para os ocupantes -, e de certo distanciamento destes em relação aos moradores. Mas por outro lado, cria-se uma força bastante efetiva que se traduz em efeitos práticos importantes para a efetivação e a permanência das ocupações. Por sua vez, o caráter revolucionário e de “luta pelo poder popular” que caracteriza a maior parte dos movimentos organizados envolvidos nas ocupações invoca um questionamento a respeito de seu planejamento territorial e da prática de subdivisão das moradias em áreas individuais. Na eventual regularização fundiária das comunidades elas se tornariam propriedades individuais e isoladas umas das outras, com

poucos espaços de uso comum, e se inserindo na cidade a partir disso como um bairro como qualquer outro, lançado à mercê da dinâmica do mercado imobiliário formal, que só não atua (promovendo até mesmo o processo de financeirização que vem a reboque) nas áreas irregulares em função da ausência do título de propriedade que constitui uma garantia jurídica fundamental para estes capitais. Ou seja, buscam escapar da cidade neoliberal mas promovem uma condição básica para a concretização de processos que estão na base de sua reprodução dentro das próprias ocupações. A este respeito, Tiago Castelo Branco Lourenço, arquiteto diretamente envolvido no planejamento da ocupação Dandara, afirma em sua dissertação de mestrado:

É importante lembrar que existem poucos exemplos de compartilhamento de lotes nas cidades brasileiras. O mais comum é o prédio de apartamentos, que a maioria da população não vê com bons olhos. O compartilhamento envolve negociações e conflitos, e não oferece aquela situação em que o proprietário (ou quem detém a posse) é absoluto em suas escolhas. Os moradores da Ocupação Dandara vivem nesta mesma sociedade e estão submetidos a todos os seus discursos ideológicos e, portanto, também à desconfiança em relação a qualquer tipo de coletivização. Soma-se a isso a urgência que envolve uma ocupação urbana. Os problemas ali exigem respostas imediatas. Reflexões que pretendam romper com o senso comum têm que ser construídas no atropelo dos acontecimentos. Nesse contexto, é difícil discutir alternativas com todos os envolvidos, mais ainda quando se trata de um empreendimento tão grande e com tantos participantes (LOURENÇO, 2014, p. 46).

Não somente a subjetivação da cidade neoliberal se faz presente em tal circunstância, mas esta urgência - somada à necessidade tão grande de se resolver na prática o problema do acesso à moradia que dificulta qualquer outra coisa na área que não seja diretamente aplicada nesta solução -, se torna uma força pujante o suficiente para que até mesmo espaços menores de uso comum fossem destinados a tal fim:

O parcelamento do terreno em lotes individuais de dimensões idênticas gerou vários espaços residuais nas quadras, que foram inicialmente destinados a usos coletivos. Nas discussões da coordenação da Dandara, chegou a ser elaborado um plano de gestão para isso. Algumas áreas seriam de praças com equipamentos coletivos, outras seriam de hortas sob responsabilidade dos diferentes grupos que compõem a ocupação. No entanto, muitas dessas áreas coletivas não foram usadas como o previsto e acabaram sendo privatizadas, com a implantação de novos lotes ou a ampliação dos lotes vizinhos (LOURENÇO, 2014, p. 48).

Ou seja, trata-se de uma ação prática voltada para o solucionamento de situações cujo caráter de urgência acentuada dificulta um aprofundamento maior na direção de formas de planejamento preocupadas em produzir heterotopias mais duráveis no território, e que venham a

constituir de fato bolsões de exceção e fuga das dinâmicas econômico-espaciais que tornam as próprias ocupações necessárias. Estas formas de planejamento não necessariamente precisariam envolver uma concepção radicalmente distinta do desenho urbano das ocupações, ou de formas espaciais de se prover soluções para a configuração da propriedade coletiva, mas a simples formação de cooperativas proprietárias da totalidade das unidades residenciais em cada localidade, que concede o direito de posse e uso a cada família, como é amplamente utilizado em conjuntos habitacionais e outras formas de habitação social em lugares diversos, já apontaria na direção da negação da propriedade individual como única forma de acesso à moradia possível.

Neste sentido, as ocupações em sua rodada atual são reflexo direto da cidade neoliberal, e uma expressão do tipo de conflito que ela exacerba, constituindo uma mescla de fatores diversos. Em primeiro lugar, expressam a indigência clastreana do pobre urbano atuando no nexo da *cidade contra o Estado* – no próprio ato de ocupar e no desafio da propriedade privada como um direito absoluto e na disposição a resistir contra as ameaças de despejo e as ações policiais de frequentes intimidações cotidianas dos moradores. Em segundo lugar, se inserem num padrão de continuação das genealogias da favela como quilombos urbanos, como espaços do negro em rota de fuga e em busca de construções autônomas. E em terceiro, concretizam uma nova forma, mais radicalizada, de ação de *cidadania insurgente* tal qual discutida acima, que atua no âmbito do jurídico, interno aos espaços do Estado, instrumentalizando as instituições e a suposta igualdade perante à lei, conclamando direitos, inclusive aquele de realizar para si, com as próprias mãos, a política pública efetiva que deveria ser função do ente público cristalizado na instituição estatal.

Promovem o acesso a moradia como direito e lançam o conflito para o terreno dos tribunais e das instituições, politizando a ação através deste formato de cidadania radical, fazendo a política habitacional tão necessária, na ausência de um formato realmente adequado desta, pelos próprios sujeitos que seriam seus beneficiários, de forma autônoma e insurgente. Efetivam, mesmo que de forma ambivalente, uma negação, através da ação, da situação em que a cidade neoliberal lança as pessoas, ao posicioná-las num jogo dominado pelo livre mercado sem nem mesmo corrigir e equiparar as condições iniciais de entrada neste jogo – sendo que, no caso brasileiro, uma das principais questões que habitam o cerne destas condições é justamente a desigualdade brutal no acesso à terra, com um padrão de concentração fundiária típico de formações sociais coloniais. A partir destas considerações, surge a questão – bastante pertinente na própria perspectiva política que vem sendo construída nos espaços de ativismo em torno das ocupações e da questão urbana de forma geral (e que será aprofundada a seguir, no capítulo de encerramento deste estudo): as

ocupações seriam expressões do *comum*? Trata-se de uma questão bastante complexa, tornada ainda mais espinhosa pela atualidade urgente desta dinâmica em curso, e que poderia ser respondida de forma lefebvriana com o típico “sim e não” daquele autor.

Sim: não se trata nem do público, e nem do privado. As ocupações promovem soluções através da busca do terreno comum, e da construção autônoma de respostas para um problema criado tanto pela esfera privada quanto pelo domínio do público (entendido como aquilo que é estatal), fazendo novos espaços na cidade e constituindo heterotopias, ainda que temporárias, que são abertas a experimentações diversas. Abrem uma tática de rota de fuga (tanto do público quanto do privado) que pode ser operada por vários agentes, como um processo de codificação simples, que pode ser replicado sem precisar de traduções complicadas, nisso constituindo inclusive um conhecimento comum a respeito de como ocupar – sendo o conhecimento compartilhado uma das formas mais ricas e profícuas de produção do *comum*. Possibilitam práticas de produção do espaço que escapam à lógica do mercado e da autoridade burocrática, ao mesmo tempo, e lançam ligações diretas do comum com a democracia radical ao questionar, através do próprio ato de ocupar, a legitimidade da ação do Estado diante da crise do acesso à moradia e da situação antidemocrática ligada à questão fundiária e a concentração da propriedade de terras de forma geral. Criam um laboratório de experimentações práticas de ação direta dos movimentos sociais com transbordamentos diversos possíveis, seja na direção da economia popular e solidária e outras formas de produção, bem como em outras experiências cooperativas e comunitárias aplicadas em situações diversas, inclusive no próprio provimento de infraestrutura através da autoconstrução por parte dos moradores, através de tecnologias alternativas altamente eficientes.

Não: também são impregnados por uma tendência privatizante. Constroem dentro das ocupações a mesma lógica da propriedade individual que forçam aqueles mesmos indivíduos a iniciar a própria ocupação. Ocupam construindo cercas nos terrenos individuais, erguendo muros. São respostas imediatas a uma urgência, são derivações e filhotes dessa urgência e dessa situação de heteronomia extrema; são rotas de fuga deste quadro, mas através da urgência carregam inúmeros elementos de fora dos quais não tentam se livrar e parecem não pretender tentar: não buscam alternativas econômicas através projetos de economia popular e solidária, por exemplo; os projetos coletivos têm grande dificuldade de decolarem (com algumas exceções); moradores afirmam não adotar a prática do mutirão, pois “não tem dinheiro, precisa de muito dinheiro pra fazer mutirão” (ou seja, os ocupantes estão exigindo remunerações para colaborar em mutirões). Forçam a entrada numa condição efetiva de cidadania – sendo que, apesar do acesso à moradia não

ser uma forma de exclusão ou diferenciação formalmente reconhecida pela lei, em termos práticos esta condição de cidadão se torna mais plena no regime atual a partir da conquista da propriedade -, para isso fazendo uso (instrumental) da insurgência, no formato semelhante à leitura de Holston (2013) a respeito dos movimentos de bairro que culminaram no movimento mais amplo pela reforma urbana. Em síntese, podem ser interpretadas como muito mais (somente) isso do que como expressão efetiva do *comum* constituído na prática.

Não pretendo oferecer respostas a questões dessa natureza acerca de um evento cujos desdobramentos ainda estão em curso. Trata-se aqui de interpretar esta dinâmica socioespacial a partir do quadro mais ampliado do estudo e sua inserção neste conjunto de processos, que se fazem pertinentes na sua leitura como expressão de uma série de contradições e embates maiores em torno da metrópole contemporânea. A precariedade da situação de algumas ocupações, como é o caso daquelas situadas na região do Isidoro, na convivência diária com o risco iminente de despejo, torna a ampla energia reunida na ação organizada em torno delas quase completamente dedicada a estes embates ligados à própria possibilidade de permanência dos moradores nos lares que já construíram com as próprias mãos, o que dificulta em muito o aprofundamento em questões que representariam um avanço nas experiências já iniciadas. No entanto, é fato que há uma miríade de possibilidades abertas pela dinâmica das ocupações, seja nas conquistas já efetivadas, ou nas direções para as quais elas apontam, como é o caso da formulação de políticas habitacionais que levem em consideração suas causas, ou de novas formas de atuação dos próprios movimentos sociais diretamente envolvidos no planejamento e na efetivação das ocupações, a partir do aprendizado já conquistado durante este período inicial ainda em curso. Através das ocupações, é possível utilizar sua força política construída nos movimentos para se ampliar o debate acerca dos formatos da política habitacional – visando sua diversificação para além da aquisição da propriedade individual, por exemplo – e para além, questionando os demais processos urbanos subjacentes que também situam-se nas causas por trás da necessidade das ocupações e que podem ser radicalmente questionados de forma conjugada a esta prática política (e autônoma) de ação direta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: o direito à cidade no encontro do comum com a democracia radical

O quadro da luta pelo direito à cidade no contexto atual enfrenta necessariamente as limitações e as forças contrárias construídas pela cidade neoliberal, passando assim por uma série de redefinições ligadas aos processos socioespaciais analisados acima, tanto no âmbito das transformações engendradas pela dinâmica econômica no espaço quanto aquelas advindas do amplo leque de lutas e mobilizações dos últimos anos. Procuramos, neste percurso por algumas regiões – conceituais e empíricas, históricas e contemporâneas – da urbanização brasileira, trazer à tona processos definidores da produção do espaço, e os agenciamentos políticos que se constituem em interação com tal dinâmica socioespacial. À guisa de conclusão do estudo, proponho uma série de considerações finais em forma de abertura, lançando questionamentos maiores que surgem a partir deste percurso por dentro o conjunto de abordagens dos capítulos acima, focando nas possibilidades e desafios atualmente colocados diante deste quadro amplo. Proponho que estes podem ser abordados a partir de dois grandes eixos dentre os quais as mobilizações atuais tendem a se dividir, e que surgem no próprio plano teórico como dois agrupamentos de possibilidades e aberturas para transformações sociais na contemporaneidade, que são: a *democracia radical* e o *comum*. No argumento que busco delinear adiante, de natureza preliminar, exploratória e com o objetivo de propor questões, atualmente o campo de maior fertilidade teórica e prática situa-se justamente no encontro entre estas duas vertentes. Trata-se, deste modo, de aberturas e possibilidades para a ação no contexto contemporâneo, diante do quadro amplo que buscou-se abordar em suas diversas facetas neste estudo.

O comum se torna pertinente na conjuntura atual, a partir do avanço histórico do neoliberalismo, por motivos diversos. Em primeiro lugar, estabelece uma ligação direta com o processo capitalista em suas raízes, na acumulação primitiva, que opera nas últimas décadas de formas reiteradas e diversas, a partir de uma necessidade intrínseca do reajuste espacial do capital de promove-la para garantir fluidez e condições mais favoráveis à acumulação.

O movimento dos ‘comuns’ é uma resposta a um dos aspectos dentre os mais impressionantes do neoliberalismo: a ‘pilhagem’ levada a cabo pelo Estado e os oligopólios privados do que pertencia até então ao domínio público, ao Estado social, ou se encontrava ainda sob o controle das comunidades locais. A imensa transferência de bens e de capitais do Estado ao setor privado, no que consiste as

‘terapias de choque’ e as ‘transições na direção da economia de mercado’ dos países ex-comunistas a partir do final dos anos de 1980 e durante a década seguinte, foi um dos aspectos mais marcantes desta grande apropriação. Mas isso não é tudo nos países capitalistas do ‘centro’ ou da ‘periferia’ que abriram ao capital domínios de atividade econômica e das esferas sociais removidas de sua dominação direta desde o final do século XIX: concessão ao setor privado de companhias públicas de ferrovias, de empresas nacionalizadas de minas de carvão, da siderurgia, de estaleiros navais, da produção e distribuição de gás e eletricidade, dos correios, da telefonia e da televisão; privatização parcial dos mecanismos de segurança social, da aposentadoria, do ensino superior, da educação escolar, da saúde; introdução de mecanismos concorrenciais e de critérios de rentabilidade no conjunto dos serviços públicos. Os efeitos sobre as relações sociais foram consideráveis. Em três décadas, as desigualdades acentuaram-se, o patrimônio dos mais ricos do mundo explodiu, a especulação imobiliária acelerou a segregação urbana. (DARDOT; LAVAL, 2014b, p. 91).

Antes da passagem teórico-conceitual, que envolve consequências práticas diversas, dos *comuns* ao *comum* – ainda na década de 1990 os comuns entram em cena como um projeto político de resistência à tomada neoliberal destes recursos, da privatização das fontes e das bases anteriormente socializadas das quais se produzem mercadorias e serviços mercantilizados diversos. Neste conjunto de proposições, do qual os movimentos antiglobalização se engajam em conjunto com uma série de movimentos indígenas e de populações tradicionais diversas, a América Latina ganha proeminência, justamente por ser uma das regiões onde os planos de ajuste estrutural do FMI e do Banco Mundial geraram efeitos mais perversos. Um marco importante na defesa dos comuns foram os eventos da luta contra a privatização da água pelos movimentos indígenas em Cochabamba no ano 2000, que se torna um ponto crítico fundamental a partir do qual aqueles movimentos se aglutinaram, culminando na eleição de Evo Morales na Bolívia em 2006¹¹⁷. No Fórum Social Mundial em Belém, em 2009, foi lançado um manifesto coletivo pela defesa e a recuperação dos bens comuns, ampliando seu alcance para além da natureza, na direção do conhecimento, da cultura, do patrimônio imaterial – tendo em vista as tendências privatizantes também dos saberes tradicionais, do roubo de conhecimento aplicável por corporações atuando no setor farmacêutico, dentre outros. Na Cúpula dos Povos, evento paralelo à Rio+20 realizado em 2012 no Rio de Janeiro, foi publicada a Declaração Universal dos Bens Comuns da Humanidade, ainda nesta linhagem dos comuns na América Latina, com participação ativa de movimentos diversos do continente.

O ataque aos comuns constitui não somente uma ligação com as raízes do processo capitalista, expediente histórico indispensável para a produção de oferta de trabalho, mas também

¹¹⁷ Uma referência deste momento no debate acerca dos comuns é a análise-manifesto de Naomi Klein (2001).

para a produção de mercados diversos – como no princípio delineado na Introdução, em que a precarização do coletivo/público engendra oportunidades de investimento e expansão em mercados diversos. No entanto, o exemplo dos serviços públicos de educação, saúde, transporte e habitação situam-se na esfera pública, e aqui abre-se uma discussão importante: o público, entendido como aquilo que pertence ao domínio do Estado, deixa, progressivamente, de servir ao bem comum, e vai passando a atuar na promoção do mercado, ou a deixar de intervir e atuar precariamente. Nisso, o público altera seu sentido fundamental – embora não de forma radical, pois em raras situações se traduziu no comum de fato, sendo a esfera pública do Estado-providência também caracterizada por um déficit democrático marcante, não somente havia um aparato disciplinador abrangente, mas a redistribuição e os serviços coletivos se inseriam numa lógica de crescimento e aprofundamento daquilo que Lefebvre (1991) denomina a *sociedade burocrática de consumo dirigido*. Além, é claro, da experiência do socialismo real, ou a “pretensa ‘realização’ do comum pela propriedade do Estado, [que] não foi nada mais do que a destruição do comum pelo Estado” (Dardot; Laval, 2014b, p. 53). Mas se, sob o neoliberalismo, o objetivo do Estado passa a ser a promoção do mercado, o sentido do público sofre uma declinação nessa direção, e passa a funcionar a partir deste princípio. O comum seria assim uma forma de resposta a esta tendência, trazendo um elemento advindo de uma recuperação histórica aprofundada mas ao mesmo tempo se encaixando como algo novo na conjuntura contemporânea, permitindo o drible diante do risco do simples retorno ao keynesianismo como saída possível, e levando para muito além o campo do possível, em direções distintas e com redefinições mais aprofundadas, pois o comum só pode ser instituído como aquilo que não pode ser privatizado e apropriado de forma excludente, e “em caso algum como objeto de um direito de propriedade” (DARDOT; LAVAL, 2014b, p. 215).

O comum pode ser abordado a partir de diversas genealogias possíveis, que vão desde a retomada prática e conceitual das terras comuns da Europa ocidental pré-moderna, até as referências diversas no mundo antigo, como é o caso do direito romano, que reconhecia quatro tipos de bens: para além do privado e do público (aquilo que é do Estado), o bem comum (aquilo que é de todos), e o bem sem posse, que não é de ninguém. A genealogia que mais se relaciona ao breve comentário que segue a respeito deste tema é a do comum destruído e cerceado pela acumulação primitiva em suas reiteraões diversas, qual seja, a espacialidade das terras comuns, das áreas dos cercamentos essenciais para a revolução industrial inglesa que se insere como uma peça chave no argumento marxista clássico acerca da fundamentação do processo capitalista na necessária formação de um amplo quadro de mão de obra sem posses e sem alternativas de

sobrevivência a não ser sua sujeição ao trabalho assalariado. É necessário reconhecer como resquícios desta espacialidade comum sempre se fizeram presentes nos interstícios dos espaços modernos e capitalistas, e que o cercamento nunca foi total – bem como qualquer processo produtor de heteronomias, que nunca têm tal capacidade totalizante –, mesmo que tenha abarcado em muitos lugares o território como um todo (e nisso tendo o Estado como um agenciador fundamental). O longo e complicado histórico deste processo no Brasil se aproxima recentemente deste estado de generalização da propriedade da terra, e é marcado por um leque de situações em que o privado e o público tomam o comum de assalto e/ou o privado toma do público, posteriormente ou de forma independente – quilombos transformados em sesmarias, terras devolutas griladas, respectivamente, sendo o estoque de terras privadas hoje no Brasil que advêm da grilagem ou de outras formas de concessão direta do Estado (inclusive nas cidades) um contingente correspondente a uma parcela bastante significativa do total. Ainda que de caráter bastante ambivalente, a própria favela é um resultado desta lógica dos interstícios que permanecem, na direção da qual o privado e o público tendem a avançar – como vem ocorrendo de formas distintas a partir da valorização imobiliária adjacente em muitas localidades.

Para além da narrativa marxista clássica acerca da acumulação primitiva, há um segundo ponto de vista que envolve o cerceamento do comum para possibilitar a construção do mercado de outras formas. Na transformação histórica descrita por E.P. Thompson (1998), as *leis* da oferta e da demanda no ajuste dos preços e quantidades só passam a operar a partir de uma intervenção forte do Estado garantindo o direito dos ofertantes de ajustar preços em períodos de oferta escassa ou demanda abundante. Anteriormente, os “costumes em comum” impediam tal operação através de uma economia moral que restringia estas atitudes através das tradições: oferta escassa envolveria venda com prioridade para os que necessitassem mais, demanda abundante levaria a esforços coletivos na direção do ajuste da oferta, e em casos de insistência no comportamento que visasse o ganho individual imediato, formas diversas de retaliação eram praticadas. Ou seja, há também uma dimensão das restrições e regras comunitárias na definição do comum, aspecto que seria retomado por Ostrom (1990), em sua crítica à proposição da *tragédia dos comuns* como um construto social e político (resultado da própria construção social do indivíduo da escolha racional utilitarista), que pode ser respondido de formas diversas de *regulação* através de instituições não-estatais e costumes. Na economia neoclássica, que em grande medida ajuda muito a sustentar os pilares do neoliberalismo, a justificativa para a intervenção de caráter coletivista só advêm das situações em que o mercado não opera adequadamente, como é o caso do abuso do uso livre por parte de usuários

que não precisam pagar nada para ter acesso a determinado bem ou serviço. Além do preceito básico exposto acima (e trabalhado no primeiro capítulo), do próprio mercado ser baseado na instituição estatal que garante as condições para seu funcionamento, a produção social do padrão de ação – baseado na escolha racional individual e utilitarista – do chamado *free rider* que abusa do consumo e do uso em condições de livre acesso, e que está por trás da tragédia dos comuns, não é reconhecida pela teorização que busca sustentar tal tipo de explicação (DARDOT; LAVAL, 2014b, p. 134-135). O próprio proponente original desta “fábula” da tragédia dos comuns¹¹⁸ não reconhece a possibilidade de um terceiro ente, para além do público e do privado, capaz de reger estas situações a partir de outros princípios, não necessariamente traduzidos em leis:

A fábula de Hardin não consegue conceber a existência de uma ‘economia moral’ – segundo os termos de Edward P. Thompson – que presidiria às regras costumeiras do uso dos comuns, o que é um grande contrassenso no plano histórico. Segundo Hardin, tal consequência destrutiva do acesso livre ao recurso comum só pode ser evitada pela apropriação individual ou pela nacionalização e a centralização do recurso comum. Em suma, para além do mercado e do Estado, não há terceiro termo (DARDOT; LAVAL, 2014b, p. 136).

Há saídas também pela criação de regras de uso e de formas de gestão coletivas do comum, através de “regras coletivas que dizem respeito às operações produtivas, às fronteiras do grupo e aos procedimentos pelos quais as regras são elaboradas e modificadas. Estas últimas regras constitucionais definem as condições institucionais de discussão e elaboração de regras operacionais” (DARDOT; LAVAL, 2014b, p. 137). No entanto, como apontam Dardot e Laval (2014b, p. 143), os autores dedicados a estas regras comunitárias como saída para a armadilha da tragédia dos comuns, grupo capitaneado por Elinor Ostrom, não estão interessados numa teoria ampliada de mudança social, e não se trata para eles de chamar atenção para formas de saída e rotas de fuga de um conjunto de condições criadas pelo capital, mas somente de chamar atenção para uma diversidade de formas de regulação para além do Estado que fazem diferença no regime de propriedade e na teoria microeconômica dos incentivos (seus sujeitos continuam sendo otimizadores egoístas). Deste modo, é necessário ir além deste paradigma, e é justamente o que se propõem os autores dedicados à proposição do *comum* como substantivo, recuperando sentidos antigos e lançando-os adiante (Hardt; Negri, 2009; Dardot; Laval, 2014b).

¹¹⁸ Garrett Hardin (1968) propõe a ideia da tragédia dos comuns como um resultado natural da apropriação excessiva de recursos finitos disponíveis num dado regime de livre acesso por parte de agentes racionais maximizadores de suas utilidades individuais. Condena-se a própria disponibilidade do recurso, a partir de uma superexploração decorrente da demanda irrestrita ligada à gratuidade e à plena liberdade de apropriação.

Em Hardt e Negri (2009), o comum aparece de forma ampla como um conjunto de práticas, e um direcionamento possível contido no próprio avanço do capitalismo cognitivo, que funciona a partir de capturas desta grande base criada coletivamente e que incluiria, para aqueles autores, o conhecimento, a cultura, a arte, a ciência e a técnica. Trata-se assim de romper estes elos extrativos, e liberar a produção (“biopolítica”) na direção de sua constituição autônoma. Como discutido no capítulo três, Dardot e Laval (2014b) apontam um paradoxo nesta elaboração. Haveria aí, segundo aqueles autores, um paralelo tanto com a perspectiva proudhoniana acerca da produtividade aumentada pela colaboração (e não pela divisão do trabalho, como em Adam Smith), e da propriedade privada como extração (e *roubo*) desta base *comum*, quanto com certa teleologia advinda da perspectiva marxista (contrária a Proudhon) em que o próprio progresso capitalista produz em seu próprio bojo as sementes de sua derrocada. Além do fato do capitalismo cognitivo citado criar ativamente tais condições, e operar num regime onde não necessariamente predomina a extração difusa de renda, mas que é marcado por altas taxas de lucratividade propriamente dita, como mais-valor advindo do processo de trabalho, o que é potencializado pelo próprio modo de regulação pós-fordista, caracterizado pelo predomínio da flexibilidade, no qual ele se insere. No entanto, é importante reconhecer que existem de fato, *nas margens* deste conjunto de atividades, grupos capazes de agência coletiva e criadora de escapatórias possíveis, como é visível no próprio espaço digital, e que aparecem em apontamentos autônomos – ainda tímidos, mas com potenciais – que transbordam na concretude do espaço urbano. Dardot e Laval (2014b, p. 148-152) trazem exemplos diversos da ascensão destes bens e serviços lançados ao comum, compartilhados no domínio do livre acesso e cuja fruição, ao contrário de limitar o uso de outros, potencializa-o, seu consumo aumentando seu valor e a possibilidade de outras pessoas terem acesso. O software livre constitui talvez o exemplo mais profícuo deste tipo de produção. No entanto, como apontado acima, o comum como substantivo envolve muito mais a construção de um princípio político do que os recursos em si, ou esta produção de um conjunto de bens e serviços aberto à apropriação.

O comum só pode ser repensado com a condição de se romper com o face-a-face metafísico do sujeito livre e da coisa material oferecida à apropriação soberana deste sujeito. Por esta razão, buscaremos promover aqui o uso do substantivo ao falar do comum ao invés de nos satisfazer com o qualificativo ‘comum’. Não porque não podemos nos autorizar a falar dos comuns para designar os objetos construídos e gastos por nossa atividade, o que já conforma um tipo de substantivação, mas sobretudo porque evitaremos falar dos ‘bens comuns’ ou mesmo do ‘bem comum’ em geral. O comum não é um bem, e o plural não muda nada a este respeito, pois ele não é de um objeto ao qual deve tender a boa vontade,

seja para o possuir ou o constituir. Ele é um princípio político a partir do qual devemos construir os comuns e ao qual devemos nos referir para os preservar, fazer crescer e viver. Ele é assim o princípio político que define um novo regime de lutas à escala mundial. Nos recusaremos pela mesma razão de fundo a invocar um senso misterioso que seria já ativo na conduta das pessoas comuns (the common men) e que consistiria antes de tudo no sentimento intuitivo das ‘coisas que não se deve fazer’. Preferiremos antes de tudo tomar o conceito da ‘economia moral da multidão’, ou ainda a ‘economia moral dos pobres’, cunhado pelo historiador E.P. Thompson para designar um conjunto de práticas e valores visando a defesa dos interesses da comunidade contra uma agressão das classes dominantes. O comum não é, tampouco, um princípio moral abstrato mais do que um tipo de homem. Os homens que agem para construir o comum não se permitem fechar de antemão num tipo psicológico identificável, nem mesmo numa categoria social de contornos definidos, eles são o que suas próprias práticas os tornam (DARDOT; LAVAL, 2014b, p. 45).

Além deste aspecto político-cultural, há aí uma entrada necessária no domínio jurídico, que pode ser terreno fértil para reinvenções e novas proposições, como no campo aberto na discussão jurídica por Mendes (2012). Tais redefinições do que consiste e quais são as formas de (re)construção do comum diante da pilhagem do neoliberalismo ainda estão em estágio inicial de elaboração coletiva, sendo que as experiências concretas que vão nessa direção apontam, através de sua própria trajetória na ordem da prática (a imanência apontando caminhos possíveis), para possibilidades de novas direções a serem tomadas - como é o caso de algumas facetas da esfera mais ampla, e não necessariamente coincidente com o campo do comum, na economia popular e solidária, do software livre e colaborativo, ou das ocupações urbanas, mesmo com as ambivalências citadas anteriormente.

Neste campo inicial e exploratório onde as discussões em torno das implicações e possibilidades trazidas pela emergência do comum como uma saída possível em esferas específicas diversas e como um terreno maior de encontro de vetores que partem destes quadros delineados, há um risco presente do conceito e da estratégia a ele associada serem vistos como uma panaceia, e de certo modismo em torno do tema transforma-lo numa nova cartilha, que se faz mais proeminente de forma proporcional à pressa e à falta de cuidado em se definir e rotular determinadas práticas como o comum em operação e em curso. Mas o risco que se apresenta como mais expressivo, reiterando para fazer a passagem a este outro domínio, é o do comum desligado da democracia radical, que corresponderia a um abandono da perspectiva dos sentidos do *público*, abrindo um terreno livre para que as forças interessadas em sua plena captura possam atuar com mais facilidade e enfrentando menores obstáculos, ou seja, torna-se o aprofundamento da simbiose Estado-capital mais fácil para seus operadores. Deste modo, a defesa do público e sua retirada da

espiral da neoliberalização permanece em cena como uma agenda que não pode ser abandonada, inclusive porque o Estado tende a reprimir o próprio comum em tentativa de fuga caso isso seja necessário para seus objetivos. E a maneira que se apresenta de se lidar com tais riscos é através de um campo compartilhado entre o comum e a democracia radical, tendo esta como a faceta do primeiro voltada ao Estado e às instituições, visando sua transformação.

Os próprios autores protagonistas da passagem dos comuns ao comum apontam para as restrições impostas por parte da democracia representativa em crise à “produção biopolítica”, cujas necessidades “confrontam diretamente a representação política e a hegemonia” (HARDT; NEGRI, 2009, p. 305). E em outras de suas obras (Hardt; Negri, 2012), esta crise de representação aparece como um dos principais eixos a serem visados na crítica alimentadora de alternativas de autonomia, tendo como uma das “figuras subjetivas da crise”, cuja subjetivação reproduz seus efeitos e as estruturas de poder que os engendram, justamente o sujeito *representado*. Trata-se então de trabalhar o ponto de encontro do comum com uma agenda que também não é nova mas se apresenta de forma renovada e pertinente no contexto atual, resgatando o tema da cisão entre a política profissional e a política propriamente dita, o desencontro entre sociedade política e sociedade civil - cuja resolução e dissolução de tal diferença constitui a definição da democracia verdadeira em Marx (2005) – a democracia direta dos conselhos, e “o comum da democracia contra o comum estatal da produção” (DARDOT; LAVAL, 2014b, p. 76), tendo a Revolução Húngara de 1956 como a primeira de uma série de tentativas radicais de se promover o aprofundamento democrático e uma transformação aprofundada do Estado nesta direção.

Neste sentido, tendo a democracia radical como um conjunto de princípios que necessariamente envolvem a agenda de transformação aprofundada do Estado, pode se propor sua inserção dentro do próprio âmbito do comum – na prática de deliberações consensuais construídas progressivamente, nas assembleias, na abertura e na horizontalidade destas, nas formas de tomada de decisão passando por estes procedimentos – e fazem parte de sua operacionalização, tratando-se então de um transbordamento necessário destes vetores na direção do próprio Estado. Falar em democracia verdadeira, assim passa longe de uma referência à democracia representativa liberal existente e consolidada nas experiências mais avançadas concretas e de longos históricos de consolidação institucional de muitos dos países centrais, sendo que tal processo também se aplica naqueles contextos, pois estas sempre envolveram o distanciamento e a cisão entre sociedade civil e sociedade política e a figura do representante e do político profissional. De fato, as proposições situadas no campo da democracia verdadeira, desde Marx, advêm, em sua grande maioria, de

autores situados nestes contextos, e que partem de uma necessidade de crítica radical, seja da cisão excludente da sociedade política na abordagem marxiana, ou da suposta democracia autodesignada pelo aparato estatal daqueles países, que para muitos (como Cornelius Castoriadis, Miguel Abensour, Jacques Rancière, Claude Lefort, Ernesto Laclau ou Chantal Mouffe), se caracterizam e se enquadram muito mais como tipos de oligarquias liberais, apesar de suas variações específicas que denotam graus distintos de aprofundamento democrático, ou por outra ótica, de “pseudodemocracia”.

Em Castoriadis (1982), a concepção de autonomia como governo de si, transposto do plano individual para o coletivo, é construída como a capacidade de superação de uma condição heterônoma tanto individual quanto coletiva, que é a tradução daquele autor para a noção de alienação como uma situação de dominação efetiva que perpassa a esfera do imaginário, através da formulação de determinado *nomos* – aplicado a um indivíduo ou um grupo – por outrem. Inúmeras vezes esta heteronomia social se interliga a um dispositivo exógeno e transcendente que cumpre uma função central nesta constituição individual e coletiva do *nomos* que dita as regras aceitas por todos – através de uma adesão subjetiva inabalável, seja através da religião (tendo a entidade divina como uma fonte de constituição de regras indiscutíveis, e nisso a sociedade centrada na atividade religiosa se torna a heteronomia coletiva por definição) ou da própria técnica e da ciência, que caracterizam os formatos modernos desta operação, como é o caso das “leis” do mercado, ou do próprio regime jurídico¹¹⁹. O processo de autonomização e desconstituição destas formas de heteronomia passa por um rompimento com uma lógica fundamental de sua reprodução, que é a separação entre a atividade instituinte das regras vigentes e os sujeitos que elas interpelam. Ao manter sempre acessível a própria atividade instituinte àqueles que ela visa regular, provê-se condições de questionamento radical, de crítica, de debate, de dissenso (nos termos de Rancière) em torno das próprias regras, o que se torna uma condição básica para a autonomia individual e coletiva, que perpassa também o plano do imaginário, como o conjunto de afetos que vai aderir ou não ao instituído e/ou imposto.

A crítica radical da experiência socialista encarnada sobretudo no bloco do leste, feita por este grupo de autores, perpassa assim uma centralização da burocratização, do autoritarismo e –

¹¹⁹ Há aqui um paralelo com a crítica da tecnocracia e do saber técnico aplicado ao governo – muito característico do domínio da ciência econômica e de sua gestão da política econômica supostamente definida a partir de uma técnica avançada e politicamente neutra –, em que determinadas decisões de ordem técnica devem ser blindadas e mantidas fora do domínio da ampla discussão democrática, caracterizada pelos tecnocratas e seus defensores interessados, como pautada predomínio de paixões e irracionalidades coletivas.

como em Foucault, sobretudo nos cursos do Collège de France – do próprio poder, na definição e na conformação de relações sociais, em termos castoriadianos tidas como heterônomas, pouco importando se em outros termos esta autoridade se traduz em efeitos supostamente distributivos ou não. A crítica do stalinismo é um marco desta geração dos autores listados acima, que fazem parte da *nova esquerda*, caracterizada por uma grande influência dos novos formatos de crítica advindos de maio de 1968, e que enquadra uma proposta de renovação e abertura do pensamento político envolvendo a necessidade de se superar tanto o determinismo econômico, abrindo-se o campo para um pluralismo de pautas entrecruzadas, mas no caso deste grupo, mantendo a democracia como um eixo potente tanto em termos teóricos, com grande capacidade explicativa de dinâmicas sociais diversas, quanto no âmbito normativo e da atuação política.

Marcelo Lopes de Souza (2002) se baseia neste quadro teórico para propor uma reconceitualização da ideia de desenvolvimento, aplicado ao planejamento urbano e à política na escala da cidade de forma geral. Aquele autor propõe o *desenvolvimento sócio-espacial* como um processo de transformação social e espacial na direção de uma “mudança social positiva” que carrega consigo ganhos tanto em termos de *qualidade de vida* quanto de *justiça social* em determinado grupo ou lugar, sendo que avanços em somente um dos dois componentes não caracteriza um processo de desenvolvimento, e que dinâmicas como o desenvolvimento econômico são consideradas na sua relação a estas duas esferas (ganhos de qualidade de vida em detrimento da justiça social não contribuem para este formato de desenvolvimento, na perspectiva daquele autor). As intervenções, os planos, projetos, programas e políticas devem assim ser avaliados a partir destes dois parâmetros. A autonomia – praticada e conquistada através do planejamento democrático, tendo-se aí uma relação entre o grau de autonomia e o nível de aprofundamento da democracia – seria assim uma forma de se atingir tanto a qualidade de vida quanto a justiça social, implicando avanços em termos de desenvolvimento, para parcelas amplas de determinada população. O aprofundamento democrático, que é um fim em si mesmo independente de seus efeitos, teria também esta atribuição e consequência, de engendrar transformações positivas do ponto de vista das maiorias envolvidas tanto no processo quanto em seus desdobramentos.

Outro autor importante nessa série de definições em torno da democracia radical é Claude Lefort, também fundador, com Castoriadis, do grupo Socialismo ou Barbárie, em 1948 na França (a revista com o mesmo nome seria editada pelo grupo entre 1949 e 1965), a partir do abandono de tendências leninistas e trotskistas promovidas por este mesmo grupo durante a guerra, bem como da crítica radical do stalinismo, propondo, de forma semelhante à obra de Henri Lefebvre (que

geraria sua expulsão do Partido Comunista Francês em 1958), a abertura de possibilidades diversas de pensamento e ação em torno de um marxismo heterodoxo e radicalmente antidogmático. Lefort (1983) trata da democracia como uma constante *invenção de direitos*, e como criadora de um campo político incerto e indeterminado, a ser definido no próprio movimento democrático instituinte. Em Lefort, esta indeterminação envolve um caráter caótico e desorganizado da democracia verdadeira, com o qual podemos propor paralelos com a heterogeneidade, o pluralismo e a desordem dos movimentos de junho de 2013 descritos acima, características que geraram incômodo e distanciamento por parte de muitas organizações de caráter mais estruturado, organizadas tradicionalmente, muitas vezes com hierarquias bem definidas e sem preocupações com a abertura e a horizontalidade que demarcam este processo de aprofundamento democrático naqueles eventos insurgentes. O dissenso, a discordância, o debate de confrontos frontais se torna um componente normal e saudável desta definição, sendo sua ausência indicativa de pouca democracia, da presença da autoridade baseada em formas inquestionadas de legitimação, sendo que o próprio totalitarismo se estabelece a partir de sua definição em oposição a este caráter incompleto e indefinido da democracia. De forma mais ampla, é possível se propor paralelos diversos entre 1968 e este novo ciclo de mobilizações, em 2011 e 2013, sendo que ambos carregam uma convocação por novas formas de pensamento político e social, situando-se numa mesma linhagem de crítica e busca por alternativas em domínios diversos e entrecruzados, situados num terreno da afirmação da diferença e da pluralidade não-hierárquica de pautas transformadoras.

Acerca destes autores situados nesta busca por formas avançadas de democracia, há complementaridades e paralelos diversos entre eles. Em Laclau e Mouffe (2015), a democracia liberal, deliberativa e representativa, tende a omitir relações de poder e dominação, e oprimir as diferenças que resistem à engenharia de consensos. A democracia radical seria, deste modo, dependente da inserção não heterônoma da diferença e da discordância, bem como da exposição ampla das relações de poder existentes na sociedade, a serem abertamente debatidas e trazidas à tona. Aqueles autores tomam a Revolução Francesa como um ponto de origem importante, que faz surgir uma prática que abre possibilidades de aprofundamento democrático a partir da possibilidade de entrada do diferente e do subalterno no âmbito do discurso de legitimidade conferida pela própria institucionalidade, espaço que passa a poder ser ocupado pelas proposições de que qualquer forma de desigualdade é ilegítima e não natural, portanto baseada em condições politicamente construídas. Por sua vez, este é o pressuposto que permite o desdobramento de todo um histórico de atuação do trabalho organizado no terreno da política institucional a partir do século XIX, que

resultaria na conquista progressiva (e nos termos de Lefort, na permanente invenção) de direitos. A “proliferação de antagonismos” e o questionamento aberto e frontal de relações de subordinações é o processo através do qual se opera o aprofundamento da democracia. Trata-se então, nesta perspectiva, de levar tal princípio adiante, ao ponto de se atingir a transformação da própria natureza das instituições, tal qual assistido no ponto de ruptura identificado por aqueles autores na Revolução Francesa.

De forma mais presente em Lefort (através de sua ligação direta com a fenomenologia de Merleau-Ponty), esta é uma concepção da política que faz a crítica radical do poder conferido ao saber técnico, e nisso abre-se para um diálogo com certo *perspectivismo político* contido em outras proposições, por exemplo, naquilo que a teorização do planejamento de Friedmann (1987) chama de *aprendizado social*, uma prática de planejamento caracterizada por relações horizontais de aprendizado mútuo entre a técnica e os cidadãos, não mais objetos dos planos, mas tornados seus sujeitos privilegiados. Pressupõe-se aí uma visão do predomínio da diferença que reconheça a ampla diversidade de perspectivas, que tendem a não ser representadas no Estado em função de distorções e distanciamentos pautados por forças constituídas por interesses específicos.

Estes são métodos que permitem a operação e a permanência do dissenso abafado no processo democrático tradicional; o que não ocorre sem resistências e barreiras (bastante significativas na prática) montadas pelos oponentes ao aprofundamento democrático. E é aqui que se encontra a principal justificativa da pertinência da democracia radical no contexto apreciado por este estudo. Se o neoliberalismo se baseia no estreitamento e fortalecimento de determinada forma de relação entre Estado e capital, a transformação do primeiro é capaz de abalar tal vínculo em seus fundamentos. Há, deste modo, uma ligação direta entre crise de representação e neoliberalismo, que perpassa tanto o domínio da tecnocracia na definição de políticas estruturantes quanto o próprio processo eleitoral definidor da composição da representação em si, distorcido pela influência direta do poder econômico que precisa se infiltrar no processo decisório de formas diversas e que garantam a reprodução e o avanço destas condições básicas (de ordem institucional e jurídica) para sua manutenção e para a própria reprodução do capital. A abertura do Estado e sua transformação através do processo democrático – que pode ser levado a cabo através de uma abordagem incrementalista radical – seria capaz de abalar tais vínculos, tendo-se aí como corolário um claro conflito entre neoliberalismo e democracia verdadeira, que confere potencial transformador a este segundo projeto (que corresponde também a determinado conjunto de forças concretas).

Este é justamente o terreno do tensionamento e dos conflitos, descrito na Introdução, entre a democratização e a neoliberalização, que se desdobram como dinâmicas antagônicas no Brasil desde o fim do regime militar. Na experiência concreta desde então, em diversas escalas e localidades, há um conjunto de barreiras, retrocessos, desvios, cooptações e neutralizações de processos operando no plano do aprofundamento da democracia. Muitos destes bloqueios se vinculam a forças situadas no domínio da promoção do governo neoliberal, e outros a novas roupagens de formas mais antigas e arraigadas de exercício do poder – havendo sobreposições, parcerias e conluíus importantes entre estes dois campos hegemônicos. A partir deste quadro, é possível identificar um conjunto bastante amplo de processos concretos situados nesta dinâmica, sendo as tentativas de aprofundamento democrático através do planejamento pautado pelo ideário da reforma urbana um bom exemplo, em seu enfrentamento direto, muitas vezes do próprio poder legislativo nas localidades onde estas forças foram mais atuantes, que enxerga ameaças na ampliação dos canais de participação, e atuam de forma proativa para esvaziá-los de poder deliberativo.

Junho de 2013 expressou bem o caráter caótico e indeterminado da democracia em Lefort, com a heterogeneidade, a abertura e a horizontalidade como traços marcantes daqueles eventos, construindo terrenos indefinidos e desordenados, característicos da própria prática democrática aprofundada, sendo a ausência do dissenso um sinal de verticalização, de fechamento, de tentativas autoritárias de anulação da diferença. Aquela sequência de eventos constituiu um espaço-tempo intensificado de agenciamentos diversos que podem ser unidos, em graus de pertencimentos variados, em torno deste eixo da luta pela “democratização da democracia”. As inúmeras formas de reação advindas de campos distintos situados no eixo oposto, qual seja, o da manutenção e preservação – ou da modernização conservadora – dos aparatos amplos de exercício de poder, das instituições, e do Estado de forma ampla, em condições que preservassem privilégios e estruturas reprodutivas de heteronomias em domínios diversos, constituíram uma dinâmica que também se fez presente com bastante força, e que ainda permanece em curso como uma força política de peso na conjuntura posterior aos eventos. Há aí uma reação à própria cidade, paralela ao retorno dialético do predomínio das indústrias extrativas descrito no capítulo 2, bem como na negação da diversidade e da abertura para o encontro com o outro, manifesta no recrudescimento da violência dos discursos reativos fechados (e concretizados no plano da afirmação do racismo, do machismo, da homofobia, do preconceito com o pobre, com o índio e com o subalterno de forma geral). Se os eventos de 2013 foram um produto próprio da metrópole, de sua diversidade inerente, de sua

promoção do dissenso e do espaço da política sempre em busca da prática de abertura à participação do outro – com o caráter de horizontalidade recentemente adicionado a esta –, a reação situa-se nas espacialidades da negação destes atributos da cidade. O que não está necessariamente fora do urbano, mas que tende a se interligar às dinâmicas que negam a cidade em si, que são cerceadoras, produtoras de muros e formas de autossegregação diversas, que enxergam na rua um risco a ser evitado, um simples obstáculo problemático situado entre o condomínio residencial cercado e o shopping center, preferencialmente substituído pela via expressa por onde fluem veículos que também constituem espacialidades cercadas e isoladas do encontro com o outro. Mesmo reconhecendo que o inverso disso, no plano do primeiro espaço lefebvriano e de suas práticas espaciais – ou seja, o retorno das pessoas às ruas, praças, parques, do urbanismo da diversidade de usos etc. – tem sido conciliável com as dinâmicas produtoras da cidade neoliberal. Pois na metrópole brasileira, marcada por profundos abismos sociais concretizados justamente nestes muros, tais movimentações contêm potências, pois abrem para o espaço-tempo do encontro, da diferença, e em estágios mais avançados, para (o direito à cidade através d’) a cidade do dissenso, da expressão concreta do comum e da democracia radical.

O comum e a democracia radical se encontram com o direito à cidade a partir de suas interfaces com estas características da polis, sendo potencialmente fomentados e colocados em diálogo entre si através de seu agenciamento. E ao mesmo tempo em que a cidade fertiliza e potencializa estas forças – pela própria produção do encontro e da reunião adensada e heterogênea de vetores em busca do comum e do aprofundamento democrático – ela tende a ser tomada de assalto, dominada, domesticada por dinâmicas contrárias, se tornando também um terreno privilegiado e imprescindível para a realização e o aprofundamento do projeto neoliberal. O que constitui uma fase recente de um longo histórico desta tensão entre a instrumentalização vinculada à própria potencialização da cidade pelo capital¹²⁰ e as forças antagônicas, bem como aberturas e construções de alternativas geradas no, e através do, meio urbano adensado como um produtor intrínseco de vetores desta natureza, seja na direção do embate e dos conflitos diretos e frontais ou na produção de saídas e escapatórias. A emergência do urbano – ou da sociedade urbana – em Lefebvre, permanece condicionada aos desdobramentos deste segundo grupo de agenciamentos políticos, sendo a generalização da urbanização e a própria produção do espaço em seus núcleos

¹²⁰ Sangla (2010, p.71) chama atenção para a observação de Lefebvre n’O direito à cidade quanto ao fato de que onde as cidades eram fortes o capitalismo industrial se desenvolve com atraso (Alemanha ou Itália, por exemplo).

de maior intensidade, qual seja, a metrópole, todavia sujeitas a inúmeras formas de heteronomia advindas do bloqueio reativo destas forças que a própria polis produz em seu bojo.

As potências criadoras neste urbano subsumido são inúmeras, mas também permanecem contidas e restringidas, diminuídas pelos aparatos de controle, por formas de subjetivação instrumentalizadas por objetivos pré-determinados. E seriam elas as agenciadoras, promotoras da sociedade urbana e da cidade criadora de vetores que atuem na produção de um ciclo virtuoso que criem condições para o afloramento das próprias potências por trás da emancipação, da obra, do encontro, da autonomia e da diferença. A diminuição de alegrias, de afetos potencializantes, de forças subjetivas e criativas que constituem o combustível por trás dessas afirmações possíveis, é um dispositivo importante para o controle e a ordem urbana hegemônica, o que ocorre num ciclo atual em formatos difusos, no âmbito da cidade tornada *fábrica social*. O aumento de potências transformadoras – que se manifestam em escalas diversas – se torna assim uma possibilidade de transformação ampliada da produção do espaço contemporânea nesta direção, através de formas de potencialização que se distanciem da capacitação ou da formação de capital humano instrumentalizado na produção de valor e renda para os canais de extração constantemente (re)criados através do próprio urbano atual, e se situem no âmbito mais ampliado da subjetivação em torno da afirmação de devires mais empoderados. Há um amplo leque de processos em curso que caminham nessa direção – trata-se de identifica-los e fomentar sua produção de possibilidades e aberturas, ampliando seus agenciamentos, tanto em escala quanto em sua variedade de formas produtivas de autonomias.

REFERÊNCIAS

ABENSOUR, Miguel. **A democracia contra o Estado: Marx e o momento maquiaveliano**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

ABRAMO, Pedro (Org.). **A cidade da informalidade: o desafio para as cidades latino-americanas**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2003.

AMIN, Ash (org.). **Post-fordism: a reader**. Oxford: Blackwell, 1994.

AMIN, Ash; THRIFT, Nigel. **Arts of the political: new openings for the left**. Durham: Duke University Press, 2013.

AMORE, C.S.; SHIMBO, L.Z.; RUFINO, M.B.C. (orgs.) **Minha casa... e a cidade?** Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

ANDRADE, L.H.; WANG, Y-P; ANDREONI, S.; SILVEIRA, C.; ALEXANDRINO-SILVA, C.; SIU, E.; NISHIMURA, R. ANTHONY, J., GATTAZ, W.; KESSLER, R.; VIANA, M. **Mental disorders in megacities: findings from the São Paulo Megacity Mental Health Survey**. In: PLoS ONE 7(2): e31879, 2012. Disponível em <www.plosone.org/article/info%3Adoi%2F10.1371%2Fjournal.pone.0031879> (consulta em agosto/2014).

ARANTES, Pedro. **O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades**. In: Pós: Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP. n.20, p. 60-75, 2006.

_____. A anti-reforma urbana brasileira e um novo ciclo de lutas nas cidades. In: SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda (Org.). **Jornadas de Junho: a revolta popular em debate**. Rio de Janeiro: Instituto Caio Prado Jr., 2014.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARNES, Trevor; SHEPPARD, Eric. **‘Nothing includes everything’: towards engaged pluralism in Anglophone economic geography**. In: Progress in Human Geography, 34 (2), 2010. Disponível em: <http://ibis.geog.ubc.ca/~tbarnes/pdf/PAPER_Nothing_explains_everything.pdf> (consulta em agosto/2014).

BARROS, Alberto da Rocha. **Origens e evolução da legislação trabalhista**. Rio de Janeiro: Ed. Laemmert, 1969.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacres et simulations**. Paris: Galillée, 1981.

BECKER, Bertha. **Modernidade e gestão do território no Brasil: da integração nacional à integração competitiva**. In: Espaço e Debates, n.32, 1991.

BOAS, Franz. **The mind of primitive man**. Nova York: Macmillain, 1938.

- BOYER, Robert. **A teoria da regulação**: uma análise crítica. São Paulo: Nobel, 1990.
- BOYER, Robert; SAILLARD, Yves. **Regulation theory**: the state of the art. Londres: Routledge, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 2007.
- BRENNER, Neil. **Between fixity and motion**: accumulation, territorial organization and the historical geography of spatial scales. In: Environment and Planning D: Society and Space, 16, 5, 1998. Disponível em: <http://sociology.as.nyu.edu/docs/IO/222/Brenner.EPd.1998.pdf> (consulta em agosto/2014).
- _____. **New state spaces**: urban governance and the rescaling of statehood. Oxford University Press, 2004.
- BRENNER, Neil; PECK, Jamie; THEODORE, Nik. **Variegated neoliberalism**: geographies, modalities, pathways. In: Global Networks, 10, 2: 182-222, 2010.
- _____. **After neoliberalization?** In: Globalizations, 7, 3: 327-345, 2010b.
- BRENNER, Neil, MARCUSE, Peter, MAYER, Margit (orgs.). **Cities for people, not for profit**: critical urban theory and the right to the city. Nova York: Routledge, 2012.
- CALDEIRA, Teresa. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. Edusp, 2000.
- CALLIGARIS, Contardo. **Do homem cordial ao homem vulgar**. In: Caderno Mais!, Folha de São Paulo, 12/12/1999.
- CAMPOS, Andreilino. **Do quilombo à favela**: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- CASTELLS, Manuel. **Cidade, democracia e socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- _____. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. **The city and the grassroots**: a cross-cultural theory of urban social movements. Berkeley: University of California Press, 1985.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CASTRO, Antônio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena**. In: **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2002.
- CASTRO, Eduardo Viveiros; SZTUTMAN, Renato (org). **Encontros**. Rio de Janeiro: Azougue, 2008.

CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference.** Princeton University Press, 2007.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo.** São Paulo: Ed. Perspectiva, 1992.

CINTRA, Marcos. **Os custos dos congestionamentos na cidade de São Paulo.** Texto para discussão 356. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas-SP, 2014.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política.** São Paulo: Cosac Naify, 2003 [1974].

COBOS, Emilio Pradilla. **La ciudad capitalista en el patrón neoliberal de acumulación en América Latina.** In: Cadernos Metrópole, São Paulo, v.16, n. 31, junho, 2014.

COCCO, Giuseppe; BOUTANG, Yann Moulier. **La première révolte de la multitude du travail métropolitain.** In: Multitudes, 54(3), 2013, p.19-31.

COTA, Daniela Abritta. **A parceria público-privada na política urbana brasileira recente: reflexões a partir da análise das operações urbanas em Belo Horizonte.** Rio de Janeiro: Letra Capital/Anpur, 2013.

CROZIER, M., HUNTINGTON, S., WATANUKI, J. **The crisis of democracy: report on the governability of democracies to the trilateral commission.** Nova York: NYU Press, 1975.

CUNHA, A.M., CANUTO, F., LINHARES, L., MONTE-MÓR, R.L. **O terror superposto: uma leitura lefebvriana do conceito de terrorismo e suas relações com o mundo contemporâneo.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 5, n. 2, 2003.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **The new way of the world: on neoliberal society.** Nova York: Verso, 2014.

_____. **Commun: essai sur la révolution au XXIe siècle.** Paris: La Découverte, 2014b.

DEAN, Warren. A industrialização durante a república velha. In: FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira – Tomo III – O Brasil Republicano, Vol. 8.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo – comentários sobre a sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, Gilles. Post-scriptum Sobre as Sociedades de Controle. In: DELEUZE, G. **Conversações.** Rio de Janeiro: Ed 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia.** Vol. 1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

DIAS, Everaldo. **História das lutas sociais no Brasil.** São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

DICKEN, Peter. **Global shift: mapping the changing contours of the world economy.** Harper & Row, 1986.

DIKEÇ, Mustafa. **Space, politics and the political**. In: Environment and Planning D: Society and Space 2005, vol. 23, pp. 171-188.

DINIZ, Clélio Campolina. **Desenvolvimento poligonal no Brasil**: nem desconcentração nem contínua polarização. Nova Economia, Belo Horizonte, v.3, n.1, p. 35-64, 1993.

DOBB, Maurice. **A Evolução do Capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

DUMENIL, Gerard; LEVY, Dominique. **Capital Resurgent**: roots of the neoliberal revolution. Cambridge: Harvard University Press, 2004.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010 [1845].

FAULHABER, Lucas; AZEVEDO, Lena. **SMH 2016**: remoções no Rio de Janeiro olímpico. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

FAVRET-SAADA, Jeanne. **Ser afetado**. In: Cadernos de campo, 13: 155-161, 2005.

FERNANDES, Florestan. **Revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FIX, Mariana. **São Paulo cidade global**: fundamentos financeiros de uma miragem. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Uma ponte para a especulação** – ou a arte da renda na montagem de uma “cidade global”. Cad. CRH vol.22 no.55 Salvador Jan-Abr, 2009. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792009000100003&script=sci_arttext > (consulta em junho/2015).

FLORIDA, Richard. **Cities and the creative class**. Routledge, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel; RABINOW, P. (org.) **Ethics**: subjectivity and truth. Nova York: New Press, 1997.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mocambos**: decadência do patriarcado rural no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Ed. LTC, 2014 [1962].

FRIEDMANN, John. **Planning in the Public Domain: from knowledge to action.** Princeton University Press, 1987.

_____. **Life space | Economic space: essays in third world planning.** New Brunswick: Transaction, 2002.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico.** RJ, Paz e Terra, 1974.

_____. **Criatividade e dependência na civilização industrial.** RJ, Paz e Terra, 1978.

GLAESER, Edward. **Should the government rebuild New Orleans or just give residents checks?** In: *The Economists' Voice*, 2 (4), 2005. Disponível em: <http://are.berkeley.edu/~ligon/Teaching/EEP100/glaeser05.pdf> <consulta em agosto/2014>

_____. **The triumph of the city.** Nova York: Penguin, 2011.

GOONEWARDENA, Kanishka. **Space and revolution in theory and practice: eight theses.** In: BRENNER, Neil, MARCUSE, Peter, MAYER, Margit (orgs.). **Cities for people, not for profit: critical urban theory and the right to the city.** Nova York: Routledge, 2012.

GRAEBER, David. **Debt: the first 5000 years.** Nova York: Melville House, 2011.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Multidão: guerra e democracia na era do Império.** Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. **Commonwealth.** Cambridge: Harvard University Press, 2009.

_____. **Declaration.** Nova York: Argo-Navis, 2012.

HARVEY, David. **The urban process under capitalism.** In: DEAR, M.; SCOTT, A. **Urbanization and urban planning in capitalist society.** Londres: Methuen, 1981.

_____. **Limits to capital.** Londres: Basil Blackwell, 1982.

_____. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1992.

_____. **O novo imperialismo.** São Paulo: edições Loyola, 2004.

_____. **A brief history of neoliberalism.** Oxford: Oxford University Press, 2005.

_____. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution.** Nova York: Verso, 2012.

_____. **“Listen, Anarchist!”: a personal response to Simon Springer’s “Why a radical geography must be anarchist”.** Mimeog. 2015. Disponível em < <http://davidharvey.org/2015/06/listen-anarchist-by-david-harvey> > (consulta em junho/2015).

HAYEK, Friedrich. **O caminho da servidão.** São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HARDIN, Garrett. **The tragedy of the commons**. In: Science, 162 (3859), 1968. Disponível em <<http://www.sciencemag.org/content/162/3859/1243.full.pdf>> (consulta em junho/2015).

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. Rio de Janeiro: Abril, 1985 [1910].

HOBSBAWM, Eric. **Industry and empire: from 1750 to the present day**. Londres: Penguin, 1968.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 2013.

IANNI, Octavio. **Processo político e desenvolvimento econômico**. In: IANNI, O.; SINGER, P.; COHN, G.; WEFFORT, F. Política e revolução social no Brasil. São Paulo: Civilização Brasileira, 1964.

ISIN, Engin. **Being political: genealogies of citizenship**. University of Minnesota Press, 2002.

JACOBS, Jane. **The economy of cities**. Middlesex: Penguin, 1969.

_____. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JACQUES, Paola Berenstein. **A estética da ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001.

JUDENSNAIDER, Elena *et al.* **Vinte centavos: a luta contra o aumento**. São Paulo: Veneta, 2013.

KARATANI, Kojin. **The structure of world history: from modes of exchange to modes of production**. Durham: Duke University Press, 2014.

KHONDKER, Habibul. **Role of the new media in the Arab spring**. In: Globalizations, 8 (5), 2011.

KLEIN, Naomi. **Reclaiming the commons**. In: New Left Review 9, Maio-Junho, 2001. Disponível em <<http://newleftreview.org/II/9/naomi-klein-reclaiming-the-commons>> (consulta em junho/2015).

_____. **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. Nova Fronteira, 2009.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Entremeios, 2015 [1985].

LARSON, Scott. **“Building like Moses with Jacobs in mind”**: contemporary planning in New York City. Filadélfia: Temple University Press, 2013.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

_____. **Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches**. Edusc, 2002.

- _____. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: Edufba, 2012.
- _____. **An inquiry into modes of existence**: an anthropology of the moderns. Harvard University Press, 2013.
- LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.
- _____. **De l'État**. Paris: Union generale, 1976.
- _____. **De l'État, vol 2**: De Hegel à Mao par Staline. Paris, Union Générale, 1976b.
- _____. **De l'État, vol 3**: Le mode de production étatique. Paris, Union Générale, 1977.
- _____. **De l'État, vol 4**: Les contradictions de l'État moderne, La dialectique de l'état. Paris: Union Générale, 1978.
- _____. **The survival of capitalism**. Londres: Allison & Busby, 1978.
- _____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.
- _____. **Éléments de rythmanalyse**. Paris: Syllepse, 1992.
- _____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- _____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2006.
- _____. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- LEFEBVRE, Henri; BRENNER, Neil; ELDEN, Stuart. **State space world**: selected essays. University of Minnesota Press, 2009.
- LEFORT, Claude. **A invenção democrática**: os limites da dominação totalitária. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- LOTAN, Gilad et al. **The Arab spring | The revolutions were tweeted**: information flows during the 2011 Tunisian and Egyptian Revolutions. In: International Journal of Communication. Vol 5, 2011. Disponível em < <http://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/1246/643> > (consulta em junho/2015).
- LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. **Cidade ocupada**. Dissertação (Mestrado, Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura e Design, UFMG, Belo Horizonte, 2014.
- MAGALHÃES, Felipe N.C. **Transformações socioespaciais na cidade-região em formação**: a economia geopolítica do novo arranjo espacial metropolitano. Dissertação (Mestrado, Geografia) – Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, UFMG, Belo Horizonte, 2008a.

_____. **Da metrópole à cidade-região:** na direção de um novo arranjo espacial metropolitano? In: Revista Brasileira de estudos urbanos e regionais, 10 (2), 2008b.

MAGALHÃES, F.N.C.; TONUCCI Fo., João; SILVA, Harley. Valorização imobiliária e produção do espaço: novas frentes na RMBH. In: MENDONÇA, Jupira; COSTA, Heloísa. **Estado e capital imobiliário:** convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro. Belo Horizonte: C/Arte, 2011.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: Arantes, O.B.F.; Maricato, E.; Vainer, C.B. **A cidade do pensamento único.** Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes:** Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Cidades no Brasil:** neodesenvolvimentismo ou crescimento periférico predatório. In: Revista da Defensoria Pública Edição Especial de Habitação e Urbanismo, São Paulo, p. 8 - 30, dez. 2014.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel.** São Paulo: Boitempo, 2005 [1844].

McCLOSKEY, D.N. **How to be human, though an economist.** University of Michigan Press, 2000.

MELLO, J.M. Cardoso de. **O capitalismo tardio.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

MELLO, J.M. Cardoso de; BELUZZO, L. GONZAGA. **Reflexões sobre a crise atual.** In: Escrita: Ensaio. São Paulo, n°2, 1977.

MENDES, Alexandre. **Para além da tragédia do comum:** conflito e produção de subjetividade no capitalismo contemporâneo. Tese (doutorado). Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MIGNOLO, Walter. **Introduction.** In: Cultural Studies, 21: 2-3, 2007.

_____. **Delinking.** In: Cultural Studies, 21: 2-3, 2007b.

MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter. **The road from Mont Pèlerin:** the making of the neoliberal thought collective. Harvard University Press, 2009.

MONTE-MÓR, Roberto. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, M. et al. (Org.). **Território, globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. p. 169-181.

_____. **Modernities in the jungle:** extended urbanization in the Brazilian Amazonia. 2004. Tese (PhD, Planejamento Urbano) – Department of Urban Planning, School of Public Policy and Social Research, University of California at Los Angeles, Los Angeles, 2004.

MUROS, Sandra; ESTEVES, Noelia. **Sociedad civil y redes sociales:** Democracia Real Ya en Sevilla como estudio de caso. In: Actas del III Congreso Internacional Latina de Comunicación Social – III CILCS – Universidad de La Laguna, 2011. Disponível em <

http://www.revistalatinacs.org/11SLCS/actas_2011_IICILCS/004_Sandra.pdf > (consulta em junho/2015).

MYRDAL, Gunnar. O princípio da causação circular e acumulativa. **Teoria, Economia e Regiões Subdesenvolvidas**, 1965.

NELSON, R.; WINTER, S. **An evolutionary theory of economic change**. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

_____. **Crítica à razão dualista | O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OSTROM, Elinor. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action**. Cambridge University Press, 1990.

PAULANI, Leda Maria; PATO, Christy. Investimento e servidão financeira: o Brasil do último quarto de século. In: PAULA, João Antonio (Org.). **Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2005. *apud* FIX, Mariana. **Uma ponte para a especulação** – ou a arte da renda na montagem de uma “cidade global”. Cad. CRH vol.22 no.55 Salvador Jan-Abr, 2009.

PECK, Jamie. **Struggling with the creative class**. In: International Journal of Urban and Regional Research, 29 (4), 2005.

_____. **The creativity fix**. In: Eurozine – Fronesis, 24 (1), 2007. Disponível em <http://www.eurozine.com/articles/2007-06-28-peck-en.html> (consulta em agosto/2014).

_____. **Constructions of neoliberal reason**. Oxford University Press, 2010.

_____. **For Polanyian economic geographies**. In: Environment and Planning A, 2013, vol. 45.

_____. **Cities beyond compare?** Regional Studies, 49:1, 160-182, DOI: 10.1080/00343404.2014.980801, 2015.

PECK, Jamie; TICKELL, Adam. **Neoliberalizing space**. In: Antipode, 34: 380–404, 2002.

PECK, Jamie; THEODORE, N.; BRENNER, N. **Neoliberal urbanisms: models, moments, mutations**. In: SAIS Review XXIX, 1, 2009. Disponível em <http://as.nyu.edu/docs/IO/222/Peck.Theodore.Brenner.2009.pdf> (consulta em agosto/2014).

PEÑA-LÓPEZ, I.; CONGOSTO, M.; ARAGÓN, P. **Spanish indignados and the evolution of 15M: towards networked para-institutions**. In: Actas del IX Congreso Internacional Internet, Derecho y Política. Universitat Oberta de Catalunya, Barcelona, 2012. Disponível em < http://ictlogy.net/articles/20130626_ictlogist_congosto_elaragon_-_spanish_indignados_networked_parainstitutions.pdf > (consulta em junho/2015).

PENNA, Alícia Duarte. **Na cidade brasileira entre os séculos XIX e XX: periferias e centros, pobrezas e riquezas.** Tese (Doutorado em Geografia); Belo Horizonte: Instituto de Geociências, UFMG, 2011.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. O proletariado industrial na Primeira República. In: FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira – Tomo III – O Brasil Republicano**, Vol. 8. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

PICKETTY, Thomas. **Capital in the twenty-first century.** Cambridge: Harvard University Press, 2014.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época.** Rio de Janeiro: Campus, 1980.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira – Tomo III – O Brasil Republicano**, Vol. 8. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

RAMA, Angel. **A cidade das letras.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: NOVAES, Adauto (org.). **A crise da razão.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **The emancipated spectator.** Nova York: Verso, 2009.

RISÉRIO, Antônio. **A cidade no Brasil.** São Paulo: Ed. 34, 2012.

RODRIGUES, Alfredo; SUGRANYES, Ane. **El problema de vivienda de los “con techo”.** Revista EURE, vol. XXX, n. 91, pp. 53-65, 2004.

RODRIGUES, Leôncio. Sindicalismo e classe operária (1930-1964). In: FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira – Tomo III – O Brasil Republicano**, Vol. 10. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

ROLNIK, Raquel; KLINK, Jeroen. **Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias?** In: Novos Estudos CEBRAP, n. 89, 2011.

ROYER, Luciana. **Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: FAUUSP, 2009.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. A tristeza da doçura, ou: a antropologia nativa da cosmologia ocidental. In: **Cultura na Prática.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

SÁNCHEZ, Fernanda. **Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, n. 1, mai-nov. 1999.

SANGLA, Sylvain. **Politique et espace chez Henri Lefebvre.** Tese (Doctorat, Filosofia) – École doctorale Pratiques et theories du sens, Université Paris VIII - Vincennes Saint-Denis, Paris, 2010.

SANTOS, F. G.; COLISTETE, R. P. **Reavaliando o II PND**: uma abordagem quantitativa. In: Anais do VIII Congresso Brasileiro de História Econômica, 8, Campinas, SP, p. 1-32, 2009.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

_____. **Sociedade e espaço: formação espacial como teoria e método**. In: Espaço e sociedade: Ensaios. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

_____. The city: strategic site / new frontier. In: WOLFF, Richard, INURA (orgs.). **Possible urban worlds**: urban strategies at the end of the 20th century. Basileia: Birkhäuser, 1998b.

_____. The global city: introducing a concept and its history. In: KOOLHAAS, R. **Mutations**. Barcelona: Actar, 2001.

SEEKINGS, Jeremy. **Urban theory**: the dream and its limits. International Journal of Urban Regional Research (IJURR). Conferência ministrada no Encontro da International Sociological Association RC21, Berlim, Alemanha, 29–31 de Agosto, 2013. Disponível em: <<http://bcove.me/rvodw46t>> (consulta em junho/2015).

SHAVIRO, Steven. **The ‘bitter necessity’ of debt**: neoliberal finance and the society of control. Mimeog. 2010. Disponível em <<http://www.shaviro.com/Othertexts/Debt.pdf>> (consulta em agosto/2014).

SHIMBO, Lúcia. Empresas construtoras, capital financeiro e a constituição da habitação social de mercado. In: MENDONÇA, Jupira; COSTA, Heloísa. **Estado e capital imobiliário**: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro. Belo Horizonte: C/Arte, 2011.

SIMONSEN, Mário Henrique; CAMPOS, Roberto. **A Nova Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SMITH, Neil. **Gentrification and the rent gap**. In: Annals of the Association of American Geographers. 77 (3), p. 462-465, 1987.

_____. **There is no such thing as a natural disaster**. Mimeog. In: Understanding Katrina – perspectives from the social sciences. 2006. Disponível em <<http://understandingkatrina.ssrc.org/Smith>> (consulta em junho/2015).

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

_____. **Thirdspace**: journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places. Oxford: Blackwell, 1996.

_____. **Postmetropolis: critical studies of cities and regions.** Oxford: Blackwell, 2000.

_____. **Seeking spatial justice.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010.

SOUZA, Jessé de. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

_____. **A ralé brasileira: quem é e como vive.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

_____. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

SOUZA, Marcelo L. As drogas e a questão urbana no Brasil: a dinâmica sócio-espacial brasileira sob a influência do tráfico de tóxicos. In: CASTRO, I.; GOMES, PC; CORRÊA, R.L. (orgs.) **Brasil: questões atuais da reorganização do território.** Bertrand Brasil, 1996.

_____. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas cidades brasileiras.** Bertrand Brasil, 1999.

_____. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **Social movements in the face of criminal power.** In: CITY analysis of urban trends, culture, theory, policy, action; 13:1, 26-52, 2009.

SOUZA, Marcos Felipe Sudré. **A festa e a cidade: experiência coletiva, poder e excedente no espaço urbano.** Rio de Janeiro: Letra Capital/Anpur, 2013.

SPRINGER, Simon. **Why a radical geography must be anarchist.** In: Dialogues in Human Geography. Nov/2014, 4 (3), p. 249-270.

_____. **The limits to Marx: David Harvey and the condition of post-fraternity.** Mimeog. 2015. Disponível em <www.academia.edu/12638612/The_limits_to_Marx_David_Harvey_and_the_condition_of_post_fraternity> (consulta em junho/2015).

STOCKING, George (org.). **Franz Boas: a formação da antropologia americana – 1883-1911.** Rio de Janeiro: Contraponto / UFRJ, 2004.

STORPER, Michael. **The regional world: territorial development in a global economy.** Nova York: Guilford Press, 1997.

SWEEZY, Paul et al. **The Transition from Feudalism to Capitalism.** Nova York: Verso, 1984.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

TONUCCI Fo., João Bosco. O direito à cidade na urbanização planetária, ou: Henri Lefebvre por uma nova cidadania urbana. In: COSTA, Geraldo et al (orgs.). **Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana**. Belo Horizonte: C/ Arte, 2015.

TOPALOV, Christian. **La urbanización capitalista**: algunos elementos para su análisis. México: Edicol, 1979.

TORET, Javier. Um olhar tecnopolítico sobre os primeiros dias do #15M. In: COCCO, Giuseppe; ALBAGLI, Sarita (orgs.). **Revolução 2.0**: e a crise do capitalismo global. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

TURNER, Victor. **O processo ritual**: estrutura e anti-estrutura. Petrópolis: Vozes, 1974.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. In: VAINER, C.; ARANTES, O.; MARICATO, E. (Orgs.). **A Cidade do Pensamento Único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

VAN GENNEP, Arnold. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 1978.

VARIAN, Hal. **Microeconomia**: princípios básicos. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

VELLOSO, Rita. A cidade contra o Estado: ensaio sobre a construção política de escalas e institucionalidades. In: COSTA, Geraldo et al (orgs.). **Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana**. Belo Horizonte: C/ Arte, 2015.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

WACQUANT, Loïc. **The penalisation of poverty and the rise of neoliberalism**. European Journal on Criminal Policy and Research 9: 401–412, 2001.

_____. **Punishing the poor**: the neoliberal government of social insecurity. Durham: Duke University Press, 2009.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The modern world-system**. San Diego: Academic, 1974.

WAPPSHOTT, Nicholas. **Keynes Hayek**: the clash that defined modern economics. Nova York: Norton & Co., 2011.

WARREN, Bill. **Imperialism**: Pioneer of capitalism. Londres: Verso, 1980.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina**: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005 [1943].